

CRIATIVIDADE • INOVAÇÃO • DINAMISMO • COMPETITIVIDADE • AMBIÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2022

RELATÓRIO & CONTAS 2022

Grupo Visabeira Relatório & Contas 2022 Em ouro sobre azul

Num ano de excepcional desempenho, o design do Relatório e Contas do Grupo Visabeira, assume um conceito que privilegia o tom dourado do ouro sobre o tom azul que é imagem identitária da sua marca.

A expressão “ouro sobre azul” transmite a ideia de bonito, bom ou favorável, reporta uma circunstância positiva, algo que corre na plenitude e simboliza, no imaginário de todos, uma coisa com fulgor, excepcionalmente nítida e de elevada qualidade.

Esta associação tem, na sua raiz, o facto de o contraste do amarelo sobre o azul ser o mais bem definido, entre as diversas cores. De facto, sendo cores opostas, resulta de entre elas um rico contraste, com excelente legibilidade e rara beleza. E, sobremaneira, esse contraste, com o brilho do ouro sobre o azul, é ainda mais impressionante, com o dourado a multiplicar o efeito e a espelhar uma imagem de incontornável encanto, qualidade e riqueza.

A vetusta expressão terá tido origem nas espingardarias antigas, onde os mais belos exemplares ostentavam as inscrições a ouro sobre o aço temperado, que ganhava tons azulados. A expressão remete, também, para o Barroco, período em que ganhou maior expressividade, aquando da colocação de rica talha dourada sobre os tons de azul que predominavam na azulejaria pombalina, o que introduziu nas igrejas e monumentos uma aparência e uma voluptuosidade nunca antes vistas. Pela sua graciosidade e fascínio, esta combinação foi também muito frequente no vestuário de rainhas e reis, a partir do Renascimento, no século XVI até ao século XVIII, o século das luzes.

CRIATIVIDADE
INOVAÇÃO
DINAMISMO
COMPETITIVIDADE
AMBIÇÃO

Índice

1 Grupo Visabeira

Página

04

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão	06
Visão, Missão, Valores	08
Uma década em números	10
O Grupo Visabeira no mundo	14
As nossas Marcas	18
Principais negócios	20

2 2022 em retrospectiva

Página

62

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Executivo	64
2022 em números	66
Principais participações	68
Órgãos sociais	70
Análise dos resultados consolidados	80
Fatores de risco	90
Evolução de negócios por área	96
Compromisso com a sociedade	144
Perspetivas futuras	154
Anexo ao relatório do Conselho de Administração	156

3 Documentos de prestação das contas consolidadas

Página

158

Demonstrações financeiras consolidadas	160
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	166
Documentos de apreciação e certificação	252



GRUPO VISABEIRA 1

Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Fernando Campos Nunes

O Grupo Visabeira, no ano de 2022, registou um desempenho notável, impulsionando um impressionante crescimento e superando máximos históricos nos principais indicadores. Mais se destaca este importante marco, pois foi concretizado num cenário mundial extremamente complexo e associado a um clima de enormes desafios e incertezas, em múltiplas frentes. De facto, este exercício foi ainda fortemente marcado pela transição do período restritivo da pandemia da Covid-19 para o novo enquadramento da fase de endemia; pelo eclodir da guerra no leste da Europa, na sequência da invasão da Rússia à Ucrânia, e pelos seus múltiplos impactos colaterais, como grandes dificuldades nos fornecimentos, associados a problemas críticos nos circuitos logísticos, falta de materiais, escassez de componentes eletrónicos, carência de produtos alimentares; a que acresceu ainda uma profunda crise na energia, muito em particular no sector dos combustíveis. Uma pléiade de factores que enformou um enquadramento extremamente complexo, a que também se associou um forte surto inflacionista, como já não se vivia há décadas.

Foi neste enquadramento adverso que concretizámos passos essenciais na consolidação do nosso percurso, sempre marcado pela criatividade, inovação, dinamismo, competitividade e ambição, e reforçámos o nosso posicionamento como marca de âmbito mundial, assumindo lideranças alicerçadas no tradicional papel de relevo que o Grupo tem nas principais áreas da atividade económica, entre as quais assumem especial destaque nos serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia, na indústria e no turismo.

O Grupo soube sempre, em cada momento e a cada dificuldade, ter a capacidade de, agilmente e assertivamente, se adaptar à nova e muito exigente realidade e, nos seus principais negócios, criou condições para se tornar um pilar do desenvolvimento das macro-tendências da transição digital, bem como da atual modernização na infraestrutura

energética e ainda a aposta nas energias renováveis. Além disso, manteve-se atento a novas oportunidades e à adaptação dos seus negócios, para se assumir como protagonista no contributo assertivo e objetivo para as emergentes necessidades e exigências que o novo real veio trazer à sociedade, aos mercados e às pessoas.

Neste contexto, complexo, difícil e desafiante, o Grupo soube sempre definir objetivos essenciais e, mantendo sempre o foco na qualidade e nas capacidades dos seus serviços e produtos, conseguiu superar-se, uma vez mais, e atingir marcos históricos, de que me apraz destacar a superação dos 1,45 mil milhões de euros no volume de negócios, correspondendo a um significativo crescimento de 24%, face ao período homólogo, tendo duplicado o seu volume de negócios nos últimos 4 anos.

O EBITDA alcançou os 210 milhões de euros, assinalando um incremento de 14,4%, um novo máximo, que é de realçar face às enormes dificuldades que pressionaram todo o exercício, vivido numa conjuntura de múltiplos matizes extremamente adversos.

A diversificação geográfica do Grupo e a sua expansão internacional, especialmente o crescimento nos mercados europeus, continua a ser um pilar da nossa estratégia. Em 2022, a atividade na Europa, excluindo Portugal, cresceu 31,5% e representa 62,2% do volume de negócios total do Grupo. Adicionalmente, consolidou a sua presença nos Estados Unidos da América e continuou a crescer, em Portugal e em África. Conseguimos assim alavancar a atividade do Grupo nos mercados externos, para um novo máximo de 78,8%, correspondente a um incremento de 2,3 p.p., face ao exercício anterior.

A equipa Visabeira, que continua a assumir um papel determinante, enquanto alavanca fulcral para a superação dos desafios que marcaram todo este ano, também cresceu. Somos hoje mais de treze mil e seiscentas pessoas, espalhadas pelos quatro cantos

do mundo, verdadeiros embaixadores da marca e do seu país. É esta vasta equipa a principal obreira da aposta ganha no reforço da competitividade e inovação e na crescente ambição que caracteriza toda a companhia. Em conjunto, conseguimos alavancar uma marca que granjeou a confiança dos mercados, pela sua capacidade de superar desafios e de oferecer produtos e serviços competitivos, inovadores, atrativos e confiáveis, numa matriz que objetiva uma competitividade responsável, compaginada no compromisso com a sustentabilidade, que assumimos para com todos, como princípio essencial de sobrevivência coletiva. Uma marca, várias insígnias, milhares de produtos e serviços que acreditamos são o nosso futuro.

Uma palavra também a todos quantos contribuíram para superar estes ambiciosos e exigentes desafios, e são, também por isso, companheiros na rota deste nosso sucesso: parceiros, fornecedores, colaboradores, acionistas, entidades, instituições e clientes. Bem hajam por partilhar connosco esta construção de futuro todos os dias.

Sabemos que 2023 será um ano ainda mais desafiante, com mais superações em vista, com novos e exigentes desafios a ultrapassar, mas também com novas soluções e novas estratégias para futuros sucessos.

Assumimos que estamos mais preparados, mais fortes e cada vez mais focados no rigor e na excelência, para mantermos o compromisso com os nossos serviços e produtos, para satisfazer as necessidades e as expectativas das pessoas, nos quatro cantos do mundo.



Fernando Campos Nunes
Presidente do Conselho Geral
e de Supervisão



“apraz destacar a superação dos 1,45 mil milhões de euros no volume de negócios, correspondendo a um significativo crescimento de 24% e mais que triplicando este valor na última década”

Visão

Ser um grupo económico de ampla expansão multinacional, procurar a liderança em todos os setores e mercados onde atua e marcar a diferença pelos conceitos inovadores e soluções integradas que criam valor para os nossos clientes e acionistas.

Missão

Ser facilitador do dia-a-dia de milhares de pessoas, um pouco por todo o mundo. Oferecer aos nossos parceiros e clientes soluções cada vez mais completas, de acordo com as suas necessidades e respondendo às suas expetativas, através de uma cada vez maior capacidade produtiva e operacional. Graças à transdisciplinaridade que nos define, produzimos uma grande diversidade de bens, prestamos serviços nas mais diversas áreas e criamos múltiplas oportunidades de negócio.

Valores

Os valores que assumimos, enquanto elementos definidores da marca Visabeira, são transversais a todos os profissionais e às várias áreas da organização, mostrando-se decisivos para a evolução do Grupo e para o seu contínuo sucesso.

CRIATIVIDADE
 INOVAÇÃO
 DINAMISMO
 COMPETITIVIDADE
 AMBIÇÃO

Uma década em números

2012 - 2022

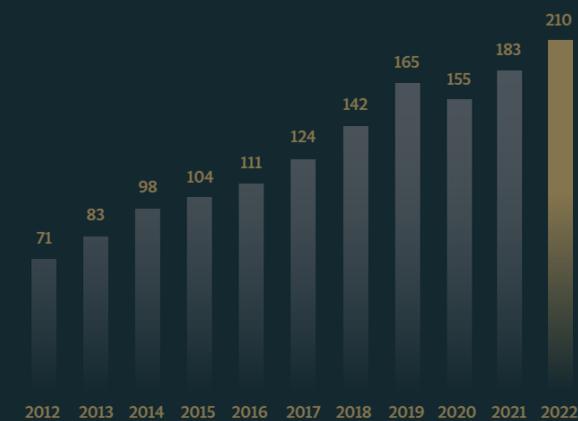
Volume de negócios 2022

1.452 M€



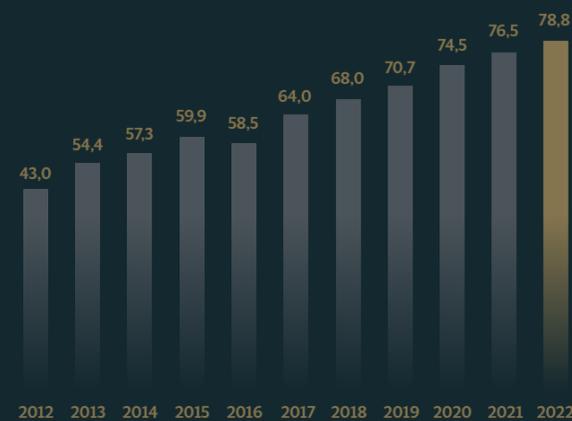
EBITDA 2022

210 M€



Mercados externos 2022

78,8%



Volume de negócios 2022

1.452 M€

▲ 3,1x 208%
(2012 - 2022)

EBITDA 2022

210 M€

▲ 3,0x 196%
(2012 - 2022)

Mercados externos 2022

78,8%

▲ 1,8x 83%
(2012 - 2022)

Colaboradores

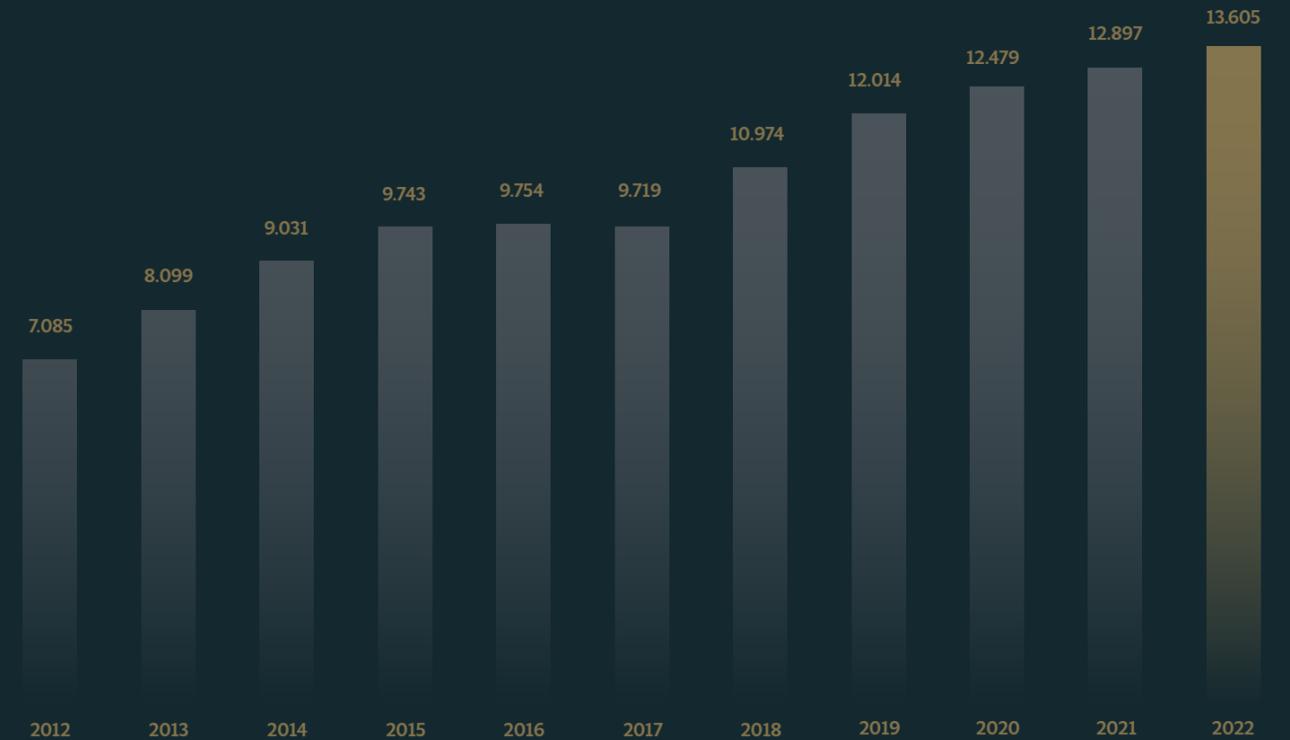
2012 - 2022



Distribuição Geográfica

Número médio de colaboradores

2012 - 2022



Total Mundial 2022

13.605

TOTAL MUNDIAL (2012 - 7.085 / 2021 - 13.605)



Onde estamos

O Grupo Visabeira tem empresas em 18 países, Portugal, França, Reino Unido, Bélgica, Moçambique, Alemanha, Estados Unidos da América, Angola, Itália, República da Irlanda, Espanha, São Tomé e Príncipe, Dinamarca, Brasil, Marrocos, México, Suécia e Índia. Estando presente, por via dos seus produtos e serviços, num total de 134 nações.

18

PRESENCAS INTERNACIONAIS
COM EMPRESAS

134

NAÇÕES COM PRODUTOS
E SERVIÇOS

Empresas

Europa

Portugal
França
Reino Unido
Bélgica
Alemanha
Itália
República da Irlanda
Espanha
Dinamarca
Suécia

América

E.U.A.
Brasil
México

África

Moçambique
Angola
São Tomé e Príncipe
Marrocos

Ásia

Índia

Produtos — Serviços

Europa

Andorra
Arménia
Áustria
Azerbaijão
Bielorrússia
Bulgária
Chipre
Croácia
Escócia
Eslovénia
Eslováquia
Estónia
Finlândia
Geórgia
Grécia
Hungria
Ilhas Faroe
Inglaterra
Irlanda do Norte
Islândia
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
País de Gales
Países Baixos
Polónia
República Checa
Roménia
Rússia
Sérvia
Suíça
Turquia
Ucrânia

América

Antígua
Argentina
Aruba
Belize
Bolívia
Canadá
Caraíbas
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Equador
El Salvador
Guadalupe
Guatemala
Guiana
Guiana Francesa
Haiti
Honduras
Jamaica
Martinica
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela

África

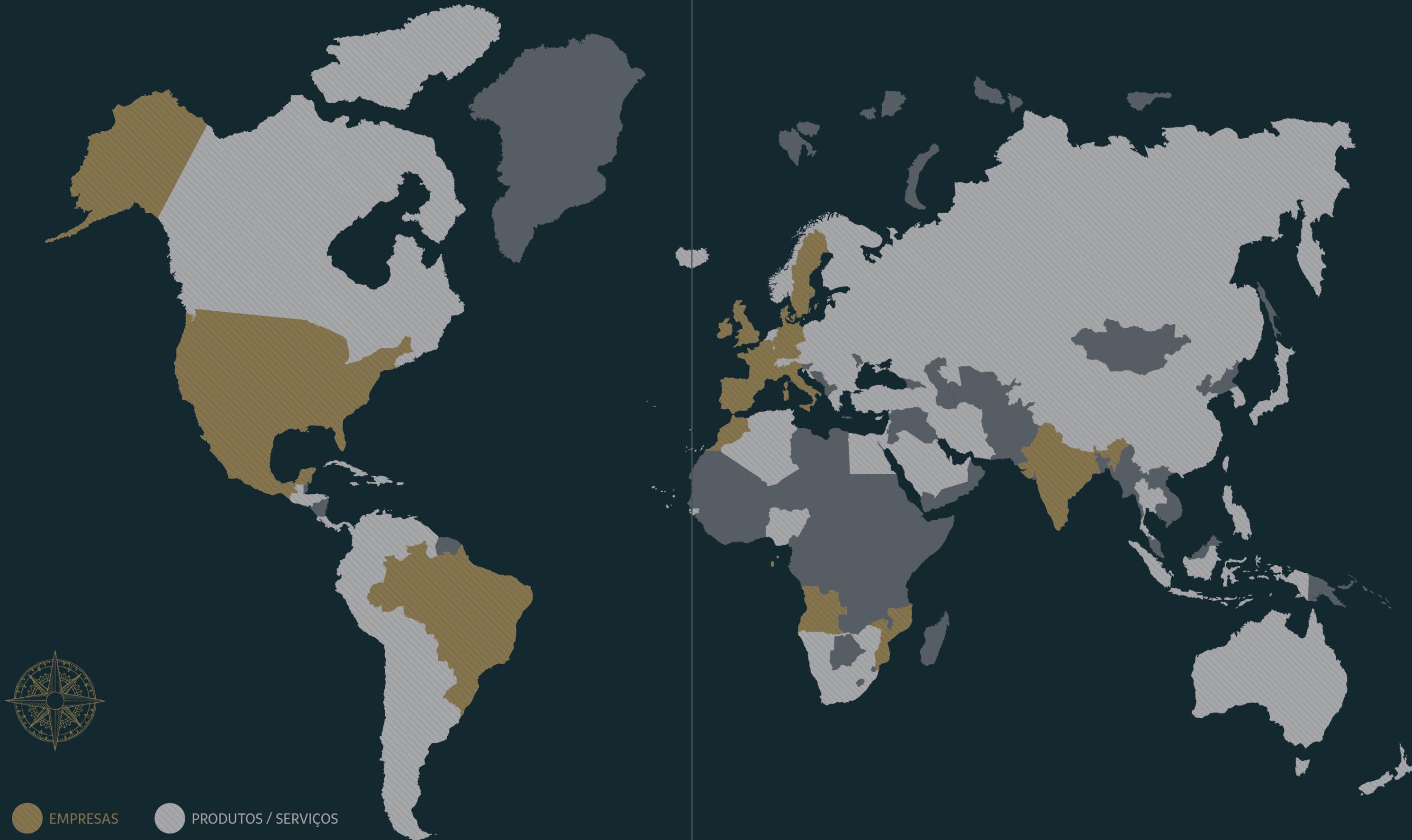
África do Sul
Argélia
Cabo Verde
Congo
Egito
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Líbia
Malawi
Mali
Maurícia
Namíbia
Nigéria
Quênia
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Suazilândia
Sudão
Togo
Tunísia
Zâmbia
Zimbabué

Oceânia

Austrália
Nova Zelândia

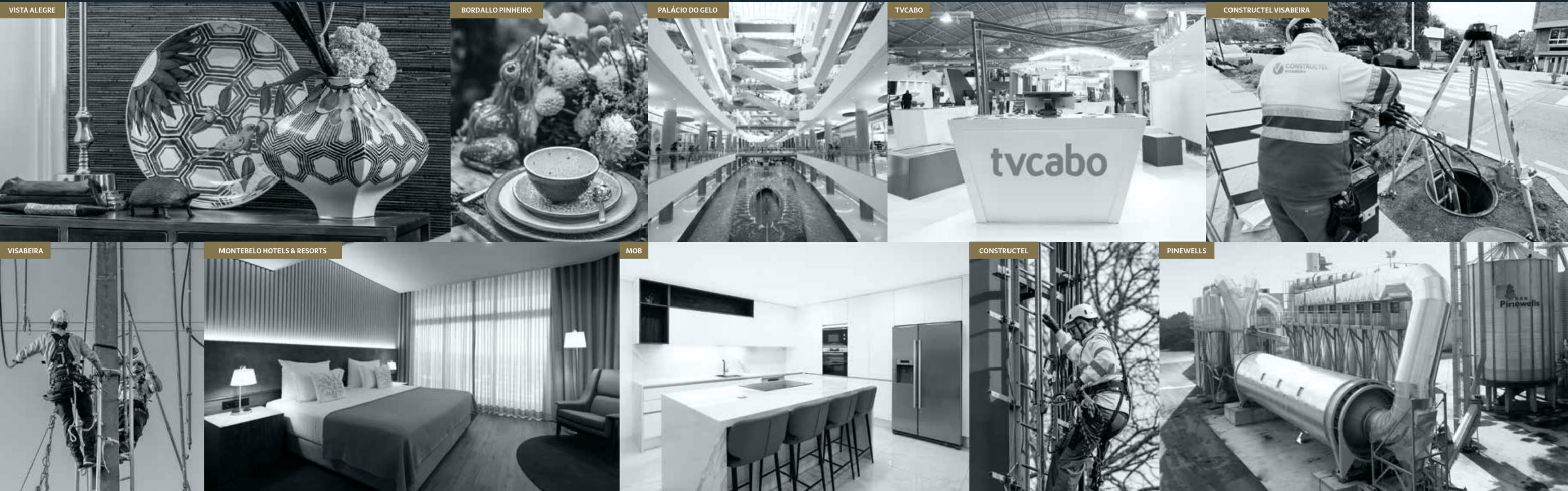
Ásia

Arábia Saudita
Barém
Cazaquistão
China
Coreia do Sul
EAU
Filipinas
Hong Kong
Indonésia
Irão
Iraque
Israel
Japão
Jordânia
Libano
Kuwait
Macau
Malásia
Omã
Qatar
Singapura
Sri Lanka
Taiwan
Timor Loro Sae
Tailândia
Vietname



As nossas marcas

As marcas do Grupo Visabeira adquiriram reconhecimento nacional e internacional associadas ou independentes da notoriedade deste, mas todas elas beneficiam da eficiência comunicacional que o Grupo tem afirmado ao longo dos anos. É o caso de insígnias que remontam ao século XIX, e que ganharam novo fulgor após integrarem o seu portefólio de empresas, crescendo exponencialmente em exposição global.



1824

1884

1980

1988

1996

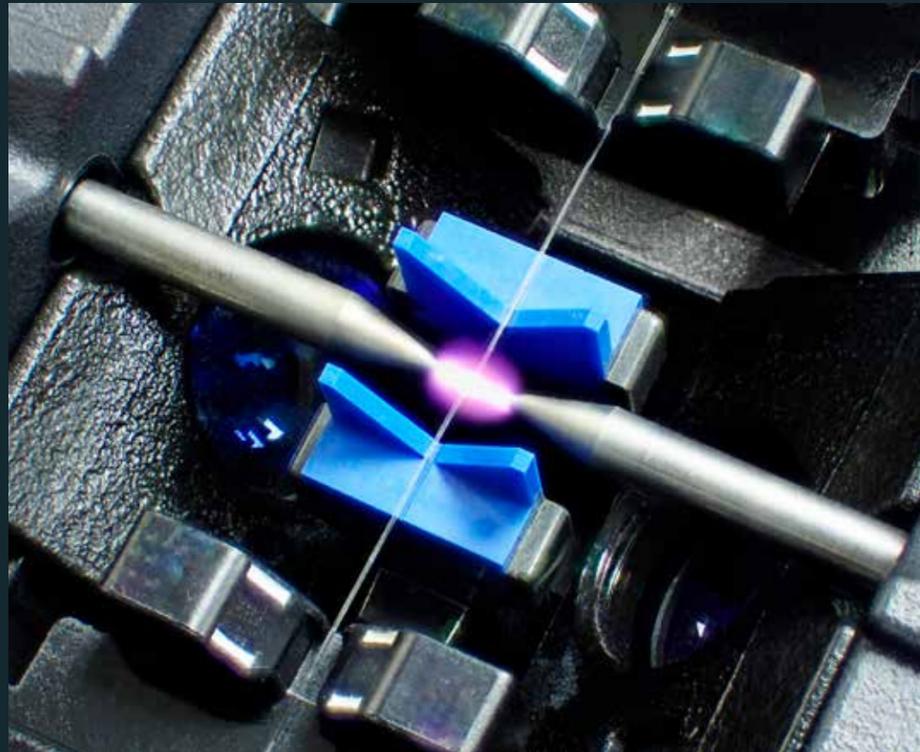
2002

2009

2020



Principais negócios



Global

Telecomunicações
Energia
Tecnologia
Construção

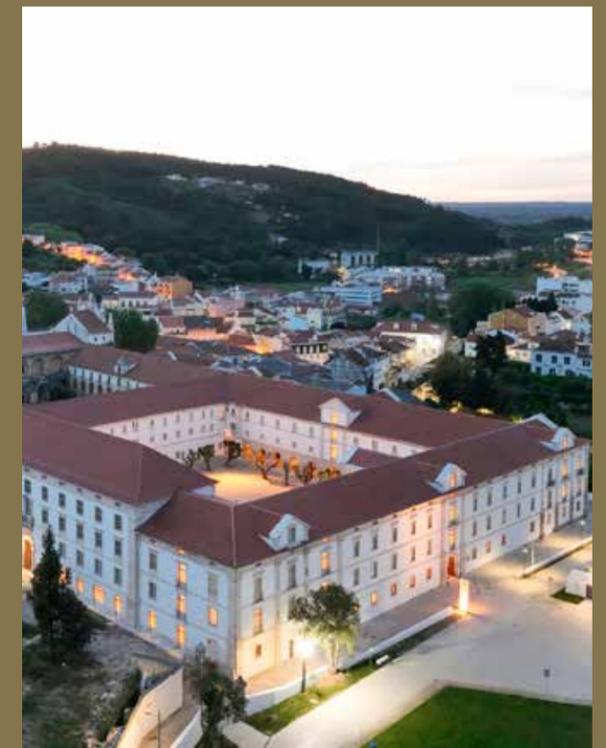


Indústria

Cerâmica e cristalaria
Cozinhas
Biocombustíveis
e energia térmica

Turismo Imobiliária e Serviços

Hotelaria
Restauração
Shopping
Imobiliária
Serviços



Global



Telecomunicações
Energia
Tecnologia
Construção

Performing Telecommunications

- Engenharia de redes de telecomunicações fixas e móveis;
- Infraestruturas tecnológicas;
- Soluções técnicas especializadas para redes de telecomunicações, transportes, defesa e segurança;
- Operações de televisão, internet e voz por cabo e fibra ótica.

Performing Energy

- Instalação, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos nos domínios da eletricidade, gás e energias renováveis – incluindo solar, eólica, cogeração e biocombustíveis;
- Projeto e assistência técnica.

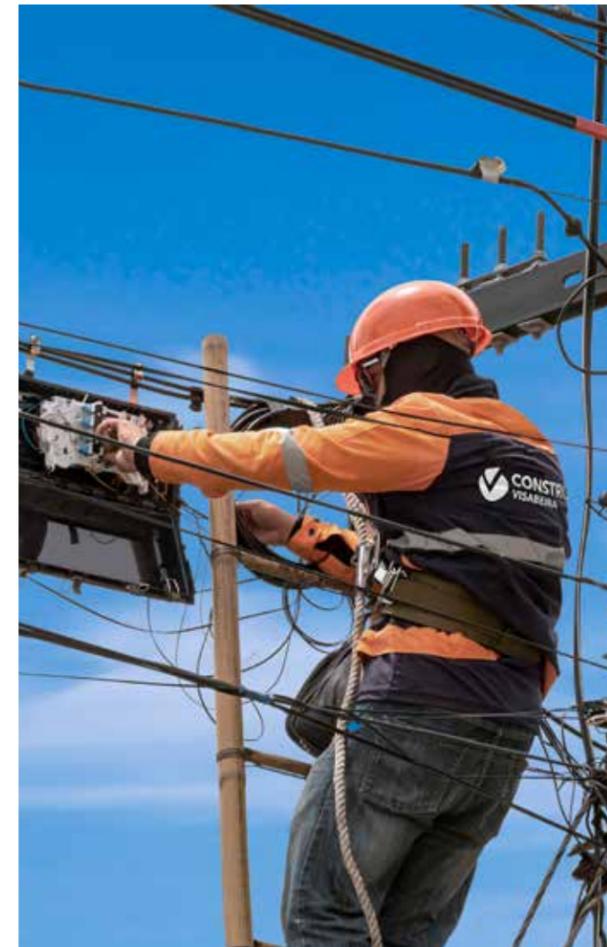
Performing Technology

- Soluções e serviços de engenharia, sistemas de informação e comunicação, mobilidade, inovação e georreferenciação;
- Integração de soluções;
- Manutenção e assistência técnica.

Performing Construction

- Construção e engenharia civil;
- Projetos, construção, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas.

Telecomunicações e Energia



CONSTRUCTEL VISABEIRA

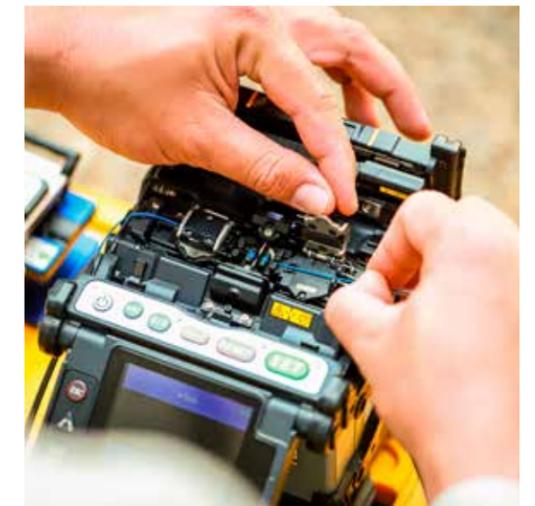
- PORTUGAL
- FRANÇA
- REINO UNIDO
- BÉLGICA
- ALEMANHA
- E.U.A.
- ITÁLIA
- REPÚBLICA DA IRLANDA
- ESPAÑA
- DINAMARCA
- SUÉCIA

Telecomunicações



- MJ QUINN (UK)**
- CONSTRUCTEL FRANÇA (FR)**
- CONSTRUCTEL BÉLGICA (BE)**
- CONSTRUCTEL MODAL (BE)**
- OBELISK (IR)**
- CONSTRUCTEL GMBH (DE)**
- ELECTRO WÜRKNER (DE)**

Telecomunicações



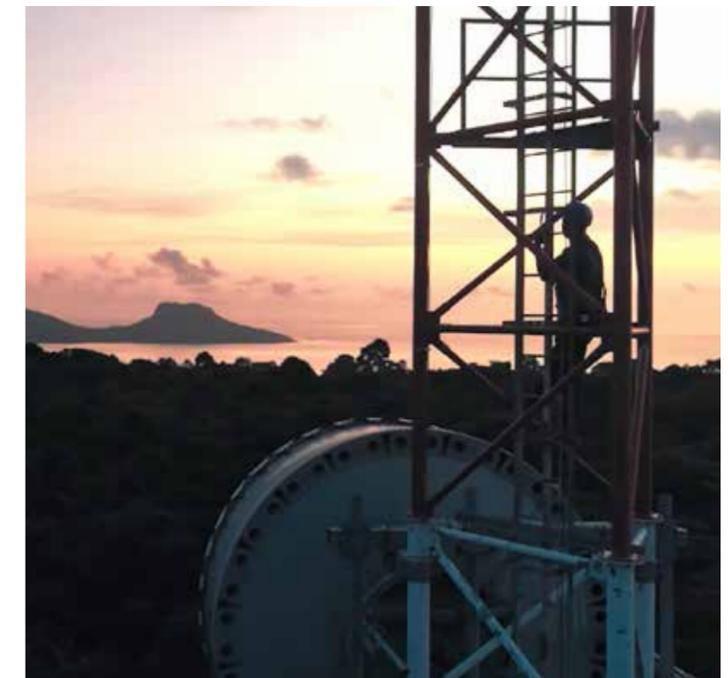
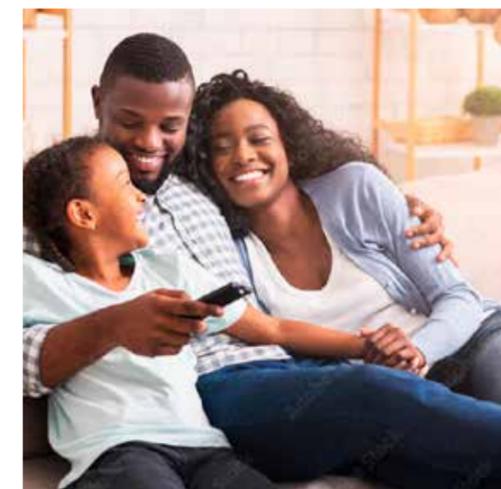
VIATEL (PT)
PDT (PT)
INPOWER (IT)
OMV NATIE (BE)
FRANZ JOSEF BRAUN (DE)
ESCOTEL (FR)
GATEL (FR)

IEME (IT)
CONSTRUCTEL DINAMARCA (DK)
IUTEL (PT)
TOFT HANSEN (DK)
INFRASIGN (BE)
VISACTYS (FR)
SCI CONSTRUCTEL (FR)

Telecomunicações

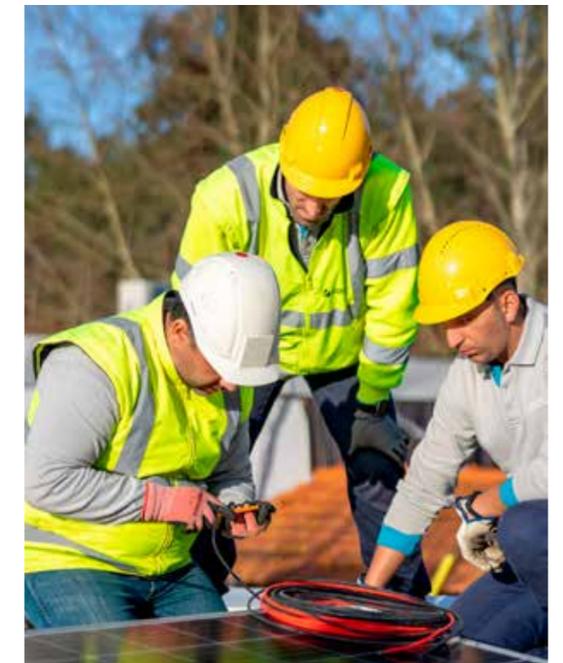


TELEVISA (MZ)
COMATEL (AO)
ESCOT TELECOM MAROC (MR)



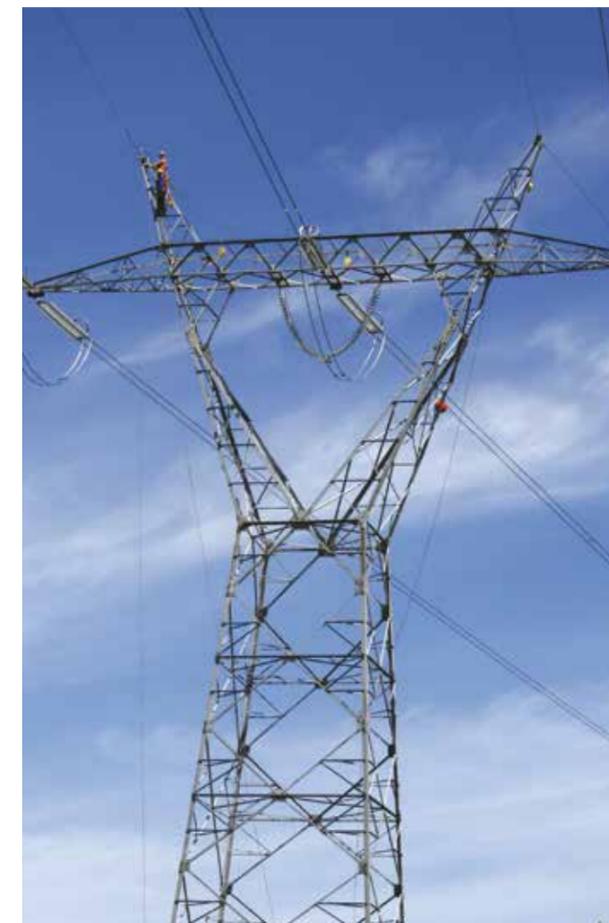
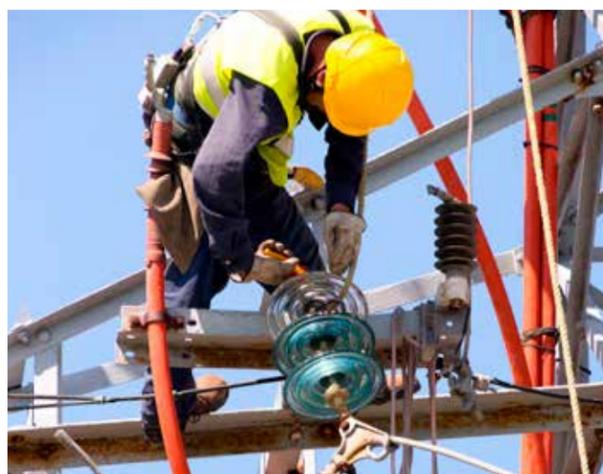
TVCABO ANGOLA
TVCABO MOÇAMBIQUE
COMPANHIA SANTOMENSE DE TELECOMUNICAÇÕES

Energia



- MJ QUINN (UK)**
- JF EDWARDS (USA)**
- VISABEIRA INFRAESTRUTURAS (PT)**
- OBELISK (IR)**
- ELECTRO WÜRKNER (DE)**
- CUNHA SOARES (DE)**
- EIP SERVIÇOS (PT)**
- CONSTRUCTEL ENERGIE (FR)**

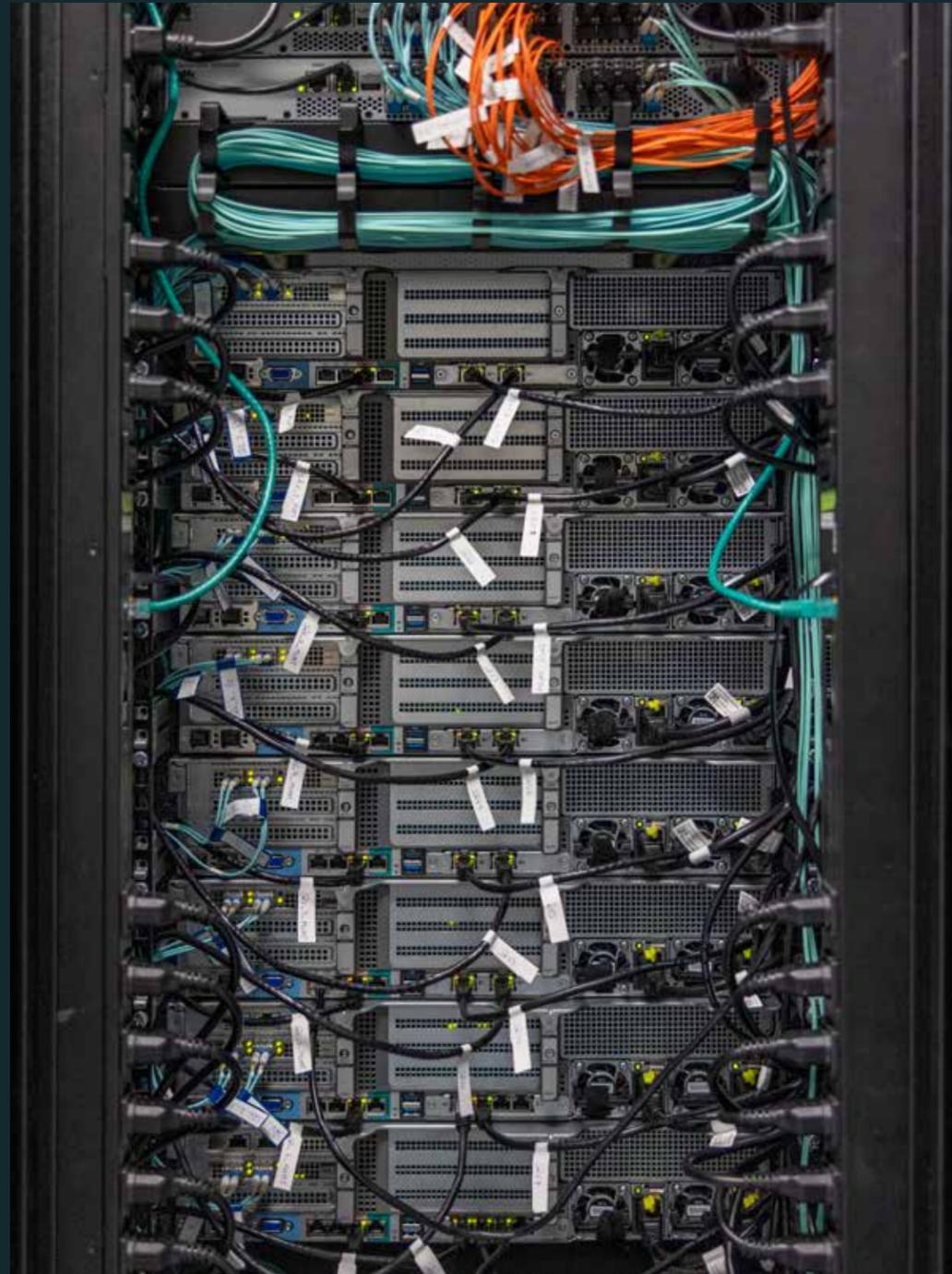
Energia



IEME (IT)
TENSA (ES)
TOFT HANSEN (DK)
MJ QUINN SOLAR (UK)
NATURENERGIA (PT)
ENERGYDIST (UK)

ELECTROTEC (MZ)
SELFENERGY (MZ)

Tecnologia



REAL LIFE TECHNOLOGIES
AEROPROTECHNICK
VISABEIRA I&D

Construção



- EDIVISA (PT)
- MARTIFER VISABEIRA (MZ)
- VISACASA (PT)
- SOGITEL (MZ)
- FERREIRA E COELHO (PT)
- HIDROÁFRICA (MZ)

Indústria



Cerâmica
Cristal e Vidro

Cozinhas
Biocombustíveis e Energia Térmica

Performing Industry

- Fabrico e comercialização de cerâmica (porcelana, faiança, grés), cristal e vidro, para os segmentos de tableware, giftware, decorativo e hotelware;
- Fabrico e comercialização de mobiliário de cozinha multifuncional e personalizável;
- Conceção e desenvolvimento de caldeiras e sistemas de recuperação de energia e serviços associados;
- Produção de combustível orgânico, pellets/ biomassa.

Cerâmica



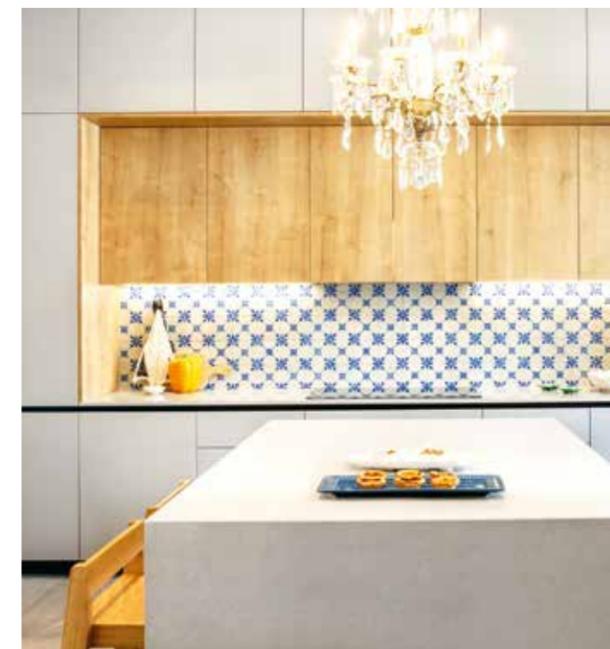
VISTA ALEGRE
BORDALLO PINHEIRO
RIA STONE
CERUTIL

Cristal e Vidro



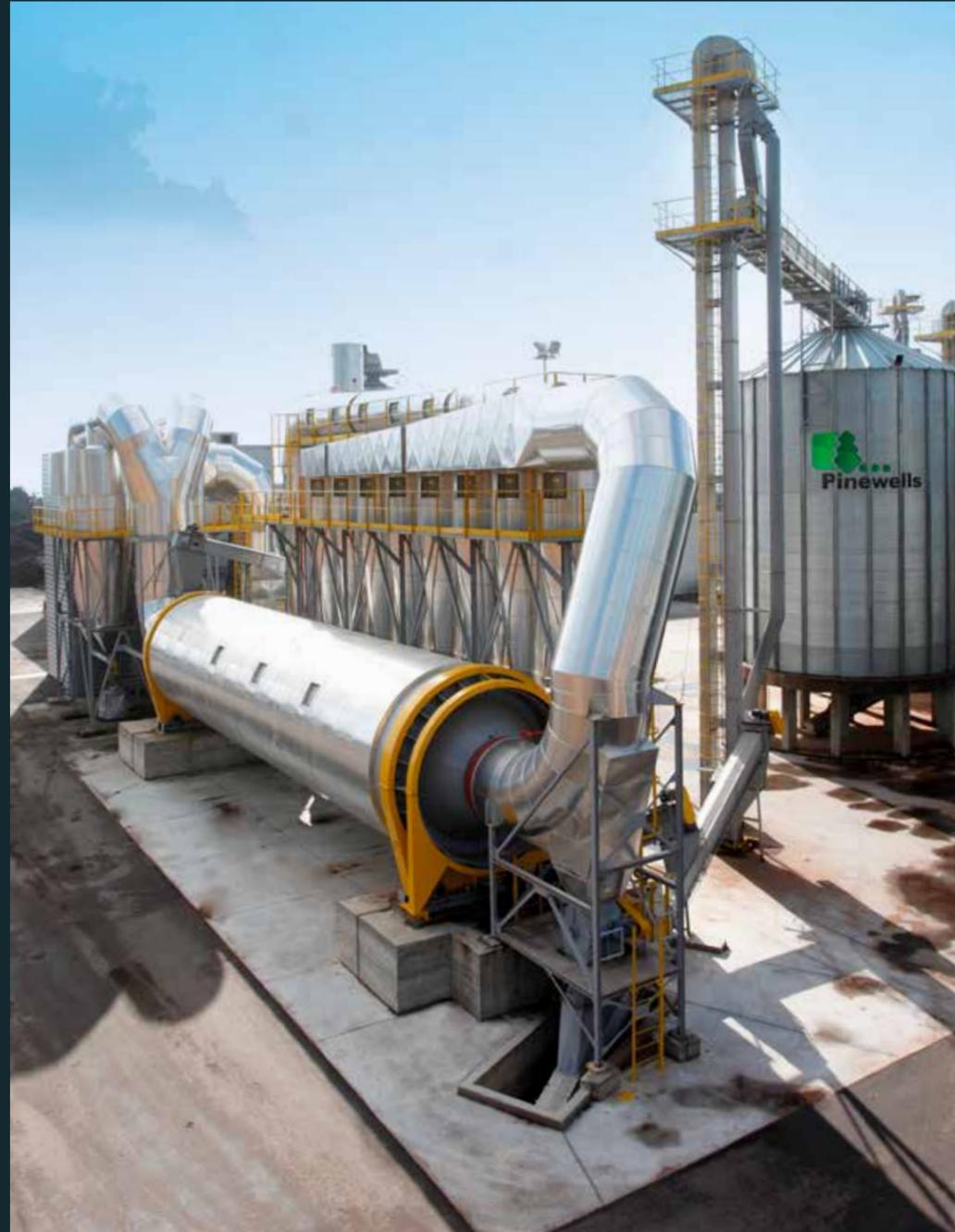
VISTA ALEGRE

Cozinhas



**MOB
ÁLAMO**

Biocombustíveis e Energia Térmica



**PINEWELLS
AMBITERMO**

Turismo, Imobiliária e Serviços



Hotelaria
Restauração
Lazer

Imobiliária
Serviços

Performing Tourism

- Exploração de unidades hoteleiras (hotéis, resorts e lodges);
- Restauração;
- Complexos de entretenimento, lazer, bem-estar e desporto;
- Rede hoteleira em Portugal e Moçambique, para lazer e negócios, com hotéis nos segmentos de congressos e reuniões, turístico;
- Oferta integrada de charme, natureza, desporto, cultura e história.

Performing Real Estate

- Conceção, construção, comercialização, mediação, manutenção e gestão de empreendimentos;
- Portefólio diversificado de qualidade superior para os segmentos alto e médio-alto;
- Residencial, escritórios, comercial, turístico, parques e outras áreas complementares;
- Gestão e serviços.

Performing Services

- Múltipla oferta de produtos e serviços ou soluções chave-na-mão;
- Estudo, desenvolvimento e projetos;
- Serviços especializados nos vários domínios empresariais;
- Assistência e consultoria.

Hotelaria - Portugal



1. Grupo Visabeira

Principais negócios

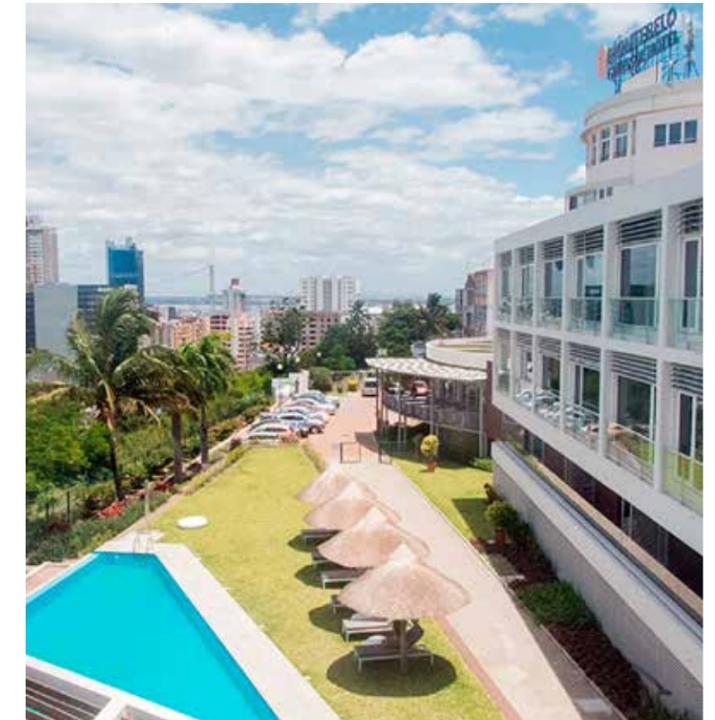


MONTEBELO

- MOSTEIRO DE ALCOBAÇA HISTORIC HOTEL
- VISTA ALEGRE ÍLHAVO HOTEL
- AGUIEIRA LAKE RESORT & SPA
- UISEU CONGRESS HOTEL
- PARADOR CASA DA ÍNSUA

- VISTA ALEGRE LISBOA CHIADO HOTEL
- LISBON DOWNTOWN APARTMENTS
- PALÁCIO DOS MELOS VISEU HISTORIC HOTEL
- PRÍNCIPE PERFEITO VISEU GARDEN HOTEL

Hotelaria - Moçambique



MONTEBELO
INDY MAPUTO CONGRESS HOTEL
GIRASSOL MAPUTO HOTEL
LICHINGA HOTEL BY MONTEBELO

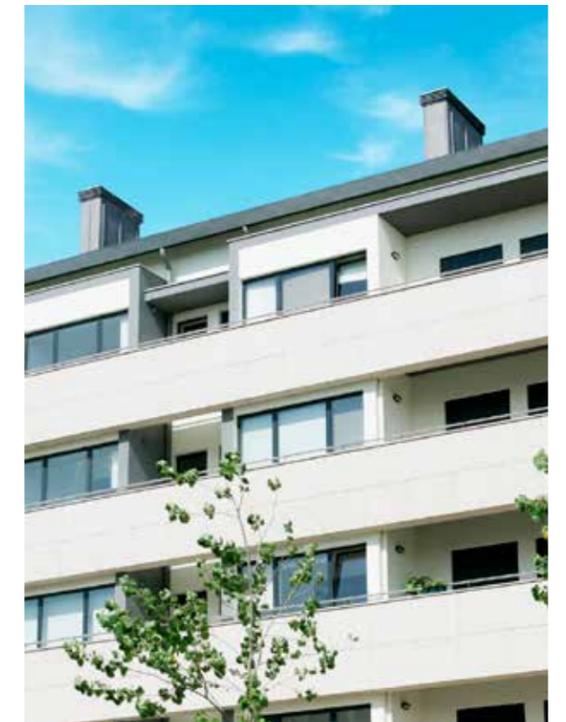
MILIBANGALALA BAY RESORT
GORONGOSA LODGE & SAFARI
SONGO HOTEL BY MONTEBELO

Restauração



CERVEJARIA ANTÁRTIDA (LISBOA E VISEU)
SQUISITO RISTORANTE ITALIANO (LISBOA E VISEU)
ZAMBEZE RESTAURANTE (LISBOA)
FORNO DA MIMI & RODÍZIO REAL (VISEU)
AMAZÓNIA (VISEU)
RODÍZIO DO GELO (VISEU)

Imobiliária



MORADIAS AGUIEIRA (PT)
QUINTA DO BOSQUE (PT)
QUINTA DA ALAGOA (PT)
FORUM RESIDENCE (PT)
VILLATRIUM (PT)
MORADIAS VILABEIRA (PT)
PATEO VERA CRUZ (PT)

AREIRO SELECT (PT)
GLORIA RESIDENCE (PT)
FIGUEIRA NOVA (PT)
PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO (PT)
VISABEIRAHOUSE (PT)
IMOVISA (MZ)
EDIFÍCIO NAMPULA (MZ)

Serviços



FUNDAÇÃO VISABEIRA (PT)
VISAUTO (MZ)
MERCURY (MZ)
AUTOVISA (MZ)



2022 EM RETROSPETIVA



Presidente do Conselho de Administração Executivo

Nuno Terras Marques



“Reforçámos a nossa estratégia focada num crescimento sólido e sustentável, cada vez mais suportado por uma robusta e contínua carteira de contratos que, a 31 de dezembro, superava os 4 mil milhões de euros”

O ano de 2022 ficou marcado por um contexto extremamente adverso fruto da eclosão da guerra na Ucrânia, com os seus múltiplos impactos colaterais, como grandes dificuldades nos fornecimentos, problemas críticos nos circuitos logísticos e na distribuição, com falta de materiais, escassez de componentes eletrónicos, carência de produtos alimentares e uma profunda crise na energia, muito em particular no sector dos combustíveis, a que se veio juntar ainda um surto inflacionista, com uma dimensão de que não existe memória há mais de três décadas.

Foi neste complexo enquadramento, em que as incertezas e desafios se avolumaram, que o Grupo Visabeira se superou, uma vez mais, continuando a crescer e a expandir os seus negócios, numa matriz cada vez mais internacional e atingindo novos recordes nos principais indicadores: 1,45 mil milhões de euros no volume de negócios, com um crescimento de 24% e 210 milhões de euros de EBITDA, com um incremento de 14,4%, crescendo para um novo máximo histórico de 78,8 % no peso internacional do seu volume de negócios.

O exercício de 2022, vai também ficar na memória como o ano de grande afirmação da Constructel Visabeira no mercado global, ao superar a fasquia dos mil milhões de euros no volume de negócios, protagonizando um impressionante crescimento de mais de 20%. A empresa confirmou, assim, o ritmo de crescimento do ano anterior e consolidou-se definitivamente como um dos maiores players europeus, no domínio da oferta integrada de serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia.

Neste contexto, destaque para a capacidade de crescimento evidenciada, tanto na área de telecomunicações, que atingiu os 814 milhões de euros, como na área de energia, que ascendeu aos 212 milhões de euros. Menção ainda ao mercado americano, que representou cerca de 6,5% do volume de negócios consolidado.

Esta expansão da Constructel Visabeira ficou marcada por um forte crescimento, predominantemente orgânico, com o Reino

Unido, Bélgica, Alemanha e Itália a serem os grandes impulsionadores do incremento do volume de negócios. Paralelamente, no âmbito da política de aquisições, destaque para a integração no nosso portefólio de mais quatro empresas: a Elektro-Würkner, que atua na Alemanha, a Obelisk, que atua na República da Irlanda, a Inpower, que atua em Itália e, ainda, a MJ Quinn Solar que atua no Reino Unido. Especial destaque para a parceria com a Goldman Sachs Asset Management, concretizada num investimento de 200 milhões de euros, para aquisição de uma participação minoritária de 21,86%, na Constructel Visabeira. Os recursos provenientes deste investimento, serão utilizados, predominantemente, para acelerar o crescimento orgânico e inorgânico, através de aquisições, alavancando a estratégia de expansão da empresa.

A Constructel Visabeira reforça assim a sua posição, combinando visão empresarial, competência operacional e capacidade de execução únicas, com a amplitude da plataforma internacional e os recursos mundiais da Goldman Sachs, para desenvolver negócios e acelerar a criação de valor nos portefólios de atividades da Constructel.

Reforçámos a nossa estratégia focada num crescimento sólido e sustentável, cada vez mais suportado por uma robusta e contínua carteira de contratos que, a 31 de dezembro, superava os 4 mil milhões de euros de serviços, estrategicamente diversificada pelos maiores operadores de telecomunicações e utilities de energia da Europa e Estados Unidos da América.

Na área da Indústria, o Grupo Vista Alegre, que integra no seu portefólio a Bordallo Pinheiro, bateu o seu record de vendas atingindo os 143 milhões de euros. De salientar, a nível internacional, os mercados dos Estados Unidos da América e Brasil e, na Europa, os mercados dos Países Baixos, França, Espanha e Alemanha, como os maiores contribuidores para as vendas no mercado externo, que representaram 72% do volume de negócios da Vista Alegre, com 103 milhões de euros de vendas. Destaque para as vendas geradas pelos produtos de marca (Vista Alegre e Bordallo Pinheiro), considerando apenas o retalho físico e online que, ao nível

nacional e internacional, cresceram 21,3%, face a 2021, o que atesta o excelente desempenho e o crescente reconhecimento das nossas marcas ao nível global.

A Visabeira Turismo manteve o foco no crescimento e, no decorrer do ano de 2022, inauguramos duas novas unidades hoteleiras, o Montebelo Mosteiro de Alcobaça e o Montebelo Milibangalala Bay Resort, em Portugal e Moçambique respectivamente.

Destaque ainda para o crescimento do volume de negócios no continente africano, com realce para as operações de televisão por cabo e de telecomunicações, em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

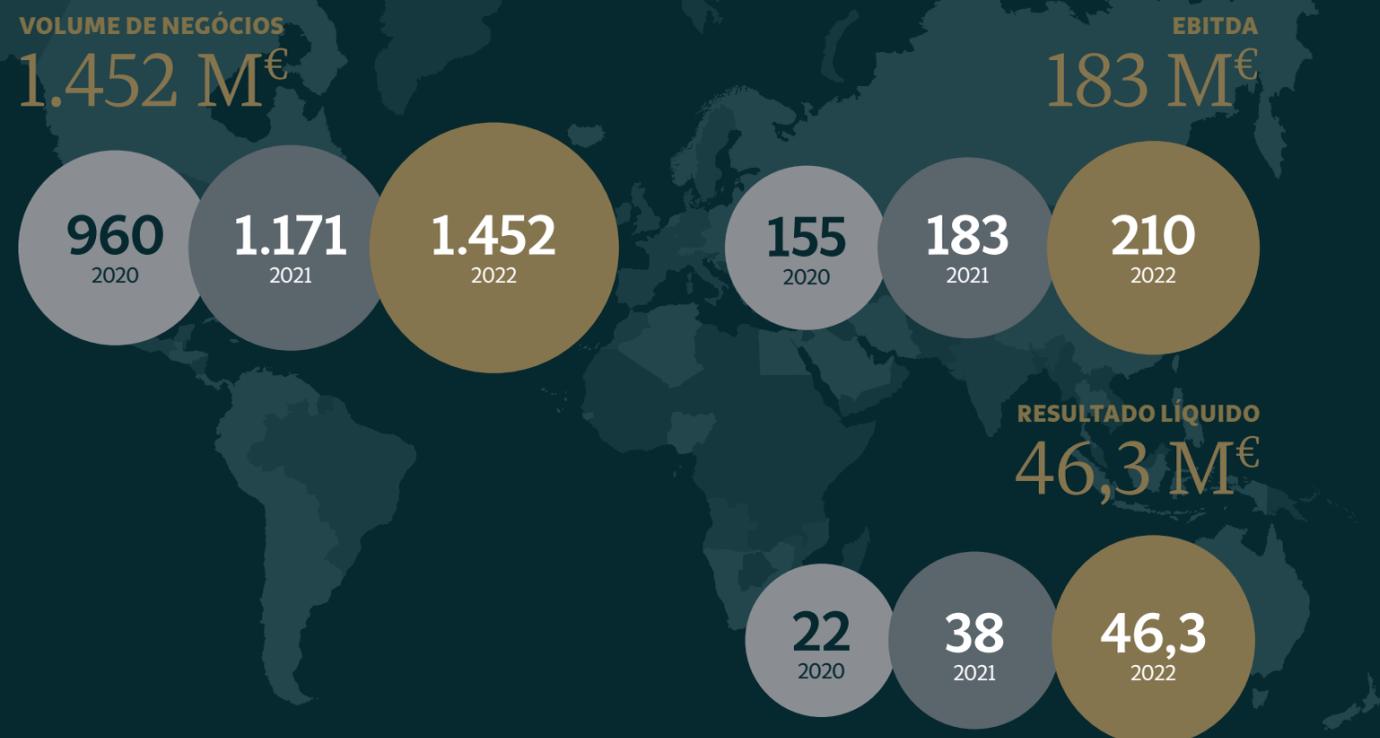
O Grupo continua a somar países e mercados no seu universo empresarial que, no final do exercício, contava com empresas em Portugal, França, Reino Unido, Bélgica, Moçambique, Alemanha, Estados Unidos da América, Angola, Itália, República da Irlanda, Espanha, São Tomé e Príncipe, Dinamarca, Brasil, Marrocos, México, Suécia, Índia e, por via dos produtos e serviços, marca presença em mais de 134 países, nos cinco continentes.

Como corolário deste ano chave para o Grupo Visabeira, queremos partilhar o sucesso alcançado com todos os nossos stakeholders. Cada um no seu protagonismo é parcela essencial deste êxito que nos envolve a todos, por isso também o nosso sincero reconhecimento, na certeza de que este importante passo só reforça a motivação de toda a equipa para continuarmos o rumo de sucesso que temos vindo a concretizar, superando todos os dias desafios cada vez mais ambiciosos.

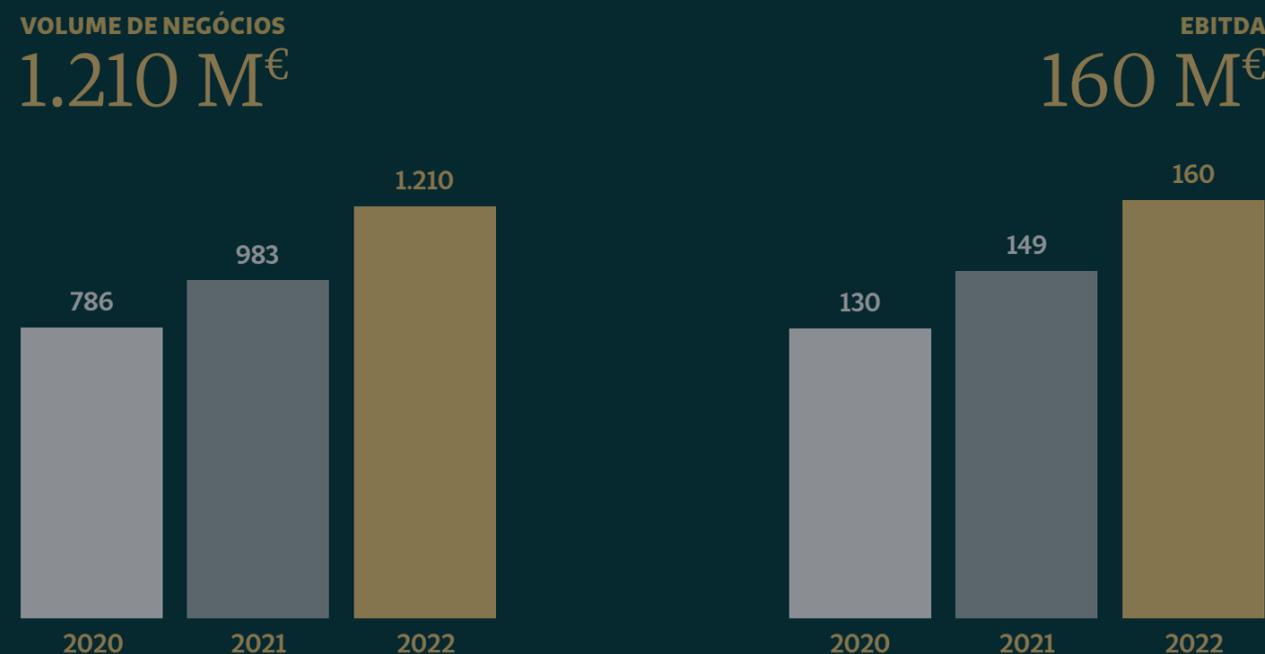
Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Presidente do Conselho de Administração Executivo

2022 em números

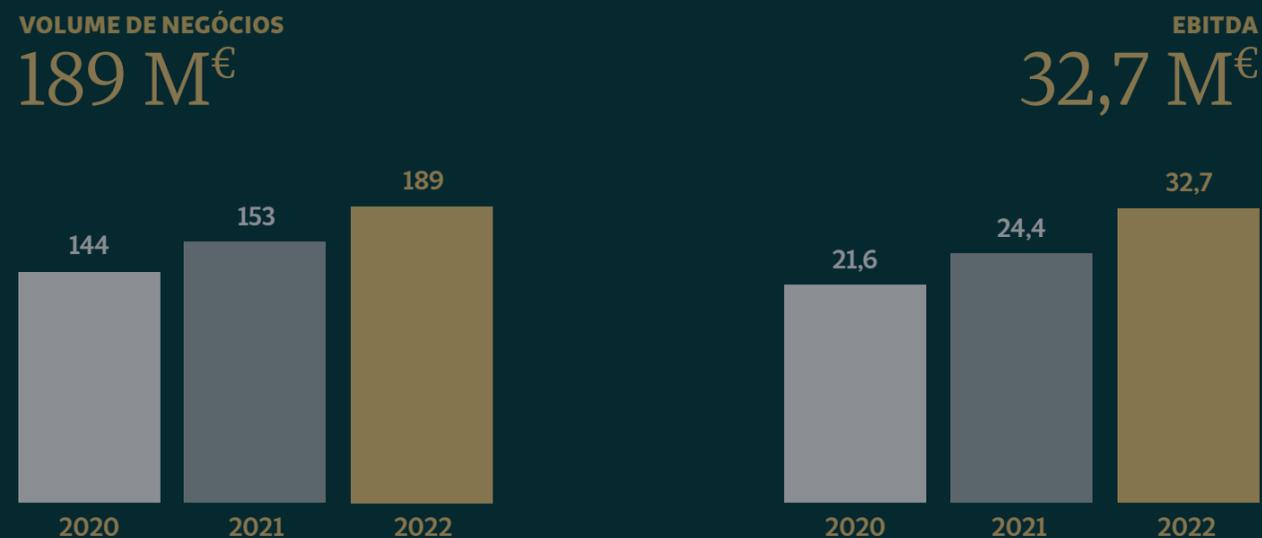
Grupo Visabeira



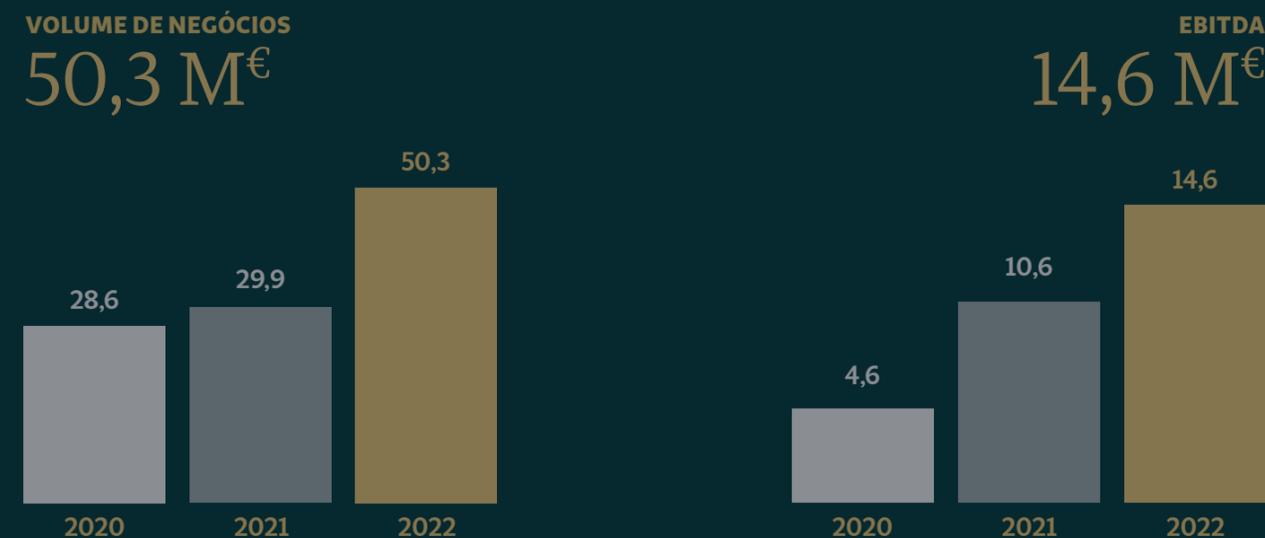
Visabeira Global



Visabeira Indústria



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços*



Grupo Visabeira

1,43%

Outros acionistas

98,57%

NCFGEST, SA*

VISABEIRA GLOBAL

100%

EUROPA

Portugal

Constructel Visabeira	78,11%	b)
Viatel	78,11%	
PDT	78,11%	
Visabeira	78,11%	
Edivisa	100,00%	
Real Life Technologies	65,00%	
Naturenergia	100,00%	
Visacasa	100,00%	
Iutel	78,07%	
Field Force Atlântico	100,00%	
Aeroprotechnik	39,84%	
VisaPower	74,20%	d)
VisaPower II	74,20%	
Beiragás	23,55%	a)
EIP Serviços	74,20%	d)
Cunha Soares	39,84%	e)
Ferreira e Coelho	51,00%	
Jayme da Costa	15,00%	a)

França

Constructel	78,11%	
Constructel Energie	77,38%	
Escotel	78,11%	
Gatel	78,11%	

Reino Unido

MJ Quinn	78,11%	
Quinn Constructel	78,11%	
MJ Quinn Solar	78,11%	

República da Irlanda

Obelisk	78,11%	
---------	--------	--

Bélgica

Constructel Modal	78,11%	
Constructel Bélgica	78,11%	
OMV Natie	62,49%	d)
Modal Installation	78,11%	
Cabling Station	78,11%	
Infrassign	62,49%	d)

Itália

Ieme	78,11%	
Inpower	42,57%	
Constructel Itália	78,11%	

Alemanha

Constructel GmbH	78,11%	
Elektro-Würkner	78,11%	
Franz Josef Braun	78,11%	
Constructel Bau	78,11%	

Dinamarca

Constructel Dinamarca	78,11%	
Toft Hansen	78,11%	

Espanha

Tensa	74,20%	d)
-------	--------	----

ÁFRICA

Angola

TVCabo Angola	50,00%	
Comatel	100,00%	
Edivisa	100,00%	
EIP Angola	100,00%	
Vista Power	50,00%	a)

Moçambique

TVCabo Moçambique	50,00%	
Televisa	50,00%	
Sogitel	90,00%	
Hidroáfrica	96,79%	
Selfenergy	79,60%	
Real Life Academy	65,70%	
Real Life Moçambique	65,70%	
Electrotec	49,00%	a)

São Tomé e Príncipe

Comp. Santomense	51,00%	
------------------	--------	--

Marrocos

Escot Telecom Maroc	100,00%	
---------------------	---------	--

AMÉRICA

Estados Unidos da América

JF Edwards	74,20%	d)
------------	--------	----

ÁSIA

Índia

Birla Visabeira	49,00%	a)
-----------------	--------	----

* Incluiu 0,32% detidos diretamente por Fernando Campos Nunes.

VISABEIRA INDÚSTRIA

100%

EUROPA

Portugal

Vista Alegre Atlantis SA	85,60%
Ria Stone	85,60%
Ria Stone II	85,60%
Pinewells	100,00%
Ambitermo	51,00%
Cerutil	85,60%
Mob	97,78%
Bordallo Pinheiro	73,74%
Bordalgest	85,60%
Vista Alegre I.I.	85,60%
Vista Alegre Atlantis SGPS	85,60%
Faianças da Capôa	85,60%
Cerexport	85,60%
Granbeira II	100,00%
Rodinerte	50,00%
Besconsigo	50,00%
Armisepi	60,00%

França

Vista Alegre France	85,60%
Mob Cuisines	97,78%

Espanha

Vista Alegre Atlantis Espanha	85,60%
-------------------------------	--------

Reino Unido

Vista Alegre UK	85,60%
-----------------	--------

ÁFRICA

Angola

Alamo	99,96%
Visaconstroi	99,96%

Moçambique

Celmoque	91,23%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	85,75%
Agrovisa	100,00%
Marmonte	80,00%

Marrocos

Ambitermo Marrocos	51,00%
--------------------	--------

AMÉRICA

Brasil

Vista Alegre Atlantis Brasil	76,97%
------------------------------	--------

Estados Unidos da América

Vista Alegre Atlantis USA	85,60%
---------------------------	--------

México

México VA	85,60%
-----------	--------

ÁSIA

Índia

Shree Sharda Vista Alegre	42,80%
---------------------------	--------

VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS

100%

EUROPA

Portugal

Empreendimentos Montebelo	99,83%	
Visabeira Imobiliária SA	100,00%	
Ifervisa	100,00%	
VAA - Empreendimentos Turisticos	99,55%	
Zambeze	50,00%	
Troppo Squisito	84,85%	
Mundicor	100,00%	
Visabeira House	100,00%	
Visabeira Saúde	100,00%	
Visabeira Imobiliária II	100,00%	
Visabeira Investigação e Desenvolvimento	100,00%	
Visabeira Serviços SGPS	100,00%	
Creative Shots	100,00%	
Gesvisa	99,85%	
Parque Desportivo de Aveiro	54,57%	a) c)
Doutibelo	20,00%	a)
Sem Amarras	20,00%	
FIMMO	100,00%	
Montebelo Alcobaça Historic Hotel	100,00%	
Asfalis	100,00%	

Espanha

Visabeira Espanha	61,00%
-------------------	--------

ÁFRICA

Angola

Visauto	99,96%
Angovisa	70,00%
Mercury	100,00%
Catari Angola	50,00%
Visabeira Angola	99,24%
Ambitermo Angola	99,14%

Moçambique

Turvisa	100,00%
Martifer Visabeira	50,00%
Mercury	100,00%
Imovisa	49,00%
Combustíveis do Songo	100,00%
Vibeiras Moçambique	64,43%
Visaqua	51,00%
Autovisa	100,00%
Visabeira Moçambique	100,00%
Inhambane	80,00%
Imobiliária Panorama	70,00%
Milibangalala	70,00%
Soginveste	70,00%
Zambeze Village	63,00%
Visa House	100,00%
Cepheus	100,00%
Constellation	57,14%

a) Consolidação pelo Método Equivalência Patrimonial. b) Detida a 40% diretamente pelo Grupo Visabeira. c) Participação detida diretamente pelo Grupo Visabeira. d) Percentagem de controlo para a consolidação de 100%.



Grupo Visabeira

Conselho Geral e de Supervisão

PRESIDENTE

Fernando Campos Nunes

VICE-PRESIDENTE

Vítor Manuel Lopes Fernandes

VOGAIS

Alberto Henrique de Figueiredo Lopes

João Carlos Monteiro de Macedo

José Manuel Carreiras Carrilho

António Jorge Xavier da Costa



Fernando Campos Nunes

Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



Vítor Manuel Lopes Fernandes

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



Alberto Henrique de Figueiredo Lopes

Membro do Conselho Geral e de Supervisão



João Carlos Monteiro de Macedo

Membro do Conselho Geral e de Supervisão



José Manuel Carreiras Carrilho

Membro do Conselho Geral e de Supervisão



António Jorge Xavier da Costa

Membro do Conselho Geral e de Supervisão



Grupo Visabeira

Conselho de Administração Executivo

PRESIDENTE

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

VOGAIS

António José Monteiro Borges
Alexandra da Conceição Lopes
João Manuel Pisco de Castro
Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA, representada por
Daniel José Venâncio Guerreiro

Assembleia Geral

PRESIDENTE

Leopoldo de Sousa Camarinha

SECRETÁRIA

Marta Albuquerque Santos



**Nuno Miguel Rodrigues
Terras Marques**

Presidente do Conselho
de Administração Executivo



**António José
Monteiro Borges**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



**Alexandra da
Conceição Lopes**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



**João Manuel
Pisco de Castro**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



**Fernando Daniel
Leocádio Campos Nunes**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



Visabeira Global

Conselho de Administração

PRESIDENTE

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

VICE-PRESIDENTE

António José Monteiro Borges

VOGAIS

Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes

Luís Filipe Monteiro Marques

Luís Miguel Ferreira de Figueiredo

Alexandra da Conceição Lopes

Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa

José Paulo Gomes Tomás da Costa

Fernando Tenreiro Marques

António Carlos Ferreira Rocha Perpétua

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA, representada por Daniel José Venâncio Guerreiro e Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva (Suplente)

Assembleia Geral

PRESIDENTE

Leopoldo de Sousa Camarinha

SECRETÁRIA

Marta Albuquerque Santos



Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

Presidente do Conselho de Administração



António José Monteiro Borges

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes

Vogal do Conselho de Administração



Luís Filipe Monteiro Marques

Vogal do Conselho de Administração



Luís Miguel Ferreira de Figueiredo

Vogal do Conselho de Administração



Alexandra da Conceição Lopes

Vogal do Conselho de Administração



Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa

Vogal do Conselho de Administração



José Paulo Gomes Tomás da Costa

Vogal do Conselho de Administração



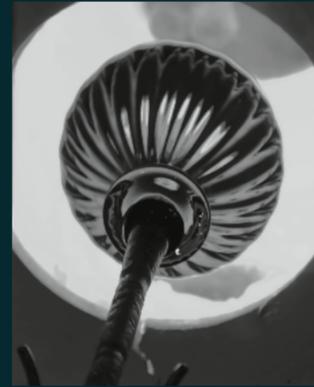
Fernando Tenreiro Marques

Vogal do Conselho de Administração



António Carlos Ferreira Rocha Perpétua

Vogal do Conselho de Administração



Visabeira Indústria

Conselho de Administração

PRESIDENTE

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

VOGAIS

Alexandra da Conceição Lopes
Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes
Lázaro Ferreira de Sousa
Cristina Isabel Sousa Lopes
Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA, representada por Daniel José Venâncio Guerreiro e Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva (Suplente)

Assembleia Geral

PRESIDENTE

Leopoldo de Sousa Camarinha

SECRETÁRIA

Marta Albuquerque Santos



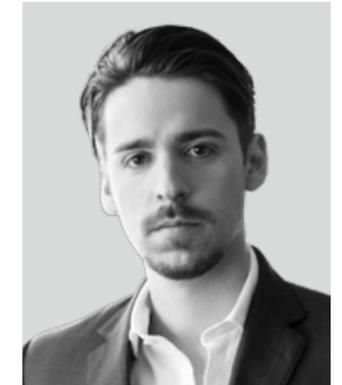
**Nuno Miguel Rodrigues
Terras Marques**

Presidente do Conselho
de Administração



**Alexandra da
Conceição Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**Fernando Daniel
Leocádio Campos Nunes**

Vogal do Conselho de Administração



**Lázaro Ferreira
de Sousa**

Vogal do Conselho de Administração



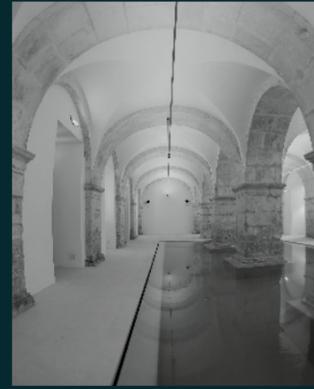
**Cristina Isabel
Sousa Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**Paulo Alexandre
Rodrigues Ferraz**

Vogal do Conselho de Administração



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

Conselho de Administração

PRESIDENTE

Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes

VICE-PRESIDENTE

Jorge Manuel Esteves Costa

VOGAIS

Maria Isabel Lopes Peres
Alexandra da Conceição Lopes
Cristina Isabel Sousa Lopes
José Eduardo Arimateia Antunes
Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA, representada por
Daniel José Venâncio Guerreiro e Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva (Suplente)

Assembleia Geral

PRESIDENTE

Leopoldo de Sousa Camarinha

SECRETÁRIA

Marta Albuquerque Santos



**Fernando Daniel
Leocádio Campos Nunes**

Presidente do Conselho
de Administração



**Jorge Manuel
Esteves Costa**

Vice-Presidente do Conselho
de Administração



**Maria Isabel
Lopes Peres**

Vogal do Conselho de Administração



**Alexandra da
Conceição Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**Cristina Isabel
Sousa Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**José Eduardo
Arimateia Antunes**

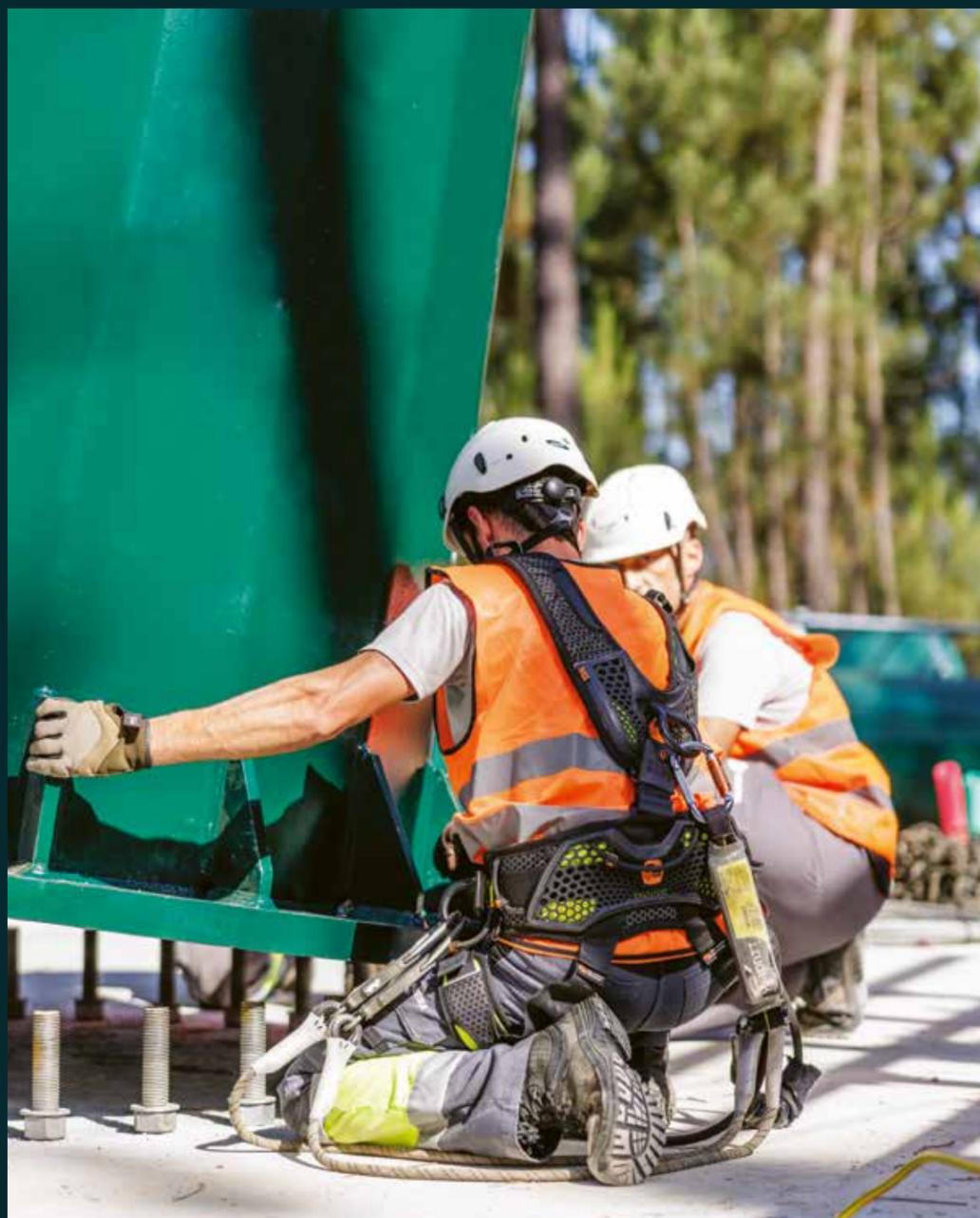
Vogal do Conselho de Administração



**Paulo Alexandre
Rodrigues Ferraz**

Vogal do Conselho de Administração

Análise dos resultados consolidados



Enquadramento macroeconómico

A economia global enfrenta desafios cada vez maiores. O crescimento perdeu força, a inflação alta mantém-se persistente, a confiança enfraqueceu e a incerteza é elevada. A guerra de invasão da Rússia contra a Ucrânia, multiplicou impactos colaterais em todo o mundo, elevou substancialmente os preços, especialmente da energia, aumentando as pressões inflacionistas, num momento em que o custo de vida já estava a subir rapidamente. As condições financeiras mundiais tornaram-se significativamente mais rigorosas, no meio de medidas vigorosas das políticas dos bancos centrais, para aumentar as taxas de juro nos últimos meses, pesando nas despesas sensíveis aos juros e aumentaram as pressões enfrentadas por muitas economias de mercados emergentes.

As condições do mercado de trabalho permaneceram geralmente restritivas. Os aumentos salariais não acompanharam a inflação dos preços, enfraquecendo os rendimentos reais das famílias, apesar das medidas tomadas pelos diversos governos, para amortecer o impacto do aumento dos preços dos alimentos e da energia, para famílias e empresas. Prevê-se que o crescimento global do PIB seja de 3,1%, em 2022, cerca de metade do observado em 2021, durante a recuperação da pandemia, devendo abrandar ainda mais, para 2,2% em 2023. Muito abaixo da taxa prevista antes do início da guerra. Em 2024, prevê-se que o crescimento global seja de 2,7%, ajudado por medidas iniciais para aliviar as taxas de juro, praticadas em vários países.

A incerteza elevada, o abrandamento do crescimento, a forte pressão inflacionista e o impacto da guerra na Ucrânia sobre os mercados energéticos, deixaram os decisores políticos com escolhas difíceis, para tentar manter a estabilidade macroeconómica e melhorar as perspetivas de crescimento sustentável e inclusivo a médio prazo.

Taxas de juro mais elevadas, a valorização do dólar americano e uma deterioração dos termos de troca, aumentam os desafios do serviço da dívida externa elevada e dos déficits, particularmente se o crescimento abrandar drasticamente e as condições financeiras globais se tornarem mais apertadas.

No contexto europeu, após um primeiro semestre do ano forte, prevê-se para 2022, um crescimento real do PIB de 3,3%, descendo para apenas 0,5% em 2023, devido à guerra na Europa, ao aperto da política monetária e ao abrandamento global. Prevê-se que o crescimento recupere para 1,4%, em 2024, à medida que o consumo e o investimento

retomem. A inflação deverá diminuir apenas gradualmente, permanecendo acima do objetivo, em 2024, alimentada por preços da energia elevados e mercados de trabalho apertados.

A inflação dos preços no consumidor, 8,3% em 2022 e 6,8% em 2023, conduzirá a uma contração do rendimento disponível real em 2022 e 2023 e a um abrandamento do crescimento do consumo privado. O investimento será travado pelo abrandamento da procura, embora o financiamento adicional, de cerca de 0,5% do PIB/ano, através dos fundos de recuperação, venha moderar esse abrandamento. Prevê-se que a inflação alcance níveis moderados apenas em 2024.

Em Portugal, durante o ano de 2022, a economia portuguesa cresceu 6,8%. As previsões assumem um abrandamento significativo do crescimento para 1,5% em 2023, projetando-se uma aceleração para perto de 2%, em 2024 e 2025. O consumo privado cresceu 5,9% em 2022, deverá crescer 0,2% em 2023 e 1% em média, em 2024-25.

O forte crescimento em 2022 ocorre num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, de estagnação do rendimento disponível real e de redução da taxa de poupança, para valores historicamente baixos (4,4%). As famílias aumentaram o consumo, em particular em bens e serviços, cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores, socorrendo-se de parte da poupança acumulada durante a crise pandémica. Para 2023, prevê-se um aumento muito reduzido do consumo privado, associado à menor almofada financeira das famílias, ao aumento do serviço da dívida e à baixa confiança dos consumidores. O consumo público, depois de ter crescido 4,6% em 2021, abrandou em 2022, crescendo apenas 2%, refletindo a redução dos efeitos associados à pandemia, incluindo um menor crescimento do emprego nas administrações públicas. A inflação, medida pela variação do IHPC, aumentou ao longo de 2022, de forma mais rápida e persistente do que o esperado, situando-se em 8,1% no ano, contra 0,9% em 2021. O aumento da inflação em 2022 reflete, em larga medida, pressões externas sobre os bens energéticos e alimentares, que se propagaram, posteriormente, para as restantes categorias de bens e de serviços. A normalização da política monetária na área do euro deverá prosseguir, com o aumento das taxas de juro, de forma a conter as pressões sobre os preços e manter ancoradas as expectativas de inflação. Prevê-se que a inflação, reduza gradualmente, para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025.

Grupo Visabeira

Indicadores Consolidados

	2022	2021	Var YoY
Volume de negócios	1.452	1.171	24%
EBITDA	210	183	14,4%
Margem EBITDA	14,4%	15,7%	-1,2 pp
Resultado operacional recorrente*	106,2	100,9	5%
Margem operacional	7,3%	8,6%	-1,3 pp
Resultado líquido	46,3	38,0	22%
Investimento líquido	77,3	87,9	0%
Dívida	741	769	-4%
Inventários	158	133	20%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e goodwill)	1.445	1.344	8%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

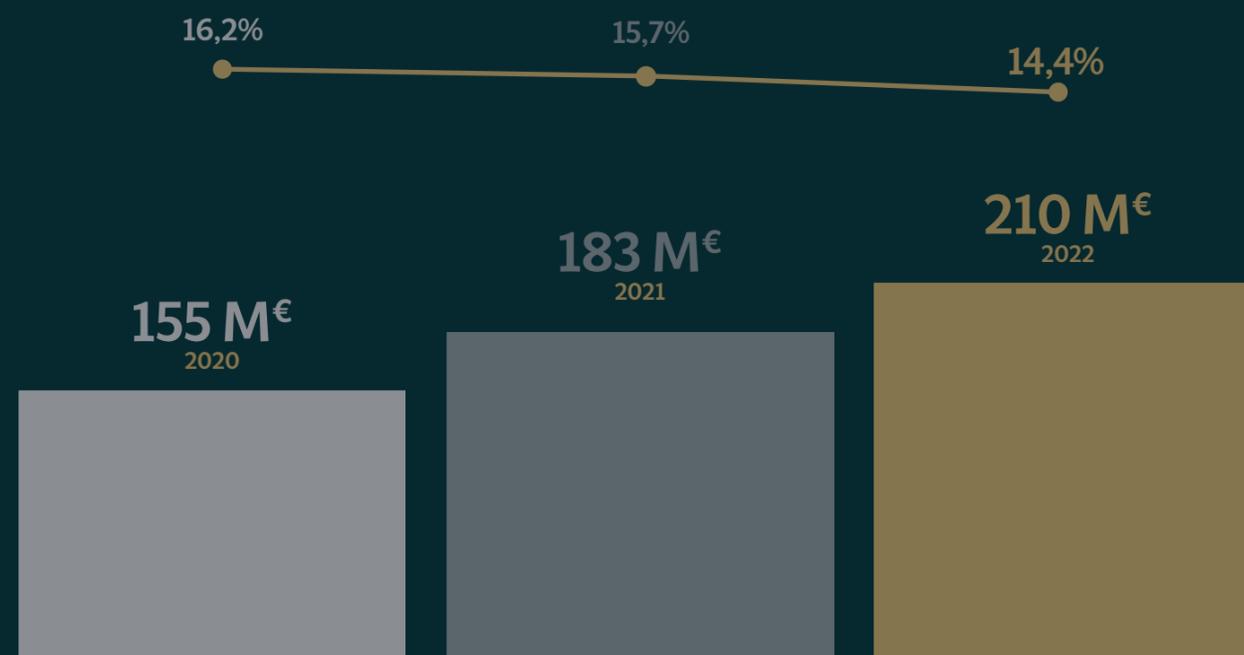
Volume de negócios

1.452 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



Resultados

O ano de 2022, para o Grupo Visabeira, ficou marcado por um desempenho histórico, com o volume de negócios a atingir um novo máximo de 1.452 milhões de euros, superando o volume de negócios do ano anterior de 1.171 milhões de euros e refletindo um crescimento de 24%. Acompanhando este crescimento, destaca para o EBITDA de 210 milhões de euros, com um aumento de 14,4%, face ao período homólogo. O Grupo Visabeira atingiu, no exercício de 2022, um resultado operacional de 106 milhões de euros, valor também superior relativamente ao registado no ano de 2021, onde se fixou nos 101 milhões de euros. O resultado líquido fixou-se nos 46,3 milhões de euros, registando um crescimento de 22%, face aos 38 milhões de euros do ano anterior.

O Grupo Visabeira manteve a estratégia de reforço da internacionalização como pilar essencial do seu crescimento. No exercício de 2022, o mercado externo atingiu de 78,8% do volume de negócios, que resultou num crescimento de 2,3 p.p. relativamente ao período homólogo. Este aumento da atividade, nos mercados externos, é resultado da crescente aposta que o Grupo tem vindo a realizar nos diversos mercados internacionais, nomeadamente na Europa, consolidando as atividades core – prestação de serviços de engenharia de telecomunicações e energia – para os principais operadores e reforçando solidamente a sua posição nestes mercados.

A política de aquisição de empresas que atuam na área das telecomunicações e energia, nos diversos mercados estratégicos onde está presente e também em novos mercados, de modo a expandir cada vez mais a sua área de atuação, foi também contributo decisivo para este aumento da presença internacional do Grupo.

O mercado externo com maior preponderância para as atividades do Grupo continua a ser o mercado europeu, que atingiu um volume de negócios de 903 milhões de euros, em 2022. Os países neste mercado com maior peso

no volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira, são: França (32,0%), Reino Unido (31,2%), Bélgica (13,3%) e Alemanha (9,2%).

A Visabeira Global é a área mais relevante no seu contributo para o continuado crescimento do Grupo Visabeira, mantendo uma importante atuação operacional nas atividades de serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia, tanto a nível nacional como internacional, assim como nas operações próprias de televisão por cabo, em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, representando 83,3% do volume de negócios e 76,5% do EBITDA total do Grupo Visabeira. A Visabeira Global registou um volume de negócios de 1.210 milhões de euros e um EBITDA de 160 milhões de euros, representando um crescimento de 23,1% de volume de negócios e de 7,6% de EBITDA, face ao período homólogo.

Na Visabeira Indústria, realça-se o bom desempenho operacional das suas marcas emblemáticas e com grande reconhecimento a nível mundial: a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro, que contribuíram para o crescimento do volume de negócios da Visabeira Indústria para uns notáveis 189 milhões de euros, representando um aumento de 23,7%, face a 2021 e contribuindo com 13,0% para o volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira.

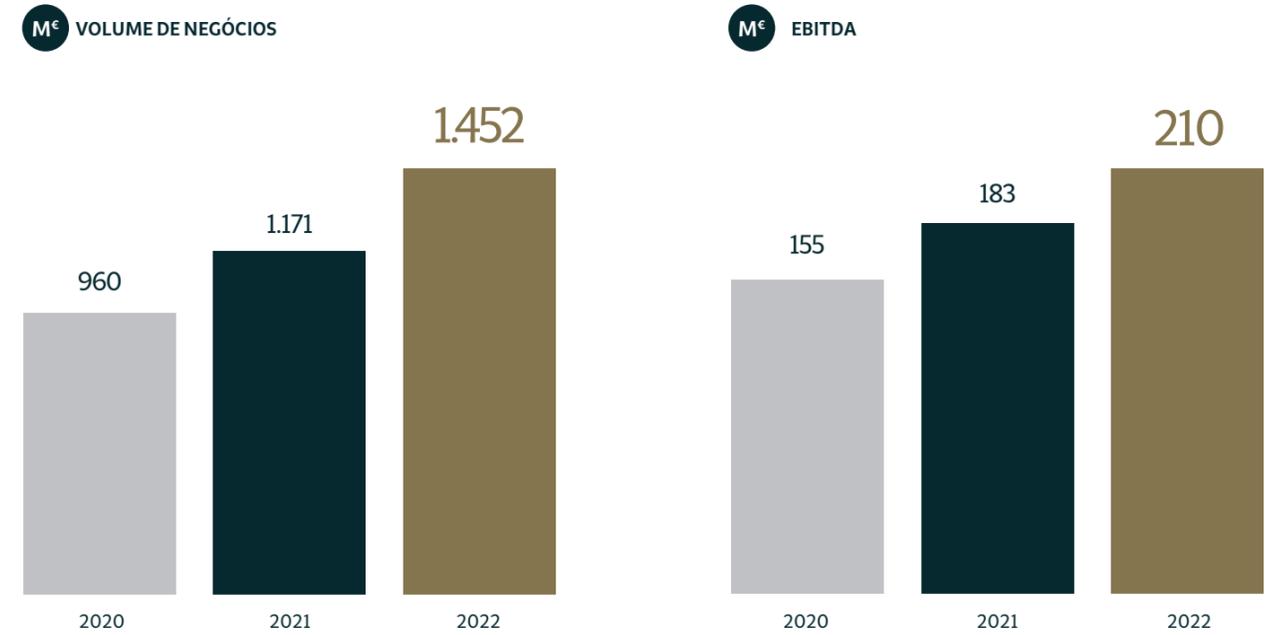
O EBITDA alcançou, nesta área, os 32,7 milhões de euros, resultando num incremento de 33,9%, face a 2021.

Após um período difícil, devido à pandemia da Covid-19 a que seguiu a emergência de um novo cenário mundial complexo e com impactos ainda não totalmente mensuráveis, a Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços tem vindo a conseguir recuperar a sua atividade e terminou o ano 2022 com um volume de negócios de 52,9 milhões de euros (incluindo o Grupo Visabeira SA), registando um crescimento de 56,0% face a 2021 e representando cerca de 3,6% do volume de negócios total do Grupo. O EBITDA desta área fixou-se nos 16,6 milhões de euros, um importante incremento de 76,5%.

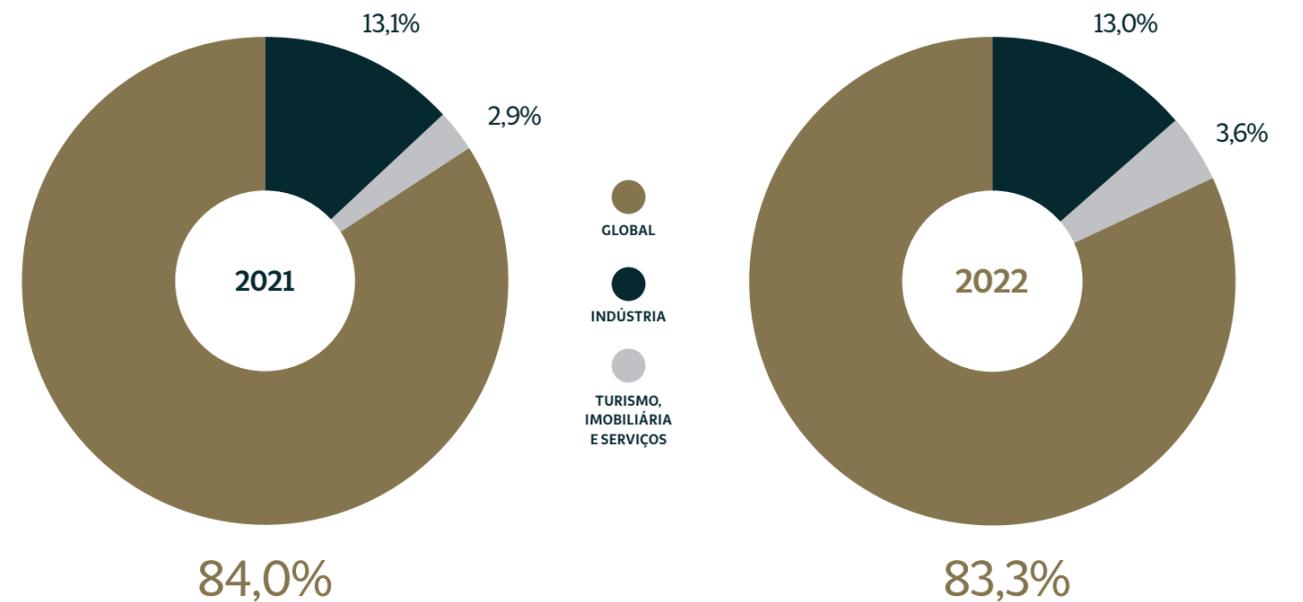
Evolução média anual

	2021 / 2022	2012 / 2022
Volume de negócios agregado 1.610 milhões de euros	26%	11%
Volume de negócios consolidado 1.452 milhões de euros	24%	12%
Mercados externos 78,8%	2,3 pp	3,6 pp
EBITDA 210 milhões de euros	14%	11%
Margem EBITDA 14,4%	-1,3 pp	-0,1 pp
Produtividade 42 milhares de euros	14%	6%
Trabalhadores 13.605	4%	7%

Grupo Visabeira



Volume de negócios por área de atividade



Balanço

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Visabeira apresenta um total de ativos no montante de 2.328 milhões de euros, um aumento de 13,5% face aos 2.051 milhões de euros de 2021. Este crescimento é sustentado, nomeadamente, na expansão internacional.

O capital próprio do Grupo, incluindo interesses minoritários, aumentou 42,2% em 2022, tendo contribuído a valorização cambial, assim como a abertura de capital da subsidiária Constructel Visabeira à Goldman Sachs, alienando 21,86% do capital da empresa, pelo valor de 200 milhões de euros, através de um aumento de capital. Esta entrada de capital estava prevista na estratégia do Grupo, assegurando assim o financiamento de futuras operações M&A, para acelerar o crescimento orgânico e inorgânico, alavancando o ciclo de expansão da empresa. No mesmo período, o Grupo Visabeira reforçou a solidez da sua estrutura de capitais, que se manteve robusta, registando um grau de autonomia financeira de 23,4%, beneficiando de uma redução da dívida financeira líquida em 14,5%, que totalizou assim 593 milhões de euros, resultando este valor num referencial do EBITDA do ano de 2,8x, em linha com o objetivo definido pelo Grupo, de redução progressiva no médio e longo prazo.

No ano de 2022, os investimentos realizados totalizaram 77,3 milhões de euros, sendo cerca de 54% na sub-holding Visabeira Global, 24% na sub-holding Visabeira Indústria e 22% na sub-holding Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços.

Na Visabeira Global, o valor investido diz respeito essencialmente a investimentos em sistemas de informação e renovação das frotas automóveis das diversas empresas.

Na Visabeira Indústria, os investimentos em Portugal, foram canalizados para a aquisição de equipamentos no segmento da porcelana, cristal e vidro e forno, no sentido de alavancar uma maior eficiência operacional e redução de custos. No que diz respeito à Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, os investimentos em Portugal dizem respeito, essencialmente, à requalificação e melhoria dos espaços e ainda em novas unidades hoteleiras e de restauração.

Os investimentos realizados nos mercados externos representam 52% e centraram-se maioritariamente em França e Bélgica, representando 7% (5,1 milhões de euros), nos Estados Unidos da América, representando 10% (7,5 milhões de euros) e África, representando 28% (21,6 milhões de euros). Na Europa, nomeadamente em França, Bélgica e Alemanha, o investimento foi destinado essencialmente à aquisição de viaturas e equipamentos necessários ao desempenho da atividade por parte das empresas.

No mercado angolano, sobressaem o investimento na construção de rede e em equipamentos, para crescimento para novas áreas e upgrade dos sistemas. O Grupo cumpre assim o seu alinhamento estratégico, apostando na expansão da sua área geográfica de intervenção, investindo na construção de rede nas zonas de maior crescimento urbanístico, nomeadamente na cidade de Luanda, a grande zona de crescimento por eleição, mas também noutras localizações, como Lubango, Benguela, Zango, Soyo, Huíla, Cabinda, Huambo e Zaire.

No mercado moçambicano, destaca-se a continuação do investimento na construção/reconstrução de rede e upgrade de sistemas nas zonas de Maputo, Beira, Nampula, Tete e Pemba.

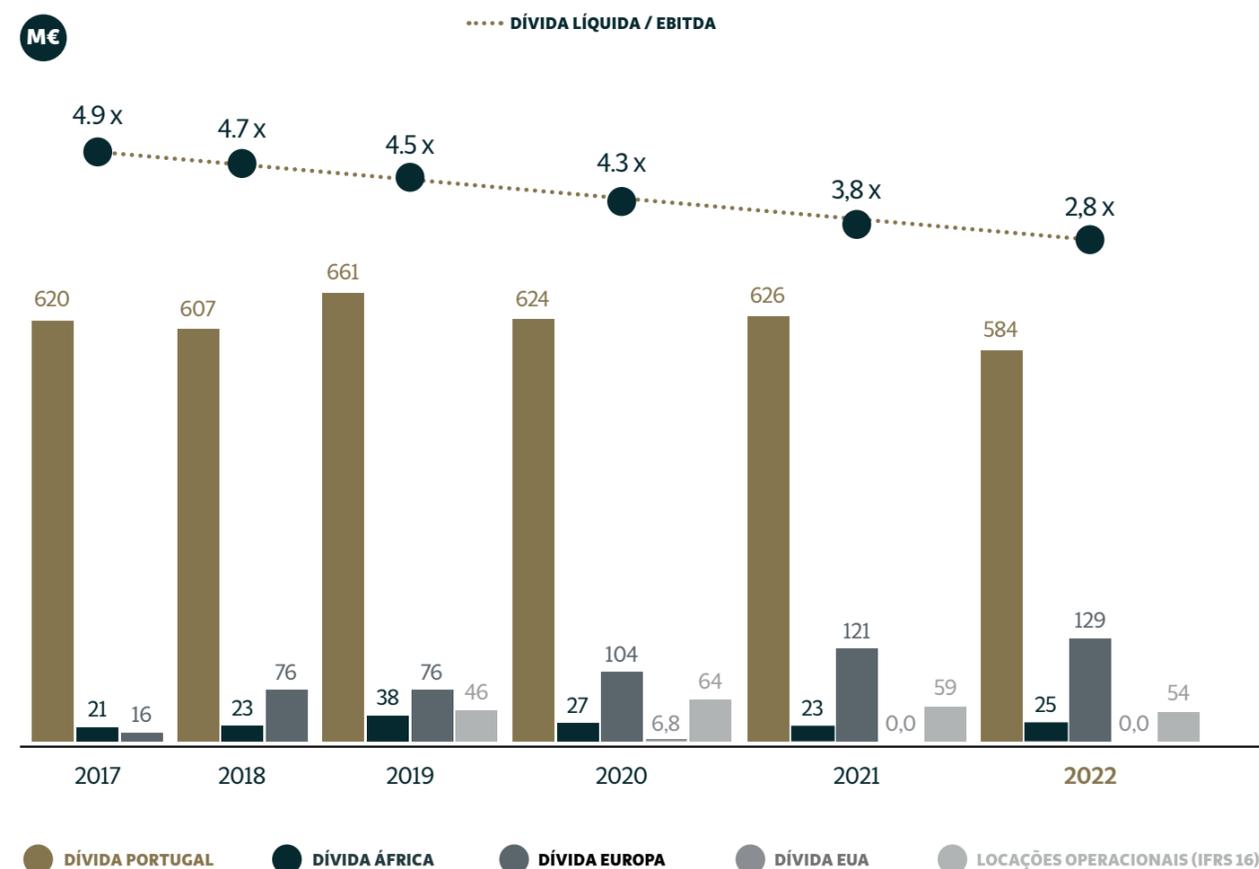


Valores consolidados

%

	2022	2021
Dívida Total (Financiamento)	716	740
Passivo de locação	79,1	88,0
Disponibilidades	-199	-131
Ativos financeiros disponíveis para venda	-3,4	-3,2
Total dívida líquida operacional	593	694
EBITDA	210	183
Dívida líquida operacional / EBITDA	2,8 x	3,8 x

Dívida Líquida Operacional / EBITDA

Investimentos¹

	Valor
Portugal	36 837 522
Angola	12 421 461
Estados Unidos da América	7 500 777
Moçambique	6 947 991
França	2 856 476
Reino Unido	2 506 418
Bélgica	2 210 273
São Tomé e Príncipe	2 177 714
Alemanha	1 811 159
Itália	990 987
Espanha	918 110
Dinamarca	115 454
Marrocos	208
Total	77 294 550

No ano de 2022, os investimentos totalizam 77,3 milhões de euros, sendo que cerca de 54% foram na sub-holding Visabeira Global, 24% na sub-holding Visabeira Indústria e 22% na sub-holding Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços.

Na Visabeira Global, os investimentos dizem respeito essencialmente a investimentos em sistemas de informação e renovação das frotas automóveis das diversas empresas.

Na Visabeira Indústria, os investimentos em Portugal, foram canalizados para a aquisição de equipamentos no segmento da porcelana, cristal e vidro e forno, no sentido de potenciar uma maior eficiência operacional e redução de custos.

No que diz respeito à Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, os investimentos em Portugal dizem respeito, essencialmente na requalificação e melhoria dos espaços e ainda em novos espaços hoteleiros e de restauração.

Os investimentos realizados nos mercados externos representam 52% e centraram-se maioritariamente em França e Bélgica, representando 7% (5,1 milhões de euros), nos Estados Unidos, representando 10% (7,5 milhões de euros) e África, representando 28% (21,6 milhões de euros).

Na Europa, nomeadamente, em França, Bélgica e Alemanha, o investimento foi destinado essencialmente à aquisição de viaturas e equipamentos necessários ao desempenho da atividade por parte das empresas.

No mercado angolano, sobressai o investimento na construção de rede e em equipamentos. Cumprindo o seu alinhamento estratégico, o Grupo, apostou na expansão da sua área geográfica de intervenção, investindo na construção de rede nas zonas de maior crescimento urbanístico, nomeadamente na cidade de Luanda, a grande zona de crescimento por eleição, mas também noutras localizações como Lubango, Benguela, Zango, Soyo, Huila, Cabinda, Huambo e Zaire.

No mercado moçambicano, destaca-se a continuação do investimento na construção/reconstrução de rede nas zonas de Maputo, Beira, Nampula, Tete e Pemba.

Investimentos financeiros

Reforçando o crescimento nos seus mercados estratégicos, a abertura para novos mercados e a expansão geográfica da sua atividade, o Grupo Visabeira, através das suas diversas subsidiárias, adquiriu na Alemanha 51% do capital social da empresa Elektro-Würkner, empresa que opera na área das telecomunicações e energia, na Irlanda 78% da participação da Obelisk, em Itália 51% do capital social da Inpower, empresas que operam na área das telecomunicações e, no Reino Unido, 78% do capital social da MJ Quinn Solar, empresa que opera na área da Energia.

[1] O investimento do ano inclui o aumento da rubrica ativo fixo tangível, ativo fixo intangível e ativo sob direito de uso associado a leasings.

Fatores de risco

O Grupo Visabeira mantém uma política firme de colocar sempre na primeira linha da sua matriz de controlo o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio e, por isso, assume como prioridade a gestão do risco de crédito e a proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, tanto no mercado interno como nos mercados externos.

Neste enquadramento, vem assumindo, desde sempre, a curial importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no cash flow, nos resultados e no valor da empresa. Por isso, permanentemente atento à primordial importância desta temática, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa e proativa gestão desses riscos, com uma constante acutilância e formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.

Com este contexto, o Grupo Visabeira tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, com esta postura, procura evitar pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Risco de taxa de juro

No Grupo Visabeira, a exposição ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e os empréstimos concedidos às suas participadas são, na sua maioria, remunerados a taxa fixa. Os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro dos últimos anos, que se mostraram residuais até final de 2022, não afetaram as contas de forma relevante. Não obstante, face às alterações registadas, a partir do segundo trimestre de 2022, no comportamento dos principais indexantes, com o respetivo reflexo no aumento das taxas de juro e que se acentuou nos primeiros meses de 2023, impactarão os encargos financeiros associados aos financiamentos em vigor.

O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira, no final de dezembro de 2022, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor nas várias maturidades, para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos no estrangeiro. No final do exercício de 2022, a exposição do Grupo Visabeira à taxa de juro variável, ascendia a cerca de 2/3 da sua dívida financeira. De forma a mitigar o impacto do aumento previsto das taxas de juro, o Grupo Visabeira tomou a decisão de lançar um programa de reestruturação de parte da sua dívida financeira, tendo decidido pela contratação de financiamentos com fixação da taxa, reduzindo assim o risco de flutuação

dos indexantes. Em 2018, o Grupo Visabeira tinha emitido um empréstimo obrigacionista a taxa fixa, no valor de 55 milhões de euros e, de forma a reduzir ainda mais a sua exposição à taxa variável, concluiu com sucesso, no início de 2023, um programa de refinanciamento da dívida do Grupo Visabeira e da Visabeira Global, no montante de 450 milhões de euros, sendo 50% deste montante contratado com taxa fixa.

Após a conclusão desta operação, a dívida financeira contratada à taxa de juro variável reduziu-se para cerca metade, o que representa uma redução considerável da exposição do Grupo Visabeira à imprevisibilidade que as oscilações da taxa de juro variável implicam. Adicionalmente, para além destas operações, o Grupo Visabeira tem continuamente procurado (e concluído com sucesso) negociações com as diversas instituições financeiras com quem o Grupo Visabeira se relaciona, no sentido de reduzir os spreads de empréstimos em curso, bem como amortizar linhas em vigor, sempre numa ótica de eficácia e gestão eficiente e rigorosa da sua tesouraria.

O Grupo Visabeira apresenta, à data da demonstração da posição financeira, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura deste indexante, para 659.132 de euros, contratado em 2015, com um valor mark to market de -25,5 mil euros, como segue:

Empresa	Descrição	Valor Nominal	Tipo de operação	Maturidade média	Objetivo económico
Naturenergia, SA	Swap Euribor 3M	659.132	Interest rate swap	8 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos

O justo valor de todos estes derivados encontra-se refletido na demonstração da posição financeira, como segue:

Empresa		Valor de Balanço	
		2022	2021
Naturenergia, SA	Swap Euribor (3M)	-25.518	-13.560
Total		-25.518	-13.560

Tendo o ano de 2022 iniciado com o valor de -0,57%, a Euribor a 3 meses fixou-se no final do ano nos 2,132%. Esta tendência de aumento da Euribor acentuou-se ainda mais nos primeiros meses de 2023 o que irá motivar um aumento significativo dos custos com juros do Grupo Visabeira em 2023. Um aumento de 25 pontos base na taxa de juro implicaria para o Grupo Visabeira, por referência às contas consolidadas, um incremento nos encargos financeiros de cerca de 1,2 milhões de euros. De referir que ao abrigo da operação de refinanciamento celebrada em março de 2023 (após a data de referência das presentes demonstrações financeiras), o Grupo Visabeira decidiu também fixar a taxa de juro para uma parcela de 215 milhões de euros.

Risco de taxa de câmbio

O Grupo Visabeira, no âmbito das suas várias áreas de atividade, está sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação e tem expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas - Euro - sendo refletidas, ao nível do capital próprio, na rubrica de reservas de conversão cambial. O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Estes mercados apresentam uma tendência histórica de desvalorização face às moedas “fortes” Euro e Dólar Americano, à exceção dos últimos dois anos. Em Moçambique, registou-se, no último ano, uma desvalorização de 0,06% do metical face ao dólar americano e uma valorização de 5,72% do metical face ao euro. Em Angola, a moeda europeia passou a ser a referência desde o início de 2017, por causa das restrições que afetaram os bancos correspondentes. Conforme estratégia definida pelo Governo Angolano, desde 2018 que está em curso um processo conducente à desvalorização da moeda eliminando o peg face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo Banco Nacional de Angola, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica. Outro dos objetivos definidos foi o de combater o gap verificado entre as taxas no mercado formal e informal que, no início de 2018, se situava nos 159% relativamente ao dólar. Por decisão do Comité de Política Monetária do BNA foram introduzidos, em 2019, novos objetivos no âmbito da reforma que vinha sendo levada a cabo, onde o Banco Nacional de Angola decidiu, a partir de finais desse ano, pela implementação de um regime de câmbio flutuante em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, isto é, de acordo com

a procura e oferta de moeda estrangeira. Desde então, o BNA continuou o processo de liberalização do mercado cambial, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos transatos onde vinha a atualizar e clarificar as regras e procedimentos para a realização de pagamentos ao exterior de operações cambiais de invisíveis correntes, mercadorias e de capitais tendo vindo a concretizar-se o efeito desejado de diminuição do gap, entre as taxas de câmbio no mercado formal e no informal, relativamente ao dólar. Nos últimos dois anos, verificou-se uma tendência de recuperação da moeda nacional. Em 2022, o kwanza valorizou 9,2% face ao dólar e 14,5% face ao euro, quebrando um ciclo de forte desvalorização iniciado em 2018. Angola viu ainda o rating ser melhorado pela agência de notação financeira Moody's, cumpriu com um programa de ajustamento financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo desempenho é elogiado pelos técnicos do Fundo, e beneficiou da subida dos preços do petróleo, a principal matéria-prima do país, que vale 90% das receitas. Os resultados financeiros consolidados incorporam um impacto cambial positivo, com origem em Angola, de 2,1 milhões de euros. A MJ Quinn, empresa que opera no Reino Unido em infraestruturas de telecomunicações para a British Telecom, fatura em Libras Esterlinas e tem o custo dos fatores expresso essencialmente na mesma moeda, pelo que não está exposta a riscos de transação relevantes. A integração da empresa nas contas consolidadas está sujeita à oscilação cambial da Libra Esterlina face ao Euro - risco de transposição. Os dividendos futuros estarão também expostos à referida oscilação cambial. A Libra Esterlina iniciou o ano a cotar 1,19007 Euros e fechou o ano a valer 1,12748 Euros. A incorporação da JF Edwards, subsidiária sediada e a operar nos Estados Unidos da América, expôs a Constructel Visabeira aos riscos de transposição. À semelhança da MJ Quinn, esta subsidiária tem a sua receita expressa em moeda local, assim como parte relevante do custo dos fatores de produção. O Dólar Americano iniciou o ano a cotar 0,88067 Euros e fechou o ano a valer 0,93756 Euros. Uma desvalorização cambial de 5% das moedas de referência dos principais países, tendo por referência os saldos em aberto à data de 31 de dezembro de 2022, teria o seguinte impacto nas rubricas de resultados:

Câmbio 31/12/2022	Angola	Moçambique	Portugal	França	Total Geral	
AOA	537438	0	-620	-7600	0	-8.220
EUR	1,000	-438.510	-1.376.395	0	0	-1.814.905
MZN	68,180	-3.750	0	55.819	0	52.069
USD	1,067	253.361	588.743	-71.250	0	770.855
ZAR	18,105	102	-4.706	233	0	-4.371
GBP	0,884	0	0	4.542	-68.041	-63.500
Total	-188.797	-792.978	-18.256	-68.041		-1.068.071

Risco de crédito

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano das participadas, independentemente da natureza da sua atividade. As avaliações de risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações, em especial o período vivido durante os três últimos anos que se vieram a demonstrar particularmente atípicos, fruto da proliferação da Covid-19 e da fase endémica, que se lhe seguiu, com todas as implicações que a conseqüente pandemia veio a acarretar. A gestão do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para que o analista do crédito possa tomar sempre a melhor decisão e que esta esteja de acordo com os pressupostos definidos pela empresa. Algumas empresas participadas da Visabeira Global mantém a subscrição de apólices de seguro de crédito, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados de cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição - limite de crédito - ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centrar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco garante uma indemnização de 90% pelos créditos não liquidados. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral sendo que, em consequência do surto da Covid-19, se registaram, por parte da(s) seguradora(s) de crédito, reduções muito significativas nos limites de crédito de várias entidades, nacionais e estrangeiras, com particular destaque para empresas que atuavam nos setores mais afetados pela pandemia e que, nalguns casos, obrigou mesmo ao encerramento de espaços e paragem de atividades, durante períodos alargados de tempo, com as conseqüentes sequelas que impactaram negativamente estas atividades. Face a este cenário e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito no mercado internacional, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do

montante concedido na apólice base, e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, até ao limite de cem mil euros. As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno. A análise detalhada do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que contém as informações que permitirão elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito e que inclui informações disponíveis e relevantes, tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, valor do património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento. O Grupo considera que não tem concentrações de risco de crédito significativas, mantendo um controlo de crédito ativo para todos os seus clientes, que é supervisionado pela Direção Financeira. É importante referir que o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet representou, no ano em apreço, um volume de cerca de 4% do volume de negócios desta participada. As empresas do Grupo Visabeira, que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações, faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2022, representaram 53% do seu volume de negócios. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo de operadores de prestígio da carteira do Grupo: Orange (France Telecom); British Telecom; Proximus (Belgacom); Deutsche Telekom; MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia; NOS Comunicações; EDP Distribuição; GrdF - Distribution de Gaz Naturel en France; ErdF - Électricité Reseau Distribution France; TDC A/S; Huawei Technologies Denmark Aps; e as concessionárias de gás natural, entre outras. À data do fecho as maiores restrições de risco de crédito são referentes às empresas públicas de telecomunicações de Moçambique e Angola (TMCEL e Angola Telecom, respetivamente), as quais apresentavam saldos de cerca de 37,6 milhões de euros.

Risco de liquidez

O Grupo Visabeira assegura a gestão do risco de liquidez de modo a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, bem como a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades ajustadas e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.

Como forma de minimizar os impactos provocados por recentes fenómenos adversos, como a pandemia provocada pelo vírus da Covid-19 e os efeitos do conflito armado, resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, que provocaram alterações impactantes nas economias de todo o mundo, os Estados continuaram a lançar, ao longo do ano, medidas com o objetivo de continuar a apoiar e a atenuar os impactos diretos que esses fenómenos poderiam provocar nas empresas e nos seus colaboradores. Medidas como acesso de empresas a linhas de crédito protocoladas com o Estado, com acesso a condições diferenciadas, assim como incentivos e medidas de apoio às famílias, nomeadamente para combater a elevada inflação e aumento das taxas de juro, foram algumas das iniciativas implementadas ao longo de 2022 a que as empresas e particulares tiveram hipótese de aceder. O Grupo reforçou a estratégia de diversificação das fontes de financiamento. Em novembro de 2022, foi renovado o registo do programa de papel comercial, no valor de 75 milhões de euros, no Mercado Alternativo de Renta Fija (MARF), em Espanha. Ao longo de 2022, foram registadas várias novas emissões de diversas maturidades, tendo permanecido no final de 2022 emissões ativas no montante de 44 milhões de euros. A utilização deste programa vem reforçando a estratégia de progressivamente reduzir a dependência da banca nacional assim como da diversificação de fontes de financiamento. O Grupo contratou ainda novos programas de papel comercial junto da banca nacional, no valor de 87,5 milhões de euros, com vencimento em 2023, para além de diversas outras operações de refinanciamento. Os novos investimentos realizados nas empresas industriais foram financiados com maturidades entre seis e sete anos. Para 2023, tendo em consideração que o valor da dívida apresentada na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2022, como sendo exigível no curto prazo, incorpora 24,6 milhões de euros, relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e ainda 61,5 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais, com cariz de revolving, entendemos que a dívida de curto prazo que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 233 milhões de euros, representando cerca de 33% da dívida consolidada.

No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 18,8 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições, ainda que menos limitadoras à data atual, mas que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo residual, que poderá ser sujeita a refinanciamento, estará, em grande parte, coberta pelo valor das disponibilidades, a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o ano. O Grupo Visabeira, através da sua política de gestão concentrada, garante que a tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo sejam geridos por uma organização global e centralizada, especialmente vocacionado para o efeito, o que permite reduzir os riscos de liquidez, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

Nesse sentido, em março de 2023, foi celebrado um Contrato de Financiamento de 450 milhões de euros, o qual, permitiu refinar 430 milhões de euros da dívida existente no final de 2022, consolidando num único contrato e, tendo-se obtido uma extensão da maturidade (dos 430 milhões de euros refinanciados, mais de 220 milhões de euros tinham a sua maturidade em 2023), apresentando agora este contrato de financiamento uma vida média superior a 4 anos. Este financiamento foi contratado através de um misto de Mútuo e Obrigações, tendo sido também contratada uma linha adicional de tesouraria, no valor de 20 milhões de euros. Através desta operação o risco de liquidez foi significativamente mitigado. O Grupo dispõe de linhas de financiamento aprovadas no quadro do programa Portugal 2020 e junto de instituições financeiras, que perfazem 26,9 milhões de euros. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2023. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de apoio à tesouraria corrente, na forma de factoring, pagamento a fornecedores e desconto de remessas documentárias, no valor de 68,6 milhões de euros, disponíveis no final de 2022. O recurso ao factoring permite a redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e, concomitantemente, facilita uma melhor gestão de tesouraria. Esta política assegura também a obtenção atempada do fundo de maneo necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2022, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 14 milhões de euros. O Grupo, adicionalmente, mantém contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a pontuais necessidades de tesouraria.

Note-se também que as disponibilidades do Grupo ascendiam a 197,6 milhões de euros, maioritariamente concentradas nos países europeus, que se constitui em si como importante fonte de liquidez. A ARC Rating atribui notação para dívida do Grupo Visabeira e classificou a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo e de médio e longo prazo com A3 e BBB- estável, respetivamente.

O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se nos 0,91, em 2022, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes. Tendo em consideração que o passivo corrente incorpora linhas de apoio à atividade comercial que, ascendem a 61,5 milhões de euros e que têm cariz de revolving, o índice de liquidez neste contexto situa-se em 0,97.

A maturidade do passivo financeiro detalha-se da seguinte forma:

2022	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	> 4 anos	Total
Fornecedores (nota 36)	225.867.283	0	0	0	0	225.867.283
Financiamentos (nota 35)	305.054.755	250.219.419	85.001.998	44.972.380	30.808.701	716.057.253
Passivos Locação (nota 38)	32.425.630	24.356.740	10.613.027	5.864.041	5.816.231	79.075.668
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição Contingente (nota 37.2)	16.204.252	20.722.569	2.710.084	2.710.084	5.807.325	48.154.313
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias (nota 37.2)	600.000	600.000	600.000	600.000	0	2.400.000
Opção de Venda (nota 37.2)	5.035.122	7.251.381	1.582.500	2.169.955	0	16.038.959
Opções de recompra exercido de participações (nota 37.2)	4.287.739	4.188.922	0	0	0	8.476.661
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de Downside Protection	0	0	0	0	26.496.451	26.496.451
Total	589.474.780	307.339.031	100.507.609	56.316.461	68.928.708	1.122.566.588

Em outubro de 2021 foi celebrado um acordo entre a Constructel Visabeira e a Goldman Sachs por 21,86% do capital da empresa, no valor de 200 milhões de euros, que se concretizou a 12 de maio de 2022, após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. A entrada deste capital estava previsto na estratégia da empresa para assegurar o financiamento de futuras operações M&A, mantendo o ciclo de expansão que se tem verificado até à data. Ao abrigo do referido acordo, a Goldman Sachs detém um mecanismo de Downside Protection que permite obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas,

caso se venha a verificar uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações da Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento. A 31 de dezembro de 2022, o passivo associado a esta situação ascendia a 26,5 milhões de euros* (uma variação de 9 milhões de euros, face à data em que o acordo foi concretizado), sendo que a variação futura do passivo financeiro dependerá, em grande parte, da performance financeira da Constructel Visabeira. Caso se concretizem as perspetivas atuais de crescimento, a tendência de redução do passivo financeiro deverá ser mantida nos próximos exercícios.

*Passivo estimado com recurso a um Modelo Lattice Binominal.

Evolução de negócios por área



Volume de negócios por empresa



ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL	GRUPO	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021				
Visabeira GLOBAL								
Europa	1.095.937.891	83,8%	78.930.789	80,2%	1.017.007.101	84,1%	812.327.966	82,6%
Portugal	287.702.344	22,0%	46.849.930	47,6%	240.852.414	19,9%	212.043.330	21,6%
Visabeira Global, SGPS	1.000.513	0,1%	877.436	0,9%	123.076	0,0%	122.905	0,0%
Viatel	83.890.294	6,4%	17.633.279	17,9%	66.257.015	5,5%	69.225.438	7,0%
Visabeira	42.282.673	3,2%	3.342.658	3,4%	38.940.015	3,2%	39.539.420	4,0%
PDT	37.505.537	2,9%	2.462.096	2,5%	35.043.440	2,9%	33.707.942	3,4%
Edivisa	30.764.417	2,4%	4.410.722	4,5%	26.353.694	2,2%	25.912.188	2,6%
Real Life Technologies	28.838.847	2,2%	2.641.233	2,7%	26.197.614	2,2%	20.068.415	2,0%
Cunha Soares	19.641.821	1,5%	0	0,0%	19.641.821	1,6%	4.966.829	0,5%
EIP Serviços	21.254.292	1,6%	2.910.940	3,0%	18.343.352	1,5%	10.669.199	1,1%
Naturenergia	3.902.542	0,3%	13.209	0,0%	3.889.333	0,3%	3.189.595	0,3%
Visacasa	6.047.591	0,5%	3.375.872	3,4%	2.671.720	0,2%	2.655.184	0,3%
Ferreira e Coelho	1.580.176	0,1%	191.608	0,2%	1.388.568	0,1%	640.343	0,1%
Aeroprotechnik	1.486.777	0,1%	423.583	0,4%	1.063.194	0,1%	611.193	0,1%
lutel	624.912	0,0%	0	0,0%	624.912	0,1%	701.799	0,1%
Visapower II	290.607	0,0%	0	0,0%	290.607	0,0%	0	0,0%
Field Force Atlântico	54.053	0,0%	30.000	0,0%	24.053	0,0%	32.879	0,0%
Constructel Europe	6.814.715	0,5%	6.814.715	6,9%	0	0,0%	0	0,0%
Visapower	1.722.578	0,1%	1.722.578	1,7%	0	0,0%	0	0,0%
França	265.373.348	20,3%	13.012.376	13,2%	252.360.973	20,9%	283.004.524	28,8%
Constructel	214.756.594	16,4%	5.367.997	5,5%	209.388.597	17,3%	236.927.868	24,1%
Constructel Energie	19.599.987	1,5%	482.404	0,5%	19.117.583	1,6%	20.518.983	2,1%
Escotel	15.900.280	1,2%	3.597.537	3,7%	12.302.742	1,0%	18.352.804	1,9%
Gatel	14.461.949	1,1%	3.013.961	3,1%	11.447.987	0,9%	6.986.810	0,7%
Visactys	247.980	0,0%	191.364	0,2%	56.616	0,0%	36.142	0,0%
SCI Constructel	406.559	0,0%	359.112	0,4%	47.447	0,0%	181.918	0,0%
Reino Unido	242.032.447	18,5%	1.743.251	1,8%	240.154.316	19,9%	179.516.867	18,3%
MJ Quinn	235.872.267	18,0%	0	0,0%	235.872.267	19,5%	179.516.867	18,3%
MJ Quinn Solar	5.627.626	0,4%	1.346.550	1,4%	4.281.076	0,4%	0	0,0%
Energydist	134.880	0,0%	0	0,0%	134.880	0,0%	0	0,0%
MJ Quinn Constructel	397.674	0,0%	397.675	0,4%	0	0,0%	0	0,0%
Bélgica	127.605.324	9,8%	11.510.775	11,7%	116.094.549	9,6%	71.377.366	7,3%
Constructel Belgium	53.307.878	4,1%	1.933.409	2,0%	51.374.470	4,2%	18.146.490	1,8%
Constructel Modal*	41.714.637	3,2%	1.721.426	1,7%	39.993.211	3,3%	35.070.898	3,6%
OMV Natie	32.474.760	2,5%	7.855.941	8,0%	24.618.819	2,0%	18.159.978	1,8%
Infrasign	108.049	0,0%	0	0,0%	108.049	0,0%	0	0,0%
Alemanha	72.667.438	5,6%	574.078	0,6%	72.093.360	6,0%	32.755.650	3,3%
Constructel GmbH	30.581.102	2,3%	0	0,0%	30.581.102	2,5%	22.204.582	2,3%
Elektro-Würkner	29.258.644	2,2%	0	0,0%	29.258.644	2,4%	0	0,0%
Franz Josef Braun	12.253.613	0,9%	0	0,0%	12.253.613	1,0%	10.551.068	1,1%
Constructel Bau	574.078	0,0%	574.078	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
República da Irlanda	32.716.917	2,5%	0	0,0%	32.716.917	2,7%	0	0,0%
Obelisk	32.716.917	2,5%	0	0,0%	32.716.917	2,7%	0	0,0%
Itália	45.430.488	3,5%	1.123.745	1,1%	44.306.743	3,7%	13.943.252	1,8%
Inpower	33.635.155	2,6%	0	0,0%	33.635.155	2,8%	0	0,0%
Ieme	11.793.508	0,9%	1.122.170	1,1%	10.671.338	0,9%	10.872.142	1,1%
Constructel Itália	1.825	0,0%	1.575	0,0%	250	0,0%	1.530	0,0%
Dinamarca	13.378.491	1,0%	4.115.661	4,2%	9.262.831	0,8%	12.859.100	1,3%
Constructel Dinamarca	9.268.437	0,7%	607.079	0,6%	8.661.358	0,7%	10.175.908	1,0%
Toft Hansen	4.110.055	0,3%	3.508.582	3,6%	601.473	0,0%	2.683.192	0,3%
Espanha	9.031.092	0,7%	0	0,0%	9.031.092	0,7%	9.897.456	1,0%
Tensa	9.031.092	0,7%	0	0,0%	9.031.092	0,7%	9.897.456	1,0%
África	144.720.668	11,1%	19.542.995	19,8%	125.177.673	10,3%	84.239.221	8,6%
Angola	58.569.992	4,5%	10.582.856	10,7%	47.987.136	4,0%	30.352.011	3,1%
Tv Cabo Angola	43.826.612	3,4%	745.258	0,8%	43.081.354	3,6%	30.499.634	3,1%
Comatel	12.390.992	0,9%	8.808.504	8,9%	3.582.488	0,3%	49.588	0,0%
EIP Angola	1.285.797	0,1%	0	0,0%	1.285.797	0,1%	0	0,0%
Edivisa Angola	1.066.591	0,1%	1.029.094	1,0%	37.497	0,0%	-197.211	0,0%
Moçambique	70.586.209	5,4%	8.960.139	9,1%	61.626.071	5,1%	49.128.967	5,0%
Tv Cabo	25.692.151	2,0%	245.499	0,2%	25.446.652	2,1%	20.804.092	2,1%
Electrotec	15.225.609	1,2%	51.163	0,1%	15.174.446	1,3%	8.379.895	0,9%
Martifer Visabeira	8.537.630	0,7%	5.958	0,0%	8.531.672	0,7%	5.939.927	0,6%
Televisa	10.443.193	0,8%	2.690.612	2,7%	7.752.581	0,6%	7.794.539	0,8%
Real Life Moçambique	2.589.677	0,2%	-33.879	0,0%	2.623.555	0,2%	2.903.019	0,3%
Sogitel	7.029.244	0,5%	5.508.010	5,6%	1.521.234	0,1%	2.490.033	0,3%
Hidroafrica	1.061.452	0,1%	487.026	0,5%	574.426	0,0%	918.951	0,1%
Selfenergy	7.253	0,0%	5.749	0,0%	1.504	0,0%	-101.489	0,0%
São Tomé e Príncipe	12.774.838	1,0%	0	0,0%	12.774.838	1,1%	2.246.409	0,2%
Companhia Santomense de Telecomunicações	12.774.838	1,0%	0	0,0%	12.774.838	1,1%	2.246.409	0,2%
Marrocos	2.789.629	0,2%	0	0,0%	2.789.629	0,2%	2.511.834	0,3%
Holding Escot Telecom Maroc	2.789.629	0,2%	0	0,0%	2.789.629	0,2%	2.511.834	0,3%
América	67.521.791	5,2%	0	0,0%	67.521.791	5,6%	86.787.812	8,8%
Estados Unidos da América	67.521.791	5,2%	0	0,0%	67.521.791	5,6%	86.787.812	8,8%
JF Edwards CC	67.521.791	5,2%	0	0,0%	67.521.791	5,6%	86.787.812	8,8%
TOTAL	1.308.180.350	100,0%	98.473.784	100,0%	1.209.706.565	100,0%	983.354.999	100,0%

*Volume de negócios inclui a Constructel Modal, Modal e Cabling.

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL	GRUPO	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021				
Visabeira INDÚSTRIA								
Europa	205.939.695	94,2%	28.559.037	96,9%	177.380.658	93,8%	144.275.813	94,1%
Portugal	197.041.394	90,1%	28.079.037	95,3%	168.962.356	89,3%	136.982.056	89,3%
Visabeira Indústria, SGPS	314.152	0,1%	314.152	1,1%	0	0,0%	0	0,0%
Vista Alegre Atlantis	92.526.340	42,3%	9.872.717	33,5%	82.653.623	43,7%	64.057.276	41,8%
Ria Stone	34.121.695	15,6%	1.936.590	6,6%	32.185.105	17,0%	28.786.136	18,8%
Pinewells	26.012.592	11,9%	128.616	0,4%	25.883.977	13,7%	19.840.148	12,9%
Ambitermo	11.369.716	5,2%	5.539	0,0%	11.364.176	6,0%	7.846.288	5,1%
Bordallo Pinheiro	12.034.326	5,5%	4.887.283	16,6%	7.147.043	3,8%	5.801.502	3,8%
Mob	6.174.134	2,8%	769.725	2,6%	5.404.409	2,9%	4.519.823	2,9%
Cerutil	12.944.281	5,9%	9.611.048	32,6%	3.333.233	1,8%	4.766.225	3,1%
Besconsigo	1.247.933	0,6%	373.829	1,3%	874.104	0,5%	846.167	0,6%
Armisepi	78.685	0,0%	12.907	0,0%	65.778	0,0%	464.592	0,3%
Rodinerte	202.700	0,1%	166.246	0,6%	36.454	0,0%	53.119	0,0%
Granbeira II	14.841	0,0%	386	0,0%	14.455	0,0%	782	0,0%
França	1.429.676	0,7%	0	0,0%	1.429.676	0,8%	967.319	0,6%
Vista Alegre France	1.429.676	0,7%	0	0,0%	1.429.676	0,8%	967.319	0,6%
Espanha	7.468.626	3,4%	480.000	1,6%	6.988.626	3,7%	6.326.438	4,1%
Vista Alegre Atlantis Espanha	7.468.626	3,4%	480.000	1,6%	6.988.626	3,7%	6.326.438	4,1%
África	3.631.920	1,7%	918.641	3,1%	2.713.279	1,4%	2.735.111	1,8%
Moçambique	2.126.334	1,0%	8.232	0,0%	2.118.102	1,1%	2.557.606	1,7%
Celmoque	1.930.045	0,9%	3.776	0,0%	1.926.268	1,0%	2.359.362	1,5%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	191.076	0,1%	0	0,0%	191.076	0,1%	198.244	0,1%
Agrovisa	5.213	0,0%	4.455	0,0%	758	0,0%	0	0,0%
Angola	1.505.586	0,7%	910.410	3,1%	595.176	0,3%	177.505	0,1%
Alamo Angola	1.505.586	0,7%	910.410	3,1%	595.176	0,3%	177.505	0,1%
América	9.108.470	4,2%	0	0,0%	9.108.470	4,8%	6.377.134	4,2%
Brasil	4.694.083	2,1%	0	0,0%	4.694.083	2,5%	2.873.979	1,9%
Vista Alegre Atlantis Brasil	4.694.083	2,1%	0	0,0%	4.694.083	2,5%	2.873.979	1,9%
Estados Unidos da América	4.139.628	1,9%	0	0,0%	4.139.628	2,2%	3.158.776	2,1%
Vista Alegre Atlantis USA	4.139.628	1,9%	0	0,0%	4.139.628	2,2%	3.158.776	2,1%
México	274.759	0,1%	0	0,0%	274.759	0,1%	344.380	0,2%
Mexicova	274.759	0,1%	0	0,0%	274.759	0,1%	344.380	0,2%
TOTAL	218.680.086	100,0%	29.477.679	100,0%	189.202.407	100,0%	153.388.058	100,0%

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL	GRUPO	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021				
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS								
Europa	28.606.236	45,7%	4.266.669	34,7%	24.339.567	48,4%	17.275.876	57,8%
Portugal	28.606.236	45,7%	4.266.669	34,7%	24.339.567	48,4%	17.275.876	57,8%
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, SGPS	702.514	1,1%	501.514	4,1%	201.000	0,4%	139.630	0,5%
Empreedimentos Montebelo	15.409.839	24,6%	1.331.273	10,8%	14.078.566	28,0%	7.871.111	25,8%
VAA Empreedimentos Turísticos	4.380.323	7,0%	61.069	0,5%	4.319.254	8,6%	2.073.798	6,6%
Tropo Squisito	2.185.523	3,5%	0	0,0%	2.185.523	4,3%	962.421	3,2%
Visabeira Imobiliária, SA	2.211.733	3,5%	202.011	1,6%	2.009.722	4,0%	2.807.704	9,1%
Zambeze	1.380.828	2,2%	55.532	0,5%	1.325.296	2,6%	485.487	1,6%
Creative Shots	690.789	1,1%	284.584	2,3%	406.205	0,8%	794.249	2,6%
Asfalís	324.306	0,5%	0	0,0%	324.306	0,6%	0	0,0%
Parque Desportivo de Aveiro	112.556	0,2%	0	0,0%	112.556	0,2%	77.793	0,3%
VisabeiraHouse	103.546	0,2%	39.160	0,3%	64.386	0,1%	59.025	0,2%
Ifervisa	2.734	0,0%	784	0,0%	1.950	0,0%	1.971.412	6,6%
Mundicor	74.617	0,1%	763.814	6,2%	-689.197	-1,4%	33.245	-0,6%
Visabeira Investig. Desenvolv.	509.316	0,8%	509.316	4,1%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Imobiliária, SGPS	354.394	0,6%	354.394	2,9%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Participações, SGPS	163.216	0,3%	163.216	1,3%	0	0,0%	0	2,1%
África	33.986.935	54,3%	8.046.599	65,3%	25.940.335	51,6%	12.616.178	42,2%
Angola	6.429.254	10,3%	3.452.535	28,0%	2.976.719	5,9%	555.543	1,9%
Visauto	3.573.117	5,7%	1.280.401	10,4%	2.292.716	4,6%	527.136	4,7%
Angovisa	684.003	1,1%	0	0,0%	684.003	1,4%	2.649	1,7%
Mercury Angola	467.251	0,7%	467.251	3,8%	0	0,0%	9.263	-0,5%
Catari Angola	17.139	0,0%	17.139	0,1%	0	0,0%	13.668	0,0%
Visabeira Angola	1.687.744	2,7%	1.687.744	13,7%	0	0,0%	2.827	-4,0%
Moçambique	27.557.681	44,0%	4.594.065	37,3%	22.963.616	45,7%	12.060.635	40,3%
Imovisa	11.068.696	17,7%	522.696	4,2%	10.546.000	21,0%	5.593.274	18,7%
Turvisa	7.246.085	11,6%	433.705	3,5%	6.812.380	13,5%	3.382.596	11,3%
Mercury	3.139.971	5,0%	486.352	3,9%	2.653.619	5,3%	1.360.734	5,4%
Combustíveis do Songo	1.728.969	2,8%	236	0,0%	1.728.733	3,4%	1.167.707	3,9%
Milibangalala	650.179	1,0%	8.819	0,1%	641.359	1,3%	106.449	0,4%
Visaqua	422.184	0,7%	84.062	0,7%	338.122	0,7%	300.713	1,0%
Visa House Moçambique	114.988	0,2%	0	0,0%	114.988	0,2%	87.155	0,3%
Autovisa	935.495	1,5%	826.392	6,7%	109.103	0,2%	51.834	0,2%
Visabeira Moçambique	2.232.780	3,6%	2.213.711	18,0%	19.069	0,0%	2.322	-0,8%
Vibeiras Moçambique	18.334	0,0%	18.092	0,1%	242	0,0%	7.852	0,0%
TOTAL	62.593.171	100,0%	12.313.268	100,0%	50.279.903	100,0%	29.892.054	100,0%
HOLDING								
Europa	20.953.438	100,0%	18.369.539	100,0%	2.583.899	100,0%	4.005.991	100,0%
Portugal	20.953.438	100,0%	18.369.539	100,0%	2.583.899	100,0%	4.005.991	100,0%
Grupo Visabeira	20.953.438	100,0%	18.369.539	100,0%	2.583.899	100,0%	4.005.991	100,0%
TOTAL	20.953.438	100,0%	18.369.539	100,0%	2.583.899	100,0%	4.005.991	100,0%
TOTAL GLOBAL	1.610.407.045	100,0%	158.634.271	100,0%	1.451.772.773	100,0%	1.170.641.102	100,0%

Visabeira Global

Indicadores Consolidados

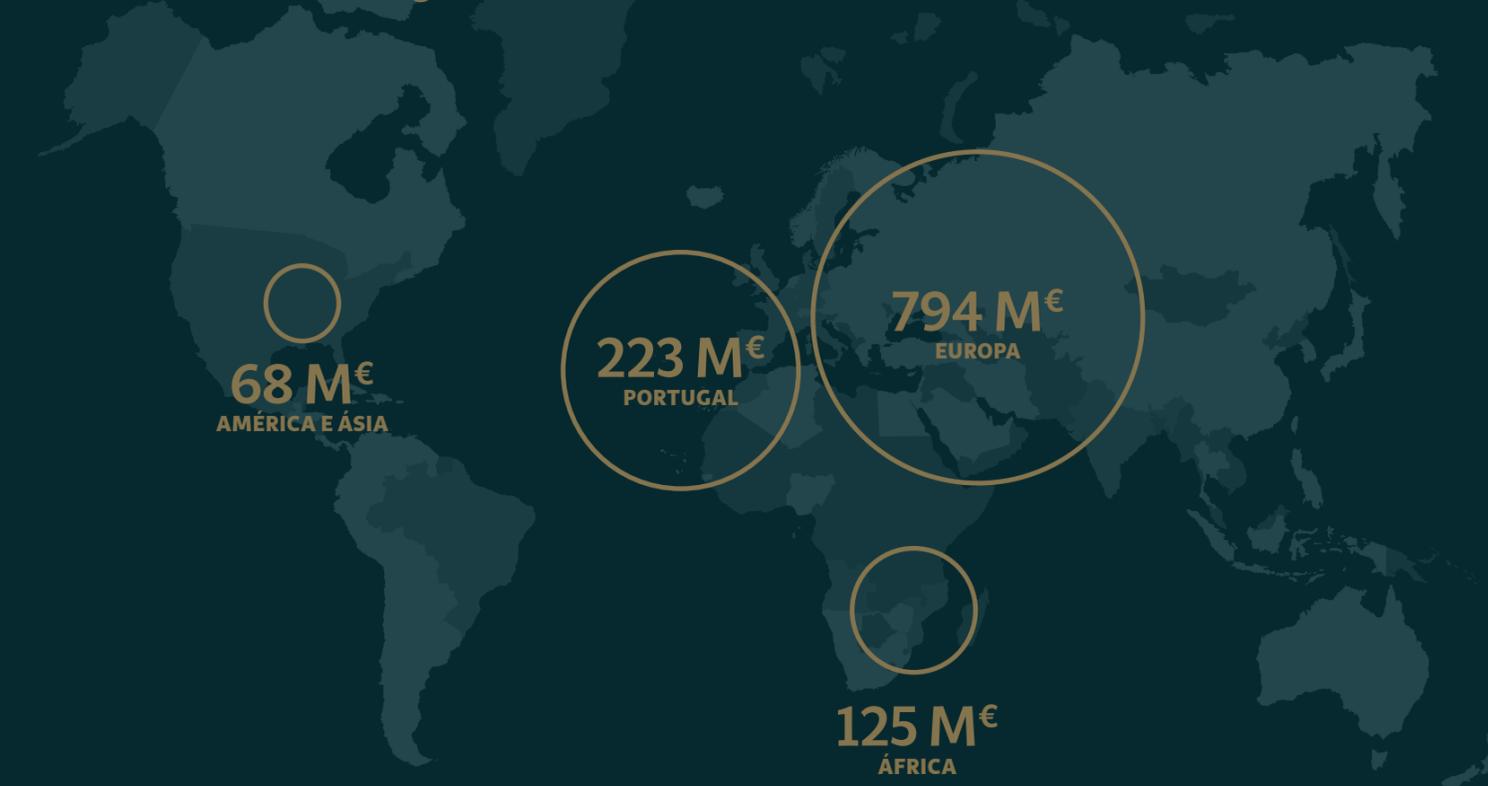
	2022	2021	Var YoY
Volume de negócios	1.210	983	23%
EBITDA	160	149	7%
Margem EBITDA	13,2%	15,2%	-2,0 pp
Resultado operacional recorrente*	82,8	89,8	-8%
Margem operacional	6,8%	9,1%	-2,3 pp
Resultado líquido	56,0	61,8	-9%
Investimento líquido	41,9	54,9	-24%
Dívida	325	350	-7%
Inventários	72,9	56,7	29%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e goodwill)	708	612	16%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

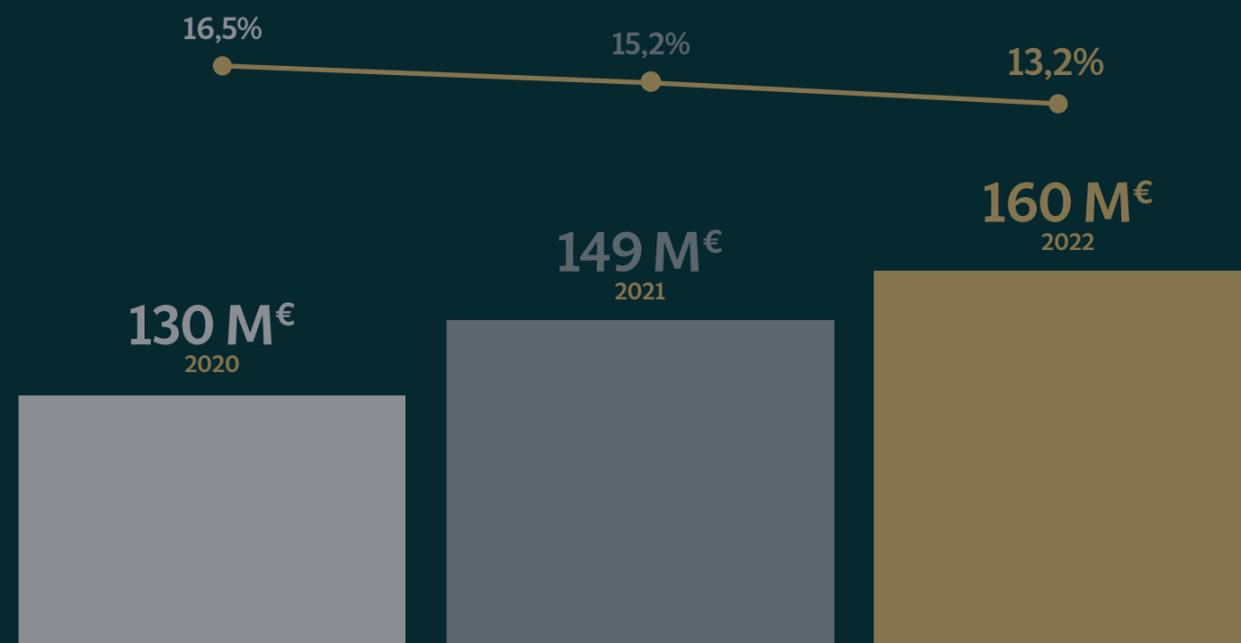
Volume de negócios

1.210 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



A Visabeira Global é a principal holding do Grupo Visabeira e engloba as áreas das telecomunicações, energia, tecnologias e da construção. Assumindo-se claramente como a holding de maior dimensão é também a holding com maior quota de presença internacional. Esta expressão pluricontinental tem como principal pilar as suas atividades operacionais no exterior e a dinâmica de principal player mundial, que vem assumindo nos setores em que atua.

A Visabeira Global, com a cada vez maior expansão geográfica que vem garantindo, assume em plenitude o designio do Grupo e a sua marca identitária, enquanto companhia multinacional de referência.

O ano de 2022, vai ficar indelevelmente marcado pela afirmação definitiva da Constructel Visabeira como um dos principais players europeus, no segmento da engenharia de redes. A empresa solidificou a sua notoriedade e registou um desempenho notável, pautado por um significativo crescimento do volume de atividade, que atingiu os 1.026 milhões de euros, representando um impressionante crescimento de 20,6%, no universo de empresas e no conjunto dos vários países em que atua. Concomitantemente, o generalizado reconhecimento das suas capacidades, competências e dinamismo, pelos principais operadores do mercado europeu, garantiu a consolidação de várias e importantes parcerias, que vão potenciar um ainda mais forte crescimento no curto prazo. A Visabeira Global, alavancada por este cenário e por uma forte dinâmica de crescimento, atingiu um volume de negócios consolidado de 1.210 milhões de euros, correspondendo a um importante crescimento de 23%, face ao ano de 2021. Deste modo, a Visabeira Global, com estes novos máximos históricos, consolida a sua posição de maior sub-holding, assumindo 83% do volume de negócios do Grupo.

Telecomunicações

A Visabeira Global, ao longo do ano de 2022, conseguiu reforçar a elevada performance operacional, que é seu paradigma identitário nas atividades de serviços de engenharia de redes de telecomunicações, eletricidade e gás, no conjunto das suas empresas participadas, tanto a nível nacional como internacional.

A **Constructel Visabeira** viu plenamente reconhecida a matriz de competências integradas que a posiciona como líder de mercado e parceiro ideal para os operadores dos setores em que atua. Esta performance dá à empresa o papel privilegiado de principal pilar da contínua expansão da Visabeira Global, nas várias geografias onde, além de Portugal, está plenamente integrada, nomeadamente em países como França, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos da América, Itália, República da Irlanda, Dinamarca e Suécia. Em Maio de 2022, a Constructel Visabeira, enquanto subsidiária da multinacional portuguesa e holding multisectorial do Grupo Visabeira, assinou um contrato de investimento de 200 milhões de euros com a Goldman Sachs Asset Management, em troca de uma participação minoritária. Os recursos provenientes deste investimento serão predominantemente utilizados para acelerar o crescimento orgânico e inorgânico, através de aquisições, focado no apoio à estratégia de expansão da empresa. A empresa reforça assim a sua posição, combinando a sua visão única dos mercados, indústrias e regiões e os recursos mundiais da Goldman Sachs, para desenvolver negócios e acelerar a criação de valor nos portfólios de atividades da Constructel.

Em França, para a **Constructel França** o ano de 2022 ficou assinalado pela renovação do principal contrato da empresa junto do cliente Orange, permitindo garantir uma boa visibilidade de atividade, para os próximos cinco anos. A ligeira redução do volume de negócios verificada neste exercício, justifica-se pela maturidade do mercado das telecomunicações e a consequente diminuição de atividade na construção de redes de FO, cujo mercado começa a estabilizar. Prospetivando o futuro, a empresa, com o objetivo de passar a ser um dos principais atores da transição numérica e energética, desenvolveu, este ano, uma acrescida e variada oferta de serviços em soluções SMART, IOT e no domínio das energias renováveis. A **Gatel** também reforçou o seu nível de atividade no mercado francês, ao aumentar o volume de negócios para cerca de 11,5 milhões de euros. O desempenho da empresa é muito sustentado pelo seu contributo para

as restantes operações do Grupo, nomeadamente ao nível da gestão de recursos humanos e ao nível de fornecimento de equipamentos e materiais, fortalecendo, assim, uma dinâmica conjunta de crescimento.

Ainda em França, a **Escotel** registou um exercício de 2022 caracterizado pela consolidação dos mercados de telecomunicações e pela fase terminal da implantação industrial de redes de fibra ótica naquele país, o que impactou numa redução do seu volume de atividade, que fica espelhada no montante de 12,3 milhões de euros que registou neste exercício. Neste contexto, a empresa aproveitou para, ao longo do ano, perspetivar uma reorganização da sua estrutura para uma melhor adaptação a novos mercados e a novos desafios. Esta política tem como principal foco manter a sua posição de confiança enquanto player local de referência, contribuindo, assim, para a oferta integrada da Constructel Visabeira.

A **MJ Quinn**, empresa que atua no Reino Unido, registou um relevante desempenho operacional que lhe garantiu um importante crescimento neste mercado e lhe permitiu reforçar a sua posição como um dos principais prestadores de serviços, junto do operador britânico British Telecom. A notoriedade e proficiência do seu desempenho, que são a sua imagem de marca de service provider global, foram decisivos na assinatura de um novo e importante contrato plurianual, que assegura a expansão geográfica da sua operação, passando a prestar serviços em todas as regiões do Reino Unido e potenciando a continuação do rumo de crescimento que a empresa vem protagonizando, ao longo dos últimos anos. A excelente performance da empresa tem uma boa sustentação na sua Academia de Treino, em Liverpool, que é considerada, por clientes e parceiros da empresa, como a melhor no seu género em todo o Reino Unido. A empresa atingiu, em 2022, um volume de negócios de 236 milhões de euros, o que representa um incremento de 31,4%, face ao ano de 2021, em linha com o forte crescimento que já concretizara no exercício anterior.

A **Obelisk**, que opera nos mercados da República da Irlanda e do Reino Unido, é uma empresa que integrou o portefólio da Constructel Visabeira desde abril de 2022. A Obelisk é uma fornecedora líder de soluções chave-na-mão de infraestruturas essenciais em telecomunicações, fixas e sem fios e, também, no setor de energia. A base de clientes da Obelisk inclui as principais operadoras globais de telecomunicações, como Vodafone, Three, Cellnex e Vantage Towers, bem como players globais





do setor de energia, como a ESB, EDF, SSE e Banks Renewables. No âmago do sucesso da Obelisk e base das suas tradicionais capacidades, estão, em boa parte, os seus colaboradores e parceiros. A Obelisk tem um importante currículo e foi galardoada localmente como uma empresa Deloitte Best Managed, por 5 anos consecutivos, obtendo um merecido reconhecimento, fruto das suas estratégias de pessoal, formação e desenvolvimento. A Obelisk fornece soluções de "end to end", focadas em garantir a conectividade para todas as comunidades na Irlanda e no Reino Unido, por meio da implantação de 5G e FTTP. A empresa está especialmente empenhada em contribuir para a construção de um mundo mais sustentável, tendo fornecido, até agora, mais de 1MW de energia solar renovável para clientes domésticos e comerciais na Irlanda. A Obelisk vê a sustentabilidade como uma estratégia fundamental para ajudar as comunidades a tornarem-se mais responsáveis e eficientes, fazendo contribuições objetivas e positivas para o planeta, a sociedade e as comunidades em que opera. Ao iniciar o seu novo percurso com a integração na Constructel Visabeira, a Obelisk tem como primeiro objetivo reforçar este rumo de crescimento, de forma orgânica, com um investimento contínuo em pessoas e ainda através de novas aquisições. Em 2022, o seu core business cresceu quase 20%, com o volume de negócios a atingir os 32,7 milhões de euros

Na Bélgica, para a **Constructel Bélgica**, o ano de 2022, foi caracterizado por um importante aumento do volume de negócios, muito alavancado pela construção e manutenção de redes de fibra ótica, para diferentes clientes, como a Proximus e a Fiberklaar. Neste enquadramento, a empresa atingiu um volume de negócios de 51,4 milhões de euros, concretizando um impressionante crescimento de 183%, face ao ano anterior.

Para a **Constructel Modal**, ainda na Bélgica e na área das redes fixas, o ano de 2022, ficou marcado pela renovação do principal contrato junto do cliente Proximus, o que vai garantir uma boa sustentabilidade de atividade da empresa, para os próximos 6 anos. Neste novo contrato, a empresa expandiu a sua área geográfica de atuação, passando a assegurar uma presença nacional e tornando a empresa um dos maiores service providers junto deste cliente histórico. A empresa atingiu um volume de negócios de 40 milhões de euros, com um crescimento de 14,3 %, face a 2021.

A **Oude Markt Voerlieden Natie NV** (O.M.V. Natie), outra empresa a operar no mercado belga, sediada em Antuérpia, fundada em 1968, e que integrou o portefólio de negócios da Visabeira Global no decurso do exercício de 2020, tem vindo a reforçar a sua presença no setor e a alavancar a presença do Grupo no mercado belga. Neste contexto, a empresa registou um volume de negócios de 24,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 35,6%.

Na Alemanha, a **Constructel Visabeira**, agora abrangendo duas empresas operacionais, Constructel GmbH e Franz-Josef Braun, reforçou a sua posição junto dos principais clientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, tendo inclusivamente recebido vários reconhecimentos no que diz respeito à sua qualidade em obra. Como consequência desta dinâmica, a carteira de obras continuou a crescer, perspetivando-se um ciclo de grande crescimento a curto prazo no mercado alemão.

Neste contexto, a **Constructel GmbH** continua a ser marca de referência neste mercado, principalmente como parceiro da Deutsche Telekom. O nível de desempenho e a qualidade demonstrados na sua atuação pluridisciplinar, no domínio das redes fixas e móveis, permitiram manter o protagonismo que caracteriza a presença da empresa neste setor de atividade, principalmente nas operações tripartidas nas regiões Oeste (Colónia), Sudeste (Estugarda) e Sul (Munique). Em 2022, iniciaram-se também trabalhos numa nova zona, centrada em Frankfurt. A empresa protagonizou

um alargado leque de obras, a maioria das quais projetos FTTH (fiber to the home), abrangidas pelo programa MBFD (Mehr Breitband für Deutschland), que anuncia: "mais banda larga para a Alemanha". De grande relevância são os projetos nas cidades de Sprockhövel, Essen e Niederkassel (região de Norte-Vestefália) e em Estugarda, região de Bade-Vurtemberg, onde se destacam os projetos de Möhringen e Eberdingen. A Constructel GmbH continuou a cooperar com a Ericsson e a Deutsche Telekom, contribuindo, através do projeto Pegasus, para o alargamento da rede 4G, através do programa Rollout, a que acresce um especial protagonismo no lançamento e massificação da rede de nova geração 5G, através dos programas AIR, Refarming e Small Cell. A empresa conseguiu exceder as já ambiciosas expectativas e registou um significativo crescimento no seu volume de negócios, atingindo os 30,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 39,6%.

Ainda na Alemanha, a **Franz-Josef Braun**, empresa que presta serviços associados à construção e expansão de redes de telecomunicações, instalação de fibra ótica e construção de redes de eletricidade, superou os 12,2 milhões de euros de volume de negócios. A opção da Constructel Visabeira, na aquisição desta empresa confirmou-se ser um passo estratégico bastante efetivo, contribuindo significativamente para a consolidação e posicionamento do Grupo na Alemanha. A empresa continua como referência no mercado da construção de redes, tendo em 2022 reforçado a sua notoriedade ao focar-se, com assertividade e celeridade, na recuperação e colocação ao serviço de múltiplas infraestruturas alemãs, que este ano foram destruídas pelas grandes cheias ocorridas no verão.

A **Elektro-Würkner** foi adquirida em 2022, dando continuidade à política de expansão do Grupo, na Alemanha. Esta é uma empresa fundada em 1965, hoje com cerca de 230 colaboradores, e que é uma das maiores empresas alemãs nas áreas das telecomunicações e da energia, tendo também uma importante presença no setor das energias renováveis. A empresa, no exercício de 2022, registou um volume de negócios de 29,3 milhões de euros.

Em Itália, a **IEME**, empresa transalpina da Constructel Visabeira, consolidou a sua posição como prestador de serviços na área das redes de energia de média e baixa tensão, com o cliente ENEL e, na área das telecomunicações, com o cliente Open Fiber, principais players italianos nestes setores. No setor da Energia e como pilar para o futuro crescimento da empresa, a IEME concretizou, em março de 2022, dois grandes contratos, que ascendem a 14,5 milhões de euros e, em Dezembro de 2022, outros dois novos contratos, na zona Emilia-Romagna, no ordem dos 137,4 milhões de euros, a serem executados nos próximos 4 anos. Neste enquadramento, a empresa prevê duplicar o seu volume de negócios já a partir de 2023 e, para enfrentar esta exigente fase de atividade, iniciou um programa que inclui um considerável investimento ao nível de recursos humanos especializados e de equipamentos. A empresa registou um volume de negócios no corrente ano de cerca de 10,7 milhões de euros, ficando em linha com o nível de atividade do ano anterior.

A **Constructel Itália** apresentou um nível de atividade coerente com a aposta que faz na sua presença no mercado italiano, tendo atingido um volume de negócios superior a 33,6 milhões de euros, demonstrando a dinâmica de crescimento que assumiu neste competitivo mercado, onde se posiciona como uma empresa de referência no setor.

A continuidade da aposta da Constructel Visabeira em Itália fica ainda bem evidenciada com a aquisição de mais uma empresa do setor das telecomunicações, a **Inpower Group**, alavancando, deste modo, a expansão de negócios e a otimização de recursos através do aproveitamento de sinergias entre as empresas.

Na Dinamarca, a **Constructel Dinamarca** registou ao longo de 2022, algum constrangimento no desenvolvimento da sua atividade, fruto do complexo cenário global, que impacta objetivamente no normal funcionamento das suas operações e que resultou numa ligeira redução na atividade da empresa. No entanto, e mesmo neste contexto adverso, a empresa continuou a cumprir os seus contratos de construção de redes de FTTH, para o operador TDC, prosseguindo a implementação do denominado projeto Fiber Factory. A Constructel Dinamarca conseguiu, neste enquadramento, registar 8,7 milhões de euros de volume de negócios. O bom desempenho da empresa, durante o ano de 2022, contribuiu para ser reconhecida como o prestador de serviços com a melhor performance de implementação da rede de fibra ótica neste país escandinavo, perspetivando um continuado crescimento, com a extensão dos contratos com o operador TDC.

Em Portugal, a **Viatel** garantiu a manutenção da sua posição de referência no mercado e conseguiu mesmo apresentar um aumento de quota em segmentos chave da rede fixa, tendo mesmo registado uma tendência de aumento do nível de atividade nos últimos meses do ano, em sentido contrário da tendência de contenção, que marcou o seu mercado em 2022. A empresa conseguiu também protagonizar um aumento de quota no setor comercial, o que pode antecipar novo crescimento da atividade na rede fixa. Por outro lado, na área de negócio da rede móvel e das tecnologias o crescimento foi bastante positivo, tendo reforçado a sua posição de empresa líder de mercado, no segmento das redes móveis, e confirmando o seu posicionamento como importante player, nas vertentes dos transportes e da defesa. A Viatel, fruto desta performance e da abrangência de soluções que oferece, continuou a ser uma empresa de referência no seu mercado, nos diferentes segmentos em que opera, consolidando a posição de confiança que granjeou, ao longo das últimas quatro décadas, o que lhe permitiu, neste difícil contexto, registar um volume de negócios de 66,3 milhões de euros. Ainda em Portugal, a **PDT**, consolidou a posição de referência junto do operador NOS. A empresa, na atividade de construção, viveu um ano de 2022 com um elevado nível de atividade, particularmente dinamizada pela adjudicação de novas obras de construção de rede FTTH. Nas restantes áreas, a PDT manteve-se focada na inovação dos serviços e em garantir a qualidade e disponibilidade dos seus serviços e em estar à altura dos desafios, que a sociedade lhe foi colocando, dando sempre eficaz resposta a todas as solicitações dos seus clientes. Esta atitude e a tradicional capacidade de superação que caracteriza a empresa, permitiu à PDT crescer e superar um volume de negócios de 35 milhões de euros, em 2022.

Em Moçambique, a **Televisa**, no ano de 2022, focou-se em reforçar o seu alinhamento com um conjunto de atividades chave que vem caracterizando a sua atuação no mercado, o que lhe permitiu manter o seu nível de atividade. Neste enquadramento e fruto da superação do contexto exigente conseguido pela Televisa, o desempenho da empresa ficou caracterizado positivamente pela otimização da operacionalidade da empresa e o reforço do seu posicionamento como referência no mercado, enquanto prestador global de serviços de engenharia nas suas várias áreas chave: i) construção (aérea e conduta) e ligação de cabos (fibra e cobre) de redes primárias e secundárias de telecomunicações; ii) construção de rede cliente e instalação de serviço ao cliente; iii) manutenção corretiva e preventiva de redes primárias e secundárias; iv) reabilitação e instalação de redes indoor; v) construção e manutenção de sites (torres e rooftops) de telecomunicações móveis; vi) instalação de sistema de rádio e transmissão. Neste formato, de prestador de serviços global e oferecendo soluções integradas, a Televisa continua empenhada na recuperação da sua senda de crescimento, tentando superar a contenção do mercado em que atua. Com este foco a empresa esteve muito determinada em entregar um desempenho de elevada qualidade nas solicitações dos seus clientes, em que se realça a

frente das novas tecnologias, com destaque para o investimento realizado pelo cliente Vodacom, orientado para a expansão da rede de fibra ótica subterrânea. Esta evolução está relacionada com a necessidade de fortificar as infraestruturas, para que sejam mais resistentes às causas de interrupção do funcionamento das fibras, tais como as intempéries e cortes isolados e, neste contexto, como em outros, a Televisa tem sido protagonista ativo na conceção e instalação das melhores soluções. Neste contexto, a Televisa manteve o seu nível de atividade, atingindo um volume de negócios de 7,6 milhões de euros.

Em Angola, a **Comatel**, no ano de 2022 e apesar do enquadramento difícil que o setor viveu, demonstrou total capacidade de resiliência e competência, plena de motivação para dar resposta aos novos desafios e superar as dificuldades, para disponibilizar adequadas respostas ao mercado, num setor tão estratégico para a vida das pessoas e vital para o funcionamento da sociedade. Neste complexo cenário, a Comatel conseguiu concretizar vários projetos, num ano que fica marcado pela realização de importantes trabalhos. Destaque para as atividades para a TVCabo Angola, onde a Comatel continuou a realizar diversas obras de construção e a assegurar os serviços de manutenção da respetiva rede, em várias cidades, ao longo do país, assegurando igualmente a manutenção da rede do backbone nacional de fibra ótica. Como corolário, a empresa atingiu um volume de negócios de 3,6 milhões de euros, importante crescimento face a 2021 e retomando o nível de atividade do ano de 2020.

CATV

A **TVCABO Angola**, empresa angolana que granjeou estatuto de referência no mercado, pelo seu desempenho nas últimas décadas e também potenciado por ser resultado de uma parceria entre a Angola Telecom, E.P. e a Visabeira Global - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., empresas de reconhecida competência e complementares no objeto da TVCABO, que está vocacionada para a distribuição de sinal de televisão e internet, através de uma rede de cabo coaxial e de fibra ótica. A TVCABO Angola tem um papel determinante na oferta angolana de serviços de telecomunicações e é essencial para garantir serviços indispensáveis à vida das pessoas e das empresas, como único operador que disponibiliza distribuição simultânea por cabo de televisão, internet e voz, com sinal inteiramente digital. Ao nível do serviço de Televisão, a TVCABO mantém o seu posicionamento de referência, com a distribuição de canais próprios e de canais dos dois operadores de televisão por satélite, disponíveis em Angola (ZAP e DSTV). Este facto é um importante fator distintivo da TVCABO, pois permite disponibilizar num só equipamento mais de 300 canais de televisão. No que concerne ao serviço de Internet, a oferta da TVCABO é de primeira linha, podendo chegar aos 500 Mb simétricos e, nos serviços de Voz fixa, a empresa diferencia-se, ao ter como principal característica a oferta de chamadas gratuitas nas redes TVCABO e Angola Telecom. A empresa continua a diferenciar-se ao nível residencial, com o serviço Triple Play como principal aposta do portefólio da TVCABO, tendo em conta que o mesmo possibilita uma variada oferta, com a combinação de pacotes de serviços, nomeadamente com mixes de diferentes velocidades de internet, diversas quantidades de canais de televisão e, ao nível de voz, vários patamares de impulsos. Já no segmento Corporate, o desenvolvimento contínuo de pacotes de internet simétrica, tem permitido à TVCABO oferecer uma resposta assertiva às diversas solicitações do mercado, sendo importante fator na satisfação das necessidades específicas de cada cliente. Em julho de 2022, foi atribuída à TVCABO, pelo Órgão Regulador INACOM, a "Concessão Específica para o Exercício da Atividade de Comunicações Eletrónicas, no segmento de





Distribuição de Televisão por Subscrição". A empresa considera que a atribuição desta licença se configura como um facto de extrema relevância para o futuro da sua atividade, pois vai permitir à TVCABO configurar uma atuação ainda mais abrangente em todas as áreas do sector e disponibilizar soluções mais inovadoras, tornando-se assim um potencial operador global. A TVCABO, apesar do cenário adverso e das dificuldades acrescidas, que enformaram o exercício de 2022, conseguiu um desempenho positivo, alcançando um volume de negócios de 43,1 milhões de euros.

Na **TVCABO Moçambique**, o ano de 2022 foi palco para, mais uma vez, a TVCABO recorrer às suas capacidades de resiliência, de ação, de inovação e de superação de desafios, evidenciando e alavancando as suas competências de adaptação e de agilidade de toda a estrutura e equipa, para superar os desafios de um cenário complexo para o normal desenvolvimento da atividade da empresa. Neste contexto, o desempenho conseguido contribuiu, em grande medida, para que a empresa tenha conseguido manter o contínuo crescimento do negócio e reforçado a sua posição no mercado, enquanto operador de referência. De destacar que o sector, em que a TVCABO opera, conheceu sensíveis modificações, fruto das alterações de hábitos e comportamentos, quer das pessoas, quer das empresas, que foram muito impulsionados pelos constrangimentos da pandemia e que se enraizaram na sociedade, contribuindo para o incremento dos rácios de utilização da internet e de banda consumida por utilizador. A gestão da banda manteve-se, assim, como um pilar fundamental para a manutenção da máxima qualidade de serviço, sendo de evidenciar o aumento da capacidade da ligação direta da TVCABO ao maior fornecedor Internet Exchange de África (NAPAfrica), bem como o aumento de capacidade nas ligações às capitais de província do país, onde a TVCABO detém operação. Neste contexto, a TVCABO garantiu um desempenho que conseguiu manter um nível de resposta ímpar, fruto da persistente resiliência que caracteriza a empresa, consolidando o seu posicionamento de marca de qualidade e conseguindo, num período de exigentes desafios e ambiciosos objetivos,

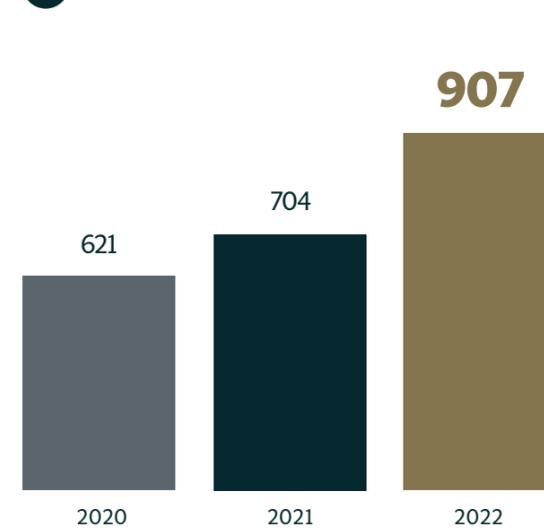
superar-se a si própria e conseguir dar as respostas que a sociedade necessitava, ao mesmo tempo que manteve a rota de crescimento que vem protagonizando ao longo dos anos, alcançando em 2022 um volume de negócios de 25,4 milhões de euros, crescendo 22%.

Em S. Tomé e Príncipe, a **Companhia Santomense de Telecomunicações**, conseguiu superar-se no ano de 2022, em que apesar do contexto nacional e internacional de crise, resultante do cenário adverso dos últimos anos, fruto da desaceleração económica, provocada pela pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021, pela crise dos circuitos integrados e pela guerra na Ucrânia, que em cúmulo contribuíram de forma direta para o aumento do custo de vida em São Tomé e Príncipe. Neste complexo e adverso enquadramento, o foco da empresa continua a ser pautado pelo empenho na manutenção de clientes no móvel e no acesso à internet via fibra.

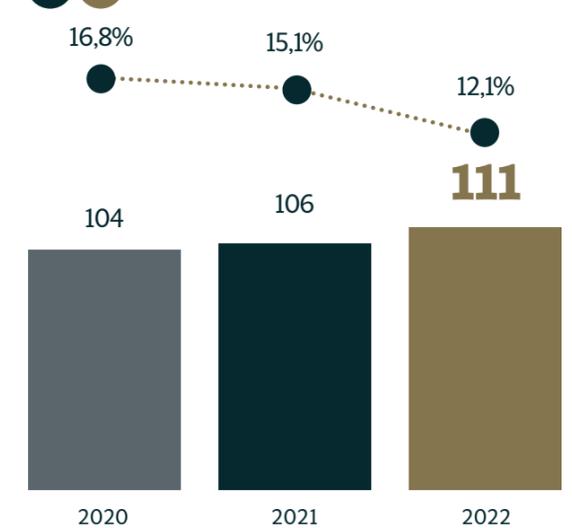
O cenário de uma forte intervenção regulatória, que se manteve ao longo do ano, é um constrangimento que condiciona a evolução da empresa para ofertas mais apelativas que possam responder mais eficazmente aos anseios do mercado. A CST prosseguiu a sua política de investimento de atividade comercial e na inovação, de modo a consolidar a sua liderança em todos os setores. Paralelamente, a CST vem mantendo a sua estratégia de investimento na fibra, com uma constante e contínua expansão ao longo do ano, solução de futuro para o crescimento do seu mercado, a que está também associado o aumento progressivo da necessidade de largura de banda e a redução de preço de pacote de entrada para acesso à internet via fibra, consequência da aceleração da contratação de serviço de banda larga. Neste contexto global e apostando na visão de ser um operador moderno, inovador e com presença em todo o país, a CST manteve o foco na sua posição de operadora de referência e a aposta no reconhecimento como a parceira das empresas santomenses, fruto da sua abordagem integrada, personalizada e convergente, estando por isso os seus serviços presentes em todas as grandes empresas nacionais. Como corolário deste período de relançamento da marca, a Companhia Santomense de Telecomunicações assegurou, em 2022, um volume de negócios de 12,8 milhões de euros.

Telecomunicações

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM

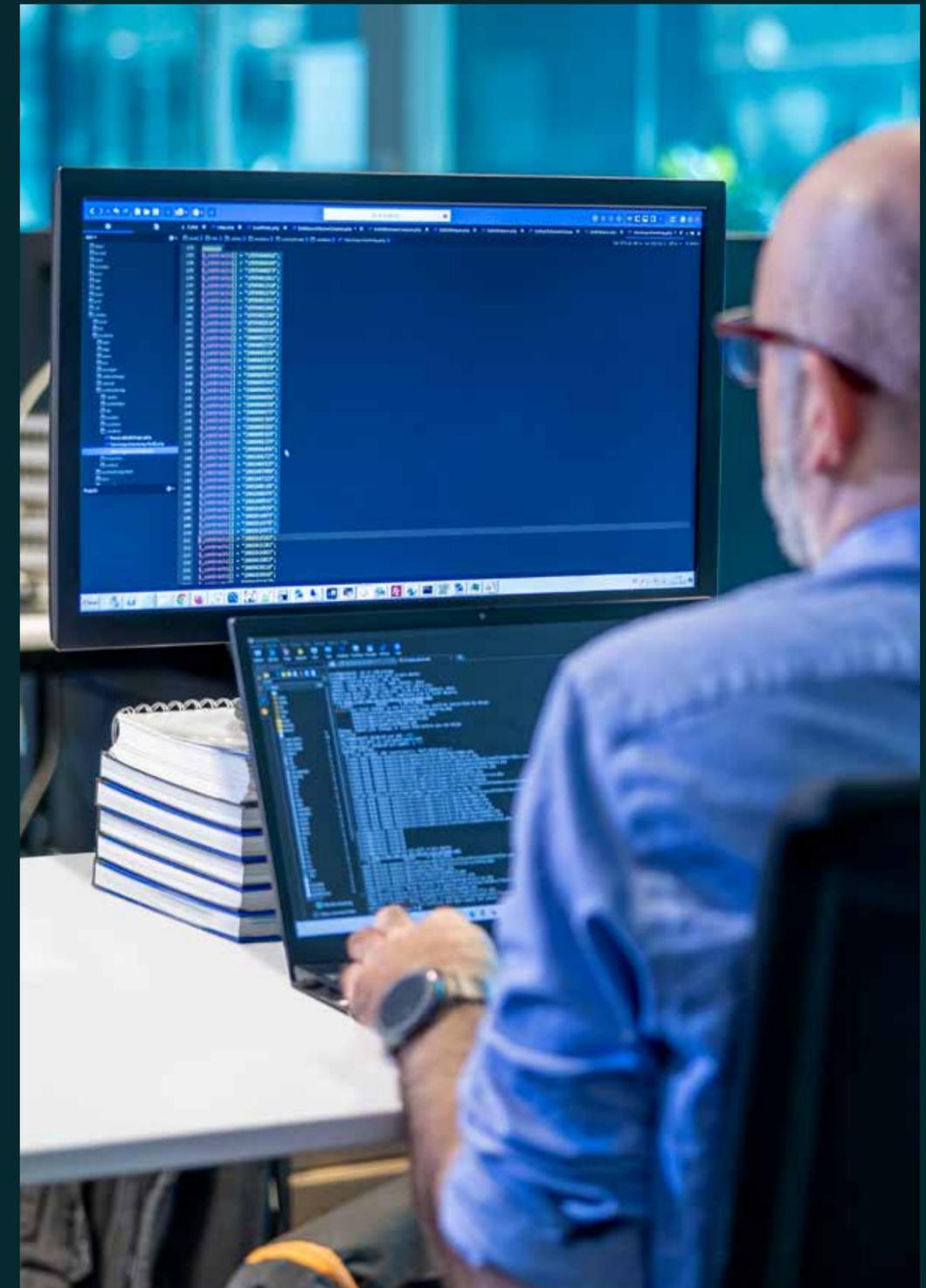
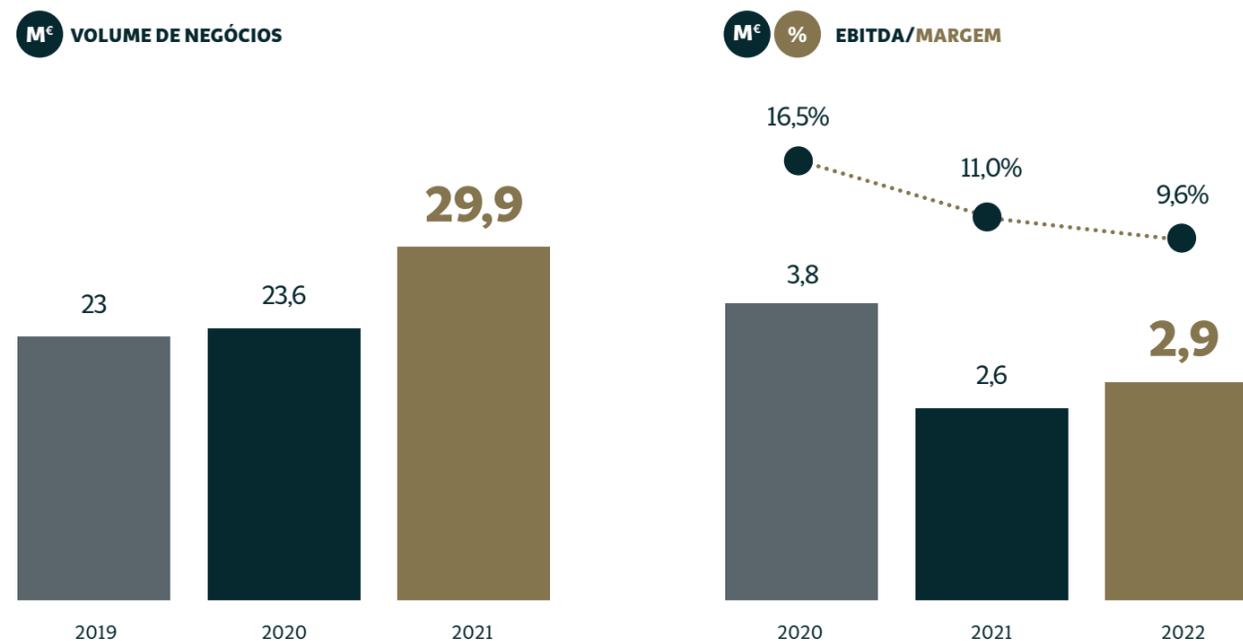


Tecnologias de Informação e Comunicação

Em 2022, a **Viatel Tecnologias** assume o desígnio de continuar a ser uma referência no sector das Telecomunicações e das Tecnologias, onde o investimento em Investigação e Desenvolvimento tecnológico e em atividades geradoras de conhecimento são pilares fundamentais e no quais este departamento da empresa tem apostado. Neste contexto, a Viatel manteve o investimento em I&D, sendo uma aposta a manter continuamente no futuro, já que parte da sua estratégia de crescimento está assente precisamente na aposta contínua em novas tecnologias, na inovação e em atividades de investigação e desenvolvimento com vista a melhorias nos processos produtivos e produtos/serviços inovadores. A empresa orgulha-se de poder afirmar que a inovação e a investigação e desenvolvimento estiveram sempre presentes na atividade da Viatel, ao longo de mais de quatro décadas e, prova disso é que a empresa soube sempre implementar as soluções adequadas para adaptar os seus trabalhadores e os seus serviços às novas tecnologias e às necessidades dos seus clientes. A empresa, com este desígnio, tem tido a capacidade de evoluir e dar assertivas respostas aos contínuos desafios que o seu mercado vai impondo, assumindo o seu papel como protagonista do progresso. A forte presença que a Viatel tem no mercado foi sempre marcada pela capacidade de gerar soluções globais, integrando diferentes domínios tecnológicos, desenvolvendo novos produtos e serviços que contribuíram para o reforço da competitividade da empresa e do Grupo nos mercados internos e externos e, como tal, a aposta e investimento em I&D, por parte da Viatel é para manter em continuum. A **Aeroprotechnik**, reforçou o foco na contínua otimização da sua operação nos serviços de Inspeção Avançada de Infraestruturas Críticas,

nas áreas das Energias (centrais fotovoltaicas), das Telecomunicações (estações base de telecomunicações) e dos Transportes (manutenção ferroviária). Neste contexto, a empresa protagonizou uma importante consolidação, ao nível das soluções e serviços especializados, tendo garantido a continuidade e fidelização de clientes e mercados, com o que conseguiu um forte crescimento do seu volume de negócios, em relação ao ano transato. Destaca-se neste exercício, o reconhecimento da estratégia principal da Aeroprotechnik, que privilegia a sua postura assertiva e inovadora, a que a empresa acrescenta uma capacidade de desenvolvimento permanente de soluções técnicas, à medida de cada cliente e das suas novas necessidades. Postura esta muito alicerçada na criatividade e empenho de toda a equipa, que é pilar fundamental para a boa performance da empresa e para o dinamismo, que é a imagem de marca da Aeroprotechnik. A empresa com este posicionamento, vem granjeando a confiança dos operadores com quem vem trabalhando e adquirindo um estatuto de referência no seu mercado, conseguindo quase duplicar o seu volume de negócios, superando a fasquia do milhão de euros, com um crescimento de 73,9%. A **Real Life**, marca com tradição no mercado das TIC, assume um percurso de empresa reconhecida neste desafiante segmento, mantendo a aposta orientada para o sector das tecnologias de informação, sempre muito focada no serviço para os principais operadores de telecomunicações em Portugal e, paralelamente, como parceiro relevante dos maiores fornecedores de tecnologia. Neste contexto, o volume de negócios consolidado da empresa situou-se no patamar dos 26,2 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 30,5%.

Tecnologias de Informação e Comunicação





Energia

Em Portugal, para a **Visabeira Infraestruturas**, o ano de 2022 ficou marcado por muitas e múltiplas actividades e realizações que apontam para ter sido o ano de viragem para cenários de níveis de actividade pré-pandémicos. Os vários sectores da empresa souberam dar as mais eficazes respostas em inúmeras frentes, com muitos trabalhos de acrescida relevância, de que é difícil seleccionar alguns para destaques do ano, nas várias divisões da empresa A Visabeira Infraestruturas, empresa de referência no sector, é o segundo maior adjudicatário, em volume de negócio, para a E-Redes (ex. EDP-Distribuição). Em 2022, operacionalizou-se a última fase do contrato da "Empreitada Contínua EC2015 – Redes", que se iniciou a 30 de março de 2015 e terminou a 1 de Maio de 2022, considerando a sua prorrogação extraordinária, pelo prazo de mais de dois anos, para além do seu termo inicial. O ano de 2022, ficou também marcado pela adjudicação e arranque do novo contrato da "Empreitada Contínua EC2022 – Redes" que vai vigorar nos próximos anos. No segmento das energias renováveis, a Visabeira Infraestruturas, em consórcio com a Jayme da Costa, deu continuidade ao projecto de construção do parque solar de Alcoutim. Esta parceria estratégica resulta de uma aposta clara na diversificação de mercado, com foco no segmento das energias renováveis, nomeadamente no segmento das centrais fotovoltaicas. No segmento de mercado das Linhas de Transporte de Energia Elétrica, 2022 apresentou-se como um ano de lenta recuperação da sustentabilidade da actividade. Não obstante terem subsistido vários trabalhos ao longo de todo o ano, estes foram sendo condicionados, em termos da sua execução, por ruptura e/ou atrasos nas cadeias de abastecimento dos materiais, nomeadamente estruturas metálicas, acessórios e isoladores. Por outro lado, a actividade no sector do gás concentrou-se na execução do contrato do consórcio Visabeira Infraestruturas / PRF, liderado pela Visabeira, com as distribuidoras Beiragás e Lusitaniagás. Neste contexto difícil e adverso, a Visabeira Infraestruturas fechou o ano com um volume de negócios superior a 38,9 milhões de euros, em linha com o desempenho do ano anterior.

A **Cunha Soares**, empresa com sede em Portugal, adquirida em 2021 pela Viatel, tem a sua operação principalmente centrada no mercado alemão. O ano de 2022, apesar das contingências no início do ano, ainda inerentes à pandemia da Covid-19, nomeadamente dificuldades de deslocação e custos acrescidos, foi um ano marcado por um notável crescimento, em volume e margem. O crescimento da empresa centrou-se principalmente no mercado alemão, mas, em paralelo, foram ainda realizadas actividades pontuais nos países nórdicos (Dinamarca e Suécia). O volume de negócios da empresa em 2022 foi superior a 19,6 milhões de euros, correspondendo a um fulgurante crescimento de 295%.

A **EIP Serviços**, depois de um primeiro exercício de 2021, em que o Objetivo principal consistiu na integração no perímetro da Constructel Visabeira, cumpriu no ano de 2022, um exercício muito apostado no crescimento. Neste enquadramento, a actividade da empresa foi muito caracterizada pelo incremento generalizado das consultas e convites para participar em novas empreitadas, de forma transversal a todas as áreas e mercados em que a empresa desenvolve a sua actividade. Este processo dinamizou a carteira de encomendas da empresa e veio confirmar as expetativas com o incremento do volume de actividade da empresa, tal como já era esperado, em função dos planos de investimento anunciados publicamente pelos seus principais clientes, REN, EDP e IP e mesmo a SNCF, em França. O ano foi particularmente desafiante, dada a necessidade premente de preservar a capacidade operacional, com vista a manter a necessária capacidade de resposta, para o esperado incremento do volume de trabalho. Contudo, e ao mesmo tempo, a actividade foi muito condicionada pela perturbação sentida em toda a cadeia de abastecimentos, que caucionou a ocupação da capacidade operacional e o rendimento dos recursos disponíveis, mantidos em claro sub-rendimento ao longo de praticamente todo o ano, com o conseqüente impacto negativo nos resultados de exploração das empresas do sector. Cabe ainda referir que, em fevereiro de 2022, e em conformidade com o disposto no PER da EIP SA e o correspondente acordo de Cisão-Fusão, a empresa procedeu à criação de uma sucursal em França (EIP Serviços France), entidade para a qual foi transferida a globalidade da operação naquele país, anteriormente desenvolvida pela EIP SA Sucursal França, assim como todos os activos detidos por esta entidade, incluindo contratos de trabalho e contratos de empreitada. Neste contexto menos favorável, a empresa conseguiu, mesmo assim, apresentar um volume de negócios superior a 18,3 milhões de euros, correspondendo a um significativo crescimento de 71,9%.

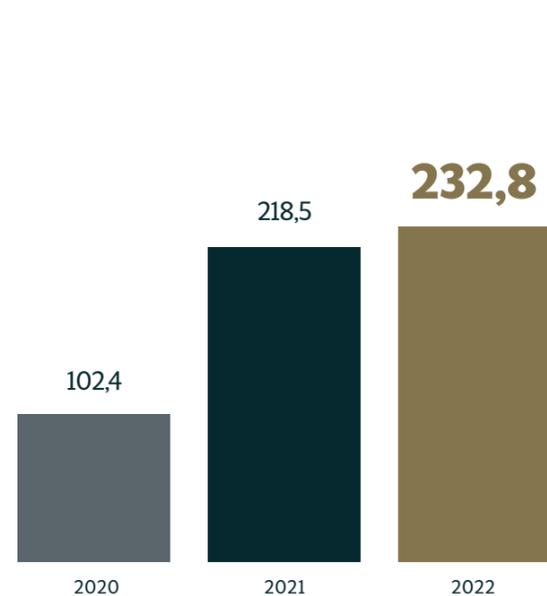
Em França, para a **Constructel Energie**, o ano de 2022 caracterizou-se por uma forte estabilidade contratual e organizacional, com a empresa a consolidar a sua posição neste importante mercado. A Constructel Energie reforçou o seu posicionamento na área dos serviços associados às energias consolidando a sua presença ao longo do território francês e alavancando a sua posição junto aos operadores incumbentes e seus principais parceiros, ErdF (Électricité de France), Enedis GrdF (Gaz réseaux distribution de France). Neste contexto, a empresa registou um volume de negócios superior a 19,1 milhões de euros, em linha com o desempenho do ano anterior e mantendo a sua posição de importante player neste setor.

Em Espanha, a **Tensa**, pese embora tenha iniciado o ano de 2022 com uma carteira de encomendas que dava a expectativa à empresa de ocupar a quase totalidade da sua capacidade produtiva durante o ano, tal acabou por não se confirmar em resultado do adiamento de duas importantes empreitadas na actividade de Transporte (Linhas de AT e MAT), que deveriam ter-se iniciado em Abril e que, num caso, se iniciou apenas em Dezembro e que, no outro caso, não tem ainda data de início prevista. Em resultado deste enquadramento, a sua atividade manteve-se em linha com o ano anterior, ao registar um volume de negócios de 9 milhões de euros. A **JF Edwards**, nos Estados Unidos da América, alarga a presença da Constructel Visabeira para outro continente e, em 2022, consolidou a sua posição de referência no importante mercado norte americano, contribuindo assim decisivamente para a expansão mundial do universo de negócios da Constructel Visabeira. A empresa assegurou, no exercício de 2022, um volume de negócios superior a 67,5 milhões de euros,

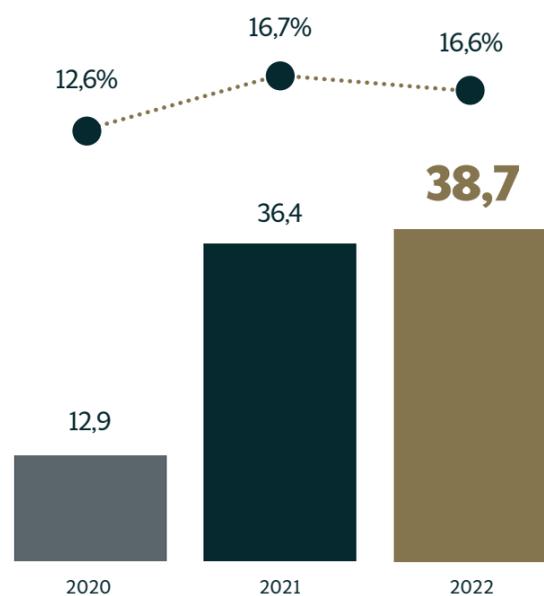
Em Moçambique, a **Electrotec**, reforçou a sua posição no mercado, prosseguindo a estratégia focada no seu posicionamento de referência, como líder nas atividades de construção e manutenção de infraestruturas de transporte e distribuição de energia elétrica em Alta, Média e Baixa Tensão, e trabalhos complementares em redes elétricas, postos de transformação e subestações, com uma operação que cobre todo o território moçambicano do Niassa ao Rovuma. A empresa tem como principal cliente a EDM – Eletricidade de Moçambique, e é reconhecida pela sua postura, transversal a toda a empresa, de entregar qualidade de serviço e resposta assertiva, atuando de forma global. Em 2022, a empresa que consolidou a sua posição de referência no setor elétrico moçambicano, registou um volume de negócios de 15,2 milhões de euros, o que corresponde a um expressivo crescimento de 81,1%, face a 2021.

Energia

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM





Construção

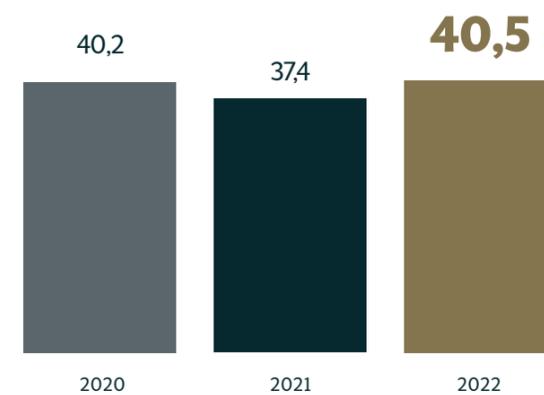
Em Portugal, a **Edivisa**, num ano especialmente atípico para o setor, condicionado por um surto de forte inflação que perturbou um mercado já de si pleno de desafios, tirou partido da sua experiência transversal no sector da Construção e Manutenção de Edificações e Infraestruturas e conseguiu reforçar a sua posição, enquanto empresa reconhecida à escala nacional. A empresa que granjeou o estatuto de player de referência no mercado da construção em território português, em paralelo com a sua dimensão internacional, na qual a atividade da empresa incide com maior relevância em Moçambique, onde também possui um diversificado portefólio de obras, nos mais diversos sectores. Neste desafiante exercício de 2022, foi determinante a capacidade de adaptação, resiliência e simultaneamente a agilidade e flexibilidade de toda a organização, que integra uma vasta plêiade de técnicos multidisciplinares e equipas especializadas, enquadrados por uma matriz organizacional que otimiza os recursos disponíveis, para que o resultado da empresa reflita a perfeita harmonia das áreas interdisciplinares, que abrangem áreas como a arquitetura, engenharia e construção civil. A Edivisa reforçou o seu desígnio, que é base do racional da sua organização, otimizando sinergias e superando desafios, sempre focada no desenvolvimento da sua atividade, orientada para dois eixos fulcrais de ação: i) obras públicas e ii) mercado imobiliário – nos quais atua de forma abrangente, no âmbito do projeto e construção, remodelação, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas. A Edivisa continua a apostar na expansão da sua presença no mercado, quer em termos geográficos, quer também na abertura de novos nichos de mercado, focada em alargar a sua carteira de clientes, sem deixar de reduzir o risco inerente ao negócio. Fruto desta política, a empresa garante um significativo volume de obras em carteira, que permitirá um crescimento significativo no curto prazo. Como corolário, o ano de 2022 ficou marcado pelo reforço da posição da empresa no mercado da Grande Lisboa, a abertura do mercado no Porto e a consolidação no mercado de Viseu, em paralelo com importantes obras que continua a construir para o Grupo. Neste contexto, o ano de 2022 fica marcado por um desempenho positivo, onde a empresa revelou capacidade de adaptação e resiliência, embora os impactos da

crise inflacionista e da incerteza por ela gerada, tenham culminado numa descida das expectativas que tinha assumido. Mesmo assim, a empresa não só conseguiu manter o nível de atividade, como até assegurou um ligeiro crescimento no seu volume de negócios, que se fixou no patamar dos 26,4 milhões de euros.

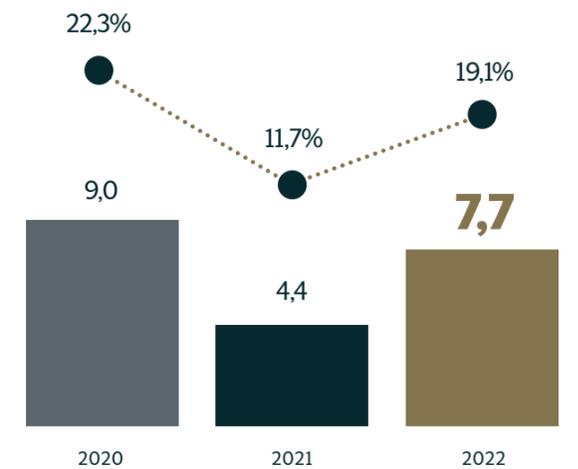
Em Moçambique, a **Sogitel** prosseguiu a sua atividade focada na execução de empreitadas de construção civil e de infraestruturas. Tal como antecipado no relatório do ano transato, a Sogitel deu início a diversos trabalhos novos, que já estavam programados, como sejam o Centro de Formação do Hospital da Beira, assim como o Centro Recreativo do Banco de Moçambique, também na cidade da Beira. Adicionalmente, a Sogitel angariou novos projetos para clientes externos, entre os quais se podem destacar os trabalhos de remodelação e arranjos exteriores nas instalações da cadeia televisiva SOICO, na Catembe, em Maputo, ou uma nova moradia de praia, na Ponta do Ouro. Foram também negociados e concluídos com sucesso outros trabalhos, entre os quais se podem referir os programas de pequenas intervenções, como são os casos dos trabalhos nas instalações da ENH (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) e da EMOSE (Empresa Moçambicana de Seguros), mantendo, desta forma, uma boa relação comercial com importantes clientes, no panorama privado em Moçambique. Como nota muito positiva, assinale-se que a Sogitel, durante o ano de 2022, esteve particularmente ativa em concursos públicos e para entidades públicas, conforme as áreas de negócio definidas pela estratégia da empresa. Realce-se que este esforço de crescimento, mesmo com reduzido sucesso no atual enquadramento, permitiu à Sogitel ganhar um melhor enquadramento em termos de mercado, verificando-se uma melhoria do posicionamento da empresa, de concurso para concurso, nomeadamente no que diz respeito à área de infraestruturas (estradas, pontes, etc.). A Sogitel continua a posicionar-se assertivamente no setor onde vem reforçando a notoriedade da marca no mercado e o estatuto de referência que tem granjeado junto de inúmeros clientes. No exercício de 2022, a Sogitel registou um volume negócios consolidado superior a 1,5 milhões de euros, ao atingir um volume de atividade total superior a 7 milhões de euros.

Construção

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM



Visabeira Indústria

Indicadores Consolidados

	2022	2021	Var YoY
Volume de negócios	189	153	23%
EBITDA	32,7	24,4	34%
Margem EBITDA	17,3%	15,9%	1,4 pp
Resultado operacional recorrente*	17,7	8,9	98%
Margem operacional	9,3%	5,8%	3,5 pp
Resultado líquido	5,3	-1,6	-427%
Investimento líquido	18,4	10,1	82%
Dívida	124,9	107,3	16%
Inventários	53,9	44,2	22%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e goodwill)	239	246	-3%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

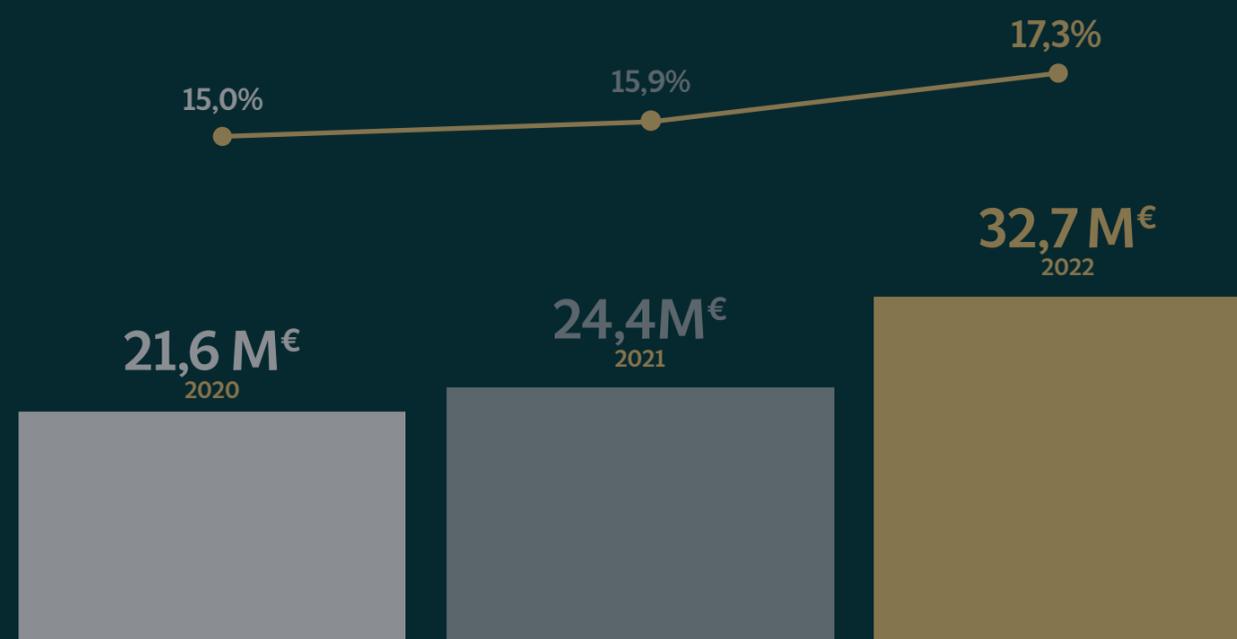
Volume de negócios

189 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



A Visabeira Indústria agrega as competências do Grupo no sector industrial, abrangendo uma plêiade de áreas que integram a cerâmica, a cristalaria, os biocombustíveis, os sistemas de recuperação de energia e o mobiliário de cozinha, entre outras. A otimização dos recursos de cada unidade fabril, associada à capacidade de maximizar as sinergias dos diferentes segmentos, concentra nesta holding um perfil identitário especialmente vocacionada para a inovação e a competitividade. Fatores essenciais no seu posicionamento, que potenciam a diferenciação e alavancam qualidade e a inovação que os mercados exigem às empresas. A Visabeira Indústria, no contexto muito adverso que se continua a viver e que muito condiciona as atividades do universo de negócios, que constituem o seu portefólio de produtos, registou um volume de negócios consolidado de 189 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 23%, mantendo-se como a segunda sub-holding em dimensão, com um peso relativo de 13% no volume de negócios do Grupo.

Cerâmica e Cristalaria

A **Vista Alegre**, enquanto grupo, atingiu um volume de negócios de 143,3 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 22,5% e um EBITDA de 27,5 milhões de euros, crescendo 20%, face a 2021. O ano de 2022 foi, assim, caracterizado por um forte crescimento do negócio, quer no mercado interno quer no mercado externo, crescimento esse que foi muito sustentado não só nas marcas Vista Alegre, mas também no Hotelware. A estratégia do crescimento das marcas, do universo Vista Alegre, está assente em alguns pilares que são orientadores da atuação das equipas operacionais, passando nomeadamente pelo reforço de posicionamento de luxo da Vista Alegre, a nível global, e de posicionamento de marca “popular-chique” da Bordallo Pinheiro, pretendendo esta afirmar-se como uma “love brand” internacional. Ambas muito dinâmicas no seu processo de lançamento de novos produtos, inovadores e em colaboração com artistas e designers, e de comunicação, sobretudo assente em marketing digital. Em 2022, desenvolveram-se um conjunto de ações que permitiram solidificar a estratégia e começar a obter resultados da sua aplicação. Ao nível de produto foram lançadas várias coleções de sucesso, das quais se destaca a coleção de prestígio Futurismo, que sendo complexa tecnicamente e esteticamente muito diferenciadora, conquistou mercados e se tornou um grande sucesso. Neste exercício, apresentaram-se ainda outras coleções/peças que se estão a tornar icónicas, nomeadamente as coleções Circle no ArtGlass, Leontari no Cristal, Ritmo, Treasures e UrbanArt na Porcelana, e ainda Fête Vos Jeux em colaboração com a Christian Lacroix. De destacar, ainda, o início do alargamento do negócio das marcas para o lifestyle, com novas categorias de produtos complementares, ao nível do têxtil, cutelaria e iluminação. A elevada qualidade das novas coleções e a notoriedade da marca, são a base dos múltiplos prémios e galardões internacionais de design que em 2022 distinguiram produtos da Vista Alegre, em França, Alemanha, EUA, Polónia, Canadá, entre muitos outros. A Vista Alegre, marca que há quase dois séculos inova no fabrico e design da porcelana, vidro e cristal, fechou o ano de 2022 com a conquista de vinte e dois prémios internacionais, atribuídos pelas principais e mais prestigiadas instituições mundiais de design. Alguns dos exemplos merecedores de menção: Futurismo, uma das principais coleções de 2022, não deixou indiferente clientes nem júris. Arrecadou seis dos principais prémios de design internacionais – DNA Paris Design, European Product Design Award, Architecture Masterprize, Muse Design

Awards, German Design Award e The Architecture & Design Collection Awards 2022. No segmento iluminação, a coleção Earth to Humanity, de Ross Lovegrove, conquistou dois prémios com os mais recentes candeeiros Dalea e Centaurea. Lighting Design Award atribuiu a menção Winner e categoria Ouro nos Grands Prix du Design (Prémio de design canadiano). As elegantes peças Ritmo, conquistaram dois prémios: German Design Awards, Special Mention, e categoria Bronze nos Grands Prix du Design. As formas de Circle evidenciam, desde logo, a sua complexidade e o desafio, que consistiu em criar estas peças, estende-se à conjugação do cristal com o vidro de cor e ao trabalho de lapidação, originando um conjunto vibrante, impactante, mas prático. A complexidade e as linhas modernas das peças Circle garantiram a atribuição de dois prémios: Winner nos Architecture Masterprize e Winner nos German Design Awards. Home Cosmetics marca a entrada da Vista Alegre no segmento de aromas e fragâncias para a casa. Os mais inebriantes aromas, envolvidos num design sedutor e com a elegância própria da marca. Vencedor do prémio Silver dos Muse Design Awards. Da continuidade da parceira com a Christian Lacroix Maison, nasceu mais uma coleção destinada a vencer – Fête Vos Jeux. A simbiose entre funcionalidade, design e carácter lúdico destas peças, garantiu uma Special Mention dos German Design Awards. Dinastia Magno, frasco escultural, cuja grande complexidade de produção e delicadeza, foi merecedora do prémio DNA, Paris Design Award, na categoria Winner, bem como do Good Design, de Chicago, com a mesma qualificação – Winner. Ara, garrafa em cristal e vidro, testemunha de tempos mitológicos, continua a arrebatá-lo a atenção dos júris. Brilhou, mais uma vez, com uma Special Mention atribuída pelos German Design Awards. A palavra latina Dux significa líder, e esse sentido de comando e audácia está na base da criação desta peça única. A classe das peças Dux foi merecedora de uma Honorable Mention atribuída pelo European Product Design Award e Winner nos Good Design. A coleção Kick Off, assinada pelo designer inglês Damian O’Sullivan, fecha o campeonato com dois prémios European Product Design Award, como Winner, e Special Mention no German Design Award. Para além dos prémios de design atribuídos às peças da Vista Alegre, é de salientar o galardão Winner atribuído ao catálogo Gift da Vista Alegre – German Design Award, na categoria Excellent Communications Design/Editorial. Este catálogo foi ilustrado pela artista Catarina Sobral e expressa bem a importância do design em tudo o que a Vista Alegre faz, não só nas peças mas também nos elementos de comunicação.





A **Bordallo Pinheiro**, fruto da sua capacidade de resiliência e de adaptação a novos desafios, registou um acréscimo do volume de atividade de cerca de 25%, quando comparado com 2021, atingindo um montante total superior a 12 milhões de euros, com uma parte significativa dos seus produtos a ser colocado no mercado debaixo da insígnia Vista Alegre, tendo por isso como resultado um volume de negócios consolidado de 7,1 milhões de euros. Este importante desempenho foi alavancado pelo cumprimento de um designio estratégico da empresa, expandir a sua presença no mercado externo. A Bordallo Pinheiro, cumprindo aquele designio, continuou a nortear afincadamente a sua ação na expansão geográfica da marca e na presença internacional dos seus produtos, com uma performance em que as vendas nos mercados externos alcançaram uma quota de 66%. A relevância dos mercados externos é decisiva para a empresa, onde se deve salientar que, uma boa parte das vendas em primeira linha entregues no mercado nacional, também têm como destino final outros países, pelo que a presença da marca no exterior é cada vez mais significativa e consolidada. A Bordallo Pinheiro continua a cumprir, assim, um dos principais objetivos da marca, o crescimento da internacionalização dos seus produtos, nunca descurando o importante mercado doméstico, onde continua a ser uma referência incontornável, pela criatividade e diferenciação dos seus produtos, que muitos procuram imitar. Em ambos os mercados, a empresa reforçou a primazia das sinergias existentes entre as empresas do Grupo, bem como as suas políticas comerciais, que têm vindo a ser implementadas e que muito potenciam os resultados alcançados. No entanto e face a este contexto complexo, não se realizaram as feiras habituais do início do ano (Maison & Objet e Ambiente) o que foi um ponto a impactar negativamente o expetável crescimento e uma maior conquista de mercado externo e de novos clientes. Em 2022, a Bordallo Pinheiro participou apenas na feira Maison & Objet de Setembro, onde alcançou muito bons resultados, traduzidos em encomendas e angariação de novos clientes. No domínio fabril, a Bordallo Pinheiro mantém a sua aposta estratégica na otimização produtiva e melhoria contínua de todos os seus processos, com o objetivo permanente de incrementar a produtividade e a qualidade e, consequentemente, a contenção dos custos de fabrico. Em 2022, mais do que nunca, devido ao aumento muito significativo do preço do gás e consequentemente das matérias-primas, o empenho na melhoria destes indicadores foi crucial para a empresa conseguir atingir os bons resultados atingidos.

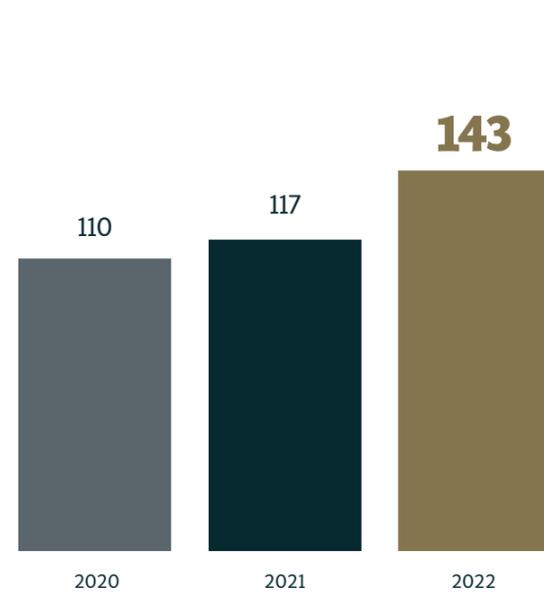
Na **Ria Stone**, após dois anos de pandemia e com a transição para a fase de endemia da Covid-19 e a consequente abertura da economia, o ano de 2022 acabou por ser fortemente marcado pela guerra na Ucrânia, quebrando as expetativas que apontavam para uma recuperação dos mercados de forma generalizada no que respeita à economia mundial. Não obstante, a realidade da carteira de encomendas da empresa não foi de imediato muito afetada pelo deflagrar do conflito bélico em território europeu, facto que acabou por não ter impacto direto nas encomendas recebidas pela Ria Stone, que se mantiveram em bom nível, ao longo do ano, e até com especial ênfase no 2.º semestre do exercício. Contudo, já os efeitos colaterais daquele conflito, tiveram forte impacto na atividade da empresa, nomeadamente no custo das matérias-primas (pasta cerâmicas, vidrados e embalagens) e, sobretudo, na energia (gás natural). Neste contexto, os principais fatores de produção registaram um aumento de custo de cerca de 40%, face a 2021, com principal relevância nos preços do gás natural. Apesar deste grande impacto nos fatores de produção, a Ria Stone conseguiu refletir parte do aumento de custos no preço de venda final do produto, permitindo minorar o impacto negativo nos resultados. Adicionalmente a Ria Stone recorreu a apoios estatais de incentivo, a fundo perdido, atribuído às indústrias intensivas em gás, o que lhe permitiu reduzir parte do impacto do incremento nos preços do gás. Para além do problema dos custos, o consumo energético e a sustentabilidade são temas que ganharam cada vez maior destaque e relevância e, nesta matéria, a Ria Stone tem o seu caminho bem definido para o futuro. A empresa está alinhada com uma política de redução, em 80%, das emissões de CO₂, até 2030 (tendo como referência o ano de 2016). Para atingir esse objetivo, já foram iniciados investimentos relevantes, como é o caso da implantação de um parque de 1Mw de painéis fotovoltaicos, que entrou em funcionamento em maio de 2022 e permite produzir entre 10 a 15% das necessidades de energia elétrica da empresa. Está ainda prevista a possibilidade de expansão dessa central, perante o crescimento da empresa e uma maior aposta na sustentabilidade de recursos e descarbonização da sua indústria. Adicionalmente, a Ria Stone faz parte do consórcio de empresas que integram a agenda EcoCerâmica e Cristalaria de Portugal, do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, lançado pelo Governo Português e aprovado em 2022. O foco deste programa é dotar a Ria Stone de equipamentos mais eficientes energeticamente e preparar a empresa para os novos combustíveis verdes, reduzindo a pegada carbónica. Cumprindo o designio da empresa, a aposta no R&D, fator diferenciador da Ria Stone, foi reforçada com a entrada num novo projeto H2020, concretamente no projeto Tango. Este programa pretende, através de modelos de AI (Inteligência Artificial), criar sistemas preditivos para reforçar a segurança da Ria Stone, nos seus acessos físicos e virtuais (Data Security). Num mundo cada vez mais complexo e perigoso, em termos de cibersegurança, e em que as empresas dependem cada vez mais dos sistemas informáticos, este programa será uma mais valia fundamental para a competitividade da Ria Stone. Em 2022, a Ria Stone também deu continuidade ao projeto H2020 - I4Q, com a implementação de um sistema de controlo de matéria-prima, que irá permitir, a partir de meados de 2023, controlar em contínuo essa componente, muito importante para a qualidade final dos seus produtos e para os resultados da empresa. A Ria Stone, neste contexto desafiante que foi o exercício de 2022, registou um volume de negócios de 32,2 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 11,9%.

A Cerutil, em 2022, conseguiu otimizar a sua operação ao agregar todas as suas competências e potenciar as capacidades técnicas e humanas internas, tendo, assim, melhorado o fluxo produtivo e aumentado a produtividade e a qualidade. Para este resultado, contribuiu também a boa carteira de encomendas existente, tirando proveito de grandes projetos de subcontrato, que decorreram durante grande parte do ano. A Cerutil manteve a forte aposta na melhoria contínua, que se afirma como o principal motor da dinâmica implementada na empresa, transversal a todos os setores e a todos os colaboradores. Refira-se ainda que a Cerutil pertence ao consórcio EcoCerâmica e Cristalaria de Portugal (ECP), liderado pela Vista Alegre Atlantis S.A., no qual participam 30 entidades empresariais e não empresariais, tendo em vista a descarbonização do setor cerâmico português, com intervenção em toda a sua cadeia de valor, para os próximos 3 anos, através de uma melhoria dos seus processos produtivos e da realização de novos investimentos e participação em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D). De igual modo, concorreu ao 1.º aviso

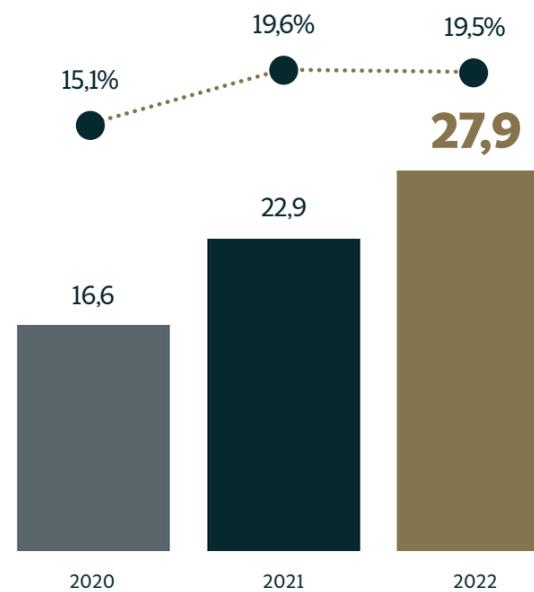
de Descarbonização da Indústria como forma de tornar os seus processos fabris mais limpos, mas para o qual ainda aguarda aprovação. A Cerutil manteve-se focada, em 2022, em alavancar as sinergias do Grupo nos mercados externos, onde a fortíssima internacionalização dos produtos fabricados pela Cerutil permitiu reforçar a sua presença nos principais mercado-alvo, entre os quais se destacam: Itália, EUA, Países Baixos, Bélgica e França. A empresa conseguiu, neste ano assaz difícil, concretizar um desempenho produtivo muito assertivo, o que permitiu incrementar significativamente o volume de atividade em 61,2%, comparativamente ao ano transato (ano em que a capacidade da unidade foi fortemente afetada pela pandemia, com especial enfoque durante o 1.º semestre). O exercício de 2022 tornou-se, assim, no melhor ano de sempre, com um volume de atividade a atingir um montante total de cerca de 13 milhões de euros, mas com uma parte considerável dos seus produtos a ser colocado no mercado sob comercialização da insígnia Vista Alegre, tendo como resultado um volume de negócios consolidado de 3,3 milhões de euros.

Cerâmica e Cristalaria

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM





Biocombustíveis e Energia Térmica

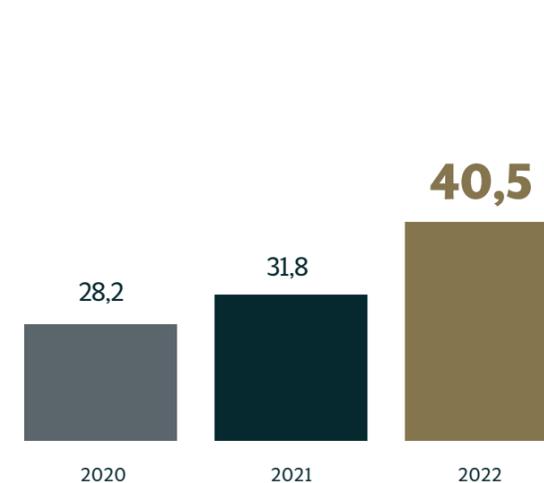
Na **Pinewells**, o ano de 2022 caracterizou-se por ser um ano atípico e ao mesmo tempo desafiante, com a necessidade de readaptação à realidade existente, quer internamente, pelo início da atividade na nova unidade em Cercal do Alentejo, quer pelo desenvolvimento de novos mix produtivos, que garantam os níveis de produção existentes na unidade de Arganil, uma vez que a Pinewells pauta-se por ser a líder no mercado, com um produto premium de qualidade superior, quer ainda pelos fatores exógenos, associados aos os novos desafios que a situação internacional veio trazer a vários níveis, desde os fornecimentos à logística, quer ainda pelo surto inflacionista que disparou em 2022. O exercício de 2022 tem, no arranque da unidade do Cercal e na remodelação e modernização da unidade de Arganil, com novos equipamentos de destrocamento, secagem e consequente aumento da capacidade de armazenagem, factos indelévels que marcam o início de uma nova era para a Pinewells, assumindo, assim, uma capacidade produtiva muito superior, sem descurar a qualidade reconhecida do seu produto e a confiança que conquistou nos mercados. No entanto, 2022 foi um exercício de dinâmicas opostas pois, face aos constrangimentos na aquisição de matéria-prima, nomeadamente no pinho, segmento em que houve necessidade de diminuir drasticamente a produção de pellet doméstico e focar a produção da empresa no pellet industrial. Esta decisão estratégica foi crucial, pois a concentração da produção no pellet industrial e a elaboração de novos mix produtivos permitiram gerir a matéria-prima disponível, para manter a fábrica a laborar nos níveis da sua capacidade produtiva. Os impactos colaterais da guerra na Ucrânia, traduziram-se em alterações significativas na área da energia, pelo que 2022 caracterizou-se por trazer um aumento significativo no preço de mercado dos pellets, que vieram ajudar a suprimir as falhas das restantes fontes energéticas. No caso da Pinewells, como possuía contratos firmados previamente, houve a necessidade de desenvolver negociações, de forma a ajustar os preços de venda à nova realidade de mercado, embora não tenha sido possível beneficiar em plenitude dos preços máximos praticados, que se verificaram nas vendas spot. Em sentido negativo, o ano foi muito marcado

pelo agravamento do custo dos combustíveis e da energia que, no caso da Pinewells, tem um peso muito significativo. Mesmo neste contexto complexo e difícil, em 2022 a Pinewells superou, pela primeira vez e largamente, a fasquia dos 20 milhões de euros no volume de negócios, que se situou nos 25,9 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 31%, face a 2021.

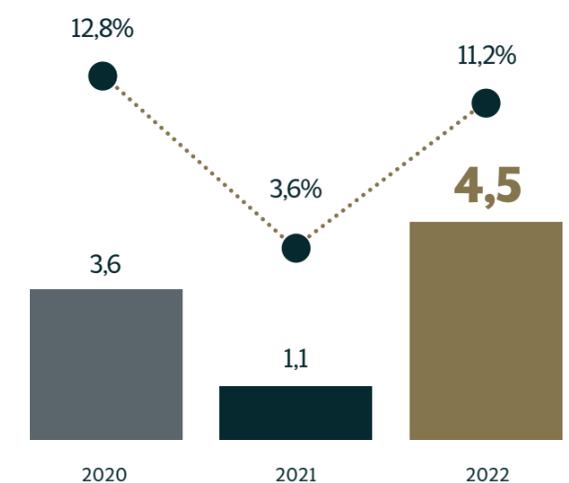
A **Ambitermo**, no ano de 2022, conseguiu recuperar em pleno a sua atividade, após dois anos muito condicionados pela pandemia, com negócios limitados devido às restrições impostas, tendo atingido, neste exercício, um volume de negócios de 11,4 milhões, representando um aumento de 44,8%, relativamente ao ano de 2021. A guerra na Ucrânia provocou uma crise energética nos combustíveis fósseis, nunca antes vista e as empresas foram obrigadas a procurar rapidamente combustíveis alternativos, devido ao preço do gás natural ter subido para preços exorbitantes, colocando as empresas numa situação muito difícil. Consequentemente, verificou-se uma procura exponencial em energias alternativas, nomeadamente na biomassa, o que representou uma grande oportunidade para a Ambitermo. Fruto da constante preocupação ambiental que a Ambitermo sempre assumiu com a descarbonização, a empresa já estava bem posicionada para aceitar este desafio, tendo desenvolvido, durante o período da pandemia, altura em que houve menos trabalho, novos equipamentos para oferecer soluções de elevada eficiência energética na área da biomassa, como a grelha móvel, permitindo a queima de diversos tipos de biomassa de forma altamente eficiente e distinta dos seus concorrentes nacionais. Foram também estudados e melhorados outros equipamentos, que fazem parte de uma central térmica de biomassa, conduzindo a uma procura elevada, por parte de grandes empresas nacionais. A gestão eficiente do stocks devido à escassez no mercado de alguns componentes eletrónicos, necessários para as centrais térmicas da Ambitermo, foi fundamental para satisfação os clientes nos prazos de entrega, o que foi alavanca importante para o sucesso do desempenho que a empresa registou.

Biocombustíveis e Energia Térmica

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços*

Indicadores Consolidados

	2022	2021	Var YoY
Volume de negócios	50,3	29,9	68%
EBITDA	14,6	10,6	38%
Margem EBITDA	29,1%	35,5%	-6,4 pp
Resultado operacional recorrente**	5,7	2,7	114%
Margem operacional	11,3%	8,9%	2,4 pp
Resultado líquido	-3,1	-4,2	-26%
Investimento líquido	17,0	22,4	24%
Dívida	43	32	34%
Inventários	37,3	38,7	-4%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e goodwill)	498	485	3%

*Não inclui a sociedade Grupo Visabeira, S.A.

**Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões

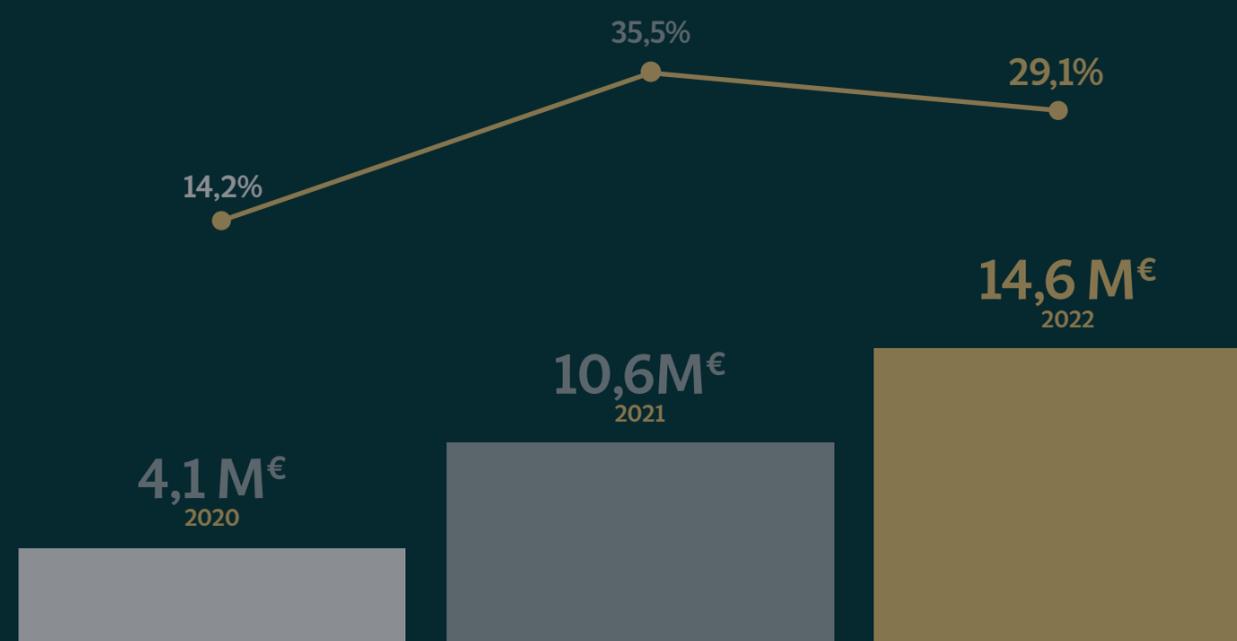
Volume de negócios

50,3 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, tem o desígnio, enquanto holding, de materializar a articulação das três áreas em que atua, integrando e maximizando as competências distintivas de cada uma, assegurando a otimização coletiva de recursos e garantindo uma gestão focada e eficaz, que potencia as suas sinergias e complementaridades. A empresa surgiu através da alteração da denominação, em março de 2019, da Visabeira Turismo S.G.P.S. e é detida em 100% pela holding principal: Grupo Visabeira, S.A. A criação desta sub-holding possibilitou a concentração de participações de capital numa matriz coerente e integrada das sociedades com atividades enquadráveis nos setores do turismo, imobiliária e serviços. Esta sub-holding avocou a responsabilidade pela definição da política de gestão a seguir nos vários projetos dinamizados nas suas áreas de intervenção, com destaque para: hotelaria, eventos, restauração, lazer, imobiliária e serviços.

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, S.G.P.S., S.A. assume por inteiro um percurso que tem vindo a criar uma oferta integrada de serviços e soluções, que se afirmam pela inovação, complementaridade e qualidade.

Na sequência desta estratégia, têm sido lançados empreendimentos turísticos de referência em vários segmentos de mercado, quer em Portugal, quer em Moçambique, visando a criação de massa crítica para sustentar uma oferta turística de qualidade, consistente e diversificada, apelativa para os diferentes segmentos de mercado. Simultaneamente, tem vindo a ser dada maior atenção à dinamização das participadas das áreas do imobiliário e serviços, assumindo uma ótica de complementaridade e maximização de sinergias mútuas. Com uma visão estratégica global, a Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, S.G.P.S., S.A. tem como principal desígnio orientar os seus investimentos no sentido de fomentar uma oferta turística consistente, diversificada, apelativa e de cujas sinergias e complementaridades as diversas unidades possam não só beneficiar e maximizar valor mas, principalmente, potenciar sinergias, fomentando igualmente o desenvolvimento e a dinâmica das suas participadas nas áreas do imobiliário e serviços.

A Visabeira Serviços articula uma múltipla oferta de produtos e serviços ou soluções chave-na-mão, que vão do estudo, desenvolvimento e projetos até aos serviços especializados nos vários domínios empresariais, passando pela assistência e consultoria

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, no contexto complexo que o setor ainda continua e viver, registou um volume de negócios consolidado de 50,3 milhões de euros, correspondendo a um impressionante crescimento de 68%.

Turismo

Na esfera dos Empreendimentos Turísticos Montebelo, 2022 assinala a continuação do alargamento da oferta da cadeia Montebelo Hotels & Resorts. A rica oferta que a marca Montebelo já oferecia foi agora expandida, em Portugal, com a abertura de uma nova unidade no Mosteiro de Alcobaça – o Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel –, fruto da recuperação de património mundial realizada em parceria com o Arq.º Eduardo Souto Moura, responsável pela arquitetura da obra. A inauguração decorreu no mês de Novembro, reunindo centenas de pessoas, durante um evento de doces conventuais que ocorreu em simultâneo nos claustros do Mosteiro de Alcobaça e contou, ainda, com a presença do Presidente da República Portuguesa e do Presidente da República de Moçambique, acompanhados de vários membros dos dois governos, entre muitas outras individualidades nacionais e moçambicanas. Esta abertura, marca um passo importante da estratégia de enriquecimento e valorização da oferta hoteleira da marca, através de produtos com um passado histórico valiosíssimo, que constitui um dos seus atrativos para os mercados nacionais e internacionais. Este importante up grade da oferta Montebelo, vai ainda contar com uma nova unidade histórica da insígnia Montebelo Vista Alegre, em Lisboa, no coração do Chiado, que vai abrir em 2023, enriquecendo ainda a distinta oferta que, neste domínio, a cadeia já tinha e que está envolvida em importantes programas de melhoria e/ou ampliação, com o intuito de se afirmar, cada vez mais, como uma oferta de elevada qualidade,

muito atrativa e única em várias dimensões, de que o segmento de historic hotels se destaca como uma oferta patrimonial única no país. A oferta cresceu ainda no Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, com uma nova unidade hoteleira e novas salas multiusos. Em Lisboa, no Terreiro do Paço, abriu uma nova unidade de restauração, a Cervejaria Antártida, mesmo ao lado do Troppo Squisito, reforçando a presença do Grupo na Capital. Já em Moçambique, foi inaugurado o Montebelo Milibangalala Bay Resort, numa localização idílica no Parque Nacional de Maputo, Reserva dos Elefantes, mesmo à beira do Oceano Índico. A inauguração foi presidida pelo Presidente da República de Moçambique e da República Portuguesa, numa singular cerimónia que demonstra bem a importância deste destino turístico paradisíaco, que veio reforçar a oferta turística do Grupo, naquele país austral. O ano de 2022 fica, portanto, indelevelmente assinalado pelo alargamento da oferta da cadeia Montebelo Hotels & Resorts. A marca Montebelo que sempre se caracterizou por assumir um desígnio de oferta global, associando estadas com características diferenciadoras, associadas à arte da gastronomia e uma panóplia de complementos nos mais diversos segmentos, que vão do lazer ao bem-estar, do desporto aos eventos, da natureza à cultura, integrando uma oferta única que garantiu uma posição de referência no mercado. Com a integração na oferta da unidade do Mosteiro de Alcobaça, que





é Património da Humanidade e das novas unidades, que se juntam à clássica rede Montebelo Hotel & Resorts, é mais uma joia que agora se consubstancializa num diadema de verdadeiras pérolas, que se assumem orgulhosamente com a sua história e com uma capacidade hoteleira que a marca tornou referência, numa cadeia completamente diferenciadora no turismo nacional.

A Arte de Bem Receber, ligada à Arte da Gastronomia, numa oferta turística associada a uma oferta com história e património imperdíveis: **Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel** - Hotel com 91 quartos, claustro, salas, piscina, spa. Integrado no claustro de um monumento cujos primórdios remontam ao século XII, quando Afonso Henriques iniciou a construção do mosteiro, como um dos pontos estratégicos da sua campanha de ações, tendentes a que o Papa reconhecesse o Reino de Portugal. Garantiu, deste modo, o apoio de Bernardo, abade de Claraval, que tinha grande poder na Cúria Romana. (culminaria com a Bula Manifestis Probatum, Alexandre III, de 23 de Maio de 1179, reconhecendo o rei dos portugueses). O lançamento da primeira pedra foi em 2 de Fevereiro de 1140, com a presença de Afonso Henriques. As obras começaram em 1153-54, tendo como modelo a Abadia de Claraval, que tinha sido iniciada cerca de 1115 e já estaria concluída nesta altura. A construção, iniciada no século XII, durou até ao século XVIII, terminando no ano do terramoto, 1755, com a construção da Biblioteca na ala sul do Claustro do Rachadouro. A construção deste claustro foi iniciada no século XVII, porque se sentiu então necessidade de ampliar o mosteiro, devido a falta de espaço. O Claustro do Rachadouro ou da Biblioteca, deve o seu segundo nome à presença da importante biblioteca e à importância na historiografia de Portugal que o Mosteiro assumiu no século XVI. Quanto à designação de Claustro do "Rachadouro", que alguns autores simplificam apontando para ser o local onde se rachava a lenha(!), o espaço deve o seu nome à circunstância de o claustro ser inicialmente aberto ao exterior, pelo facto de uma das alas continuar por construir, portanto com uma "abertura" ou "rachadura", só sendo totalmente fechado como claustro, com a construção precisamente da ala da Biblioteca, a Sul, no século XVIII. Esta campanha de ampliação, motivada pela importância e contributo dos frades de Alcobaça para a escrita e edição de livros, estudo e escrita de novas obras, de que é importante destacar a temática da História de Portugal, que aqui terá nascido, em 1597, pela mão de Frei Bernardo de Brito, com o 1.º volume da Monarquia Lusitana. O novo claustro incluía as alas de celas nos pisos 1 e 2, na continuidade de idêntica função do adjacente claustro do Cardeal e as salas com a função de "cartório" e "scriptorium", mais a grande biblioteca. No piso inferior, os espaços de oficinas e áreas de apoio similares à produção, edição e tratamento dos livros. O Claustro do Rachadouro é muito marcado pela imponência da sala da Biblioteca (à imagem da Biblioteca do Convento de Mafra) que se mantém hoje como um dos grandes ícones deste edifício. A construção sobreviveria ao terramoto mas sofreria fortes estragos com as inundações, de 1772, e as Invasões Francesas, de 1810, com saques, incêndios, roubo e profanação. Com o fim das Ordens religiosas, em 1833, o edifício sofre sucessivos estragos com o abandono, vandalização e pilhagem do Mosteiro. Mais tarde, durante o século XX, o edifício albergou mais de quatro dezenas de funções diferentes e completamente distintas dos fins para que foi construído e que o deformaram e deterioraram gravemente. Recebeu serviços públicos, quartéis, bancos e escolas, sede de várias agremiações, albergou o centro republicano e democrático, no primeiro quartel do século XX, e o MRPP no quarto quartel daquele século... Foi residência e armazém, integrou

uma diversidade de lojas e oficinas e, nos últimos tempos, foi asilo e lar. O conceito do Arquiteto Souto Moura para ressuscitar o vetusto edifício foi inspirado no minimalismo e desapego da vida conventual, limpando o edifício das inúmeras intervenções mais recentes e recuperando o espírito que presidiu ao edifício ao longo dos séculos. Esta visão de arquitetura, conseguiu trazer ao de cima o virtuosismo e qualidade de materiais nobres como a pedra, a madeira, as peles, o aço, o betão e o vidro, em perfeito casamento com as seculares raízes do edifício e o irrepreensível respeito pelas pré-existências e a história do Mosteiro. Hoje, o Claustro do Rachadouro foi ressuscitado, retomou o seu espírito e é um excelente hotel, que recuperou a alma do convento inicial. O Claustro do Rachadouro, agora renascido, oferece experiências únicas, num edifício que teve origem antes da independência de Portugal e que tem vindo a acompanhar a vida do país, ao longo de 9 séculos. **Montebelo Lisbon Downtown Apartments** - 18 apartamentos, 24 quartos. O edifício do Montebelo Lisbon Downtown Apartments está localizado em pleno coração da baixa pombalina, a meio da Rua da Prata. Toda esta área resulta de uma reconstrução total protagonizada pela dinâmica do Marquês de Pombal, após o terramoto de 1755, criando zonas de circulação e edifícios com uma visão de futuro, com inovadoras características antissísmicas e de ordenação e utilização. A Baixa constitui um conjunto de ruas retas, com perpendiculares organizadas em torno de um eixo central, que é a Rua Augusta, numa matriz de quarteirões ortogonais. Os edifícios partilham uma arquitetura semelhante, então concebidos com um rés-do-chão vocacionado para áreas comerciais e andares superiores para habitação. Estamos perante um dos primeiros exemplos de construção antissísmica. O Montebelo Lisbon Downtown Apartments preservou esta estrutura histórica e em alguns dos apartamentos é possível conviver hoje com a denominada "gaiola pombalina" e admirar o engenho da sua conceção construtiva. Os modelos arquitetónicos deste sistema foram testados com a utilização de tropas em marcha sobre maquetas para simular um terramoto. O Montebelo Lisbon Downtown Apartments é um excelente exemplo da preservação destes edifícios históricos da baixa pombalina, ainda edificadas no século XVIII, neste caso com construção no período 1762-1777. O magnífico exterior em azulejos, a organização de lojas no rés-do-chão, um primeiro andar com apartamentos de características singulares, de pé direito aconchegador, janelas peculiares e uma proximidade com a vivência cidadã, que contrastam com os restantes pisos com pés direitos mais generosos e vistas privilegiadas, especialmente das varandas dos pisos superiores, que permitem, todos eles, experienciar as ancestrais vivências pombalinas, com o conforto e as disponibilidades dos tempos modernos. A vistosa fachada de azulejo fora alvo de reparações na primeira metade do século XX (1943) e foi agora restaurada, recuperando o seu fulgor e impacto. Em 1960, o edifício teve uma beneficiação geral, refeita em 1964, quando a fachada sofreu pequenos estragos induzidos pelo sismo registado nesse ano. O mesmo voltaria a acontecer no sismo de 1969, com fendas em rebocos e na fachada, mas sem qualquer impacto estrutural. Foi agora alvo de um aturado trabalho de restauro e recuperação que devolveu ao edifício a imponência e brilho que são a sua génese e marca identitária. A história está ainda bem viva nas paredes interiores do edifício, nas zonas propositadamente visíveis de "gaiola pombalina", das janelas de cantaria, paredes meias com a história da cidade, ou na pintura que no hall de entrada, dá as boas vindas a quantos pretendem usufruir desta experiência ímpar. O medalhão de boas vindas, no tecto do hall de entrada, é uma bela peça representativa da arte portuguesa do século

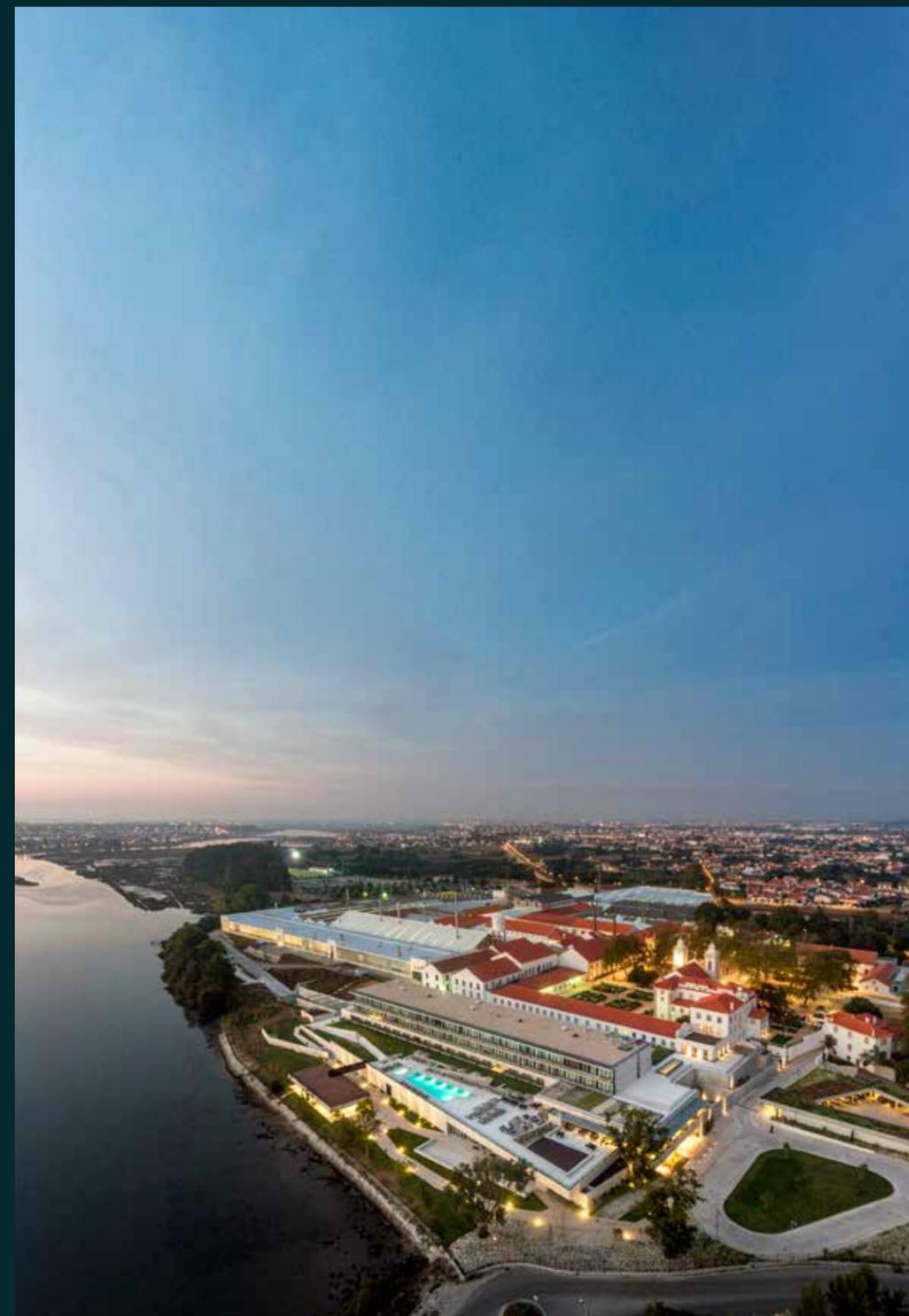
XVIII. Na linha da escola de Domingos Sequeira (Lisboa, 10 de Março de 1768 - Roma, 8 de Março de 1837), possui um equilíbrio que atingiu o seu apogeu em quadros como “Deuses no Olimpo”, daquele mestre, considerado o primeiro pintor do romantismo português. A representação de figura feminina, alegórica ao Comércio e à Abundância, com trajes romanos, empunhando, na mão esquerda, um caduceu e segurando, na mão direita, um cesto de frutas e cereais, é bem representativa do ideário comercial da rua em que o edifício se integra. Na maioria dos seus apartamentos, pode usufruir de uma vista privilegiada para a magnífica Igreja de São Nicolau, edifício do século XIII, mas totalmente reconstruído no pós terramoto e no mesmo período da construção do edifício que agora acolhe o Montebelo Lisbon Downtown Apartments.

Montebelo Vista Alegre Chiado Hotel - Hotel com 58 quartos.

O edifício tem origem na reconstrução da baixa, após o terramoto de 1755. A sua construção insere-se na estratégia do Marquês de Pombal e no plano escolhido pelo Engenheiro-Mor do Reino, Manuel da Maia, com base na proposta do capitão de engenharia Eugénio dos Santos. A opção recaiu sobre uma matriz geral dos edifícios que era uniforme em toda a intervenção e tinha como linhas mestras construções de 3 pisos, coberturas com pequenas janelas de telhado e varandas de ferro, num contexto muito marcado por linhas retilíneas e tendo como base a inovadora “gaiola pombalina”. A construção foi promovida pelo proprietário, à altura, D. Pedro José António de Menezes (1713-1799), quarto Marquês de Marialva. O edifício foi criado para acolher a Assembleia Britânica, que nele se sedeu até à sua extinção, que ocorreu aquando das invasões francesas. A partir de 1819, o edifício albergaria a Assembleia Estrangeira e, mais tarde a partir de 1834, a Academia Filarmónica de Lisboa, a Academia Real dos Professores de Música, o Clube de Recreação Familiar, a associação política Centro Progressista e, em 1928, instala-se a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, nos primeiros dois pisos do edifício. É neste enquadramento que, em meados do século XX se instalaram, no primeiro e segundo andar do edifício, os escritórios da Fábrica da Vista Alegre, em Lisboa, talvez justificado pela proximidade com a casa na capital do fundador da marca, José Ferreira Pinto Basto. Em 1953, após a instalação da Vista Alegre neste edifício, são feitas alterações significativas no primeiro e segundo piso. A Vista Alegre viria a adquirir o edifício, em 1992, a descendentes do “Monteiro dos Milhões”, que ainda eram proprietários, desde finais do século XIX, após a fase de ampliação do edifício promovida pelo pai daquele milionário. O edifício seria a partir daí o polo da presença da marca Vista Alegre na capital, tendo caído em sucessiva degradação nos finais do século XX. Com o ressurgimento da marca, pela mão do Grupo Visabeira, a partir de 2009, é dinamizada uma nova vida para o edifício, com a sua recuperação e adaptação a unidade hoteleira de referência na baixa de Lisboa. O conceito do hotel associa o charme com a filosofia dos Hotéis Montebelo Vista Alegre, iniciada na unidade construída no bairro Vista Alegre, no lugar da Vista Alegre, génese da marca em Ílhavo, que integra hotel, palácio e bairro operário numa oferta única. Um conceito associado à história e beleza da arte da porcelana que agora surge no coração da zona mais nobre da capital numa localização da cidade que agrega ainda as vivências e a presença da arte de Mestre Rafael Bordalo Pinheiro, uma figura incontornável, hoje também integrada no universo Vista Alegre. Unidade hoteleira que assume o mais elevado requinte, procurando recuperar a alma do edifício e dotando-o das mais modernas comodidades para privilegiar vivências únicas e irrepetíveis, em ambientes recheados de pormenores,

que catalisam uma simbiose perfeita entre o perfil do edifício e o conceito associado à arte e à história da porcelana e do local. Um bom exemplo da sua identidade pode ser admirado nas obras de arte que enriquecem as paredes, peças únicas e pinturas diretas que espelham a arte da porcelana, alma-mater da marca Vista Alegre. Conceito de hotel associado à porcelana, que honra o passado da presença da marca no edifício e que lhe acrescenta 200 anos de história da porcelana em Portugal e da arte e beleza que são características da Vista Alegre. O hotel está organizado em 3 alas, cada uma delas associada à rua com a qual confronta, com cada ala a inspirar-se no nome da toponímia para a decoração baseada em três das temáticas mais emblemáticas da arte de Vista Alegre. Nos quartos da ala que em cada um dos pisos confronta com a Rua do Alecrim, o leitmotiv decorativo são as plantas, um tema histórico da Vista Alegre e aqui são representadas por apontamentos de alecrim, alegoria ao nome da rua que liga o Chiado ao rio. Nos quartos da ala virada para o Largo do Barão de Quintela, emula-se a vertente da temática histórica, que tem sido uma das mais representativas nas muitas coleções e peças comemorativas da marca. Por sua vez, na ala que fronteira com a Rua das Flores, a temática é incontornável com uma excelente representação de muitas das flores que são o tema mais glosado pela Vista Alegre, nas suas peças ao longo dos séculos.

Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel - Hotel com 162 quartos, Palácio, Casa dos Mestre Pintores, Bairro Vista Alegre, piscinas, spa, congressos, ria de Aveiro. A bicentenária marca foi pensada pelo seu fundador em inícios do século XIX, com a aquisição da Quinta da Ermida, em 1812, da Capela da Vista Alegre em 1816, e a instalação da Fábrica da Vista Alegre, em 1824, a primeira no país e que, cinco anos depois, seria reconhecida com a atribuição do título de Real Fábrica. O Lugar da Vista Alegre, junto à ria de Aveiro, transforma-se então numa pioneira experiência industrial, juntando à “grande fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos” uma verdadeira cidade operária, com Terreiro e vários arruamentos ajardinados com o Bairro, Capela, Teatro, Escola, Creche, Bombeiros, Cantina, Posto Médico, Barbearia, Garage, Refeitório, Fontes, Museu... O Lugar da Vista Alegre mantém hoje, 2 séculos volvidos, a Fábrica da Vista Alegre e recuperou a sua vida e enorme atratividade, como destino turístico global, com Hotel dedicado à porcelana, Palácio da Vista Alegre, Casa dos Mestres Pintores, Bairro da Vista Alegre, Terreiro, Capela, Museu, Teatro, Lojas da Vista Alegre, Loja Bordalo Pinheiro... Vista Alegre, uma marca que é referência mundial com grande valia artística no sector da porcelana e cristalaria, afirma-se também na hotelaria, a arte de bem receber. José Ferreira Pinto Basto (1774-1839) criou a Fábrica da Vista Alegre, no lugar da Vista Alegre, com autorização régia de D. João IV, datada de 4 de Julho de 1824, que em alvará permitia à fábrica “beneficiar de todas as graças, privilégios e isenções de que gozam, ou gozarem de futuro, as Fábricas Nacionais”. Estamos perante a primeira fábrica que pretendia produzir porcelana no país. Até aí toda ela vinha da China (diz-se até que pelo monopólio do português Pero de Solana - nome que, por corruptela, de louça do Pero de Solana, teria dado origem à designação de louça de “porcelana”). Mas a fábrica da Vista Alegre começaria por produzir vidro e cristal, tendo chegado aos nossos dias peças belíssimas dessas produções. Logo em 1892, produz um catálogo que, pela sua qualidade, é considerada a primeira peça de marketing em Portugal. Durante anos manteve-se focada em conseguir chegar ao fabrico da porcelana de qualidade e persistiu, nunca desistindo, até que já na década seguinte o viria a conseguir, encontrando as matérias-primas mais adequadas e conseguindo concertar as condições ideais para o processo de fabrico.





Testemunho desse importante passo, chegou até nós, uma primeira peça em porcelana dessa época com o retrato do fundador empunhando uma chávina de porcelana na sua mão, antes portanto de 1839.

A fábrica criada por Pinto Basto integra um eco sistema único, pois inclui um Bairro Operário, Teatro, Escolas, Banda, Bombeiros, Creche e uma capela setecentista. Um mundo à parte. De realçar ainda o importante Museu Vista Alegre, que tem origem em 1838. Em 2009, a Vista Alegre foi adquirida pelo Grupo Visabeira, que recuperou a empresa, investiu na inovação, modernização e apostou fortemente nos mercados internacionais. A Fábrica da Vista Alegre é a mais antiga da Península Ibérica e tornou-se uma das mais importantes do mundo. Ao longo de quase dois séculos são muitos milhares de prémios e distinções de primeira linha que a marca tem granjeado, principalmente a nível internacional, com especial relevo para os últimos anos.

A Vista Alegre, alargou o seu foco e integra hoje um moderno hotel, único pela temática da porcelana que o matiza e que integra o Palácio, anexo à Capela, e outros núcleos como a Casa dos Mestres Pintores e demais núcleos integrados no Bairro Vista Alegre, onde muitos outros ativos são dignos de atenção: Capela, Terreiro, Teatro, Fábrica, Ria, Loja Vista Alegre, Loja Bordalo Pinheiro, Museu. Um lugar único... a visitar.

Casa da Ínsua Historic Hotel – Hotel com 31 quartos e quinta com 5 apartamentos, salões, piscina, jardins, capela e museu. A casa, que hoje é o centro da unidade hoteleira, foi mandada construir por volta de 1780, por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que se encontrava no Brasil, como capitão-general de Mato Grosso e Cuiabá, de onde enviou os planos para a sua construção, na mesma altura em que, no Brasil, construía o Forte Príncipe da Beira. Existia no local uma primeira Casa da Ínsua, mandada erigir por João de Albuquerque e Castro, Alcaide-Mor de Sabugal, da qual sobrevivem a Capela e o terraço. A Quinta da Ínsua fora iniciada no século XV por Diogo de Albuquerque, com a compra da Quinta do Outeiro e a construção da primeira casa, a Casa Velha, que chegou aos nossos dias na zona da eira e, por isso, também chamada de casa da Eira. A propriedade foi recuperada e transformada em hotel, pelo Grupo Visabeira, em 2009, criando uma oferta única na sua qualidade, diversidade e atratividade. A Casa da Ínsua é um verdadeiro museu vivo. Passear pelas suas salas e corredores é fazer uma verdadeira viagem ao passado em que cada objeto, cada recanto, cada parede tem uma história para contar. Um museu que agrega todos os campos de interesse, da história à arquitetura, da pintura à escultura, passando pelas artes decorativas, do mobiliário à cerâmica, dos temas militares aos religiosos, da flora à fauna, da agricultura à botânica, da viticultura e enologia à gastronomia, da arqueologia industrial à tecnologia... um manancial de interesses que abarca a generalidade das áreas de conhecimento. Cada um que encontre o que mais lhe agrada, a busca é o primeiro prazer. Adicionalmente a Casa da Ínsua integra uma componente museológica organizada em 3 núcleos. Um primeiro, dedicado à própria Casa e à sua história; um segundo, a Brasileira, focado na notável obra do fundador da casa, enquanto Governador do Cuiabá e Mato Grosso, no século XVIII, e um terceiro, como ponto de partida para uma aproximação ao importante percurso da tecnologia, inovação e vanguardismo, que caracteriza a Casa e que aqui se inicia na antiga serralharia da quinta. Outros polos complementares, dispersos pela Casa permitem viajar no tempo e nos interesses: Vinho Casa da Ínsua, o Queijo Serra da Estrela, memórias do “Queijo à Chef”, o cinema, a heráldica, os primórdios da eletricidade, entre muitos outros. A Casa da Ínsua é assim um manancial de pontos de interesse, nos mais vastos domínios, desde a nossa história e a consolidação do Brasil, de que Luís

de Albuquerque foi um verdadeiro fronteiro, que promoveu e garantiu a dimensão continental do Brasil atual, até às mais diversas vertentes da arte: Artes decorativas, retratos, pintura, música, mapas, desenho, escultura, estanho, porcelana, relógios mecânicos e de sol, mobiliário, papel de parede, azulejaria, brasões, canhões, armas, artefactos indígenas, jardins, fontes, lagos, topiária, primórdios da tecnologia, eletricidade, cinema, hipomóveis, utensílios do lar, fábrica de gelo, a vida na quinta, etc... um Hotel recheado de história.

Hotel Palácio dos Melos – Hotel com 27 quartos, com localização privilegiada no coração do centro histórico da cidade de Viseu. As origens do edifício, que hoje é a unidade hoteleira Hotel Palácio dos Mellos, na Rua Chão do Mestre, perdem-se nas memórias do tempo. Até porque, tal como agora, com as obras recentemente realizadas de remodelação e adaptação a hotel, terá sido alvo, ao longo da sua história secular, de várias outras intervenções mais ou menos de fundo. O edifício está integrado na porta e nos troços ainda existentes da muralha afonsina (Afonso V), para ambos os lados daquela, constituindo-se a própria muralha como parte importante das imponentes paredes exteriores e terraços do edifício. Também a sustentação da construção se confunde com a da muralha, quando ambas se fundem ao longo do enorme rochedo que emerge no local. No entanto, a sua génese será anterior à própria muralha que integra e que fechava a cidade de Viseu, no século XV. A Porta do Soar está intimamente ligada ao edifício e serve mesmo de acesso ao jardim do lado oposto, onde se situa a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, construção posterior, de meados do século XVIII. Foi neste local que se situou o Paço do Infante D. Henrique, em homenagem a quem se ficou a dever o nome do arruamento que chegou até nós: Rua do Chão do Mestre. A toponímia exalta precisamente o próprio D. Henrique, enquanto Mestre da Ordem de Cristo. Testemunho das ancestrais raízes do edifício estão bem patentes em algumas das torças em pedra, que ornamentam várias das diferentes janelas do Solar e que ostentam ainda traça desse período. A muralha de Viseu tinha sete portas: a que confina com o Solar dos Mellos: Porta de São Francisco (Porta do Soar ou Arco dos Mellos), Porta da Senhora dos Angústias (Porta da Traição), Porta dos Cavaleiros (Porta do Arco), Porta de S. Sebastião (Convento das Freiras), Porta de S. Miguel (Rua da Regueira), Porta do Senhor Crucificado (Rua da Árvore) e Porta de S. José (Quatro Esquinas). Ao que parece a muralha nunca terá sido definitivamente concluída porque, em 1547, ainda a Câmara requer à Infanta D. Maria, última Senhora e Duquesa de Viseu, licença para “uma finta para os muros da cidade que estão em terra”. A muralha sobreviveria até meados do século XIX, altura em que a ânsia de desenvolvimento e o espírito inovador daquela época, indiferentes a estes testemunhos do passado, redundariam numa decisão camarária para, em 1844, se demolirem os velhos arcos das portas da cidade, porque “nenhuma utilidade causa a sua conservação e a sua demolição é mais cómoda para a contínua passagem dos carros, gentes e seges”. Valeu então a sensibilidade e perspicácia de dois dos pedreiros encarregados da demolição que, em lauda da vistoria exarada precisamente por estes dois anónimos artistas pedreiros, afirmavam que, relativamente aos dois arcos que chegariam aos nossos dias, estes não ameaçavam ruína e para além disso “até aformoseiam a cidade”. A eles devemos o recuo na decisão e o facto de hoje podermos ainda usufruir destes dois testemunhos do passado, do Viseu quinhentista. Junto às portas da muralha e associada a cada uma delas existiram casas solarengas que se assumiam como guardiãs de cada uma das entradas. Papel que o Solar dos Mellos e as edificações que o

antecederam assumiram no seu entrosamento com a Porta de S. Francisco que, por isso, ficou também conhecida por Arco dos Mellos, além de Porta do Soar ou Porta do Soar de Cima. Nela pontificam, em dois nichos, as figuras de São Francisco de Bórgia e de Santo António.

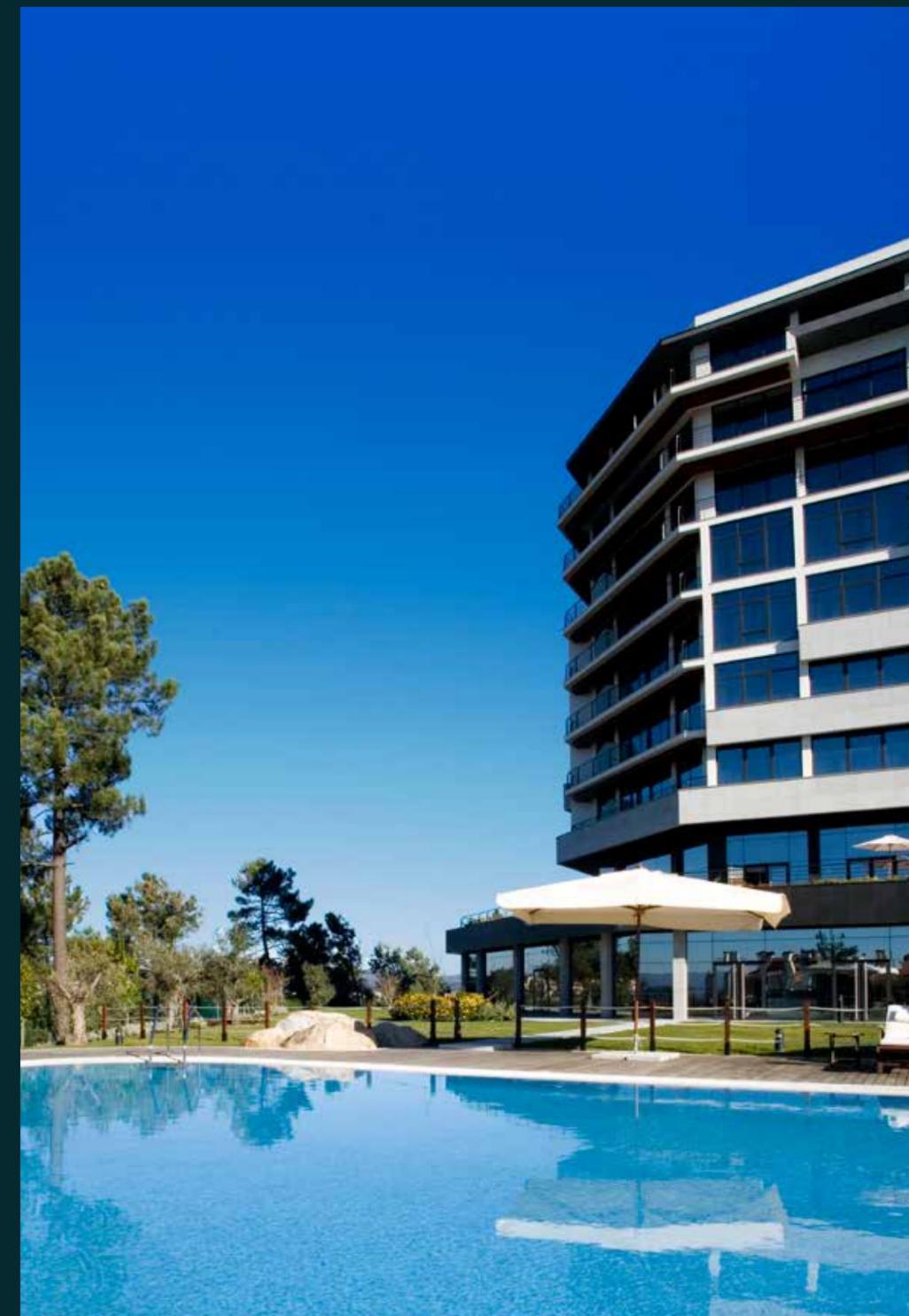
É encimada com as armas de D. João IV numa mensagem de tributo à Imaculada Conceição de Maria, em placa granítica ali colocada em 1646. O Palácio, para além da riqueza histórica que lhe está associada, tem hoje, enquanto hotel, muitos e diversificados pontos de interesse e de reavistamento do seu passado. Salientamos o encanto da ligação ao terraço, na zona superior do arco da Porta de Soar de Cima e ao jardim adjacente; o ancestral pavimento pétreo do hall de entrada; as imponentes paredes em cantaria; a inserção do edifício na muralha e na enorme rocha que lhe dá sustentáculo; a traça das várias janelas e os tetos em caixotões, de genuíno estilo português. Estes motivos, entre muitos outros, aliados ao admirável panorama que dali se tem sobre a cidade e arredores, são apenas exemplos do muito que o edifício tem para oferecer numa visita mais atenta. A sua localização no coração do centro histórico da cidade de Viseu permite-lhe enriquecer uma estadia com inúmeras visitas de interesse, desde a Sé ao Museu Grão Vasco, passando pelas ruas e edifícios medievais da cidade.

Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa – Hotel com 58 quartos e Aldeamento com 152 apartamentos e villas, congressos, piscinas, spa, marina e ecopista. Resort de férias e lazer por excelência, mas também local ideal para a realização de eventos e reuniões, o Montebelo Aguieira assume uma localização privilegiada junto à Barragem da Aguieira, com uma oferta de hotel, de apartamentos e de villas com piscina exclusiva, e ainda ampla zona verde que integra um complexo de piscinas exteriores, jogos de água, parque infantil e ecopista, circuito de manutenção, mini golfe e outras atividades de ar livre. Outro enorme atrativo é a Marina com capacidade para 400 embarcações que proporciona passeios e momentos lúdicos, na extensa albufeira da barragem da Aguieira. A unidade completa a oferta com piscinas interiores, ginásio e spa. O complexo integra a ecopista do Dão e a ciclovia do Mondego, que recuperou a antiga linha ferroviária do Dão, com as suas características pontes de ferro e túneis que, para norte, chega até Viseu e, para sul, segue para Penacova. Para eventos o edifício principal incorpora várias salas e ainda um amplo telheiro e zonas verdes. O aldeamento tem uma plena integração na natureza, a ardósia é a sua marca identitária e de todos os apartamentos se pode admirar o espelho de água da Barragem da Aguieira. A Albufeira da Aguieira, inserida numa zona de rara beleza natural, tem como corpo principal o Rio Mondego. Outros rios se integram na sua albufeira, como é o caso do rio Dão, cuja foz se situa nas proximidades da barragem, e neste um pouco antes, desagua o Rio Criz. São estes rios, a natureza envolvente, as povoações próximas e alguns dos vestígios anteriores à barragem, os principais polos de interesse para um calmo passeio nas águas da Albufeira da Aguieira. A construção da Barragem da Aguieira foi concluída em 1979 e entrou em funcionamento em 1981. É uma barragem de arcos múltiplos. Tem três arcos e dois contrafortes centrais, onde se inserem os descarregadores de cheias. Tem 89 metros de altura e 400 metros de coroamento. Esta barragem tem a particularidade de constituir um sistema, com a barragem de caudal do Coiço, a juzante, que permite armazenar água entre as duas e, nas horas de vazio, poder bombeá-la de regresso à albufeira, para poder produzir de novo eletricidade com a mesma água. A albufeira, com mais de dois mil hectares, espalha-se pelos concelhos de Mortágua, Penacova, Santa Comba Dão, Tábua, Carregal do Sal e Tondela. A capacidade total da albufeira é de 423 milhões de

metros cúbicos. Com a construção da barragem as principais povoações submersas foram a Foz do Dão e Breda. Foz do Dão pertencia à freguesia de Óvoa, concelho de Santa Comba Dão e era, além da sede da freguesia, a única povoação com Igreja e cemitério. Breda, da freguesia de Sobral, concelho de Mortágua, estava localizada sob a Ponte de Breda, da linha da Beira Alta, a poucos quilómetros da foz do rio Criz. Quando a cota da água da albufeira baixa muito, chegam-se a ver paredes das antigas casas desta povoação. A icónica Ponte Salazar da Foz do Dão é outro monumento que ficou submerso, estando localizada mesmo junto ao empreendimento, na frente da marina, mas a mais de 70 metros de profundidade. A Ponte Salazar integrava a Estrada Nacional n.º 2, dotada de uma forte presença arquitetónica, desenhada num só arco, construída em pedra, foi inaugurada em novembro de 1935 e encerrada em 1980. A ponte localizava-se na aldeia da Foz do Dão (concelho de Santa Comba Dão) e inseria-se na estrada que ligava Santa Comba Dão a Penacova (estrada esta que seria integrada na icónica N2). A Barragem da Aguieira e o seu amplo espelho de água é utilizado pelos adeptos de desportos como o Windsurf, Vela, Remo, Motonáutica e Jet ski, bem como pesca desportiva. O Montebelo Aguieira, para além de destino de férias e de lazer, com características únicas no país, é hoje também uma referência na área da canoagem recebendo atletas de dezenas de países, para se prepararem para as maiores competições do mundo.

Montebelo Príncipe Perfeito Garden Hotel – Hotel com 47 quartos, congressos, piscina, jardins e parque aquático. O Montebelo Príncipe Perfeito, localizado a apenas 5 minutos do centro histórico de Viseu está integrado num ambiente natural, que se harmoniza muito bem com a sua arquitetura de linhas tradicionais, oferecendo ambiente de paz e sossego. Os seus elegantes jardins e a calma decoração interior, criam uma atmosfera agradável e tranquila, primando por suaves tons de verde. Com vista para as paisagens dos parques naturais da Serra da Estrela e do Caramulo, a piscina exterior do hotel adiciona tranquilidade aos jardins e espaços verdes envolventes. Amplas salas de reunião com jardins circundantes e as esplanadas no exterior, criam os cenários ideais para qualquer evento. O Hotel está ainda associado ao Complexo desportivo Príncipe Perfeito, paredes meias com os seus jardins onde pode usufruir de um parque aquático com escorregas de água e piscinas, ginásios e squash, academia de golfe, campos de futsal e pavilhão com cortes de padle.

Montebelo Viseu Congress Hotel – Hotel com 172 quartos, congressos, piscinas, spa. Unidade de referência na cadeia, foi o elemento gènesese de todo o conceito e a matriz da oferta global. É uma unidade que foi evoluindo e crescendo ao longo do tempo, como é o caso do ano de 2022 em que foi alvo de uma renovação integral, inserida na campanha de obras de modernização e melhoria, que a cadeia sempre imprime às suas unidades, para as manter sempre no topo da oferta e em linha com as mais modernas tendências e as mais rigorosas necessidades de conforto e ambiência. Na origem, o edifício do Hotel Montebelo foi concebido de raiz para unidade hoteleira, com a traça inicial do arquiteto italiano Francesco Marconi, e tem vindo a evoluir ao longo do tempo, crescendo e integrando novas valências que o têm vindo a posicionar como um hotel de referência no centro do país e uma oferta incontornável na oferta turística e de organização de eventos. O hotel tem uma oferta de amplos quartos e várias suites, incluindo uma penthouse, com dois pisos e mais de 500 metros quadrados. A sua localização num ponto alto da cidade de Viseu, com vista panorâmica sobre as Serras da Estrela e do Caramulo, é outro dos seus trunfos incontornáveis. Mantém a sua função de núcleo aglutinador de uma oferta integrada, pensada desde o início, para o que na sua gènesese foi desenvolvida uma oferta articulada,



com a construção do um campo de golfe Montebelo. Insere ainda na sua oferta um centro de congressos e eventos: o Expocenter, associado a um espaço polivalente, o mítico The Day After.

No contexto desta oferta global importa referir alguns exemplos de importantes ativos que a complementam nos segmentos da restauração, do lazer, desporto e atividades de ar livre:

Restaurantes: Esta rede está sempre associada a uma oferta de restauração que celebra a Arte da Gastronomia e que tem unidades integradas nos hotéis, associados à marca e opera, paralelamente, com unidades autónomas, de que são exemplo: a Cervejaria Antártida e o italiano Troppo Squisito, com localizações emblemáticas também no Terreiro do Paço. O portefólio é alargado e inclui ainda os restaurantes Rodízio do Gelo, Rodízio Real, Forno da Mimi, o Amazónia e os Jardins da Mimi, entre outros.

Golfe: O Golfe Montebelo é uma valência na oferta global dos Montebelo Hotels & Resorts, na área do desporto e lazer. O Montebelo Golfe, aberto em 1997, único na região norte/ centro, com os seus 27 buracos, é reconhecido pelas suas características e morfologia ímpares, ambiência de plena integração na natureza, numa paisagem acolhedora entre as serras da Estrela e do Caramulo. O Golfe Montebelo com este excecional enquadramento paisagístico, constitui-se como uma marca já firmada no panorama golfista nacional e internacional. O campo insinua-se, com um desenho generoso, por entre pinheiros e carvalhos, num cenário em que predomina o tojo e a urze, tradicional vegetação rasteira.

O campo tem como polo central o edifício panorâmico do Club House e um edifício para restaurante e eventos, que se complementam e que se localizam próximos da Academia, bem como das saídas e chegadas dos três percursos: Caramulo, Estrela e Bussaco. O Golfe Montebelo assume um papel de referência em toda a região, sendo anfitrião de algumas das mais importantes provas amadoras a nível nacional. Para além dos três percursos para golfe, o campo integra, na sua oferta o Futgolf, com muito sucesso, sendo palco de importantes provas, como as eliminatórias do Campeonato de Futgolf de Portugal e a Taça de Portugal (2020 e 2021) e, para 2023 será também o palco do Open de Portugal.

Complexo Desportivo Príncipe Perfeito (CDPP), é uma unidade autónoma dos Empreendimentos Turísticos Montebelo, que se constitui como um qualificado polo adicional de atração desportiva. O amplo empreendimento junta desporto, lazer e saúde. Integra na sua atividade várias modalidades: piscinas interiores, musculação, ginásios, quadra de squash, campos de futsal outdoor e um complexo indoor, com courts de padel e, principal ex-libris do empreendimento, o parque aquático com piscinas, escorregas, amplos espaços verdes, bar, esplanada e Academia de Golfe, incluindo driving range. Outro pilar da oferta global, que está integrada neste vasto património e que enriquece a qualidade e atratividade de todo o produto, é a rede de Museus, que contam a história e as estórias da nossa História e estão associados às actividades paralelas e ao passado das unidades em que estão integrados:

O Museu Vista Alegre, no lugar da Vista Alegre, Ílhavo, é um dos mais antigos museus do país e um dos maiores do mundo no seu género, com um acervo em reserva de mais de 30.000 peças. Em 1838, a organização do acervo histórico das primeiras peças da fábrica, para presença na Exposição de Produtos da Indústria Portuguesa, promovida pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional, primeiramente prevista para Junho e realizada em Lisboa, entre 22 de Julho e 1 de Agosto de 1838, é a origem do Museu. Ao longo de quase dois séculos, passou por várias localizações até à integral renovação de 2016, fruto do investimento do grupo Visabeira na Marca vista Alegre. Hoje, totalmente renovado

e ampliado, o Museu dispõe de um novo e atrativo circuito expositivo, concebido em parceria com o MNAA, que oferece uma explícita viagem pelos dois últimos séculos da história da porcelana em Portugal e da marca que se tornou referência no mundo. Principais núcleos: os fornos, a fundação, o vidro, pó de pedra, modernismos, comunidade fabril, a comemoração, o fascínio da China, heráldica, litofanias, animália, escultura, louça de aparato, contemporâneos, a marca, e ainda o atelier de pintura: artistas fazem arte. Em complemento da visita ao espaço expositivo, o circuito do museu inclui ainda outros pontos de grande interesse, como a Fonte do Carrapichel, do século XVII, a Capela de Nossa Senhora da Penha de França, do século XVIII, o Teatro da Vista Alegre, do século XIX, a creche, do século XX, (espaço vocacionado para atelier de manufatura e pintura para os visitantes) e, ainda, o terreiro e o Bairro da Vista Alegre.

O Museu do Cristal Vista Alegre, em Alcobaça, é um núcleo localizado na fábrica de Casal da Areia, em Alcobaça, que complementa a trilogia com a arte do vidro e cristal de uma marca, Vista Alegre, que a começou no século XIX, com o legado seguinte com a Atlantis, que marcou o século XX e, agora, retornando à marca inicial, com a Vista Alegre a protagonizar um papel de relevo mundial nesta tão bela arte. Principais núcleos: Peças com história, história do cristal, o cristal em Portugal, arqueologia industrial e fornos: artífices produzem arte.

O Museu da Fábrica de Faianças Bordallo Pinheiro nas Caldas da Rainha, é um dos mais típicos museus do país permitindo percorrer a obra de Mestre Raphael, num renovado percurso museológico, fruto da aposta do Grupo Visabeira neste património único, onde se incluem peças de rara beleza e se convive com as várias facetas do mestre e do seu filho. A empresa foi iniciada por Raphael e seu irmão Feliciano e formalmente constituída em 30 de Junho de 1884. O Museu foi criado em 1984, com o objetivo de organizar e dar a conhecer a obra de Bordallo, que constituía depósito da fábrica e inclui peças, desenhos, documentos fabris e fórmulas de constituição dos barros e vidrados, bem como a coleção de mais de mil moldes originais em gesso do grande mestre. A instalação inicial centrada na casa de família, foi renovada em 2015, num espaço mais amplo na antiga zona fabril. O espaço museológico remodelado e ampliado, oferece um atrativo circuito expositivo, que possibilita uma interessante viagem pelas várias facetas de ceramista e humorista de Rafael Bordalo Pinheiro e de seu filho e continuador Manuel Gustavo, no local onde os dois criaram um espólio único no mundo. Com este circuito expositivo as suas obras renascem, assim, de uma forma mais atractiva aos olhos do público. Principais núcleos: O Sabor das Emoções; Sonhos em Barro; Sala Rafael; Sala Mil Caras; Sala A Fábrica do Mestre; As Paredes têm Azulejos; Sala Manuel Gustavo; Sala A Natureza Bordaliana; o circuito integra ainda: Hall a diversidade Bordaliana, casa de família e jardins com “animais” à solta.

O Museu Casa da Ínsua, em Penalva do Castelo, é um atrativo importante da Casa da Ínsua e integra um núcleo museológico organizado em três núcleos. Um primeiro, dedicado à própria Casa e à sua história, um segundo, a Brasileira, focado na notável obra do fundador da casa, enquanto Governador do Cuiabá e Mato Grosso, no século XVIII, e um terceiro, como ponto de partida para uma aproximação ao importante percurso da tecnologia, inovação e vanguardismo, que carateriza a Casa e que aqui se inicia na antiga serrallharia da quinta. Outros polos, dispersos pela Casa permitem viajar no tempo e nos interesses: - A linha do tempo do Vinho Casa da Ínsua, com início em 1852, e que simultaneamente mostra o desenvolvimento de novos produtos, que foi capaz de protagonizar na última década e ainda alguns dos inúmeros

prémios que tem granjeado ao longo de quase dois séculos; - A queijaria com o seu ancestral processo de fabrico de queijo Casa da Ínsua e das deliciosas compotas; - O polo dedicado aos audiovisuais recentes, como o filme “Viúva rica solteira não fica” de José Fonseca e Costa, ou a produção televisa dedicada ao Zé Pedro, dos Xutos & Pontapés, que o surpreendeu pela sua ligação à Casa da Ínsua, ou o ainda o mais recente “Olga Drummond”, de Diogo Infante, a que se pode juntar também uma nova abordagem da Casa como palco de Concertos e Eventos, que ficam na memória; - O canto do “Queijo à Chef”, que percorre as edições deste notável evento, que a Casa vem protagonizando desde 2014, mostra os muitos chefs e sommeliers que fizeram deste acontecimento um pilar incontornável do universo do Queijo Serra da Estrela. Principiais núcleos: a Casa e a sua história; a Brasileira; a arqueologia da tecnologia; a vida na quinta; a Casa da Eletricidade; a Fábrica do Gelo; a Capela, a Queijaria e o queijo Serra da Estrela; a Sala de Provas, com a linha do tempo do vinho Casa da Ínsua e os principais prémios; e, ainda, os diversos polos espalhados pela Casa, como os retratos, os brasões, os canhões; os relógios de sala e de sol; as esculturas, as lareiras; os tectos pintados, os papéis de parede e os azulejos, as artes decorativas, etc...

Neste contexto de expansão e requalificação, a cadeia Montebelo é hoje uma rede hoteleira renovada, refrescada, moderna e cada vez mais atrativa, que se integra de forma muito harmoniosa com toda a oferta da Visabeira Turismo. Uma oferta integrada que conjuga unidades hoteleiras, que se distinguem por um património único, em localizações privilegiadas com Arte de Bem Receber e Arte da Gastronomia numa envolvente, que complementa com múltiplos de atratividade, no domínio do lazer, do turismo, da cultura, do desporto, do bem-estar e especialmente vocacionado para os eventos e congressos. Assim, a cadeia **Montebelo Hotels & Resorts**, e a rede de restaurantes que lhe está associada, assume como designio, de toda a sua equipa e das unidades que integram a oferta, em Portugal e Moçambique, o seu lema e assinatura: **Enjoy the best**.

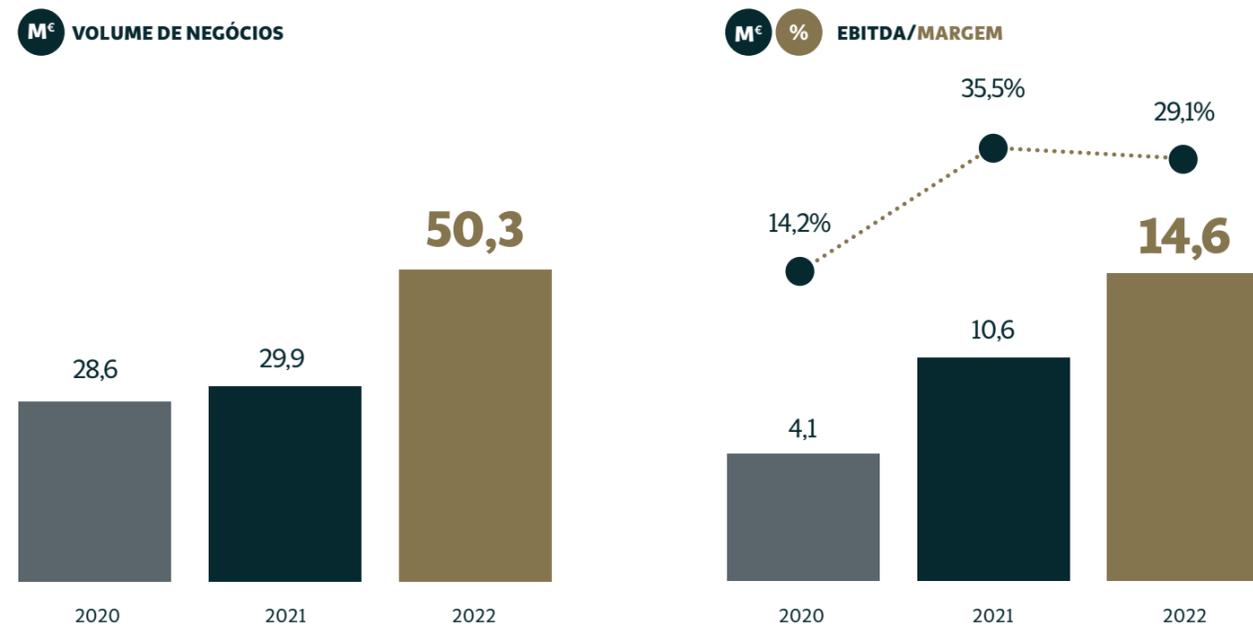
Imobiliária

Na área imobiliária, a empresa conseguiu preservar a sua posição de referência no sector, pautando-se por uma estratégia de expansão e alargamento da sua oferta. Além disso, neste contexto, consolidou o reconhecimento generalizado de que possui produtos de confiança, com qualidade, e estrategicamente bem localizados e associado a esmerado serviço e acompanhamento do cliente. A estratégia em 2022, focou-se muito em reposicionar o mix de atuação, minimizando a quota de arrendamentos, face ao objetivo da empresa de maximizar as vendas, como objetivo principal. Outro pilar do desempenho da sua atividade foi a disseminação da imagem Visahouse, marca que trouxe uma mais-valia na visibilidade e notoriedade da ação da empresa, criando uma perceção mais forte e uma atratividade acrescida para a sua oferta, nomeadamente através da dinâmica positiva criada nas redes sociais e nos vários canais digitais, uma aposta estratégica que se tem provado muito acertada. A aposta continua focada no crescimento, potenciado pelo reconhecimento que o mercado valoriza e na expansão da sua presença a outras regiões e cidades, como é o caso de Aveiro.

Serviços

No que concerne à área dos serviços, a atividade manteve, no exercício de 2022, o desígnio transversal de oferecer a prestação de um serviço com soluções globais, de qualidade e caracterizado pela excelência do desempenho. Não obstante e apesar das incertezas que se multiplicaram, manteve-se a orientação estratégica de maximização de sinergias que se obtém fruto do posicionamento de empresa de serviços partilhados multidisciplinares. Posicionamento a que a empresa associa a otimização granjeada com a carteira de empresas localizadas nas mais diversas zonas geográficas, garante real da racionalização de recursos, numa estrutura flexível, em que o rigor na ação se mantém como sua imagem de marca e a coloca como uma referência no segmento.

Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços



Compromisso com a sociedade



Qualidade, Ambiente e Segurança

O desenvolvimento sustentável exprime a relação entre crescimento económico, conservação ambiental e preocupação social. A partir da sensibilização da sociedade relativamente à utilização racional dos recursos naturais e dos impactos ambientais gerados pela ação humana, o conceito de crescimento sustentável coloca-se como uma alternativa, que promove a interdependência entre economia, ambiente e sociedade. Nas últimas décadas, têm-se verificado mudanças na contextualização do desenvolvimento económico, reconhecendo-se a importância dos sistemas produtivos locais nos processos de mudança e crescimento, estabelecendo-se a importância do território como um papel ativo. Assim, o desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento económico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

De forma geral, nas organizações e no Grupo Visabeira em particular, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, é hoje entendido na perspetiva de outros conceitos, como, por exemplo, Sustentabilidade Empresarial, Responsabilidade Social Empresarial e Sistemas de Gestão, cujo foco é a relação com os stakeholders.

Neste sentido, no Grupo Visabeira, a gestão apoia-se num conjunto de procedimentos, normas e práticas, capazes de utilizar os recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando impactos irreversíveis. Esta nova conceção traz uma preocupação acrescida com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Relativamente à Segurança e Saúde no trabalho, integrada na dimensão social da sustentabilidade, o desenvolvimento e a certificação dos principais Sistemas de Gestão das empresas, em conjunto com as diversas ações de prevenção da sinistralidade e com a contínua aposta na formação dos colaboradores, permitiu uma otimização das condições de trabalho e do desempenho profissional, melhorando de forma sustentada os índices nestas áreas.

Nesse sentido, destaca-se, em 2022, um conjunto de atividades no âmbito da qualidade, ambiente e segurança, que se sintetizam de seguida:

- Implementação de Planos de Racionalização Energética para a frota de empresas da Visabeira Global, com definição de objetivos e metas a atingir, permitindo, assim, uma maior consciencialização dos colaboradores e uma redução dos consumos energéticos;
- Centralização da gestão dos resíduos da Visabeira Global, o que permite uma gestão e controlo adequado dos resíduos produzidos, otimizando as deslocações por parte do operador de resíduos e reduzindo, por sua vez, os custos associados aos transportes;
- Contínua otimização do sistema de geolocalização nas viaturas, permitindo uma gestão eficiente dos recursos técnicos nas suas atividades diárias. Este sistema representa um contributo importante na sustentabilidade da empresa, uma vez que tem permitido ganhos evidentes, quer na vertente económica, quer sobretudo na vertente ambiental;
- Compromisso com a sustentabilidade, através de uma crescente procura de produtos certificados e denominados sustentáveis, dando uma segurança aos clientes de que o produto que está a utilizar é proveniente de fontes sustentáveis e que não coloca em risco vertentes ambientais, sociais ou económicas;

- Desenvolvimento e implementação de software para a monitorização contínua das boas práticas em obra, nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, através da realização de auditorias e inspeções AQS, com especial ênfase nas áreas da Visabeira Global. Em 2022, foram realizadas cerca de um milhar de auditorias na Visabeira Global, utilizando esta plataforma;

- Desenvolvimento da metodologia Kaizen nas empresas, com especial ênfase na indústria cerâmica. Esta metodologia tem permitido, para além dos ganhos de produtividade, uma melhoria no bem-estar dos colaboradores, uma vez que permite também melhorar o seu local de trabalho;

- Melhoria contínua da capacidade de resposta em situações de emergência ambiental, através da realização de exercícios de acidente de natureza ambiental, que permitam uma atuação eficaz por parte dos colaboradores no caso da eventual ocorrência de acidentes de natureza ambiental;

- Consciencialização ambiental na aquisição de equipamentos de trabalho, tendo sido desenvolvidos cadernos de encargos para os principais grupos de materiais e equipamentos, priorizando os que representem menores impactes ambientais e que simultaneamente permitem garantir melhor a segurança dos utilizadores;

Relativamente à implementação e certificação de sistemas de gestão, 2022 fica marcado pela manutenção da certificação das empresas, de acordo com os referenciais normativos da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001) e segurança (ISO 45001).

O ano de 2022 fica ainda marcado pela consolidação de novos referenciais normativos em algumas empresas, nomeadamente a ISO 27001 - Sistema de Gestão da Segurança da Informação e a ISO 37001 - Sistema de gestão Anti-Corrupção.

Para 2023, o foco ao nível dos sistemas de gestão estará centrado no alargamento das certificações para novas empresas.

UN Global Compact

Graças a uma postura caracterizada pelo rigor, o esforço e a transparência, o Grupo Visabeira continua também a orientar esforços para uma atuação alinhada com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com foco nas pessoas, alicerçada em valores, íntegra e inovadora, com o compromisso de apoiar, divulgar e seguir os Objetivos do Milénio, respeitando e promovendo os direitos humanos de todos os cidadãos, diminuindo as desigualdades sociais e os desequilíbrios ambientais das regiões onde atua.

O Grupo Visabeira alinhado com a orientação estratégica anteriormente referida e enquanto signatário do Global Compact das Nações Unidas, elaborou o seu nono relatório de Comunicação de Progresso (COP), reafirmando, uma vez mais, o seu compromisso em continuar a fazer do Pacto Global e dos seus 10 princípios, parte da estratégia, da cultura e das operações diárias da organização.

As Pessoas

O Grupo Visabeira, no cenário complexo, adverso e de incertezas permanentes que continuou a caraterizar o ano de 2022, concretizou um exercício em que superou os mais ambiciosos objetivos, mesmo com um cenário envolvente extremamente difícil. De facto, este ano foi ainda fortemente marcado pela transição do período restritivo da pandemia da Covid-19 para o novo enquadramento da fase de endemia; pelo eclodir da guerra no leste da Europa, com a invasão da Rússia à Ucrânia; pelos seus múltiplos impactos colaterais, como grandes dificuldades nos fornecimentos, associados a problemas críticos nos circuitos logísticos, falta de materiais, escassez de componentes eletrónicos, carência de produtos alimentares; a que acresceu, ainda, uma global crise nos combustíveis. Enquadramento extremamente complexo, a que também se associou um forte surto inflacionista, como já não se vivia há décadas e que ainda não está totalmente debelado.

Neste contexto extremamente complexo e desafiante, o Grupo teve como foco primordial adequar as suas operações e atividades ao novo contexto e à nova realidade. Sempre focado no serviço às pessoas, envolveu toda a equipa e motivou a sua estrutura para dar uma resposta adequada e eficaz às necessidades do novo real e conseguir responder, nestes tempos tão exigentes, com assertividade e eficácia, às necessidades da sociedade e do mercado, assumindo em plenitude as suas responsabilidades de player principal em setores vitais como as telecomunicações, a energia, a tecnologia, a construção e tantas outras.

Atuando neste cenário de grande exigência, complexos desafios e permanentes ajustes e adaptações, a empresa não descurou a aposta nas suas características identitárias de companhia multiactividades e pluricontinental, privilegiando a capacitação das pessoas e a sua orientação para os objetivos, como foco primordial da política de recursos humanos. O Grupo, com agilidade e proficiência, manteve sempre como alvo primordial o constante foco na melhoria contínua da produtividade e na qualidade do serviço ou produto, tendo sempre na mira o serviço às pessoas e à sociedade.

O Grupo Visabeira motivou toda a equipa, nos seus diferentes níveis, empenhando-se em superar os obstáculos e focando todas as frentes de atividade em manter como desígnio diário, o objetivo de ir de encontro às necessidades dos clientes e de suplantar as suas expetativas.

O desígnio individual manteve-se alinhado com a matriz identitária da marca, sustentada por um triângulo virtuoso, que articula três vértices fundamentais: i) a qualidade de serviços e produtos; ii) a expansão geográfica das atividades; iii) a dinâmica e rigor de atuação.

A organização, em toda a sua matriz estrutural, assumiu também harmonizar a sua operação às novas exigências e aos cenários cada vez mais complexos que a realidade atual veio aportar aos mercados, em que o Grupo atua. Com essa meta permanente em mente, reforçou o foco no desafio na compaginação de carreiras atrativas e de sucesso, orientadas para resultados individuais e coletivos. No espírito de todos permanece, como matriz estruturante do seu desígnio individual, a eficaz administração do conhecimento, a competente gestão das equipas, a otimização dos recursos, a maximização de sinergias e a eficiente partilha da estratégia e valores da empresa.

O Grupo, cujo rumo de sucesso sempre se alicerçou nas pessoas, reforçou a sua orientação para a estratégia de desenvolvimento e internacionalização, para o que se quer cada vez mais forte, mais preparado e com o crescimento sempre como desígnio, assumindo,

individual e coletivamente, como missão primeira da sua gestão: articular e envolver todos na promoção das boas práticas e promover a sua correta articulação com a gestão das expectativas profissionais e pessoais de todas e de cada uma das pessoas, nunca descurando o alinhamento estratégico para o foco principal na qualidade do desempenho e no atingimento dos objetivos.

A experiência consolidada que vem mantendo ao longo das últimas cinco décadas, desde a sua génese no ano de 1980, e a fulgurante evolução tecnológica que sempre integrou em todos os seus níveis, são a base do sucesso alcançado, que tem como principais pilares a polivalente capacidade de formação, a capacitação de técnicos e a dinâmica gestão de carreiras, promovendo em uníssono oportunidades multissetoriais ao desenvolvimento de carreira de cada um dos seus colaboradores, com eficaz integração no cômputo geral da sua operação.

Neste contexto deve ser também relevada a identidade caraterística de companhia multissetorial e transnacional do Grupo, que é fator potencial de parcerias com instituições de ensino, escolas técnico-profissionais, universidades e todas as organizações académicas com quem articula e maximiza a promoção das melhores condições de êxito para os jovens recém-formados, de molde a desenhar à medida os melhores enquadramentos para a sua profícua integração na vida profissional, assegurando relações win win, com futuro e potencial de evolução. O Grupo, na sua estratégia global, mantém como prioridade o crescimento, a permanente inovação e miscigenação de tradição com a novidade, posicionamento que tem como base fundamental equilibrar os objetivos comuns, numa sábia articulação da experiência com sangue novo, de molde a que estes processos se complementem e completem de forma harmoniosa, para constituir um quadro sólido, competente e motivado, consentâneo com o modelo de expansão do Grupo. Esta articulação é a ferramenta que vem consolidando uma rota de pleno desenvolvimento, com desafios cada vez mais ambiciosos, que tem sido o seu paradigma de atuação, num percurso que já vai na sua 5.ª década.

Em termos históricos 2022 foi um exercício muito positivo, com o número médio de colaboradores a crescer 8,5%, num ano em que o volume de negócios cresceu 24%, apesar de um cenário envolvente de novas e adicionais exigências e dificuldades. Esta evolução do quadro de pessoal, em termos relativos, inferior à do volume de negócios, é bem demonstrativa da capacidade, competência e motivação com que toda a equipa se empenhou na concretização de um extraordinário nível de desempenho, com toda a estrutura imbuida do mesmo espírito, sempre com um foco assertivo nos objetivos, o que permitiu colocar este ano de 2022 no topo dos máximos históricos na generalidade dos principais indicadores e, ao mesmo tempo, dar assertiva resposta às solicitações do mercado neste difícil contexto, assegurando às pessoas e à sociedade os serviços e produtos porque anseiam e necessitam.

Neste contexto e em síntese, o Grupo Visabeira, em 2022, registou um crescimento do seu quadro de pessoal que passou de um total de pessoas de 12.707, em 31 de dezembro de 2021, para 13.793 a 31 de dezembro de 2022, o que representa um acréscimo de 8,5%. As três sub-holdings do Grupo, à mesma referência a 31 de dezembro, registaram um comportamento consentâneo com os seus níveis de atividade: a Global passou de 8.008 para 8.880, ou seja mais 10,9%; a Indústria passou de 2.899 para 2.876, representando um ligeiro decréscimo de 0,8%; e a TIS passou de 1.800 para 2.037, protagonizando um incremento de 13,2%.

A tabela seguinte espelha a evolução do quadro de pessoal no final de cada ano, com segmentação por sub-holding:

	2022	2021	2020	2019
Visabeira Global	8.880	8.008	7.592	7.051
Visabeira Indústria	2.876	2.899	2.852	2.813
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços	2.037	1.800	1.899	2.250
TOTAL	13.793	12.707	12.343	12.114

Em sùmula e à laia de conclusão, o Grupo Visabeira, num ano em que, com irrepreensível espírito de equipa, se atingiram novos máximos e importantes marcos históricos nos principais indicadores, congratula-se porque na base do sucesso alcançado estão sempre as pessoas e a capacidade de formação e capacitação de técnicos, compaginada com uma dinâmica gestão das suas carreiras. Neste sentido e alinhados com o futuro, a prioridade de toda a gestão mantém-se orientada para promover oportunidades multissetoriais e abrir a cada um dos seus colaboradores o desenvolvimento de uma carreira individual personalizada e focada na sua realização profissional e pessoal. Percurso pessoal lincado à entrega total de cada um e de todas as equipas aos ambiciosos desafios assumidos, assegurando vantagens mútuas e promovendo a superação dos objetivos comuns, como vetor de realização pessoal.

Formação profissional

A formação profissional eficaz, objetiva e evolutiva, perspetivando uma qualificação profissional de excelência, é uma das chaves do sucesso das empresas. Neste domínio e embora se tenha verificado uma melhoria significativa nos últimos anos, Portugal continua a ser dos países da União Europeia com uma menor taxa de qualificação. Este fator tem um grande impacto a nível socioeconómico, uma vez que afeta os níveis de produtividade e de rentabilidade das empresas. Assim, a formação profissional pode constituir uma forma de colmatar baixos níveis de produção, resultantes de conhecimentos e competências insuficientes por parte do capital humano.

Paralelamente, num ambiente de crescente globalização dos mercados e externalização das atividades produtivas, associadas a um elevado grau de especialização e de crescente importância do nível de serviço ao cliente, é cada vez mais necessário dotar as empresas de ferramentas que permitam aumentar a competitividade das suas organizações. Neste contexto, é extremamente relevante a melhoria do desempenho dos colaboradores de qualquer empresa e em qualquer ramo de negócio, sendo fácil compreender que o desempenho dos profissionais com mais formação, ou experiência, são essenciais para uma organização atingir os seus objetivos, sendo crítico para o sucesso dos negócios baseados no conhecimento.

No Grupo Visabeira, a formação profissional contínua é uma das mais importantes ferramentas para garantir os níveis de competência exigidos e para elevar os níveis de produtividade e rentabilidade, sendo essencial para garantir a permanente atualização dos conhecimentos adquiridos. Além disso, ao manter os profissionais em linha com as mais recentes tendências, legislação, tecnologias e exigências práticas para as suas ocupações profissionais, contribui de forma positiva para alavancar a capacidade de inovação, adaptação ou até mesmo para fomentar a interação de grupo entre colaboradores, fatores estes que se têm revelado verdadeiramente cruciais para as empresas. A entidade formadora Grupo Visabeira, SA (certificada pela DGERT desde 2005), tem como clientes privilegiados as empresas do Grupo e ainda os seus prestadores de serviços, sendo a formação ajustada à medida das necessidades de cada empresa. Desta forma, atua em diversas áreas de educação e formação, das quais se destacam as seguintes: Línguas estrangeiras; Enquadramento na organização/empresa; Informática na ótica do utilizador; Eletricidade e Energia; Eletrónica e Telecomunicações; Construção civil; Hotelaria e Restauração; Tecnologia de proteção do ambiente; Segurança e Higiene no trabalho.

Em linha com o que se vem verificando nos últimos anos, manteve-se em 2022 um cenário de crescimento da internacionalização do Grupo Visabeira, com especial enfoque na área das telecomunicações e energia no mercado europeu, o que se traduziu num incremento do número de ações de formação realizadas, que permitiram responder à necessidade de qualificação de técnicos para esses novos mercados. Estas ações foram realizadas em vários locais de Portugal Continental e Ilhas (concentrando-se a sua grande maioria na Academia de Formação, em Viseu) e também da Europa, com especial relevância em França e Reino Unido e são uma boa base para o sucesso da internacionalização do Grupo e da sua notoriedade nos mercados. Perspetivando 2023, com o reforço da aposta na internacionalização do Grupo Visabeira na área da engenharia de redes de telecomunicações no mercado europeu, prevê-se que o número de ações de formação a realizar, assim como o número de formandos envolvidos, registre um significativo acréscimo, face ao nível atual, com especial relevância para os mercados da Alemanha, Itália e Reino Unido.

Comunicação

Após um longo período de dois anos, pautados por muitas incertezas, em virtude da pandemia da Covid-19, que afetou tudo e todos à escala planetária, o ano 2022 era apontado como o da retoma a uma vida normal, no que diz respeito à sociedade e às atividades empresariais. Contudo, mal o ano começou, estalou a guerra na Ucrânia, em consequência da invasão desencadeada pela Rússia, o que colocava, desde logo, muitas dúvidas face ao que iria ser o ano de 2022. Apesar de o conflito estar geograficamente localizado num único país, todo o Mundo foi severamente afetado a diversos níveis, com o escalar da tensão que colocou em causa muita atividade empresarial, sobretudo na Europa, e provocou impactos em todas as atividades.

No entanto, apesar dessas adversidades, o Grupo Visabeira prosseguiu um percurso de consolidação e crescimento. Com 42 anos de existência, o conglomerado, sediado em Viseu, presente em 18 países e com produtos e serviços em mais de 134 nações, desfruta, hoje, de um prestígio e notoriedade globais, fruto da sua capacidade operacional em diversos domínios, assumindo especial destaque as engenharias de redes de telecomunicações e energia. A forte dinâmica empreendedora naquele domínio económico, bem como na Indústria, nomeadamente através da Vista Alegre e da Bordallo Pinheiro, e no Turismo, por via da Montebelo Hotels & Resorts, levou a que a presença do Grupo Visabeira e as suas empresas e participadas estivessem em destaque nos órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, sendo marcantes as 5.080 notícias que, em 2022, foram difundidas, um crescimento de 17%, face a 2021. Numa análise mais pormenorizada, há a realçar, desde logo, alguns momentos chave na atividade de 2022 que resultaram numa ampla divulgação pelos jornais, revistas, televisões e meios digitais. O volume de negócios registado pelo Grupo Visabeira no ano de 2021, quando ultrapassou a histórica marca de 1.100 milhões de euros, cujo relatório e contas foi divulgado em 2022, captou o interesse dos meios de Comunicação Social, tendo eco em grande número de publicações, em particular nos órgãos económicos. Na sequência da divulgação do Relatório & contas de 2021, Nuno Terras Marques, Presidente do Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira, concedeu uma entrevista ao Jornal de Negócios. Na análise ao ano mediático, há a destacar, igualmente, a grande entrevista que o semanário Expresso fez a Nuno Terras Marques, que abordou de forma detalhada a atividade do Grupo Visabeira.

A divulgação sobre a conclusão das negociações com o Goldman Sachs Asset Management, que investiu 200 milhões de euros na Constructel Visabeira, obtendo uma posição minoritária do capital daquela subsidiária do Grupo Visabeira, foi outro dos temas de forte impacto nacional, que marcou 2022.

No capítulo das entrevistas com visibilidade nacional, Nuno Terras Marques, foi também ouvido pelo caderno de Economia do semanário Expresso sobre a temática “A inovação de hoje é o negócio de amanhã”. Em matéria de crescimento orgânico, a aquisição da Inpower Group, consagrada empresa italiana ligada às engenharias de telecomunicações e energia, despertou interesse mediático com ampla divulgação, com relevo especial nos meios ligados à informação económica. A propósito desta temática, Nuno Terras Marques concedeu uma entrevista ao Jornal de Negócios. Idêntico destaque mediático, aquando da aquisição da Elektro-Würkner, uma das maiores empresas alemãs do setor das telecomunicações e energia, com especial presença na área das energias renováveis. O Montebelo Milibangalala Bay Resort, empreendimento turístico localizado no Parque Nacional de Maputo - Reserva dos Elefantes,

em Moçambique, foi inaugurado em, 18 de março, pelos Presidentes da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi e de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, associando-se uma longa comitiva oficial de ambos os países. A inauguração foi alvo de uma ampla cobertura pela comunicação social portuguesa e moçambicana, com a presença de dezenas de jornalistas. Este resort resulta da parceria da cadeia Montebelo Hotels & Resorts, do Grupo Visabeira, com o Estado Moçambicano. Ainda na esfera da Visabeira Turismo e em particular da cadeia Montebelo Hotels & Resorts, o ano ficou marcado por outra abertura de grande significado: a inauguração, a 19 de novembro, do Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel, num ato presidido pelos chefes de Estado de Portugal e de Moçambique e inúmeros ministros de ambos os países. Este momento foi testemunhado por extensas e importantes comitivas de jornalistas dos dois países, assegurando uma cobertura significativa em Portugal e Moçambique. Na esfera de ação da Visabeira Turismo, a inauguração do restaurante Cervejaria Antártida, na Praça do Comércio, em Lisboa; da remodelação global do Zambeze restaurante, também na capital; e do restaurante Amazónia, na antiga e icónica Danceteria The Day After, em Viseu, foram outros temas mediáticos. A inauguração de novos espaços no Complexo Desportivo Príncipe Perfeito com campos de Padel, Futebol de relva sintética e Teqball, num investimento realizado pelo futebolista João Félix, também foi notícia nos jornais, revistas, rádios e televisões, fruto, também, do mediatismo do futebolista internacional português.

O crescimento do Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, com a criação do designado Bairro Vista Alegre, recuperando alguns quarteirões do histórico Bairro Operário (alojamento resultante da transformação das antigas habitações dos trabalhadores da fábrica) e o facto da unidade 5 estrelas se ter tornado “dog friendly”, foram alvo de inúmeras notícias. O Montebelo Golfe, campo de 27 buracos, em Viseu, teve mais uma vez honras de figurar no semanário Expresso, em particular no caderno dedicado ao Expresso BPI Golfe Cup. Esta associação surge por via da realização no campo da etapa Centro daquela competição nacional, tendo em 2022 sido entrevistada a administradora da Visabeira Turismo, Isabel Peres. Este foi igualmente tema para reportagem televisiva na SIC Notícias. Já que fazemos referência às TV ´s, o Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel, para além da mediática inauguração, já foi alvo de reportagem do programa Espaço e Casas da SIC Notícias, que também visitou o renovado Zambeze restaurante. Jorge Costa, vice-presidente da Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, foi entrevistado pela TNews, sobre os novos e futuros projetos da empresa.

A grande dinâmica do Palácio do Gelo Shopping, um importante polo dinamizador de uma vasta região, teve referências permanentes nos meios locais e regionais, com algumas incursões nos meios de comunicação nacionais. Estão neste patamar as diversas lojas mediáticas que foram inauguradas; os concursos lançados anualmente; as exposições e diversas outras atividades lúdicas e pedagógicas, em especial para os mais novos. As compras de prendas para o Natal e para o Dia dos Namorados, bem como os menus especiais da data, foram alvo de reportagem em direto por parte da TVI/CNN Portugal e SIC, a partir do Palácio do Gelo Shopping, Restaurante Forno da Mimi e Rodízio Real. O vigésimo quarto jantar dançante anual “Os Melhores Anos”, que atraiu cerca de 900 pessoas ao Expocenter/ Forno da Mimi, entre as quais dezenas de figuras nacionais de diversos quadrantes, foi outro tema de destaque mediático em 2022.

Mais uma nota, para realçar a visibilidade alcançada pela Casa da Ínsua,

quinta agrícola e enoturismo do Grupo Visabeira, em Penalva do Castelo, que conquistou, entre outros prémios, a medalha Grande Ouro, atribuída ao seu Vinho Tinto Casa da Ínsua Dão Reserva 2016, atribuída em Paris pelo certame Vinales Internationel 2022. O programa de TV, BeSisluxe em Portugal, transmitido pelo Travel Box, um canal temático brasileiro de Viagens e Turismo, realizou uma reportagem no Montebelo Viseu Congress Hotel, Palácio dos Melos Historic Hotel, Parador Casa da Ínsua e restaurantes Forno da Mimi e Amazónia. Também o Giro, programa de viagens, com foco no turismo, cultura e gastronomia, da brasileira TV Record, realizou reportagens no Palácio dos Melos Historic Hotel e no Palácio do Gelo Shopping.

A Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro enquanto marcas de prestígio internacional, integradas no Grupo Visabeira, desde 2009, foram alvo, em conjunto, de mais de 2.200 notícias, em 2022. A notoriedade da porcelana, cristal e vidro da Vista Alegre e a faiança artística da Bordallo Pinheiro, corre mundo e os órgãos de comunicação social portugueses não deixam passar em claro esta realidade. Seja aquando dos inúmeros lançamentos de peças e coleções, na divulgação periódica dos resultados e indicadores financeiros, na participação em feiras e exposições ou na divulgação das dezenas de prémios de design nacionais e internacionais. Neste contexto, a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro são presença assídua em televisão, jornais e revistas. A Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro têm uma tradição de séculos, sempre recheados de prémios e galardões notáveis. O ano de 2022 não foi exceção. Começando pela referência às distinções, a divulgação da conquista de 22 prémios internacionais conferidos à Vista Alegre, nos principais concursos de design do mundo, foi, desde logo, um tema apetecível para grande divulgação pelos principais meios ligados ao setor do lifestyle, bem como pela imprensa generalista. Ao longo de 2022, foram inúmeros os comunicados de imprensa que foram difundidos pelas televisões, jornais, revistas e blogs, dando conta das novas peças e coleções das duas marcas.

O lançamento do serviço de mesa Treasures by Brunno Jahara, um dos designers mais consagrados e premiados, com criações para a Vista Alegre, das quais Transatlântica é exemplo, despertou uma considerável cobertura noticiosa.

Mas, igual destaque teve a coleção Futurismo, que faz uma releitura contemporânea do movimento precursor de todos os modernismos, celebrando o progresso e marcando um período de reinvenção das linguagens artísticas. A duradora e sempre inovadora parceria com a Christian Lacroix Maison, motivou a criação de Fête Vos Jeux, coleção que beneficiou de uma grande visibilidade mediática.

Outro lançamento que mereceu especial referência comunicacional, incluindo uma reportagem televisiva para a RTP, foi o lançamento, na loja da Vista Alegre no Norte Shopping, da peça DeCanta, da coleção 1+1=1, assinada por Pedro Abruñhosa e Paulo Teixeira Pinto. Foi ainda noticiada, com grande destaque, a peça Grito do Ipiranga, que assinalou os 200 anos da independência do Brasil. Também o lançamento de Pedra, peça assinada por Fernanda Fragateiro, em exclusivo para os membros do Clube Vista Alegre, foi amplamente comunicado. Igualmente teve direito a destaque a comunicação sobre o lançamento do segmento Cutelaria, com a chancela Vista Alegre, bem como a colaboração que a Vista Alegre mantém há alguns anos com a iniciativa anual Women in Tech.

A Festa da Vista Alegre, em Honra de Nossa Senhora da Penha de França, padroeira da centenária fábrica de porcelana, também teve destaque na imprensa local e nacional. Ao longo do ano, foram ainda notícia as diversas ações promovidas pelo Museu Vista Alegre.



Já no que diz respeito à Bordallo Pinheiro, 2022 foi ano de grande dinâmica, com diversos lançamentos de peças.

A peça Díptico, de José Pedro Croft, by Bordallo Pinheiro, cujo lançamento ocorreu com a presença do artista, no Museu Nacional de Arte Antiga, contou com diversos órgãos de comunicação social, com destaque para uma reportagem da RTP.

Elevado impacto mediático teve também o lançamento da coleção Sardinhas by Bordallo, uma coleção anual lançada pela Bordallo Pinheiro em articulação com a EGEAC. A sessão com imprensa e convidados decorreu no Zambeze Restaurante Rooftop & Bar, em Lisboa.

A loja da Vista Alegre no Chiado foi palco do impactante lançamento de Andorinha do Beiral e Liberté Chérie – em celebração da Temporada Portugal-França 2022, duas andorinhas com inspiração na peça criada por Bordallo Pinheiro, no século XIX. A apresentação contou com a presença do ministro da Cultura de Portugal, Pedro Adão e Silva e de outros responsáveis diplomáticos e culturais dos dois países, bem como significativa presença da comunicação social.

A centenária fábrica lançou mais uma peça da coleção WWB intitulada Like Seeing Ourselves Entwined a Deep Coral Reef, da autoria de Melanie Smith. O projeto WorldWide Bordallianos reúne alguns dos principais nomes da arte contemporânea, desafiando-os a reinterpretar o legado de Raphael Bordallo Pinheiro. Em matéria de novas peças que tiveram também divulgação pela comunicação social, destaque ainda para Frutos Tropicais e Couves com Lavagantes. A unidade de Cristal da Vista Alegre, em Alcobaça, foi objeto de reportagem dedicada ao tema da transição energética para o programa Fronteiras XXI, na RTP.

No resumo de 2022, há ainda a referir o destaque na comunicação social à apresentação dos resultados trimestrais e anuais da cotada Vista Alegre e as entrevistas que Nuno Barra, administrador da Vista Alegre e da Bordallo Pinheiro, deu ao jornal OJE, sobre a perspetiva do crescimento das marcas para 2023, no mercado externo, e à revista Exame, numa conversa sobre a Bordallo Pinheiro.

O Grupo Visabeira, e as suas empresas continuaram, em 2022 a ser notícia nos principais órgãos de comunicação social nacionais e internacionais. Entre outras, assinala-se a difusão de notícias e reportagens em formato televisivo na RTP, SIC, TVI, CNN, CMTV, SPORTTV, CENTRO TV e VISEU NOW.

Merece igualmente referência a visita ao Grupo Visabeira de uma equipa de reportagem da STV de Moçambique que, no início de 2022, recolheu imagens em diversas unidades do Grupo Visabeira - Vista Alegre, Ria Stone, Pinewells, Palácio do Gelo Shopping, Zambeze Restaurante, Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa e Palácio dos Melos Viseu Historic Hotel. Os jornalistas da STV também captaram imagens da Academia de Formação Visabeira e acompanharam os trabalhos de equipas de técnicos em Linhas de Média Tensão de energia elétrica. O trabalho de reportagem, que também incluiu uma entrevista a Nuno Terras Marques, presidente do Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira, foi emitido ao longo de várias semanas pela STV, em diversos segmentos, no principal jornal televisivo moçambicano. Relevante, também em Moçambique, foi a divulgação dos resultados do Grupo Visabeira, que impactou quatorze meios de comunicação social entre imprensa escrita e jornais digitais.

Relativamente à imprensa escrita e digital, houve presença do Grupo Visabeira e das suas empresas no Expresso, Agência Lusa, Público, Sol, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Negócios, Notícias ao Minuto, ECO, OJE, Sapo, Time Out, Dinheiro Vivo, Observador, Vida Económica, Diários de Viseu, Aveiro, Coimbra e Leiria, Diário As Beiras, Jornal do Centro, Via Rápida, Rua Direita, Jornal da Beira, Caras, Caras

Decoração, Marketeer, Briefing, Visão, Sábado, Forbes, Exame, Imagens de Marca, Versa Lifestyle, Boa Cama Boa Mesa, Vou Sair, Máxima, Nova Gente, LUX e NIT, entre muitos outros títulos locais, regionais, nacionais e blogs. As estações de rádio Antena 1, Renascença, Observador, TSF, Comercial, Rádio Jornal do Centro, Emissora das Beiras e Rádio Terra Nova, entre outras, noticiaram atividades do Grupo Visabeira.

Tal como referido, em 2022, foram geradas em nome do Grupo Visabeira, suas sub-holdings, empresas e unidade de negócio, 5.080 notícias, que foram assim segmentadas: 139 em televisão; 1.745 na imprensa escrita; 20 em rádio e 3.176 nos meios digitais/web.

Por empresas/unidades de negócio, a Vista Alegre teve 1.642 notícias; a Montebelo Hotels & Resorts, 1.019; o Grupo Visabeira, incluindo a Visabeira Global, Visabeira Indústria e a Constructel Visabeira, 1.019; o Palácio do Gelo Shopping, 720; a Bordallo Pinheiro, 630 e a agência Bang Bang (que também gere contas externas de marketing e publicidade), 57 referências nos Órgãos de Comunicação Social.

Analisando o AAV – Advertising Average Value (valor médio em retorno publicitário), as cinco mil e oitenta notícias geraram um valor de 32.198.388 euros.

Durante o ano de 2022, a Direção de Comunicação e Relações Públicas do Grupo Visabeira emitiu cerca de uma centena de comunicados.

Comunicação Interna

O Grupo Visabeira dispõe e utiliza duas ferramentas de comunicação interna para estar perto dos seus mais de 13.600 colaboradores, aos quais faz chegar todas as notícias relevantes e informações diversas relativas à sua atividade e os benefícios para os seus funcionários.

A **Newsletter My Visabeira**, redigida internamente pela Direção de Relações Públicas e Comunicação Institucional é um meio digital, que contém notícias da atividade global do Grupo Visabeira em todas as geografias. Uma das suas rubricas, designada "A nossa gente", é preenchida em cada edição por uma entrevista a um colaborado, na qual o convidado dá a conhecer a sua vertente profissional e pessoal.

A **Intranet Corporativa**, é a ferramenta, também no formato digital, que o Grupo Visabeira dispõe para os seus colaboradores acederem a um conjunto variado de informações sobre a atividade empresarial, e integra, igualmente, uma área de media, com a divulgação dos comunicados emitidos junto dos meios de comunicação social, uma área de clipping, com as notícias que são publicadas e os protocolos e serviços de várias unidades do Grupo, com a divulgação das vantagens para os colaboradores, entre outras funcionalidades.

Responsabilidade Social

O Grupo Visabeira manteve, em 2022, uma contribuição significativa no âmbito da responsabilidade social. Diversas ações foram desencadeadas ao longo do ano, nomeadamente, em diversos países onde o Grupo está presente, centrando-se em áreas como a saúde, educação, desporto, bem-estar e formação, sem prejuízo de muitas outras.

Constituída em junho de 2006, a Fundação Visabeira, Instituição Particular de Solidariedade Social, tem desempenhado um papel determinante no apoio à infância, através das creches e jardins-de-infância integrados nas unidades Infanthenhos da Vilabeira e Infanthenhos da Quinta do Bosque. As duas instituições, localizadas na malha urbana de Viseu, recebem crianças dos escalões etários a que se destinam, incluindo filhos dos

colaboradores do Grupo Visabeira e promovem, também, uma resposta social a famílias mais carenciadas. Para além do benefício concedido aos filhos dos colaboradores nas unidades da Fundação, o Grupo Visabeira continuou a proporcionar aos seus milhares de funcionários diversas regalias que podem ser usufruídas no âmbito das suas empresas e nas mais variadas áreas. Referimo-nos concretamente à aquisição de bens e serviços com condições financeiras e descontos preferenciais, como por exemplo, a aquisição ou arrendamento de habitação, compra de viaturas automóveis, frequência do ginásio e cabeleireiro Forlife, restaurantes e hotéis da cadeia Montebelo Hotels, entre outros.

Simultaneamente, o Grupo Visabeira mantém dezenas de protocolos com entidades externas com benefício direto para os colaboradores. Estão nesse âmbito serviços como seguros, crédito bancário, telecomunicações, saúde e bem-estar, entre outros, divulgados através da intranet corporativa.

Aos seus colaboradores, e depois da ausência de eventos durante dois anos, motivada pela Covid-19, o Grupo Visabeira voltou a oferecer os tradicionais convívios, como a designada Patuscada no verão e as ceias de Natal. Perante a sociedade, o Grupo Visabeira apoiou eventos de solidariedade, como por exemplo, a realização das Galas da Freguesia de Viseu e dos Bombeiros Voluntários de Viseu, ambas com o objetivo de angariação de fundos, respetivamente, para obras sociais e para suprir as necessidades dos soldados da paz.

Destaque também para a Gala da Associação Empresarial da Região de Viseu e a Gala da Lusofonia, esta com o objetivo de realçar o papel das mulheres, dos homens e das instituições e organizações que mais e melhor têm representado a missão e a determinação de tornar respeitada a imagem da cidadania de língua portuguesa no mundo global, foram objeto de apoio.

O Grupo Visabeira apoiou a digressão por vários teatros em Portugal de um coletivo de artistas moçambicanos que apresentaram o espetáculo “Chovem Amores na Rua do Matador”, adaptação de um conto de Mia Couto e José Eduardo Agualusa, com encenação de Maria Clotilde e Vitor Gonçalves. A digressão que teve enorme êxito, culminou com uma sessão no Teatro Viriato, em Viseu.

Na área social, destaque, igualmente, para o protocolo que se mantém entre várias empresas do Grupo Visabeira e a Associação Hípica e Psicomotora de Viseu, uma IPSS instalada no Hípico Montebelo, à qual é atribuído um apoio financeiro mensal para promover a reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência, incapacidade e/ou em situação de desvantagem social.

O Académico de Viseu Futebol Clube e o Clube Desportivo de Tondela são duas das principais instituições desportivas da região onde o Grupo Visabeira tem a sua sede, que tiveram o apoio do Grupo, através das suas marcas Palácio do Gelo Shopping, Montebelo Hotels & Resorts e Bordallo Pinheiro.

O Palácio do Gelo Shopping é uma das unidades que tem um papel relevante no acolhimento de ações de responsabilidade social e ambiental. Inúmeras associações sem fins lucrativos têm utilizado os espaços comuns do centro comercial para a recolha de fundos, nas mais variadas áreas do bem-estar social e animal. Noutra vertente, o Palácio do Gelo Shopping, integrado na comunidade que o rodeia, apoiou a 630.ª edição da Feira de S. Mateus (Viseu), bem como o 370.º Cortejo das Cavalhadas de Vildemoinhos (Viseu).

Ao longo de 2022, o Palácio do Gelo Shopping também promoveu a Feira da Saúde, com a qual foram realizados, gratuitamente, diversos rastreios à população, com o objetivo da promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis. Neste vertente, salienta-se, também, a realização de vários

workshops ligados à nutrição e ao desporto. As datas mais significativas de efemérides, como por exemplo, o Dia da Mãe, o Dia do Pai, o Dia da Mulher e o Dia da Criança, foram marcadas com atividades concretas e ofertas. Outro acontecimento alto é a época de Natal, com animação dedicada aos mais novos, com ateliers, cinema e outras atividades. Ainda em matéria de mostras ao público, a Polícia de Segurança Pública aproveitou o espaço do Palácio do Gelo Shopping para sensibilizar a população para a problemática da violência doméstica, através da exposição “Rostos com Voz”.

O Palácio do Gelo também abriu as suas portas a inúmeras exposições de pintura, escultura, de viaturas automóveis, motociclos, até veículos históricos dos bombeiros, numa divulgação e promoção de algumas instituições sem fins lucrativos. Ao longo do ano, foram ainda realizados diversos passatempos com a oferta de entradas para o Teatro Viriato. O Dia Mundial da Dança também teve honras de comemoração, com atividades desenvolvidas por duas escolas.

Outra nota de destaque vai para a campanha de recolha de pilhas, baterias e equipamentos elétricos usados. A recolha teve como finalidade a sua entrega ao Eletrão e o produto monetário resultante foi entregue ao IPO – Instituto Português de Oncologia de Lisboa.

O Palácio do Gelo Shopping manteve o apoio ao Óquei Clube das Termas, de S. Pedro do Sul, no fomento da modalidade junto dos mais novos e ao Viseu 2001-Palácio do Gelo Shopping, equipa de futsal, que milita na segunda divisão e também aposta na formação dos jovens.

O Montebelo Golfe, localizado numa freguesia periférica de Viseu, promoveu em 2022, prática que tem sido aliás uma constante desde que foi inaugurado em 1997, um torneio de cariz solidário. A prova é realizada anualmente em dezembro e parte da receita da inscrição reverte a favor, sempre, da Associação de Solidariedade Social de Farminhão, freguesia onde se localiza o campo, uma IPSS dedicada à infância e aos cidadãos séniores.

No domínio das atividades de cariz social, a Vista Alegre promoveu, uma vez mais e como acontece anualmente, em Ílhavo, a Festa Vista Alegre, em Honra de Nossa Senhora da Penha de França, padroeira da quase bicentenária fábrica de porcelana. Uma festividade que a empresa abre a todos os trabalhadores e à comunidade e que, tradicionalmente, é muito concorrida, atraindo milhares de pessoas.

Já no âmbito do apoio a instituições da mais variada índole, é de sublinhar a oferta de louça a várias instituições, das quais salientamos: Escola Secundária Homem Cristo-Aveiro; Universidade Sénior da Gafanha Nazaré; Filarmónica de Mira; Comissão de Festas da Lentisqueira – Mira; Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e saúde do Distrito Aveiro; ASAS – Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso; Mercado Solidário Associação Novo Futuro; Liga Portuguesa Contra o Cancro - Núcleo Regional do Norte; USF Moliceiro; Centro Social Padre Kantenich - Gafanha da Nazaré; Comissão das Obras da Igreja de Travanca-leilão do menino 2023; Sé de Aveiro – Festival da Sopas; Agrupamento de Escolas José Estevão – Aveiro; Centro Social de Azurva – Eixo, Aveiro; Associação de Pais da Coutada – Ílhavo; Animação Missionária – Diocese de Aveiro; CASCI (Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo); Convento de Balsemão; Delegação de Aveiro da Cruz Vermelha Portuguesa; IPSS Amigos de São Manços - Évora e Associação Juvenil de Peniche.

Foi ainda apoiado o torneio “Pink Padel Play for Life”, em Lisboa, que teve como principal objetivo a angariação de fundos para a Liga Portuguesa Contra o Cancro.

A Vista Alegre, no âmbito da sua política de responsabilidade social, manteve, em 2022, todo o suporte necessário ao funcionamento quotidiano do Sporting Clube da Vista Alegre, agremiação desportiva sediada em Ílhavo e que tem um papel determinante nos escalões de formação de jovens futebolistas e também na modalidade de karaté. Ainda no âmbito do apoio institucional, a Vista Alegre, com a coleção Amazônia, criada há já alguns anos em parceria com a ONG - Organização Não Governamental EcoArts Amazônia, do Brasil, continua a direcionar uma parte da receita proveniente destas vendas para a plantação de árvores de fruto em algumas aldeias indígenas da Amazônia. No desporto, a Vista Alegre manteve a sua ligação com o Expresso BPI Golf CUP – Campeonato Nacional de Empresas, cedendo dezenas de troféus para a prova, que inclui uma componente solidária, ao entregar uma parte da receita das inscrições das equipas para instituições de solidariedade social. Outra ligação que a Vista Alegre, manteve em 2022, diz respeito à “Women in Tech Global Awards”, iniciativa que distingue mulheres que têm papel de destaque na área tecnológica.

A Bordallo Pinheiro de entre, os vários apoios que promoveu, doou louça à associação ASAS de Santo Tirso; à Associação Novo Futuro, para o mercado solidário, e à associação MAMA Help, que apoia doentes com cancro da mama. Para além, destas associações a Bordallo Pinheiro apoia de forma contínua a associação “Corações Com Coroa”, que tem como missão atuar em situações de vulnerabilidade social e pessoal, pela inclusão e dignidade de todas as pessoas.

Em **Itália**, a IEME, empresa da Constructel Visabeira, continuou, em 2022, a apoiar financeiramente associações africanas que se dedicam à promoção e bem-estar de crianças mais carenciadas de alguns países daquele continente. O apoio monetário é canalizado através de uma organização sem fins lucrativos, localizada na região de Emilia-Romagna, onde a empresa se encontra sedeada. Também a política de mobilidade sustentável continuou a ser uma realidade, com a empresa a transportar gratuitamente os colaboradores em viatura da IEME, rentabilizando os circuitos de recolha dos colaboradores, tendo inclusive um gestor dedicado a este tema.

Em **Moçambique**, a Visabeira prosseguiu o apoio à Health4Moz, nomeadamente na construção do Centro de Formação e Pesquisa em Saúde, do Hospital Central da Beira, inaugurado no dia 4 de novembro de 2022. A Health4Moz é uma associação sem fins lucrativos criada em 2013, com o objetivo de desencadear projetos de saúde para o desenvolvimento e ajuda humanitária em Moçambique, com foco na assistência médica, educação e provisão de medicamentos e alimentos, para melhorar a saúde das crianças e famílias moçambicanas. Ainda em Moçambique, a Vista Alegre apoiou a temporada Música do Xiquitzi - Orquestra Juvenil de Música Clássica, em Moçambique, que visa a integração e inserção social, bem como a capacitação profissional por intermédio do ensino coletivo de música.

A TVCABO Moçambique continuou a apoiar financeiramente o projeto das Pré-Escolas UPG (Um Pequeno Gesto). Em 2022, o apoio ganhou uma outra importância, devido à retoma das atividades presenciais da instituição, isto após dois anos de restrições impostas pela Covid-19. Este apoio de emergência não tem somente um impacto direto e a curto prazo, combate também a fome e a dificuldade de beneficiários. A UPG promoveu, também, o combate ao abandono escolar, o maior envolvimento emocional das famílias e assegurou, gratuitamente, o incentivo à importância da escolaridade a longo prazo e o apoio a quem mais necessita. Este programa de apoio é direcionado a crianças vulneráveis, entre os três e cinco anos, permitindo acesso à educação pré-escolar, alimentação diária, materiais escolares e professores dedicados à sua aprendizagem e bem-estar.

Como fornecedor do serviço de internet, a TVCABO Moçambique disponibilizou gratuitamente a sua rede em algumas iniciativas, como por exemplo, a 9.ª edição da Feira Moztech; a transmissão do colóquio sobre o livro “Samora Machel, Uma vida interrompida - A life cut short”; a transmissão da II Aula Magna Samora Machel, sob o lema “Libertação, Emancipação e Fundamentos do Estado”, proferida pelo Professor Doutor Tinyiko Maluleke, vice-Chancellor e Director da Tshwane University of Technology, que teve lugar no auditório do INCM – Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique.

A TVCABO Moçambique concretizou uma parceria com o Baia Mall, à qual se juntaram várias instituições, empresas, organizações e individualidades, para apoiar a campanha “Um Natal cheio de vida”, tendo sido promovido o apoio ao lar “Nossa Senhora dos Desamparados”.

Em **Angola**, as ações de responsabilidade social, têm grande impacto, através de iniciativas da TVCABO Angola que, como é tradicional, esteve muito ativa com ações na área da responsabilidade social.

A TVCABO assinalou o “Outubro Rosa”, com palestra para despertar consciências sobre o cancro da mama. O evento decorreu na mediateca de Luanda e foi conduzido pela “Fundação Mulher Contra o Cancro da Mama”, onde participaram, a presidente da Fundação, Wanda Freire e as médicas oncologistas, Paula da Costa e Beatriz Dolores Silva. Ainda na área da promoção da saúde, a TVCABO Angola tem vindo a apoiar o Centro Neurocirúrgico e de Tratamento da Hidrocefalia, em Luanda. A ligação da operadora com esta entidade, materializa-se desde 2021, com o início do programa de reabilitação daquela instituição de promoção da saúde infantil. Durante dois meses, os colaboradores da TVCABO Angola construíram, de raiz, as infraestruturas para o fornecimento adequado de internet e televisão, que são oferecidos pela empresa, em permanência. O Centro beneficiou, igualmente, de um programa de reabilitação e melhoria, que incluiu reparações nos telhados, pinturas, melhoramento de rede elétrica e equipamentos de ar condicionado, além da remodelação de uma ala onde estão localizadas a enfermaria, as salas de fisioterapia e a estomatologia. A iniciativa da TVCABO Angola visou contribuir para garantir melhores condições de trabalho aos profissionais do centro que, mensalmente, atendem mais de 300 crianças, sobretudo dos zero aos cinco anos, com Hidrocefalia, Espinha Bífida, Crânio Bífido, Tumores Cerebrais e Lesões Craniofaciais, entre outras doenças neurocirúrgicas. Estes trabalhos também contaram com a colaboração da Edivisa, empresa de construção do Grupo Visabeira.

A TVCABO ofereceu também o serviço de internet às Mediatecas de Angola e ao Espaço Aplausos. Esta cedência de internet possibilita às instituições de saúde, condições de pesquisa e investigação para melhorias de tratamentos e, nas Mediatecas e Espaço Aplausos, internet para quem não a tem em casa, poder estudar. Também ao Lar de Nazaré, instituição vocacionada para a infância, a operadora ofereceu artigos essenciais, que incluem materiais didáticos e bens alimentares.

A Feira Internacional de Benguela também contou com a cedência de internet por parte da operadora TV CABO Angola. De sublinhar, ainda, que a TVCABO assinalou 16 anos de atividade, data que celebrou com iniciativas especiais, com destaque para o reconhecimento a diversas instituições que são por si apoiadas nas áreas da saúde e educação, nomeadamente a Maternidade Lucrecia Paim, o Centro Neurocirúrgico e de Tratamento à Hidrocefalia, Mediatecas de Angola e o Espaço Aplausos. O momento alto da festividade ocorreu com a visita das crianças do Lar Infantil do Kuzola, que conheceram a TVCABO, cortaram o bolo e cantaram os parabéns, para além de terem promovido uma grande animação. Aos colaboradores da operadora também foram proporcionados momentos de animado convívio.

Perspetivas futuras

O Grupo Visabeira reforça a aposta constante na notoriedade, capacidades e competências individualmente focadas em cada uma das suas sub-holdings, estruturadas por três setores de atividade – Global; Indústria; Turismo, Imobiliária, Serviços – matriz que faz parte da sua visão e continuará alinhada com os objetivos estratégicos definidos para 2023, onde a política de expansão, com enfoque no continente europeu, e o reforço das estruturas que possui atualmente, serão uma prioridade.

Perspetiva-se, assim, robusto e sustentável o futuro para 2023, com forte empenho e ambição em ultrapassar os desafios e incertezas dos últimos anos, mesmo perante as adversidades económicas e sociais com que se tem vindo a confrontar, primeiro com uma crise pandémica e depois com uma guerra em pleno leste da Europa, com múltiplos impactos colaterais.

No que aos investimentos futuros respeita, a sustentabilidade ambiental e económica fará sempre parte dos desígnios do Grupo Visabeira, sendo adotada de forma transversal a todos os seus setores de atividade e negócios.

Neste sentido, 2023 será um ano orientado para a continuidade de uma atividade de rigor e qualidade, com enfoque na prestação de um serviço de excelência em todos os seus negócios, no reforço das parcerias estratégicas e no seu reconhecimento, junto dos seus clientes e demais players do setor, com a ambição de ser maior e melhor.

Visabeira Global

A Visabeira Global continuará a desenvolver e criar estratégias de negócios, de forma a potencializar as suas diversas competências e o seu dinamismo empreendedor, trunfos endógenos que a caracterizam e distinguem. O foco manter-se-á em ser um dos principais protagonistas nos seus segmentos, operando de forma integrada em cenários cada vez mais globais, expandindo os seus mercados de forma sustentada e perspetivando sempre a liderança nos seus negócios, com especial enfoque, na área das telecomunicações e energia.

A forte aposta na internacionalização manter-se-á como rumo chave, de forma a acompanhar o massivo investimento que os países da Zona Euro estão a efetuar nas redes de telecomunicações, nomeadamente no desenvolvimento das redes de fibra ótica, tirando partido de este ser um dos setores de atividade onde o Grupo Visabeira é um dos pioneiros e um dos principais players à escala mundial, com fortes capacidades distintivas e competências específicas, muito fruto da sua experiência consolidada, know-how abrangente e permanente capacidade de inovação.

A Visabeira Global continuará o investimento financeiro em aquisições de empresas, de modo a apoiar a sua expansão e a consolidar a sua forte relação junto dos principais operadores europeus, sendo, ao mesmo tempo, uma alavanca para catapultar ainda mais a marca nos mercados internacionais, onde já hoje tem um reconhecimento generalizado.

Visabeira Indústria

A Visabeira Indústria agrega as suas atividades industriais em quatro segmentos principais: Cerâmica e Cristalaria, Cozinhas, Biocombustíveis e Energia Térmica.

O ano de 2023 perspetiva-se de consolidação dos negócios existentes, alavancados pelos inúmeros investimentos em inovação realizados, ao longo dos últimos anos, nas suas unidades fabris. Em paralelo, a aposta na sustentabilidade de processos e produtos e uma maior consciência ambiental será o foco dos próximos anos, com os projetos do PRR em curso. O posicionamento das indústrias que integram o seu portefólio, passará pela consolidação da sua notoriedade, perante os mercados em que atuam, a par de uma continuada aposta na sustentabilidade, com a realização de novos investimentos, para uma indústria cada vez mais limpa e ecológica, reduzindo, assim, a sua pegada ambiental. O Grupo Visabeira tem consciência de que esta é uma preocupação mundial e, como tal, continua a assumir a responsabilidade de contribuir para a evolução dos segmentos em que atua de forma sustentável.

Não obstante o clima de incerteza económica que se vive no início de 2023, perante a continuação de uma guerra em pleno norte da Europa, que muito tem contribuído para elevar a inflação e conseqüentemente os custos dos bens e serviços no geral, com especial enfoque nos custos energéticos, afetando muito significativamente as fábricas da Visabeira Indústria, o Grupo, assume a resiliência e a capacidade de ultrapassar obstáculos, como um constante desafio. Estes cenários complexos que as empresas da Visabeira Indústria já estão habituadas a ultrapassar e, por isso, se mantêm motivadas para os reptos que o futuro lhes vai trazer. Neste contexto, perspetiva-se, portanto, uma evolução positiva e de crescimento para a Visabeira Indústria.

O Grupo Vista Alegre, que incorpora as marcas centenárias Vista Alegre e Bordallo Pinheiro e que detém fábricas de porcelana, de cristal, de vidro, de grés e de faiança, irá em 2023 consolidar a atividade das suas filiais em Espanha, Estados Unidos, México e Brasil, onde as referidas marcas têm tido um desempenho notável de crescimento em vendas e awareness junto do mercado. As filiais da marca representarão um crescimento importante, muito alicerçado nos canais de retalho e hotelaria. De realçar Espanha, onde o canal horeca assumirá o papel de grande motor do crescimento expectável das vendas para 2023.

Dando continuidade a um reforço da sua presença nos mercados internacionais, o Grupo Vista Alegre vai reforçar a presença em todos os continentes, quer seja sob marca própria ou marca de cliente. Paralelamente, reforçará a aposta em parcerias estratégicas, na linha do que tem vindo a fomentar nos últimos anos e que continuará a ser uma realidade para os próximos anos, tanto no que respeita a fornecedores, como a marcas de renome e individualidades, reconhecidas mundialmente. Perspetiva-se, portanto, que a Visabeira Indústria cresça e se torne mais sustentável, nos próximos anos, assumindo-se como uma holding que detém empresas reconhecidas no seu setor pela postura ambiental, social e económica com que se apresentam no mercado e com a notoriedade de oferecer produtos de excelência, com qualidade, história, tradição e inovação.

Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

O Grupo Visabeira, nos setores do Turismo, Imobiliária e Serviços, perspetiva para 2023 um ano de crescimento e recuperação. Fruto do novo normal a que as pessoas já se começam a adaptar, espera-se um forte crescimento nestes setores, perante a maior disponibilidade de meios financeiros junto do público em geral e a sua predisposição para investir em atividades do turismo, imobiliária e serviços, retomando os níveis do setor antes da pandemia e até ultrapassando-os, na generalidade dos segmentos. Estas perspetivas trazem esperança e motivação na recuperação da atividade desta sub-holding do Grupo Visabeira e na sua evolução, assente na determinação de toda a equipa em promover serviços com o rigor e empenho, que fazem parte da sua génese e que vão de encontro às elevadas exigências e maiores expectativas dos clientes. No Turismo, a consolidação das unidades que integram o seu portefólio, com a conclusão do ciclo de grandes investimentos e a abertura de novas unidades em localizações geográficas privilegiadas, irá marcar o ano de 2023. Está ainda programada a abertura de uma nova unidade hoteleira da linha Montebelo Vista Alegre em Lisboa, em pleno coração do Chiado, demonstrando-se, assim, a aposta constante e a robustez do Grupo, com as unidades que detém neste segmento, onde a atividade prestada se pauta sempre por um serviço exímio em que os clientes são surpreendidos pela riqueza patrimonial e sofisticação dos espaços, oferecendo ambientes únicos e atrativos para públicos de múltiplos interesses.

Na Imobiliária, antevê-se um crescimento do setor, onde será dada continuidade à aposta nas potencialidades das unidades que possui para comercialização, orientadas para a construção/venda/arrendamento em diversas localizações geográficas nacionais e paralelamente a abertura de novas zonas geográficas de atuação.

Nos Serviços, perspetiva-se reforçar a estrutural aposta na inovação e no rigor e eficiência dos seus serviços, numa postura continuamente focada nos resultados.

Anexo ao relatório do Conselho de Administração Executivo



Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm ações da Sociedade.

A identificação de acionistas é a seguinte.

Acionista/membro dos órgãos sociais

Acionista/membro dos órgãos sociais	Número de ações em 31 de dezembro de 2021	%	Número de ações em 31 de dezembro de 2020	%	Movimentos em 2020
Fernando Campos Nunes*	22.974.443	98,57%	22.974.443	98,57%	0
TOTAL	22.974.443	98,57%	22.974.443	98,57%	0

Viseu, 6 de junho de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Claudia Raquel Costa do Amaral Lourenço

Nuno Teves Marques

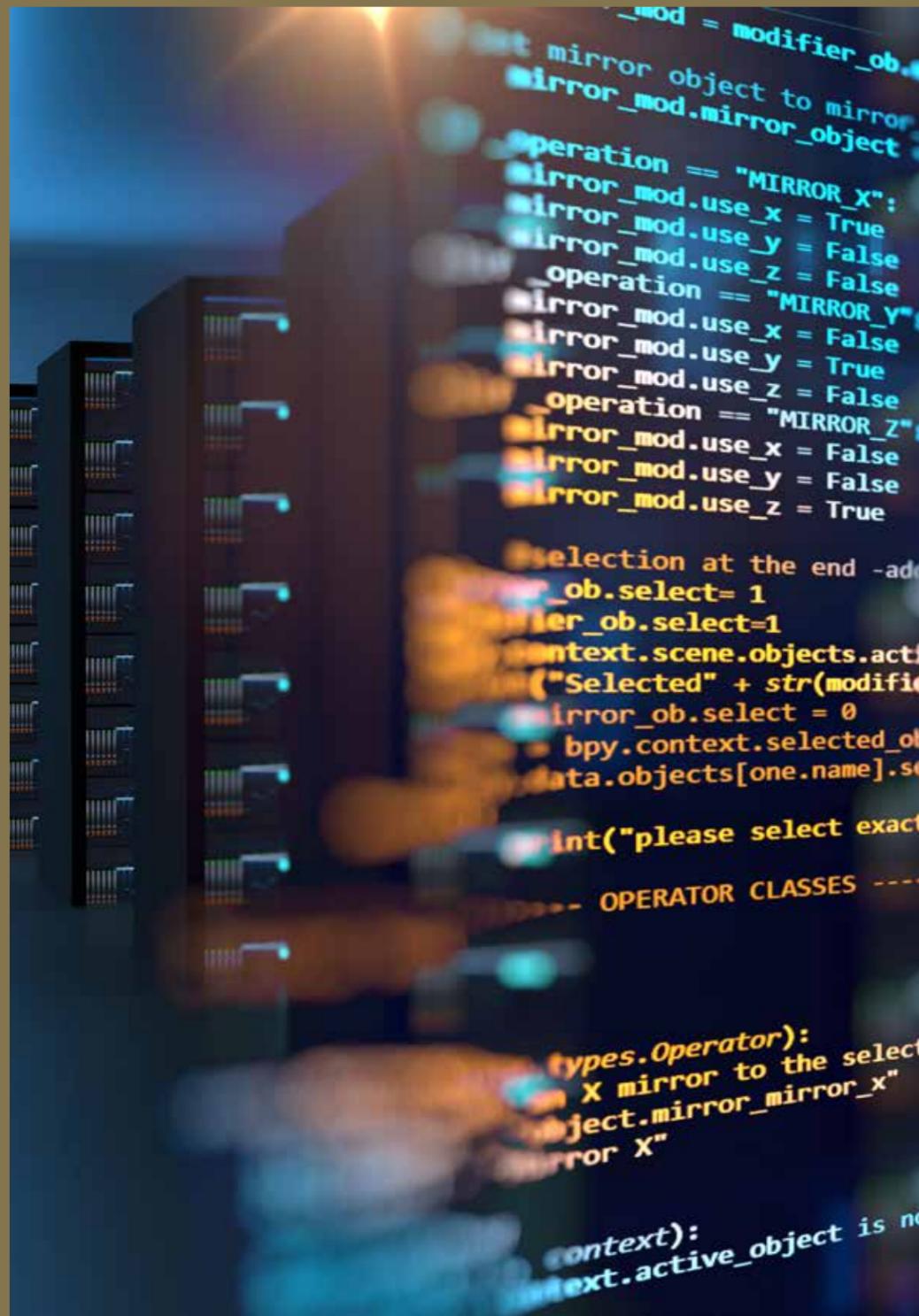
Abdopos

Fernando Campos Nunes

António José António Lopes

Abdopos

*percentagem detida por via da NCFGEST, S.A.



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores em euros)

	Notas	2022	2021
Operações continuadas			
Vendas		222.113.793	183.635.164
Prestações de serviços		1.229.658.980	987.005.937
Volume de negócios	10	1.451.772.773	1.170.641.102
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-209.419.749	-152.620.079
Subcontratos	13	-525.170.546	-410.741.054
Margem bruta		717.182.478	607.279.968
Trabalhos para a própria empresa	11	705.326	1.340.474
Outros proveitos	12	34.584.320	46.807.039
Fornecimentos e serviços externos	13	-188.364.669	-157.918.978
Gastos com o pessoal	14	-335.461.836	-296.948.614
Outros custos	12	-19.017.102	-17.295.667
Resultado operacional (s/ amortizações, provisões e justo valor de propriedades de investimento)		209.628.517	183.264.222
Alteração do justo valor de propriedades de investimento	24	4.964.752	355.675
Depreciações e amortizações	15	-103.453.408	-82.399.145
Provisões e perdas por imparidade	16	-6.624.558	-645.238
Resultado operacional		104.515.303	100.575.515
Juros suportados, líquidos	17	-38.792.855	-37.111.394
Ganhos/(perdas) em ações cotadas	18	12.950	41.677
Outros custos financeiros, líquidos	19	6.786.465	2.863.050
Ganhos/(perdas) em associadas e empreendimentos conjuntos	6	-1.650.496	132.877
Resultado financeiro		-33.643.935	-34.073.790
Resultado antes de imposto		70.871.367	66.501.724
Imposto sobre o rendimento do exercício		-24.607.385	-28.540.001
Resultado líquido antes de operações descontinuadas		46.263.982	37.961.724
Resultado líquido		46.263.982	37.961.724
Atribuível:			
Acionistas		31.451.113	31.742.596
Interesses que não controlam	34	14.812.870	6.219.128
Resultados por ação Operações continuadas:			
Básico	32	1,35	1,36
Diluído	32	1,35	1,36

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos resultados consolidados

Demonstração consolidada do rendimento integral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	Notas	2022	2021
Resultado líquido consolidado do período (a)		46.263.982	37.961.724
Outro rendimento integral:			
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Ajustamentos conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira		14.488.412	29.210.508
Conversão de operações em moeda estrangeira - relativas à hiperinflação em Angola em exercícios anteriores	2.2	3.612.298	6.889.460
Efeito fiscal	20	-1.264.304	-2.411.311
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros	39	-11.958	17.928
Efeito fiscal	39	2.511	-3.765
Outros		224.053	-549.581
Quantias que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Ganhos/(perdas) atuariais em benefícios de reforma	41	-143.958	-121.278
Efeito fiscal	41	30.231	27.288
Varição da reserva do justo valor de outros investimentos financeiros	71	-205.784	-495.001
Efeito fiscal	71	43.215	111.375
Conversão de operações em moeda estrangeira - reavaliação de ativos	21	48.165.989	37.751.482
Efeito fiscal	20	-16.734.191	-12.779.373
Imparidade de ativos fixos tangíveis reavaliados	21	-29.385.706	0
Efeito fiscal	20	9.845.261	0
Outro rendimento integral do período (b):		28.666.068	57.647.731
Rendimento integral total do período (a) + (b)		74.930.050	95.609.455
Rendimento integral total atribuível a:			
Interesses que não controlam		25.039.605	24.052.419
Acionistas		49.890.445	71.557.035

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada de rendimento integral

Demonstração da posição financeira consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores em euros)

	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	21	762.165.068	694.251.257
Ativos sob direito de uso	22	81.453.520	88.927.597
Goodwill	23	192.240.162	163.192.184
Propriedades de investimento	24	305.754.119	297.323.457
Ativos intangíveis	25	103.550.988	99.960.164
Investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	6	27.525.922	28.895.885
Outros investimentos financeiros	7	8.164.473	6.043.699
Ativos por impostos diferidos	20	36.134.620	40.724.748
Outras contas a receber	29	2.251.540	2.267.196
Total de ativos não correntes		1.519.240.413	1.421.586.185
Ativos correntes			
Inventários	26	158.492.807	132.581.964
Clientes	27	207.488.695	175.028.983
Imposto sobre o rendimento	28	2.393.894	0
Outras contas a receber	29	32.850.980	36.052.846
Outros ativos	29	18.221.294	16.491.014
Ativos associados a contratos com clientes	10	190.626.422	138.462.521
Outros investimentos financeiros	7	391.952	379.109
Caixa e equivalentes de caixa	30	198.719.972	130.896.526
Total de ativos correntes		809.186.016	629.892.964
Total do ativo		2.328.426.430	2.051.479.149
Capital próprio			
Capital	31	116.540.215	116.540.215
Prêmios de emissão de ações		47.292.404	47.292.404
Outras reservas	33	35.296.714	-11.410.974
Resultados retidos	33	258.459.472	174.482.569
Capital próprio atribuível aos acionistas		457.588.805	326.904.213
Interesses que não controlam	34	231.058.640	157.256.209
Total do capital próprio		688.647.444	484.160.422
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos remunerados de médio e longo prazo	35	411.002.498	546.123.948
Outras contas a pagar	37	105.633.290	82.807.876
Passivos por impostos diferidos	20	177.386.166	167.012.220
Provisões para outros riscos e encargos	41	8.143.887	6.754.685
Passivos de locação	38	46.650.038	58.143.347
Total do passivo não corrente		748.815.879	860.842.077
Passivo corrente			
Empréstimos remunerados de curto prazo	35	305.054.756	193.872.396
Fornecedores	36	225.867.283	182.977.879
Imposto sobre o rendimento	28	0	140.212
Passivos associados a contratos com clientes	10	66.919.206	37.812.936
Outras contas a pagar	37	157.966.077	175.667.843
Outros passivos	37	102.730.156	86.174.610
Passivos de locação	38	32.425.630	29.830.774
Total do passivo corrente		890.963.107	706.476.651
Total do passivo		1.639.778.985	1.567.318.727
Total do capital próprio e do passivo		2.328.426.430	2.051.479.149

As notas fazem parte integrante desta demonstração da posição financeira consolidada

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores em euros)

	Capital (Nota 31)	Prêmios de emissão (Nota 31)	Reserva de justo valor de ativos financeiros (Nota 33)	Reserva de conversão cambial (Nota 33)	"Resultados retidos e outras reservas (nota 33)"	Subtotal	Interesses que não controlam (Nota34)	Total do capital próprio
A 1 de janeiro de 2021	116.540.215	47.292.404	-1.843.194	-174.749.326	269.426.696	256.666.795	113.127.965	369.794.761
Rendimento integral do período	0	0	-495.001	41.027.024	31.025.012	71.557.035	24.052.419	95.609.455
Operações com detentores de capital								
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	0	-537.907	-537.907
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	-1.319.617	-1.319.617	20.613.730	19.294.113
A 31 de dezembro de 2021	116.540.215	47.292.404	-2.338.195	-133.722.301	299.132.090	326.904.213	157.256.209	484.160.422
A 1 de janeiro de 2022	116.540.215	47.292.404	-2.338.195	-133.722.301	299.132.090	326.904.213	157.256.209	484.160.422
Rendimento integral do período	0	0	-205.784	28.505.930	21.590.299	49.890.445	25.039.605	74.930.050
Operações com detentores de capital								
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	-31.893.760	-31.893.760	-54.351	-31.948.110
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	112.687.907	112.687.907	48.817.176	161.505.083
A 31 de Dezembro de 2022	116.540.215	47.292.404	-2.543.978	-105.216.371	401.516.536	457.588.805	231.058.640	688.647.444

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	1.646.459.796	1.295.542.867
Pagamentos a fornecedores	-1.122.114.967	-873.398.502
Pagamentos ao pessoal	-334.483.089	-289.436.579
Fluxo gerado pelas operações	189.861.740	132.707.866
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-17.456.456	-17.810.379
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade	-912.642	-1.465.471
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	171.492.643	113.431.936
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	171.492.643	113.431.936
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	674.258	1.769.527
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	0	325.000
Subsídios ao investimento	2.981.889	9.481.652
Juros e proveitos similares	97.298	6.249
Empréstimos concedidos a acionistas (Nota 29.1)	5.827.702	14.665.417
	9.581.146	26.247.845
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-1.027.500	-760.808
Aquisições de subsidiárias, líquido de caixa adquirido	-64.949.182	-5.961.924
Ativos fixos tangíveis	-77.226.079	-62.683.254
Empréstimos concedidos (Nota 29.1)	0	-2.580.524
Empréstimos concedidos a acionistas (Nota 29.1)	-30.565.000	-15.656.189
	-173.767.760	-87.642.699
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-164.186.614	-61.394.854
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos (Nota 35)	345.989.629	409.363.616
Aumentos de capital por interesses que não controlam	201.267.496	0
	547.257.126	409.363.616
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos (Nota 35)	-385.332.192	-412.864.554
Amortizações de contratos de locação (Nota 38)	-33.192.221	-31.693.997
Juros e custos similares	-47.107.636	-45.137.499
Dividendos	0	-450.000
Custos transação	-5.273.116	0
Outras operações de financiamento	-4.860.943	-5.546.834
	-475.766.109	-495.692.883
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	71.491.016	-86.329.267
Varição de caixa e equivalentes de caixa (1) + (2) + (3)	78.797.044	-34.292.185
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	114.981.462	146.439.139
Efeitos das diferenças de câmbio	791.551	2.834.507
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	194.570.057	114.981.462

Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

	2022	2021
1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE EMPRESAS		
a1) Pagamentos relativos a aquisições do exercício líquido de caixa adquirido (nota 8)		
Obelisk	15.312.986	0
Elektro-Würkner	14.784.979	0
Inpower Group	3.894.500	0
MJ Quinn Solar	1.102.446	0
Cunha Soares	0	5.137.203
Companhia Santomense de Telecomunicações	0	3.926.606
EIP Serviços	0	1.513.633
Escot Marroc	0	400.000
B1) Caixa Adquirido		
Obelisk	-1.540.571	0
Elektro-Würkner	-1.117.550	0
Inpower Group	-1.002.997	0
MJ Quinn Solar	-293.727	0
Cunha Soares	0	-9.450.000
B1) Pagamentos Relativos A Aquisições De Exercícios Anteriores		
EIP Serviços/ Tensa /J.F. Edwards	15.506.798	0
MJ Quinn	5.594.346	2.331.489
Cunha Soares	4.000.000	0
Franz-Josef Braun	2.383.113	1.092.333
OMV Natie	1.868.929	0
Constellation	924.418	0
Escot Marroc	520.000	0
Toft Hansen	134.483	185.659
Ferreira & Coelho	0	75.000
C1) Pagamentos Relativos A Aquisições Futuras (Nota 7)		
Arquiled	2.877.030	0
Inpower Group	0	750.000
	64.949.182	5.961.924
D1) Pagamentos Relativos A Investimentos Financeiros		
Jayme da Costa	500.000	740.000
Lince Capital	500.000	0
Iberis	27.500	12.500
Constructel Italia	0	7.500
Beiragás	0	808
	1.027.500	760.808
A2) Alienações/Recebimento No Exercício Corrente		
Pharol	74.248	58.910
Granbeira	0	1.710.617
	74.248	1.769.527
Para as empresas do perímetro de consolidação		
a) Caixa		
Numerário	201.083	937.829
Depósitos bancários	190.970.539	110.598.960
Títulos negociáveis	3.398.435	3.444.672
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxo de caixa	194.570.057	114.981.462
Descobertos bancários	4.149.915	15.915.065
Caixa e equivalentes de caixa constantes do balanço (Nota 30)	198.719.972	130.896.526

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Grupo Visabeira, S.A., com sede em Viseu, Portugal, iniciou a sua atividade em 1980, no setor das telecomunicações e da eletricidade. Com sede em Viseu e fruto de uma aposta concertada nos recursos humanos, num sistema integrado de informação e logística, numa rede própria de transportes e num parque de instalações estrategicamente localizadas, o Grupo rapidamente estendeu a sua atuação a todo o território nacional e transformou-se no maior empregador da região centro do país. O seu contributo para a modernização e desenvolvimento das telecomunicações, através da oferta de soluções integradas e globais, granjeou-lhe a liderança de mercado no setor da engenharia de redes de telecomunicações, posição que mantém há quatro décadas. Apostando na diversificação das suas atividades, Telecomunicações, Energia, Tecnologia, Construção, Indústria, Turismo, Imobiliária e Serviços, bem como na presença em diversos mercados, adotou uma estratégia de estruturação das suas operações em sub-holdings setoriais, de forma a potenciar cada um dos seus negócios e a dinamizar a capacidade de realização do Grupo.

O motor da sua estratégia de desenvolvimento assenta num modelo de gestão baseado em sistemas de informação globais, interligando todas as unidades de negócios e integrando todas as valências do Grupo.

Tendo por base a confiança granjeada no mercado, definiu e consolidou uma ambiciosa estratégia de internacionalização que consolidou as capacidades e a dinâmica do Grupo em duas frentes paralelas. Por um lado, expandiu e consolidou o seu modelo de atuação em novos países, como extensão natural dos mercados e, em países de economias emergentes, através de uma política de investimento em parceria ou de criação de empresas locais. Apostando, numa primeira fase, nos países de expressão portuguesa e, mais tarde, com grande foco nos países europeus, o Grupo exportou o seu modelo a partir da década de 80 e, fruto dessa estratégia, detém hoje empresas com atividades consolidadas em França, Reino Unido, Bélgica, Moçambique, Alemanha, Estados Unidos da América, Angola, Itália, República da Irlanda, Espanha, São Tomé e Príncipe e Dinamarca, e com presença em muitos outros países.

Através da internacionalização dos seus mercados, o Grupo promoveu a colocação dos seus produtos em mais de uma centena de países, nos cinco continentes, entre os quais assumem particular relevo os mercados da União Europeia, países escandinavos, América do Norte, África, Austrália e Japão.

Presentemente, pela via do investimento, o Grupo Visabeira continua a ter no seu crescimento externo a principal via de desenvolvimento, alavancada pela sua matriz multissetorial e por uma atitude de constante

atualização tecnológica. O Grupo Visabeira continuará a potenciar as suas competências distintivas e o dinamismo empreendedor que o caracterizam, operando de forma integrada em cenários cada vez mais globais, expandindo os seus mercados de forma sustentada e perspetivando sempre a liderança nos seus negócios estratégicos.

O Grupo Visabeira consolida as suas contas na entidade NCFGest, SA, seu acionista maioritário e detida a 100% por Fernando Campos Nunes. Em 31 de dezembro de 2022, o volume de negócios atingiu o valor de 1.452 milhões de euros. O capital próprio atingiu o montante de 689 milhões de euros, dos quais 231 milhões de euros correspondem a interesses não controlados pelo Grupo. O Grupo Visabeira teve ao seu serviço, durante 2022, um número médio de 13.605 colaboradores (2021: 12.897). No final do ano, o número de colaboradores era de 13.793.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão em reunião de Conselho de Administração Executivo, realizada em 6 de junho de 2023, estando pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração Executivo entende que as demonstrações financeiras vão ser aprovadas sem quaisquer modificações.

2. Políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 5), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nas respetivas jurisdições e ajustados, no processo de consolidação e quando aplicável, de modo a que as demonstrações financeiras

consolidadas sejam apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. O Conselho de Administração Executivo procedeu à avaliação da capacidade da Empresa e das, suas subsidiárias, operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, tais como os divulgados na nota 44, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração Executivo concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para as propriedades de investimentos, para os instrumentos financeiros derivados e para alguns investimentos financeiros, os quais foram mensurados ao justo valor. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquida dos ativos do fundo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os valores dos ativos e passivos, ganhos e perdas, e que são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados na Nota 3.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2022, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Grupo Visabeira e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota 5.

Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

- a) poder sobre a investida;
- b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para o Grupo.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

- a) acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
- b) direitos provenientes de outros acordos contratuais;
- c) os direitos de voto existentes e potenciais.

O Grupo controla uma participada quando, em virtude de acordos celebrados ou dos direitos de voto detidos, tenha a capacidade de dirigir na prática as atividades relevantes da participada e esteja exposto a retornos

variáveis em consequência dessa capacidade, mesmo que não detenha a maioria dos direitos de voto. A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias/entidades controladas são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina. Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Os saldos e transações e fluxos de caixa entre entidades do Grupo, bem como os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Uma alteração no interesse detido numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Um aumento no interesse detido numa entidade já controlada é também contabilizado como sendo uma transação entre acionistas, não dando origem a qualquer reconhecimento de goodwill ou de ganhos/perdas; no caso de uma diminuição no interesse participativo que não implique uma perda de controlo, uma eventual diferença entre a quantia recebida dos Interesses que não controlam e o respetivo saldo é também registada diretamente no capital próprio.

Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O interesse participativo retido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por terceiros são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam. O resultado líquido do exercício das subsidiárias atribuíveis aos interesses que não controlam são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam, mesmo no caso de resultados negativos. O mesmo acontece na demonstração do rendimento integral.

ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO:

Durante o ano de 2022, as alterações mais significativas do perímetro (ver nota 8) foram, a aquisição no Reino Unido da MJ Quinn Solar e Obelisk, a Elektro-Würkner, na Alemanha, e a Inpower Group na Itália. Durante o ano de 2021, as alterações do perímetro (ver Nota 8) mais significativas foram a aquisição da EIP Serviços e da Cunha Soares, em Portugal, e da Companhia Santomense de Telecomunicações, em São Tomé e Príncipe.

CLASSIFICAÇÃO DE ANGOLA COMO PAÍS COM ECONOMIA HIPERINFLACIONÁRIA EM 2017 E 2018:

No ano de 2017 e 2018, a economia angolana foi classificada como hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. Em 2019, com a inflação a baixar, Angola deixou de ser classificada como hiperinflacionária. No entanto, os impactos gerados nos exercícios de 2017 e 2018 manter-se-ão até que os ativos sejam alienados e consumidos/amortizados e até que os passivos sejam liquidados ou extintos. De acordo com este normativo, as demonstrações financeiras preparadas na moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da preparação das demonstrações financeiras.

Em consequência, tal como se encontra definido nas IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, os principais pontos a ter em consideração são os seguintes:

- Os ativos e passivos monetários não sofrem alterações dado que já se encontram atualizados à unidade corrente à data das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos não monetários (que não estejam já expressos à unidade corrente à data das demonstrações financeiras) são reexpressos pela aplicação de um índice;
- O efeito da inflação na posição monetária líquida das empresas participadas encontra-se refletido na demonstração de resultados nos resultados financeiros como uma perda/ganho na posição monetária líquida.

Adicionalmente, a conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas situadas em Angola e expressas em moeda estrangeira (para as quais o Kwana é a moeda funcional) é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço. O coeficiente de conversão utilizado na correção monetária (IAS 29), em 2017 e 2018, foi o índice de preços ao consumidor (IPC), publicado pelo Banco Nacional de Angola. Os principais impactos acumulados nas demonstrações financeiras consolidadas são assim discriminados:

Na posição da demonstração financeira:

Milhões de euros	2022	2021
Ativo fixo tangível e intangível	28.0	27.1
Imposto diferido passivo	-9.6	-9.2
	18.4	17.8
Capital atribuível aos acionistas	10.2	9.1
Interesses que não controlam	8.3	8.8
	18.5	17.9

2.3 Concentração de atividades empresariais e Goodwill

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias do Grupo aquando da respetiva aquisição.

No método de aquisição a diferença entre:

- a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos, e

- ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como outros proveitos, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo. Para efeitos da determinação do goodwill/ganhos da concentração de atividades empresariais, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

Sempre que uma concentração de atividades empresariais não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de doze meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Qualquer retribuição contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida pelo justo valor na data da aquisição. A retribuição contingente classificada como capital próprio não é remensurada e a sua liquidação subsequente é contabilizada no capital próprio. A retribuição contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro no âmbito da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros é mensurada pelo justo valor com as variações no justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com a IFRS 9. Outras retribuições contingentes que não estão dentro do âmbito da IFRS 9 são mensurada pelo justo valor em cada data de relato, com as alterações no justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do goodwill/goodwill negativo, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem. Na data de aquisição, são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

A data de aquisição é a data na qual o Grupo Visabeira obtém o controlo sobre a entidade adquirida, a que pode acontecer numa data anterior ou posterior à data de fecho (data na qual é transferida a retribuição e legalmente são adquiridos os ativos e assumidos os passivos) – nesse caso deve ser considerados todos os factos e circunstâncias pertinentes ao identificar a data de aquisição, o que requer julgamento por parte do Conselho de Administração Executivo. Por conveniência, a consolidação é efetuada a partir do início do mês no qual o controlo foi obtido. Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados. A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do goodwill. Considera-se que o goodwill tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável. Independentemente de haver ou não indicações de imparidade, o Grupo testa anualmente a existência de imparidade do goodwill. Quando a quantia escriturada do goodwill é superior ao seu valor recuperável, é registada uma perda por imparidade na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso.

Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são geralmente determinados com base no cálculo do respetivo valor de uso, que é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que são esperados em virtude do uso continuado do ativo ou grupo de ativos e da sua alienação no final da sua vida útil. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras.

OPÇÃO DE VENDA PARA AQUISIÇÃO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Quando é concedida uma opção de venda ao Grupo do interesse participativo não detido pelo Grupo numa entidade controlada, e o grupo considera ter um interesse de propriedade efetivo nessas participações sujeitos à opção de venda o Grupo não reconhece quaisquer interesses que não controlam mas sim um passivo financeiro, mensurado de acordo com a IFRS 9 (ver 2.6.2), ou seja, o Grupo contabiliza a concentração de atividades empresariais como se tivesse sido adquirido o interesse participativo sujeito à opção de venda concedida. Assim, a retribuição transferida inclui o valor presente da quantia a pagar aos interesses participativos minoritários aquando do exercício da opção de venda. Se a opção expirar sem ser exercida, será contabilizada como uma alienação de parte do negócio sem perda do controlo. Quando é concedida uma opção de venda ao Grupo, do interesse participativo, não detido pelo Grupo numa entidade controlada, e o Grupo não considera ter um interesse de propriedade efetivo nessas participações sujeitas à opção de venda, o Grupo opta por reconhecer a totalidade dos interesses que não controla e reconhece também pela opção de venda como um passivo financeiro, mensurado de acordo com a IFRS 9 (ver 2.6.2), sendo este passivo reconhecido pela dedução ao capital próprio do Grupo e não dos Interesses que não controlam. As alterações de valor subsequentes do passivo são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os fatores considerados pela Administração para determinar se existem ou não um interesse de propriedade efetivo nessas participações sujeitos à opção de venda, incluem:

- O preço de exercício ser fixo ou determinável e/ou aproximar-se do justo valor;
- Direitos de voto e outros direitos decisórios;
- Direito a dividendos.

2.4 Participações financeiras em associadas e entidades controladas conjuntamente (Joint Ventures)

Empresas associadas são as empresas sobre as quais o Grupo Visabeira exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que contudo seja exercido controlo ou controlo conjunto.

Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes.

A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, são inicialmente registadas ao custo e subsequentemente as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/ entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/ entidade controlada conjuntamente.

A aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra. Assim, qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como goodwill, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/ entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido. As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir

consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha “Ganhos/ Perdas em associadas e empreendimentos conjuntos” da demonstração de resultados; esta perda por imparidade é reversível. Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto, o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda, é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 Reconhecimento do rédito

O Grupo está organizado através de sub-holdings que agrupam as subsidiárias nas diversas áreas de negócio em que está presente. As principais áreas de negócio/ fontes de rédito do Grupo nos exercícios de 2021 e 2022 podem ser detalhadas como se segue:

- a) Telecomunicações e energia na Europa;
- b) Energia na América;
- c) Engenharia e construção;
- d) Operador de telecomunicações;
- e) Indústria;
- f) Hotelaria e restauração;
- g) Gestão e exploração de centro comercial;
- h) Venda de imóveis;
- i) Serviços e gestão imobiliária.

NATUREZA, OBRIGAÇÕES DE DESEMPENHO E MOMENTO DE RECONHECIMENTO DO RÉDITO

a. Telecomunicações e energia

Nesta área de negócio, o Grupo celebra com os operadores de telecomunicações e energia diversos contratos de prestação de serviços, diferenciando-se os contratos relativos a rede exterior (serviços de construção e manutenção da rede e infraestrutura adjacente na via pública) e os contratos relativos a rede de clientes (serviços prestados no cliente final das operadoras de telecomunicações e energia).

Rede exterior

As ordens de encomenda efetuadas pelo cliente, ao abrigo do contrato geral estabelecido, identificam a obrigação de desempenho que o Grupo tem de executar. Deste modo, cada ordem de encomenda é tratada como sendo uma obrigação de desempenho única. O desempenho do Grupo cria um ativo que o cliente controla à medida da sua realização, deste modo a obrigação de desempenho do Grupo é satisfeita ao longo do tempo. É disponibilizado às equipas operacionais um sistema de recolha de produção, onde são registadas regularmente as tarefas efetuadas com sucesso. Cada tarefa tem associado em sistema o preço contratualizado com o cliente, bem como os consumos standard de materiais previstos para essa tarefa. O reconhecimento do rédito é efetuado à medida das tarefas completadas e valorizado com base nos preços acordados. Periodicamente, e para os trabalhos concluídos, é submetido à validação dos clientes um auto de medição, com o resumo das folhas de produção. Após a aprovação do referido auto pelo cliente, é emitida a respetiva

fatura. A periodicidade de apresentação das medições depende do tipo de cliente e dimensão dos trabalhos.

Rede de clientes

As ordens de encomenda efetuadas pelo cliente, ao abrigo do contrato geral estabelecido, identificam a obrigação de desempenho que o Grupo tem de executar. Deste modo cada ordem de encomenda é tratada como sendo uma obrigação de desempenho única. As ordens de encomenda caracterizam-se por ser relativas a trabalhos de muito curta duração. A obrigação de desempenho é cumprida num momento específico, nomeadamente no momento em que o cliente aprova o serviço prestado. É disponibilizado às equipas operacionais um sistema de recolha de produção, onde são registadas ao longo do dia as tarefas concluídas. O cliente aprova numa base diária a produção efetuada. Cada tarefa tem associado em sistema o preço contratualizado com o cliente, bem como os consumos standard de materiais previstos para essa tarefa. O reconhecimento do rédito é efetuado à medida das tarefas completadas e valorizado com base nos preços acordados. Dependendo do cliente, a faturação das tarefas concluídas e validadas pode ser efetuada com periodicidade quinzenal ou mensal.

b. Energia nos Estados Unidos da América

Nesta geografia da área de negócio de Energia, o Grupo celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes/ tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes/ tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes/ tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o Grupo considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única. Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método descrito abaixo.

Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício.

É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais. Os custos incorridos no exercício, que estão associados às atividades futuras do contrato, são excluídos do cálculo do grau de acabamento, sendo classificados como inventários, custos diferidos ou outros. O Grupo apresenta como um ativo os valores a recuperar de clientes para os contratos em curso cujos custos incorridos adicionados dos proveitos

reconhecidos (e subtraídos das perdas reconhecidas) excedem a faturação efetuada. As faturas por pagar são apresentadas na rubrica de clientes.

c. Engenharia e construção

Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes/tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes/tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes/tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o Grupo considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única. Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método descrito abaixo.

Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício. É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais. Os custos incorridos no exercício, que estão associados às atividades futuras do contrato, são excluídos do cálculo do grau de acabamento, sendo classificados como inventários, custos diferidos ou outros. O Grupo apresenta como um ativo os valores a recuperar de clientes para os contratos em curso cujos custos incorridos adicionados dos proveitos reconhecidos (e subtraídos das perdas reconhecidas) excedem a faturação efetuada. As faturas por pagar são apresentadas na rubrica de clientes.

d. Operador de telecomunicações

Nesta área de negócio, o Grupo presta serviços de operador, disponibilizando televisão por cabo, banda larga fixa e voz fixa. As receitas decorrentes dos serviços prestados sobre a rede de fibra e cabo resultam de:

- a) subscrição de pacotes de canais base que podem ser comercializados em bundle com os serviços de banda larga fixa e/ou voz fixa;
- b) subscrição de pacotes de canais premium;
- c) aluguer de equipamento terminal.

Assim, no início de cada contrato, o Grupo avalia os bens ou serviços prometidos e identifica, como obrigação de desempenho, cada promessa de transferência para o cliente de qualquer bem ou serviço (ou um pacote de bens ou serviços) distintos. Estas promessas em contratos com clientes podem ser explícitas ou implícitas, desde que tais promessas criem uma expetativa válida no cliente de que a entidade transferirá um bem ou

serviço para o cliente, com base em políticas publicadas, declarações específicas ou práticas comerciais habituais da entidade. O Grupo definiu internamente que uma obrigação de desempenho corresponde à promessa de entrega de um bem ou serviço, que possa ser utilizado de forma isolada/separada pelo cliente e sobre a qual existe uma perceção clara deste bem ou serviço por parte do cliente entre os restantes disponíveis em cada contrato. As principais obrigações de desempenho resumem-se a Prestação de Serviços de Internet Fixa, Telefone Fixo, Televisão, Consultoria, Serviços de Cloud/IT, distribuição de direitos audiovisuais entre outros. A disponibilização de set-top-boxes, routers, modems e outros equipamentos terminais em casa dos clientes e respetivos serviços de instalação e ativação foram considerados pelo Grupo como não correspondendo a uma obrigação de desempenho, dado serem ações necessárias para o cumprimento das obrigações de desempenho prometidas. O reconhecimento do rédito ocorre no momento do cumprimento de cada obrigação de desempenho, sendo distinto entre:

Serviços pré-pagos

O rédito é reconhecido no momento em que os serviços são efetivamente prestados, isto é, os valores previamente recebidos são especializados pelo período da prestação de serviços a que a TVCABO se vê obrigada.

Serviços corporate

O rédito de subscrições de serviços de telecomunicações (subscrição de internet, televisão e voz fixa, isoladamente ou em conjunto) é reconhecido linearmente ao longo do período da subscrição. A faturação é emitida após a prestação do serviço, em função das condições previstas contratualmente com o cliente.

e. Indústria – nesta área, o Grupo desenvolve as seguintes atividades:

i) Cerâmica e cristalaria e Biocombustíveis

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa. Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados. O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido. Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço de transação deva ser alocada (ex: garantias e créditos de fidelização). Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Obrigações de garantia

O Grupo geralmente oferece garantias de bom funcionamento dos seus produtos – reparação de defeitos existentes no momento da venda – tal como exigido por Lei.

Estas garantias de qualidade são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Para além disso, o Grupo vende por um período de um ano uma garantia para reparar defeitos que possam existir no momento da venda. Estas garantias de serviço são vendidas separadamente ou em conjunto com a venda do equipamento.

Contratos que agregam equipamento e garantias de serviços contêm duas obrigações de desempenho porque as promessas de transferir o equipamento e de assegurar a garantia de serviço são distintas.

Através do uso do método de preço de venda autónoma, uma parte do preço de transação é alocada ao serviço de garantia de qualidade e registada como passivo relativo a contratos com clientes.

O rédito é reconhecido ao longo do período durante o qual a garantia é prestada com base na passagem do tempo.

ii) Energia térmica

O rédito relativo à área de negócio de energia térmica, é reconhecido de acordo com o método definido para a área de negócio relativa a b) Engenharia e construção.

f. Hotelaria e restauração

O rédito da prestação de serviços de Hotelaria e restauração é reconhecido no momento em que o serviço é prestado ou o controlo sobre o bem é transferido para o cliente. As vendas são normalmente efetuadas a dinheiro ou com cartão de crédito. Nos casos em que é estabelecido um período de crédito, o tempo de crédito concedido varia entre 30 e 60 dias, após a faturação

g. Gestão e exploração de centro comercial

Rendas fixas

O Grupo atua como locatário em contratos de locação. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período do arrendamento e são apresentados como “prestações de serviços”, devido à sua natureza operacional. As rendas contingentes são reconhecidas apenas quanto o direito é estabelecido. Custos iniciais diretamente relacionados com a negociação e angariação dos leasings são registados como gastos durante o período de vida da locação na mesma cadência das rendas auferidas.

A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer. Quantias a receber dos locadores por cessão contratual ou por compensações em desvalorizações patrimoniais são registadas na demonstração dos resultados quando o direito a receber estiver estabelecido.

Ganhos relativos a despesas comuns redebitadas aos locatários são registados no período no qual a compensação diz respeito. Fees de gestão e serviço são incluídos como Rendimentos de rendas, sem considerar os respetivos custos, porque o Grupo considera que atua como principal e não como agente nesta situação.

Rendas variáveis

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, o Grupo estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber.

A componente variável é estimada numa base mensal em função do volume de negócio dos locatários, e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Direitos de ingresso

Os direitos de ingresso são reconhecidos no momento da assinatura do contrato do direito de reserva e consequente recebimento.

h. Venda de imóveis

A venda da propriedade completada é, geralmente, considerada como uma única obrigação de performance e o Grupo determinou que será satisfeita no momento em que o controlo é transferido.

No caso de trocas incondicionais de contratos, o momento ocorre, geralmente, quando o título legal é transferido para o cliente. No caso de vendas condicionadas, o momento verifica-se quando todas as condições se encontrarem satisfeitas.

Não é expectável que a determinação da transferência de controlo, tanto para vendas condicionadas, como não condicionadas, seja modificada com a adoção da IFRS 15.

Para contratos relacionados com a venda de propriedades em desenvolvimento, o Grupo é responsável pela gestão global do projeto e identificou vários bens e serviços a serem prestados, incluindo trabalhos de projeto, compra de materiais, preparação do local de obra e lançamento de fundações, cofragens e reboco, instalações mecânicas e elétricas, instalação de utensílios (ex: janelas, portas, armários, etc.) e trabalhos de acabamento. Nestes contratos o Grupo determinou que os bens e serviços não são distintos, sendo contabilizados como uma única obrigação de performance. Dependendo dos termos de cada contrato, o Grupo determina se o controlo é transferido num determinado ponto do tempo ou ao longo do tempo:

- Para a venda de propriedades em desenvolvimento atualmente reconhecidas de acordo com a percentagem de acabamento, o Grupo espera continuar a reconhecer os proveitos ao longo do tempo porque estima que o controlo será transferido com o decorrer do tempo.
- Para a venda de propriedades em desenvolvimento atualmente reconhecidas quando completadas, o Grupo entende que o controlo será transferido num ponto no tempo.

Nos contratos que cumprem os critérios de reconhecimento ao longo do tempo, a performance do Grupo é medida usando um método de imputação por referência aos custos incorridos para a satisfação da obrigação de performance (ex: recursos consumidos, horas despendidas, custos incorridos, tempo incorrido ou horas máquina) proporcionalmente ao total estimado de inputs para completar a obra.

O Grupo exclui o efeito dos custos incorridos que não contribuem para a obrigação de performance em transferir o controlo de bens ou serviços para o cliente (como seja montantes não previstos de materiais defeituosos ou outros recursos) e ajusta o método de imputação face a custos incorridos que não são proporcionais ao progresso do Grupo na satisfação da obrigação de performance (ex: materiais não instalados). Alguns contratos para a venda de propriedades incluem considerações variáveis na forma de penalidades por atrasos e, em casos limitados,

3. Documentos de prestação das contas consolidadas

prémios de conclusão antecipada. Usualmente, o Grupo aguarda que a incerteza se dissipe antes de reconhecer estes proveitos. De acordo com a IFRS 15, estimativas de consideração variável são incluídas no preço da transação (depois de se considerarem os requisitos da limitação). Considerando o largo espetro de possíveis resultados, o Grupo aplica usualmente o método do valor esperado para estimar essa consideração variável e aplicará os requisitos da IFRS 15 em estimativas obrigatórias de consideração variável para determinar o montante de consideração variável que pode ser incluído no preço de transação. O Grupo utiliza o expediente prático previsto na IFRS 15 para a componente significativa de financiamento.

Como tal, o Grupo não irá ajustar o montante contratado pelos efeitos da componente significativa de financiamento em contratos onde o Grupo espera, no final do contrato, que o período entre o momento em que o cliente paga pelo bem ou serviço e quando o Grupo transfere o bem ou serviço acordado para o cliente seja de um ano, ou menos:

- Para contratos que envolvam a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida ao longo do tempo, geralmente, os clientes fazem pagamentos faseados conforme o avanço dos trabalhos. Nestes casos, o Grupo estima que o tempo entre o momento em que o cliente paga pelo ativo e o momento em que o Grupo transfere o ativo para o cliente será igual ou inferior a um ano.
- Para contratos que incluem a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida ao longo do tempo e a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecidas num ponto específico do tempo, o Grupo tem direito ao reconhecimento de um adiantamento. Esta situação não é vista como uma componente significativa de financiamento dado que é por razões que não se relacionam com o financiamento do Grupo. A razão prende-se com o facto de estes pagamentos servirem de garantia de que a outra parte completa satisfatoriamente as suas obrigações referentes ao contrato, em situações em que os clientes não têm um histórico de crédito comprovado ou têm um histórico de pagamentos com atraso.

Os contratos para a venda de propriedades contêm determinadas garantias que cobrem um período até dez anos após a conclusão da propriedade, que cobrem determinados requisitos sobre condições de performance operacional (ex: isolamentos, eficiência energética, etc). O Grupo determinou que estas condições representam garantias designadas de “fiabilidade” e que são legalmente requeridas como garantias de qualidade, continuando a ser contabilizadas de acordo com a IAS 37, consistentemente com a prática corrente.

i. Serviços e gestão imobiliária

Despesas de serviço, honorários de gestão e outras despesas recuperáveis de arrendatários

Consistentemente com a prática corrente, o Grupo determinou que estes serviços são componentes distintas da locação (transferidos separadamente do direito de uso do ativo) e estão no âmbito da IFRS15. O Grupo irá alocar a consideração do contrato à componente de locação e à componente de serviço numa base relativa, consistentemente com a contabilização atual.

Para a componente de receitas, o Grupo concluiu que estes serviços representam uma série de serviços diários que são individualmente satisfeitos ao longo do tempo e será aplicada uma base de medição de progresso baseada no tempo incorrido. Os montantes cobrados aos inquilinos por estes serviços incluem honorários cobrados com base na

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

percentagem de proveitos de renda e reembolso de despesas incorridas. O Grupo determinou que esta consideração variável só está relacionada com a componente que não é de locação e que alocá-la a cada período do serviço (ex: cada dia) cumpre a exceção de alocação de consideração variável. O Grupo disponibiliza a competência de terceiros para o fornecimento de serviços aos inquilinos. De acordo com a IFRS 15, o Grupo concluiu que é o principal porque é primariamente responsável pelo cumprimento da obrigação de performance do serviço específico e o Grupo está sujeito ao risco de crédito nestas transações porque tem de pagar ao terceiro mesmo se o cliente não cumprir o pagamento. A IFRS 15 requer um teste para demonstrar que o Grupo controla um bem ou serviço específico antes de o transferir para o cliente. O Grupo determinou que controla o serviço antes de ser prestado ao inquilino e, consequentemente, é o principal em vez de agente nestes contratos. Consequentemente, o Grupo não sofreu nenhum impacto deste diagnóstico.

Alienação de propriedades de investimento no curso normal dos negócios

Os requisitos de reconhecimento e mensuração da IFRS 15 são aplicáveis para determinar o momento de desreconhecimento e a mensuração da retribuição (incluindo a aplicação de requisitos para consideração variável) quando se apura os ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros, quando essa alienação não está no curso normal dos negócios. O Grupo determinou que não há necessidade de modificações decorrentes da transição para a IFRS 15, relativamente a alienações de propriedades de investimento que tenham ocorrido no passado que eram detidas para obtenção de rendas.

Custos de contratos

O Grupo incorre em comissões que são custos incrementais de obter um contrato com um cliente. O Grupo pretende utilizar o expediente prático previsto na IFRS 15 para custos de obter um contrato para dispensar esses custos que teriam sido amortizados num ano ou menos. Nos casos em que o período de amortização seria superior a um ano, o Grupo irá capitalizar os custos de obter um contrato que cumpra o critério de reconhecimento da IFRS 15. Custos incorridos pelo Grupo para angariar um contrato antes do início da sua performance (ex: custos de proposta) compreendem usualmente custos gerais e administrativos que são despendidos quando incorridos.

Ativos e passivos contratuais

i) Ativos de contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

ii) Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição – Ver Nota 27.

iii) Passivos de contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo

transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como rédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

2.6 Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê direito a um ativo financeiro por parte de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

2.6.1 ATIVOS FINANCEIROS

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou ao justo valor através do outro rendimento integral ou ao justo valor através dos resultados. A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático, o Grupo mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15. De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros “solely payments of principal and interest (SPPI)” sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro. O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa

contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos. Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão (regular way trades) são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital);
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade. Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes e de outros devedores, os empréstimos a acionistas e partes relacionadas e os empréstimos. A receita associada aos juros é registada na demonstração dos resultados na linha de Juros suportados, líquidos, através do método da taxa de juro efetivo, a qual se aplica à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

O Grupo mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo

amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados. Os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral incluem instrumentos de dívida cotada. O Grupo não detém este tipo de ativos financeiros a 31 de dezembro de 2022.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capitais designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação, e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento. Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são reciclados para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capitais designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade. O Grupo decidiu classificar de forma irrevogável os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria, bem com as ações detidas na Pharol.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de ser vendidos ou recomprados num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação, exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento. Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados são apresentados na Demonstração da Posição Financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados. Esta categoria inclui os derivados e os investimentos em ações cotadas para as quais o Grupo não decidiu irrevogavelmente mensurar ao justo valor através do outro rendimento integral.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo financeiro, um derivado embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivado se, e apenas se:

- as características económicas e os riscos do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado;
- o contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor através dos resultados.

Derivados embutidos são mensurados ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. A reavaliação da classificação só é possível quando ou existe uma alteração nos termos contratuais que modifique de forma significativa os fluxos de Caixa ou a reclassificação do ativo financeiro no sentido de deixar de ser classificado na categoria de justo valor através dos resultados. Um derivado embutido num contrato híbrido que inclui um contrato de base que contenha um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro do contrato de base e o derivado embutido são classificados conjuntamente na sua totalidade como ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração da Posição Financeira Consolidada) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual o Grupo:

- não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original;
- está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e
- o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos;

- O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. Se o envolvimento continuado do Grupo assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado

é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que o Grupo pode vir a pagar.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição recebida é reconhecida na demonstração dos resultados.

No caso de desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao justo valor através do outro rendimento integral, o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é reclassificado para a demonstração dos resultados (“Reciclagem”), a não ser que seja um ativo financeiro representativo de um instrumento de capital assim designado no momento inicial de forma irrevogável, situação para a qual o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é transferido diretamente para resultados transitados.

O Grupo procede à anulação contabilística de um ativo financeiro apenas quando existe informação que o devedor se encontra num processo de liquidação ou falência.

Caso os saldos sejam recuperados, posteriormente são contabilizados na demonstração dos resultados.

iv) Imparidade de ativos financeiros

Divulgações adicionais sobre imparidade de ativos financeiros encontram-se nas seguintes Notas:

- Divulgações sobre pressupostos significativos – Nota 3
- Contas a receber, incluindo ativos relativos a contratos com clientes – Notas 10, 27 e 29

O Grupo reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais e para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, para estas contas, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito mas, ao invés, reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico. Para este efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram segregados tendo em conta os respetivos perfis de risco e a antiguidade do incumprimento.

Para os saldos a receber de empresas associadas e participadas, que não sejam considerados parte do investimento financeiro nessas empresas, a imparidade é avaliada atendendo a critérios de risco. Nos casos em que o saldo a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, o risco de incumprimento é avaliado como sendo

muito próximo de zero e, como tal, a imparidade é zero. Nos casos em que o saldo a receber não é imediatamente exigível, é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for baixo ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos doze meses. Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo adota a abordagem geral do modelo de imparidade.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incursas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento, de acordo com as políticas de gestão de risco divulgadas na nota 39.

O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido a mais de 90 dias.

Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 PASSIVOS FINANCEIROS

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo, incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos incluindo descobertos bancários, e derivados.

ii) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que no momento de reconhecimento inicial foram assim designados e, ainda, os passivos financeiros associados a uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais.

Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos com a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam considerados instrumentos de

cobertura eficazes. Ganhos e perdas em passivos detidos para negociação são registados na demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos. As opções de venda concedidas no âmbito de aquisições de participações financeiras (ver nota 2.3) são classificadas nesta categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Esta categoria geralmente é aplicável às contas a pagar a fornecedores e outros credores, e aos empréstimos incluindo empréstimos bancários, factoring e descobertos bancários. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração Executivo utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano.

O Grupo contrata operações de confirming com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como reverse factoring agreements. Estes acordos são utilizados para gerir a tesouraria do Grupo, sendo que os valores das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos mantidos no Passivo, na conta de outras contas a pagar, sendo os pagamentos do valor adiantado aos fornecedores tratados como pagamentos operacionais e os pagamentos relativos aos juros e comissões incorridos tratados como atividades de financiamento. Os custos incorridos com as operações de confirming são registados na rubrica de outros gastos financeiros líquidos.

iii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados. Considera-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa do passivo financeiro renegociado, incluindo comissões, descontados utilizando a taxa de juro efetiva original, é pelo menos 10% diferente do valor atual dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original.

Se a troca der origem a uma modificação que não seja substancial, a diferença entre a quantia escriturada do passivo antes da modificação e a quantia escriturada após a modificação (correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros) é registada na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

2.6.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

2.6.4 CONTABILIDADE DE COBERTURA

i) Reconhecimento inicial e subsequente

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como swaps de taxas de juros, para cobrir os seus riscos de juro. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor na data de relato. O ganho ou perda resultando é registado na demonstração dos resultados a não ser que o derivado seja classificado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento da variação do justo valor depende da natureza da relação de cobertura.

Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:

- Cobertura de justo valor quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso do Grupo não registado.
- Cobertura de fluxos de caixa quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo registado ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável ou o risco de câmbio associado a um compromisso do Grupo não registado;
- Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No início da relação de cobertura, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura. Antes de 1 de janeiro de 2018, a documentação incluía a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco coberto e o modo como o Grupo avaliava a eficácia das variações do justo valor do instrumento de cobertura face à exposição do Grupo a variações do justo valor do item coberto ou fluxos de caixa decorrentes do risco coberto. Tais coberturas deveriam ser altamente eficazes para compensar alterações nos justos valores ou nos fluxos de caixa e eram avaliadas numa base contínua de forma a demonstrar que eram de facto altamente efetivas durante o período de relato financeiro.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;

- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
 - O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.
- Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados como segue:

ii) Cobertura de justo valor

A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registada como resultado financeiro do período. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registada como parte do valor contabilístico do item coberto.

Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demonstração dos resultados pelo período remanescente da cobertura usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento no qual o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto. Se o item coberto é desconhecido, o justo valor por amortizar é registado imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso não registado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso do Grupo atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registado na demonstração dos resultados.

iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Outro rendimento integral na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou perda acumulada no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

As quantias acumuladas no Outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registado no Outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.

Para quaisquer outras coberturas de fluxos de Caixa, a quantia acumulada no Outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa sejam cobertos, qualquer quantia acumulada remanescente no Outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente como descrito acima.

iv) Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

A Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo a cobertura de itens monetários que sejam contabilizados como integrantes do investimento líquido, são contabilizados de modo similar ao da cobertura de fluxos de caixa. Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura relativo à parcela eficaz da cobertura é registado no Outro rendimento integral enquanto os ganhos ou perdas relativos à parcela ineficaz são registados na demonstração dos resultados. No momento da alienação da operação no estrangeiro, o valor acumulado dos ganhos e perdas contabilizados no capital próprio são transferidos para a demonstração dos resultados.

2.6.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas ocorridas na sua alienação das ações próprias são registados em "Outras reservas", não sendo considerados nos resultados do período em que ocorrem.

2.6.6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

O Grupo capitaliza os custos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

Em 2022, o Grupo Visabeira não capitalizou juros de empréstimos obtidos.

2.7 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis, com exceção dos ativos das redes da TVCABO Angola e da TVCABO Moçambique, são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade. Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente

avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos. Os ativos das redes da TVCABO Angola e da TVCABO Moçambique são mensurados, a partir de 1 de outubro de 2019, de acordo com o modelo de revalorização, ou seja, são mensurados ao justo valor à data das revalorizações menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato. A frequência das revalorizações depende das alterações nos justos valores dos ativos fixos tangíveis que estão a ser revalorizados.

Quando o justo valor de um ativo revalorizado diferir materialmente da sua quantia escriturada, é exigida uma nova revalorização. Tais revalorizações frequentes são desnecessárias para itens do ativo fixo tangível apenas com alterações insignificantes no justo valor. Em vez disso, pode ser necessário revalorizar o item apenas a cada três ou cinco anos.

Quando a quantia escriturada destes ativos é aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento deve ser reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na rubrica de "Excedentes de revalorização". Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração dos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos lucros ou prejuízos. Se a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração dos resultados.

Contudo, a diminuição deve ser reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio com o título de excedente de revalorização.

É efetuada uma transferência anual entre a rubrica de "Excedentes de revalorização" e os resultados transitados que corresponde à diferença entre a depreciação baseada no valor reavaliado do ativo e a depreciação baseada no seu custo histórico.

Na data da alienação, qualquer reserva de reavaliação remanescente é transferida para os resultados transitados.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos que exigem um período de tempo substancial para que estejam prontos a ser utilizados são adicionados ao custo destes ativos.

Amortizações

Os terrenos não são amortizados, exceto os afetos à atividade extrativa, sendo as amortizações dos restantes bens calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

Os valores residuais dos bens e as suas vidas úteis são reavaliados, e ajustados, caso necessário, à data de cada balanço. As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	2022	2021
Terrenos e recursos naturais	2,50%	2,50%
Edifícios	2,00% - 5,00%	2,00% - 5,00%
Outras construções	2,00% - 10,00%	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6,67% - 33,33%	6,67% - 33,33%
Equipamento de transporte	16,66% - 25,00%	16,66% - 25,00%
Ferramentas e utensílios	4,00% - 25,00%	4,00% - 25,00%
Equipamento administrativo	4,00% - 10,00%	4,00% - 10,00%

2.8 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios. Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, determinado por referência à data de balanço e refletindo condições atuais de mercado. O justo valor é determinado por entidades independentes devidamente credenciadas e segundo as metodologias recomendadas internacionalmente.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações do justo valor das propriedades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados no ano em que são geradas.

As propriedades de investimento são desconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados nesse ano. Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam. A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso.

Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.

Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo utiliza os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.

Se um ativo inicialmente reconhecido nos inventários é posteriormente considerado como propriedade de investimento após ter sido determinada a sua alteração de uso, qualquer diferença entre o justo valor da propriedade nessa data e a sua quantia escriturada anterior é reconhecida nos lucros ou prejuízos do exercício. Se o Grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de o vender, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.9 Locações

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida. Para se concluir que um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia se possui cumulativamente o i) direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo em causa; e ii) o direito de direcionar o seu uso.

GRUPO COMO LOCATÁRIO

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor.

O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

I. Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável). O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base na sua vida útil ou no prazo da locação, dos dois o mais baixo. Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo. Os "Ativos sob direito de uso" são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

II. Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo. O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação. Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso do ativo é ajustado em igual montante, exceto se a sua quantia já se encontrar reduzida a zero, sendo nesse caso registado um ganho/ perda na demonstração dos resultados.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

III. Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contém uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

GRUPO COMO LOCADOR

As locações nas quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional. Custos iniciais diretamente relacionados com a negociação e angariação dos leasings são adicionados ao valor contabilístico do ativo e são registados como gastos durante o período de vida da locação na mesma cadência das rendas auferidas. As rendas contingentes são reconhecidas apenas quanto o direito é estabelecido. A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer. Quantias a receber dos locatários por cessão contratual ou por compensações em desvalorizações patrimoniais são registadas na demonstração dos resultados quando o direito a receber estiver estabelecido. Ganhos relativos a despesas comuns redebitadas aos locatários são registados no período no qual a compensação diz respeito. Fees de gestão e serviço são incluídos como Rendimentos de rendas, sem considerar os respetivos custos, porque o Grupo considera que atua como principal e não como agente nesta situação.

2.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade. As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil (geralmente 3 anos). Custos com ativos intangíveis gerados internamente e marcas próprias são registados em resultados do exercício na medida em que são incorridos.

3. Documentos de prestação das contas consolidadas

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso. No âmbito das concentrações de atividades empresariais são registos ativos intangíveis (order backlog) ao justo valor, os quais são amortizados em linha reta por 36 meses.

2.11 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas estão sujeitos a testes de imparidade anuais. Para aqueles que, tendo uma vida útil definida, estão sujeitos a amortizações, realizam-se também testes de imparidade sempre que as circunstâncias se alteram e o valor pelo qual se encontra escriturado possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo excede a sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido de um ativo (justo valor – custos de venda) e o seu valor de uso, o qual decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do(s) ativo(s) em causa.

Para a determinação do valor recuperável, os ativos são analisados individualmente ou agrupados aos mais baixos níveis para os quais são identificados separadamente como unidades geradoras de fluxos de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de ativos que inclui o ativo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Sempre que o valor contabilístico do ativo é superior ao seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Se esta perda for subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado em conformidade mas nunca se poderá tornar superior ao valor que estaria reconhecido caso a perda por imparidade não tivesse sido registada. A reversão da imparidade é também reconhecida na demonstração de resultados do período a que se refere.

2.12 Ativos detidos para venda e operações em descontinuidade

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender. Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda. A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

que são classificados como detidos para venda e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:

- a) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
 - b) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
 - c) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.
- Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada. Os saldos e transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

2.13 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor, de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados para terminar a produção do bem e correspondentes custos de venda. Matérias-primas, subsidiárias e de consumo – Inclui terrenos para futuros empreendimentos imobiliários, que se encontram valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra, o qual é inferior ao respetivo preço de mercado. As restantes matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra até à armazenagem. Produtos acabados e em curso – Quando correspondem a frações de edifícios para venda em empreendimentos concluídos e os produtos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e indireta, subcontratos, outros custos variáveis e fixos e encargos financeiros. Os encargos financeiros considerados correspondem aos custos reais dos empréstimos incorridos em contratos de financiamento que referem explicitamente o empreendimento, até ao ponto em que seja razoável face a nível da aplicação.

As mercadorias estão valorizadas ao preço médio de aquisição, incluindo custos de transporte e armazenagem.

2.14 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

- Reestruturação: Uma provisão para reestruturação é relevada após aprovação formal de uma operação de reestruturação, e esta tenha sido iniciada ou tornada pública. Os custos operacionais não devem ser considerados no valor da provisão.
- Contratos onerosos: Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios expectáveis da consecução do contrato são inferiores aos custos decorrentes da obrigação imposta por este.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade. O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de “Juros Líquidos”.

Um passivo contingente reconhecido no âmbito de uma concentração de atividades empresariais é inicialmente reconhecido ao justo valor. Após o reconhecimento inicial e até o passivo ser liquidado, cancelado ou expirar, é mensurado um passivo contingente reconhecido numa concentração de atividades empresariais pelo valor mais alto entre a quantia que seria reconhecida de acordo com a IAS 37 e a quantia inicialmente reconhecida menos, quando apropriado, a amortização cumulativa reconhecida de acordo com a norma do Rêdito.

As provisões são revistas e atualizadas na data de balanço, de modo a refletir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

2.15 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes (fora do âmbito de uma concentração de atividades empresariais) não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de um exfluxo de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O Grupo Visabeira encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, estabelecido ao nível da NCFGest, SA, o qual abrange todas as empresas em que esta participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).

A partir de 2014, as subsidiárias do denominado Grupo VAA são incluídas no perímetro fiscal do Grupo Visabeira.

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades em Portugal, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável

segurança de que serão gerados lucros fiscais futuros contra os quais a reversão de diferenças temporárias dedutíveis existentes, os prejuízos fiscais e os créditos fiscais podem ser usados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de consolidação e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando as mesmas não afetam o resultado contabilístico, nem o fiscal. Também não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos, tendo por base decisões do ponto de vista fiscal substancialmente implementadas na data de demonstrações financeiras consolidadas. O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido que resulte das transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo. De acordo com a legislação em vigor, consideramos a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos ou passivos por impostos diferidos.

2.17 Benefícios a empregados

2.17.1 PROVISÕES PARA PENSÕES DE REFORMA – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Algumas empresas do Grupo, nomeadamente as empresas do Grupo Vista Alegre, possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de um plano de benefício definido, sendo este um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O Grupo tem em vigor vários planos de benefícios de reforma, uns a cargo do Grupo e outros a cargo da Futuro/Grupo Montepio.

O passivo reconhecido no balanço relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função

da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem, não sendo reclassificados nos resultados subsequentemente.

Os custos financeiros líquidos e os rendimentos decorrentes dos ativos do plano são reconhecidos nos resultados.

Os custos financeiros são calculados aplicando a taxa de desconto ao passivo de benefício definido ou ativo. O Grupo reconhece os custos de serviços correntes, passados, os ganhos e perdas nos cortes e ou liquidações, bem como os custos financeiros líquidos na rubrica de “Gastos com o Pessoal”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

2.17.2 CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou que estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual. Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos no momento imediatamente anterior:

- a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado; e
- uma provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

2.17.3 FÉRIAS, SUBSÍDIO DE FÉRIAS E PRÉMIOS

De acordo com a lei laboral dos diversos países, as responsabilidades do Grupo Visabeira relativas ao direito de férias anuais dos seus colaboradores, subsídios de férias e outros direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica de “Outras contas a pagar”.

2.17.4 FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO (FCT) E O FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO (FGCT) - PORTUGAL

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro

os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento. Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.
- As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

2.17.5 PENSÕES

Os compromissos da empresa em termos de indemnizações por reforma são calculados para determinar o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo dos serviços passados.

O Método da Unidade de Crédito Projetada (também conhecido como método de benefícios acrescidos com pro-rata do serviço ou como método benefício/anos de serviço) vê cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional do direito do benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final. Nas contas consolidadas, apenas as provisões para indenizações por reforma em empresas francesas foram registadas nas contas do Grupo Visabeira. Para outras empresas, provisões semelhantes são registadas nas contas corporativas ou são insignificantes.

2.18 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor. Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Empréstimos bancários”, e os ativos financeiros detidos para negociação.

2.19 Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (por exemplo: mão de obra, materiais, transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis e inventários são objeto de capitalização apenas quando preenchidas as seguintes condições:

- os ativos são identificáveis e mensuráveis de forma fiável;
- existe forte probabilidade de que venham a gerar benefícios económicos futuros.

Não são reconhecidas quaisquer margens geradas internamente.

2.20 Especialização de exercícios

Genericamente, os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente

do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, respetivamente.

2.21 Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas. Os subsídios ao investimento são incluídos na rubrica de Outros passivos não correntes e o proveito subjacente é reconhecido em quotas constantes ao longo da vida útil estimada dos ativos associados. Os subsídios atribuídos para apoiar ações de formação e investimento são reconhecidos na demonstração dos resultados ao mesmo tempo em que o Grupo incorre nos gastos elegíveis e são apresentados na linha de “Outros proveitos”.

2.22 A mensuração ao justo valor

O Grupo mensura alguns dos seus ativos financeiros, alguns dos seus ativos não financeiros, como as propriedades de investimento, e as redes da TVCABO, e os derivados, ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras.

A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, na data de mensuração, sob as condições atuais de mercado.

A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer no mercado principal do ativo e do passivo, ou, na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.

Devido ao facto de diferentes entidades e os diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis ao Grupo. A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.

O Grupo utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:

Nível 1 – Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;

Nível 2 – Técnicas de valorização que utilizam inputs que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3 – Técnicas de valorização que utilizam inputs não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não-observáveis relativamente ao ativo ou passivo. Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar pelo justo valor na medida em que não existam dados observáveis relevantes, permitindo assim contemplar situações em que existe pouca ou nenhuma atividade de mercado no que respeita ao ativo ou passivo à data da mensuração. No entanto, o objetivo da mensuração pelo justo valor permanece o mesmo, ou seja, um preço de saída à data da mensuração na perspetiva de um participante no mercado que é detentor do ativo ou devedor do passivo. Assim, os dados não observáveis devem refletir os pressupostos que os participantes no mercado considerariam ao apreçar o ativo ou passivo, incluindo pressupostos sobre o risco.

A mensuração do justo valor é classificada integralmente no nível mais baixo (dados não observáveis) da hierarquia do justo valor correspondente ao input que é mais significativo para a mensuração como um todo.

2.23 Informação por segmentos

A IFRS 8 de segmentos operacionais não é aplicável, pois o Grupo Visabeira:

1. Não tem instrumentos de dívida ou capital próprio negociado num mercado público;
2. Não deposita, nem está em vias de depositar, as demonstrações financeiras consolidadas junto de uma comissão de valores mobiliários.

2.24 Transações em moeda diferente do euro

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o euro. As empresas sediadas em Angola e Moçambique têm moedas funcionais diversas, sendo as suas demonstrações financeiras transpostas para o euro utilizando as cross rates kwanza e metical versus dólar americano e deste para o euro.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertíveis para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, exceto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos que na prática se constituam como uma extensão de investimentos financeiros no estrangeiro e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, as quais são registadas no capital próprio, até à alienação do investimento, momento em que são transferidos para os resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que foram adquiridos. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e

associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data do balanço para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados, exceto no caso de subsidiárias situadas em economias hiperinflacionárias, para as quais é usada a taxa de câmbio vigente à data do balanço;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);

O goodwill relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica de Reservas de conversão cambial. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio:

TAXA DE CÂMBIO DE FECHO

2022	2021	Código	Designação
537,44	629,02	AON	Kwanza Angolano
68,18	72,32	MT	Metical Moçambicano
5,60	6,39	BRL	Real Brasileiro
7,44	7,44	DKK	Coroa Dinamarquesa
1,07	1,14	USD	US Dólar
0,88	0,84	GBP	Libra Esterlina

Nos exercícios de 2022 e 2021, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio:

TAXA DE CÂMBIO MÉDIA

2022	2021	Código	Designação
484,73	731,65	AON	Kwanza Angolano
67,28	77,04	MT	Metical Moçambicano
5,41	6,37	BRL	Real Brasileiro
7,44	7,44	DKK	Coroa Dinamarquesa
1,05	1,18	USD	US Dólar
0,86	0,86	GBP	Libra Esterlina

Ver na Nota 2.2 a referência à economia angolana como hiperinflacionária.

2.25 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas

2.26 Reconciliação das medidas alternativas de desempenho

Apresenta-se de seguida uma tabela a reconciliar as medidas de desempenho referidas no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras que não sejam de leitura direta nas demonstrações financeiras primárias.

RELATÓRIO DE GESTÃO E NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Volume de negócios	Vendas + Prestações de serviços
Margem bruta	Volume de negócios - Subcontratos - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultado operacional (s/ amortizações, provisões e justo valor de propriedades de investimento)
Resultados operacionais	EBITDA + Alteração do justo valor de propriedades de investimento - Amortizações - Provisões e perdas por imparidade
Dívida líquida	Empréstimos bancários de longo prazo + Empréstimos bancários de curto prazo + Passivos de locação + Factoring + Confirming - Caixa e equivalentes de caixa
Dívida financeira líquida	Empréstimos bancários de longo prazo + Empréstimos bancários de curto prazo + Passivos de locação - Caixa e equivalentes de caixa
Dívida financeira líquida / EBITDA	Dívida financeira líquida / EBITDA
<i>Gearing ratio</i>	Dívida líquida / Total do capital próprio

3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expetativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Análise de imparidade do goodwill

O Grupo testa anualmente o goodwill com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

b) Valorização e vida útil de ativos tangíveis

O Grupo utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos. Os ativos associados à rede da TVCABO Angola e da TVCABO Moçambique são mensurados através do modelo de revalorização, o que implica a determinação do respetivo justo valor, o qual é determinado com recurso a avaliações, executadas por peritos externos devidamente credenciados e independentes. O processo de avaliação envolve a utilização de pressupostos (ver nota 21) cuja efetiva concretização tem subjacente

incerteza de diversa ordem, tais como a evolução das taxas de inflação e das taxas de juro.

O Grupo revê anualmente a razoabilidade das vidas úteis dos ativos utilizados na determinação das taxas de amortização/depreciação dos ativos afetos à atividade. Sempre que aplicável, o Grupo altera prospectivamente a taxa de amortização/depreciação do período com base na revisão realizada.

c) Passivo de locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento)

Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconhece ativos sob direito de uso (“ROU asset”) e passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) sempre que o contrato preveja o direito de controlar a utilização de um ativo identificável durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Para aferir quanto à existência de controlo sobre a utilização de um ativo identificável, o Grupo avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; ii) tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de locação; e iii) tem o direito de controlar o uso do ativo. A análise dos contratos de arrendamento, nomeadamente no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa incremental de financiamento a aplicar para cada portfólio de locações identificado requer a utilização de julgamentos pelo Grupo.

d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 40). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil

de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A política do Grupo relativamente à atribuição de plafonds à concessão de crédito, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, é feita através de recurso a empresas especializadas em cobertura de risco de crédito.

Excluindo os organismos estatais e os clientes com notação de risco nacional e internacional superior, refira-se que a exposição média de risco interno ascende a 20%. Porém, uma análise detalhada à variação das provisões anuais demonstra, claramente, a quase inexistência de risco de cobrança. Acresce que o Grupo possui acesso às principais bases de dados do mercado que juntamente com o seu corpo de análise técnica lhe permitem ajuizar e minimizar claramente o risco creditício.

e) Justo valor das propriedades de investimento

O Grupo recorre a entidades externas para proceder ao cálculo do justo valor das propriedades de investimento. Na nota 24 – Propriedades de Investimento, são descritos os pressupostos utilizados bem como a respetiva análise de sensibilidade. Uma avaliação é uma previsão do valor de mercado mas não é uma garantia do valor que seria obtido numa transação. Adicionalmente, outros avaliadores podem legitimamente calcular um valor de mercado diferente. Embora com sinais de recuperação, as transações no mercado têm sido raras e as cotações de mercado têm-se mostrado instáveis, pelo que foi utilizado o método dos cash flows descontados e o método dos comparativos para determinar o justo valor das propriedades de investimento.

Esta valorização está muito dependente do valor das rendas futuras e da taxa de ocupação de longo prazo e também no caso dos terrenos detidos para valorização futura dependente da evolução do mercado imobiliário em Viseu e Aveiro.

f) Impostos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração Executivo para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

g) Benefícios pós-emprego

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo ao abrigo de planos de benefícios definidos é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios aos empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

- Taxas de desconto baseadas nas taxas dos “corporate bonds” do respetivo país com um rating AAA ou AA;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público do respetivo país;
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas para o respetivo país.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras

consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

h) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto). A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

i) Justo valor de passivos financeiros derivados

Com a entrada do investidor Goldman Sachs na Constructel Visabeira (ver notas 8 e 37) foram celebrados um conjunto de acordos, cujos termos e condições foram objecto de uma avaliação cuidadosa pelo Conselho de Administração quando à substância económica e respetivo enquadramento contabilístico em termos de reconhecimento, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros envolvidos. Esta análise envolveu julgamento significativo e determinou o reconhecimento de um passivo financeiro derivado associado fundamentalmente a mecanismos de Downside Protection previstos naqueles acordos. A mensuração do justo valor do passivo financeiro foi efetuada por recurso a modelos de apreçamento de opções, designadamente o Modelo Lattice Binomial, envolvendo pressupostos relativos ao futuro e outras variáveis significativas, com base na melhor informação disponível à data da mensuração. A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na mensuração do passivo financeiro encontra-se divulgada nas Notas 37.

4. Alterações de políticas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. No entanto, de realçar que o Grupo optou por apresentar na demonstração dos fluxos de caixa, o efeito de alteração do perímetro como líquido das aquisições e alienação de subsidiária nas atividades de investimento, antes apresentado autonomamente em “Efeito da alteração do perímetro”. Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

4.1 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

• **Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a Covid-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021**

Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a Covid-19’ foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada à Covid-19 é uma modificação de locação.

Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a Covid-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16. Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021. Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:

- a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e
- não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

• **Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro**

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.

A alteração é de aplicação prospetiva.

• **Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento**

Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

• **Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato**

Esta alteração especifica que, na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos

diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos, exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

• **Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)**

Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

• **Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)**

Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim, no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.

• **Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)**

Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.

4.2 À data de aprovação destas demonstrações financeiras, as normas e interpretações endossadas pela União Europeia, mas cuja aplicação obrigatória ocorre em exercícios futuros, são as seguintes:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

• **IFRS 17 – Contratos de Seguro (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023).**

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistentes para os emitentes. Contrastando com os

requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

• **Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023).**

Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.

A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘overlay’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘overlay’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

• **Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023).**

Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

• **Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023).**

A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

• **Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023).**

A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.

Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

4.3 Normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não endossadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

• **Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes.**

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expetativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

• **Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação.**

Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos”. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma a que não reconheçam qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à “venda” parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

• **Alteração à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de Financiamento de Fornecedores (Emitido em 25 de maio de 2023)**

• **Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento: Reforma Fiscal Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois (emitida em 23 de maio de 2023)**

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

5. Empresas do Grupo incluídas na consolidação

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2022	% direta 2022	% de capital detido 2021	% direta 2021
GRUPO VISABEIRA, SA		Viseu	Mãe		Mãe	
VISABEIRA GLOBAL						
Aeroprotechnik - Aerial Engineering, Lda*		Viseu	39,84%		51,00%	
Base Force, Lda		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cabling Station Data, SA*		Mont-Sur-Marchienne	78,11%		100,00%	
Comatel Infraestruturas, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Constructel Belgium, SA*		Mons	78,11%		100,00%	
Constructel Constructions et Télécommunications SA		Valence	78,11%		100,00%	
Constructel BAU GmbH*		Berlim	78,11%		100,00%	
Constructel Denmark, ApS*		Copenhaga	78,11%		100,00%	
Constructel Energie, SA*		Clermont-Ferrant	77,38%		99,07%	
Constructel GmbH*		Berlim	78,11%		100,00%	
Constructel Italia, SRL*		Galliate	78,11%		100,00%	
Constructel Modal, SA*		Flemalle	78,11%		100,00%	
Constructel Sweden AB*		Estocolmo	-		100,00%	
Constructel Visabeira, SA		Lisboa	78,11%	28,07%	100,00%	35,94%
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.		São Tomé e Príncipe	51,00%		51,00%	
Cunha Soares & Filhos, SA*		Lousada	62,49%		80,00%	
Edivisa - Empresa de Construção, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Edivisa - Empresa de Construções, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
EIP Angola		Luanda	100,00%		-	
EIP Serviços, SA*		Loulé	78,11%		100,00%	
Electrotec, SA	a)	Maputo	49,00%		49,00%	
Elektro-Würkner GmbH*		Farmstätt	78,11%		-	
Energydisti, Ltd*		Manchester	78,11%		100,00%	
Escotel, SASU*		Aurillac	78,11%		100,00%	
Ferreira & Coelho, Lda		Viseu	51,00%		51,00%	
Field Force Atlântico, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Franz-Josef Braun GmbH & Co. KG*		Mechernich	78,11%		100,00%	
Gatel, SAS*		Domessin	78,11%		100,00%	
Hidroáfrica - Comércio e Indústria, SARL		Maputo	96,79%		96,79%	
Holding Escot Telecom Maroc, SARL		Casablanca	100,00%		100,00%	
IEME, SRL*		Cesena	78,11%		100,00%	
Infrassign, SARL*		Beveren	96,79%		100,00%	
Inpower Group, SCPA*		Roma	42,57%		-	
lutel - Infocomunicações, SA*		Viseu	78,07%		99,95%	
J. F. Edwards Construction, Co*		Des Moines - Iowa	42,57%		100,00%	
MJ Quinn - Integrated Services, Ltd*		Liverpool	78,11%		100,00%	
MJ Quinn Constructel, Ltd*		Liverpool	78,11%		100,00%	
MJ Quinn Solar, Ltd*		Liverpool	78,11%		-	
Modal Installation, SA*		Marchienne-Au-Port	78,11%		100,00%	
Naturenergia - Agro-Energias, SA		Viseu	100,00%		100,00%	

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2022	% direta 2022	% de capital detido 2021	% direta 2021
GRUPO VISABEIRA, SA		Viseu	Mãe		Mãe	
VISABEIRA GLOBAL						
Obelisk International Group Holdings, Ltd*		Dublin	78,11%		-	
Oude Marktvoerliedennatie NV (OMV Natie)*		Beveren	78,11%		100,00%	
PDT - Projectos e Telecomunicações, SA*		Lisboa	78,11%		100,00%	
Quinn Constructel, Ltd*		London	78,11%		100,00%	
Real Life Advanced Technologies Academy MZ, SA		Maputo	65,70%		65,70%	
Real Life Technologies MZ, SA		Maputo	65,70%		65,70%	
SCI Constructel Italia, SRL*		Cesena	78,11%		100,00%	
SCI Constructel*		Valence	78,11%		100,00%	
Selfenergy Moçambique, SA		Maputo	79,60%		79,60%	
Sogitel - Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda		Maputo	90,00%		90,00%	
Televisa - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda	a)	Maputo	50,00%		50,00%	
Tensa, SA*		Oviedo	78,11%		100,00%	
Toft Hansen, ApS*		Kirke Hylling	78,11%		100,00%	
TVCABO - Comunicações Multimédia, Lda	a)	Maputo	50,00%		50,00%	
TVCABO Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%		50,00%	
Viatel - Tecnologia de Comunicações, SA*		Viseu	78,11%		100,00%	
Visabeira Global, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visabeira Infraestruturas, SA*		Viseu	78,11%		100,00%	
Visacasa - Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA		Cacém	100,00%		100,00%	
Visactys, SASU*		Valence	100,00%		100,00%	
VisaPower II, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
VisaPower, Unipessoal, Lda*		Viseu	78,11%		100,00%	

*Consolidadas pela Constructel Visabeira S.A.

	Condições de inclusão	Sede social Viseu	% de capital detido 2022 Mãe	% direta 2022	% de capital detido 2021 Mãe	% direta 2021
GRUPO VISABEIRA, SA						
VISABEIRA INDÚSTRIA						
Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Álamo - Indústria e Desenvolvimento Florestal, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Ambitermo - Engenharia e Equipamentos Térmicos, SA		Cantanhede	51,00%		51,00%	
Ambitermo Maroc Chaudieres Industrielles, SARL		Casablanca	51,00%		51,00%	
Armisepi, SA		Viseu	70,00%		70,00%	
Besconsigo - Materiais, Construção de Besteiros, Lda	a)	Tondela	50,00%		50,00%	
Bordalgest, SA*		Lisboa	85,60%		85,60%	
Celmoque - Cabos de Energia e Telec. de Moçambique, SARL		Maputo	91,23%		91,23%	
Cerexport - Cerâmica de Exportação, SA *		Aveiro	85,60%		85,60%	
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA*		Sátão	85,60%		85,60%	
Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, Lda*		Caldas da Rainha	73,74%		73,74%	
Faianças da Capôa - Indústria de Cerâmica, SA*		Aveiro	85,60%		85,60%	
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA		Vouzela	100,00%		100,00%	
Marmonte - Mármore de Moçambique, SARL		Maputo	80,00%		80,00%	
Mexicova, SA*		Cidade do México	85,60%		85,60%	
Mob - Indústria de Mobiliário, SA		Viseu	97,78%		97,78%	
Mob Cuisines, SASU		Paris	97,78%		97,78%	
Pinewells, SA		Arganil	100,00%		100,00%	
Rodinerte - Transportes, Lda	a)	Tondela	50,00%		50,00%	
Ria Stone - Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA*		Ílhavo	85,60%		85,60%	
Ria Stone II, SA*		Ílhavo	85,60%		85,60%	
Shree Sharda Vista Alegre Private Limited*		Ílhavo	42,80%		42,80%	
Visabeira Indústria, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visaconstro - Construção e Gestão Imobiliária, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Vista Alegre Atlantis, SA*		Lisboa	85,60%		85,60%	
Vista Alegre Atlantis Brasil - Comércio, Importação e Exportação, SA*		Vitória	83,92%		83,92%	
Vista Alegre Atlantis Imobiliária e Investimento, SA*		Ílhavo	85,60%		85,60%	
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda*		Maputo	85,75%		85,75%	
Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA		Ílhavo	85,60%	3,31%	85,60%	3,31%
Vista Alegre Atlantis UK LTD*		Londres	85,60%		85,60%	
Vista Alegre Atlantis USA*		Nova Iorque	85,60%		85,60%	
Vista Alegre Espanha, SA*		Madrid	85,60%		85,60%	
Vista Alegre France, SAS*		Paris	85,60%		85,60%	

*Consolidadas pela VAA, SGPS, S.A., empresa cotada.

	Condições de inclusão	Sede social Viseu	% de capital detido 2022 Mãe	% direta 2022	% de capital detido 2021 Mãe	% direta 2021
GRUPO VISABEIRA, SA						
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS						
Ambitermo Angola, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Angovisa, Lda		Luanda	70,00%		70,00%	
Asfalís - Mediação de Seguros, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Autovisa - Serviços Auto, SARL		Maputo	100,00%		100,00%	
Catari Angola, Lda	a)	Luanda	100,00%		100,00%	
Cepheus, S.A.		Maputo	99,96%		99,96%	
Combustíveis do Songo, SA		Songo	100,00%		100,00%	
Constellation, S.A.		Maputo	57,12%		57,12%	
Creative Shots, SA		Lisboa	100,00%		100,00%	
Empreendimentos Turísticos Montebelo - Soc. Tur. e Recreio, SA		Viseu	99,82%		99,82%	
FIMMO - Fundo Esp. Inv. Imob. Fechado		Porto Salvo	100,00%		100,00%	
Gesvisa - Património Imobiliário, SA		Lisboa	99,85%		99,85%	
Ifervisa - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA		Lisboa	100,00%		100,00%	
Imobiliária Panorama, Lda		Maputo	70,00%		70,00%	
Imovisa - Imobiliária de Moçambique, Lda	a)	Maputo	49,00%		49,00%	
Inhambane Empreendimentos, Lda		Maputo	80,00%		80,00%	
Martifer-Visabeira, SA	a)	Maputo	50,00%		50,00%	
Mercury Comercial, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Mercury Comercial, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Mercury South Africa, Lda		Joanesburgo	100,00%		100,00%	
Milibangalala, SA		Maputo	70,00%		70,00%	
Montebelo Alcobça Historic Hotel, SA		Alcobça	100,00%		-	
Mundicor - Viagens e Turismo, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA		Aveiro	54,57%		54,57%	
Soginveste Empreendimentos, Lda		Maputo	70,00%		70,00%	
Turvisa - Empreendimentos Turísticos, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Tropo Squisito Lisboa, Lda		Lisboa	84,85%		84,85%	
VAA - Empreendimentos Turísticos, SA		Ílhavo	99,55%		99,55%	
Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas, SA		Maputo	64,43%		64,43%	
Visabeira Angola - Investimento e Participações, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Visabeira Espanha, SA		Madrid	61,00%		61,00%	
Visabeirahouse - Sociedade de Mediação Imobiliária, S.A.		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Imobiliária, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Imobiliária, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visabeira Moçambique, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Visabeira Saúde, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Serviços, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visabeira Turismo Imobiliária e Serviços, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visabeira Investigação e Desenvolvimento, SA		Viseu	100,00%	100,00%	-	
Visaqua - Gestão de Infraestruturas e Serviços, Ambientais, SA		Maputo	51,00%		51,00%	
Visauto - Reparações Auto, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Visa House - Sociedade de Mediação Imobiliária, SA		Maputo	100,00%		100,00%	
Zambeze - Restauração, SA	a)	Lisboa	50,00%		50,00%	
Zambeze Village, Lda		Maputo	63,00%		63,00%	

a) As empresas indicadas são consideradas subsidiárias e consolidadas pelo método integral, porque o Grupo Visabeira tem o poder de controlar as participadas e nessa capacidade está exposto a resultados variáveis. Na avaliação da existência de controlo, foram tidos em consideração aspetos particulares, como sejam a detenção da maioria dos direitos de voto, acordos de gestão e representatividade nos órgãos de gestão. No caso específico da TVCABO Angola, detida em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela Angola Telecom, que beneficia do know-how e competência técnica que a marca Visabeira garante com mais de 40 anos de atividade no domínio das Telecomunicações, o Grupo possui o controlo de todas as atividades relevantes: construção, financiamento (dependente da manutenção do Management and Technical Assistance Agreement (MTAA) da TVCABO com a Visabeira); conteúdos; apoio tecnológico e seleção de recursos humanos, incluindo o Diretor-geral. No caso específico da TVCABO Moçambique e da Televisa, ambas detidas em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela TMCEL, a situação é idêntica à da TVCABO Angola.

6. Investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos

	Sede social	Participação		Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico		Efeito do MEP no resultado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
VISABEIRA GLOBAL									
Aceec, ACE	Viseu	50,00%	50,00%	51.397	0	-357	-357	0	0
Beiragás, SA	Viseu	23,55%	23,55%	46.695.877	1.649.689	11.330.053	10.935.103	388.530	327.270
Birla Visabeira Private Limited	Delhi	49,00%	49,00%	1.090.257	-861.965	651.073	1.118.320	-422.363	0
Domingos da Silva Teixeira/Visabeira, ACE	Lisboa	50,00%	50,00%	-329.827	0	0	0	0	0
Electrotec, SA	Maputo	n.a.	n.a.	-327.995	0	0	0	0	0
Ventos de Inhambane	Inhambane	32,50%	32,50%	150.000	0	48.750	48.750	0	0
Vista Power, Lda	Luanda	50,00%	50,00%	382.000	0	191.000	191.000	0	0
Yetech, SA	Cancún	30,00%	30,00%	105.000	0	0	0	0	0
Jayme da Costa - Energia e Sistemas, SA	Vila Nova de Gaia	15,00%	15,00%	-8.184.932	-11.137.295	1.906.802	3.077.396	-1.670.594	-201.845
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS									
Doutibelo, Lda	Viseu	19,97%	19,97%	2.801.793	189.899	3.210.457	3.172.534	37.923	9.399
Doutibelo, Lda - empréstimos						2.580.524	2.761.526	-	-
Lípilichi Wilderness Investments, Lda	Port-Louis	30,00%	30,00%	-2.943.293	0	0	0	0	0
Mtdendele Holdings, Lda	Port-Louis	25,00%	25,00%	1.518	0	0	0	0	0
Sem Amarras, SA	Viseu	19,97%	19,97%	1.887.720	85.266	2.258.735	2.241.708	17.028	-919
Sem Amarras, SA - empréstimos						5.143.498	5.143.498	-	-
Imensis - Soc. Gestão Empreem. Imobiliários, Lda	Maputo	49,00%	49,00%	297.628	0	66.629	66.629	0	0
Predibeira - Compra e Venda de Propriedades, Lda	Viseu	50,00%	50,00%	209.928	-2.038	104.964	105.983	-1.019	-1.028
Twin City Maputo, Lda	Maputo	39,00%	39,00%	28.770	0	33.794	33.794	0	0
TOTAL						27.525.922	28.895.885	-1.650.496	132.877

O quadro que se segue evidencia a informação resumida das associadas mais significativas:

	Ano	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
VISABEIRA GLOBAL					
Beiragás, SA	2021	79.599.725	34.580.794	14.198.693	12.809.113
	2022	80.575.445	33.879.568	15.117.517	13.467.829
Jayme da Costa - Energia e Sistemas, SA	2021	17.335.188	14.920.672	11.645.290	12.872.760
	2022	31.057.373	35.704.298	30.040.911	40.962.913
Doutibelo, Lda	2021	7.245.642	4.633.748	511.959	464.892
	2022	7.231.122	4.429.328	741.992	552.093
Sem Amarras, SA	2021	8.226.101	6.423.648	274.369	278.972
	2022	8.088.075	6.200.356	394.093	308.827
TOTAL 2021		112.406.656	60.558.862	26.630.311	26.425.737
TOTAL 2022		126.952.015	80.213.550	46.294.513	55.291.662

A Beiragás é a concessionária das infraestruturas de distribuição de gás da região Centro Interior, que consiste na gestão da rede de distribuição de gás, em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público, nos termos da regulamentação aplicável.

A Jayme da Costa tem como atividades a aparelhagem e equipamentos (fabrico e comercialização de equipamentos de baixa e média tensão) e energia e instalações elétricas que consiste no projeto, desenho e montagem de instalações elétricas até 72,5 KV, sendo um parceiro estratégico para o Grupo Visabeira. A Doutibelo Participações, S.A. e a Sem Amarras - Empreendimentos Turísticos, Lda. são empresas que têm como objeto principal a indústria hoteleira, empreendimentos turísticos e similares e prestação de serviços inerentes. O Grupo tem com estas empresas contratos de exploração dos seus ativos.

7. Outros investimentos financeiros

7.1 Outros investimentos financeiros não correntes

	Sede Social	2022 %	Valor de Balanço 2022	2021 %	Valor de Balanço 2021
PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL					
a) Investimentos financeiros ao justo valor através de resultado*					
Participações no capital					
C2 Capital Partners (Ex Capital Criativo)		1,05%	1.450.000	n.d.	1.450.000
Lince capital		n.d.	500.000		0
Core Capital, SA	Lisboa	n.d.	448.718	n.d.	448.718
Transcom - S. F. C. Auditoria T. Comunicações, SARL	Maputo	22,00%	431.199	22,00%	431.199
Parque de Ciência e Inovação (PCI)	Ílhavo	5,00%	375.000	5,00%	375.000
Fundação Visabeira, ISS	Viseu	76,58%	288.000	76,58%	288.000
Iberis Capital	Lisboa	n.d.	260.000	n.d.	232.500
Outras participações*			1.124.649		1.610.835
			4.877.566		4.603.752
b) Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral					
Pharol SGPS, SA		0,87%	409.877	1,02%	689.947
c) Pagamentos antecipados					
Investimento em curso			2.877.030		750.000
Total			8.164.473		6.043.699

*Não foi apurado o justo valor destes ativos dado se tratar de participações minoritárias de reduzida dimensão para as quais o Conselho de Administração Executivo entende que o seu justo valor está próximo do respetivo custo de aquisição.

Durante o ano de 2022, o Grupo Visabeira vendeu 1,4 milhões de ações da Pharol. O valor de venda foi de 74 mil euros tendo registado uma menos valia no valor de 27 mil euros.

Relativamente aos investimentos na C2 Capital Partner, Line Capital, Core Capital e Iberis Capital, são investimentos em fundos de investimento, cuja percentagem detida de unidades de participação é reduzida, não tendo o Grupo Visabeira controlo ou influência significativa sobre os referidos fundos. Como referido, estão mensurados ao Justo Valor através de resultados.

A Fundação Visabeira é uma IPSS e, apesar da percentagem elevada de participação (76,58%), estatutariamente o Grupo Visabeira não exerce controlo ou influência significativa sobre a Fundação.

Em 2021, o adiantamento por conta da aquisição de investimentos financeiros diz respeito ao processo da aquisição em curso da Inpower Group, como descrito na Nota 8.

Em 2022, o adiantamento por conta da aquisição de investimentos financeiros diz respeito ao processo da aquisição da Arquiled, como descrito na Nota 8. De notar que, durante este período, foi alienada a participação detida pelo Grupo na Vibeiras, que estava escriturada por 314 mil euros.

7.2 Outros investimentos financeiros correntes

	Valor de Balanço 2022	Valor de Balanço 2021
Outros instrumentos financeiros registados ao justo valor através do resultado		
BCP	344.717	331.767
Outras participações em empresas cotadas	47.235	47.342
TOTAL	391.952	379.109

8. Alterações ao perímetro de consolidação

AQUISIÇÕES 2021

Durante o exercício de 2021, o Grupo Visabeira manteve a sua estratégia de investimento para expansão de novas geografias e reforço da sua posição nos mercados onde está presente através da aquisição de empresas como detalhado abaixo:

AQUISIÇÕES / CONSTITUIÇÕES	País		% Adquirida/ Constituída*	% Capital detido após a aquisição	Data	Valor
Visactys, SASU	França	Constituição	100,00%	100,00%	01.09.2021	20.000
SCI Constructel Italia, SRL	Itália	Constituição	100,00%	100,00%	01.09.2021	10.000
EIP Serviços, SA	Portugal	Aquisição	100,00%	100,00%	01.09.2021	11.611.056
Cunha Soares & Filhos, SA	Portugal	Aquisição	80,00%	80,00%	01.10.2021	30.011.610
Ferreira e Coelho, Lda	Portugal	Aquisição	51,00%	51,00%	05.05.2021	75.000
Asfalis - Mediação de Seguros, SA	Portugal	Constituição	100,00%	100,00%	29.11.2021	50.000
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL	São Tomé	Aquisição	51,00%	51,00%	01.11.2021	3.926.606
Holding Escot Telecom Maroc, SARL	Marrocos	Aquisição	100,00%	100,00%	29.03.2021	2.290.963
Catari Angola, Lda	Angola	Aquisição	50,00%	100,00%	02.02.2021	4.999
TOTAL						48.000.234

* Valor da participação financeira

Nas situações que deram origem ao reconhecimento do Goodwill (ver Nota 23), o mesmo justifica-se pelas sinergias esperadas decorrentes da atividade desenvolvidas pelas novas empresas e do acesso a novas geografias. A quantia do goodwill apurado não é dedutível fiscalmente.

Nenhuma das aquisições envolve acordos de retribuição contingente nem deu lugar ao reconhecimento de ativos a receber de indemnizações, tal como não foram identificados quaisquer passivos contingentes.

Nas aquisições do exercício, o Grupo optou por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor.

AQUISIÇÕES NA EUROPA

As aquisições na Europa deram origem a um goodwill de 41.683.550 euros e a um aumento dos ativos e dos passivos do Grupo (reportado às datas de aquisição) de 39.125.148 euros e 38.755.299 euros, assim resumidos:

	EIP Serviços	Cunha Soares	TOTAL
VALOR DA POSIÇÃO ANTES DA AQUISIÇÃO			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.789.240	1.707.877	3.497.116
Outros ativos	16.792.531	2.831.151	19.623.682
Caixa e equivalentes de caixa	3.351.803	12.652.547	16.004.350
Outros passivos	-23.717.384	-15.037.916	-38.755.299
Total de ativos líquidos	-1.783.810	2.153.658	369.848
Preço de aquisição	11.611.056	30.011.610	41.622.666
Goodwill	13.394.866	28.288.684	41.683.550
Interesses que não controlam	0	430.732	430.732

Aquando da atribuição do justo valor aos ativos líquidos da EIP Serviços e da Cunha Soares, no caso específico do saldo de clientes, foi efetuada uma análise do valor recuperável, tendo sido identificado apenas um saldo na EIP Serviços com a EIP Angola cujo valor contratual de 10 milhões de euros não é expectável que seja recuperado, pelo que se atribuiu um valor nulo. Relativamente aos restantes clientes não foi identificada qualquer imparidade, pelo que o seu valor líquido contabilístico reflete o justo valor.

À data de 31 de dezembro de 2021, importa mencionar que o montante de aquisição da Cunha Soares não foi pago na sua totalidade existindo um passivo de 21,7 milhões de euros, conforme descrito na nota 37.

Para o cálculo dos interesses que não controlam, estes foram mensurados pela contribuição proporcional do justo valor dos ativos líquidos.

As percentagens de interesse consideradas para efeitos de consolidação têm em consideração o exercício das referidas opções de venda (19% no caso da Cunha Soares; 10% no caso da EIP Serviços) por parte dos anteriores proprietários. A este respeito, ver em 2.3 a política contabilística seguida para mensurar as opções de venda concedidas a acionistas minoritários no âmbito de combinações de negócios.

Conforme política contabilística descrita na nota 2.3, os montantes dos ativos e passivos reconhecidos em consequência da aquisição da EIP Serviços e da Cunha Soares foram provisoriamente mensurados com referência a 31 de dezembro de 2021, tendo sido posteriormente ajustados após obtenção de informação necessária para identificação e mensuração adequada dos mesmos, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	EIP Serviços	Cunha Soares	TOTAL
PRINCIPAIS INDICADORES			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.789.240	1.707.877	3.497.116
Outros ativos	16.792.531	2.831.151	19.623.682
Caixa e equivalentes de caixa	3.351.803	12.652.547	16.004.350
Outros passivos	-23.717.384	-17.537.916	-41.255.299
Total Ativos Líquidos	-1.783.810	-346.342	-2.130.152
Preço de aquisição	14.286.325	31.251.144	45.537.469
Goodwill (líquido de imposto)	16.070.135	31.528.217	47.598.352

Relativamente à Cunha Soares, foi reconhecido um passivo adicional no valor de aproximadamente 2,5 milhões de euros, associado a uma provisão para outros riscos e encargos, e o justo valor da retribuição contingente (incluída na retribuição transferida) foi incrementado em aproximadamente 1,2 milhões de euros, o que originou um incremento do Goodwill em cerca de 3,7 milhões de euros em termos agregados. Relativamente à EIP Serviços, o justo valor da retribuição transferida foi incrementado em aproximadamente 2,6 milhões de euros.

AQUISIÇÕES EM ÁFRICA

As aquisições em África deram origem a um goodwill de -10.103.965 euros e a um aumento dos ativos e dos passivos do Grupo (reportado às datas de aquisição) de 45.297.930 euro e 9.897.748 euros, assim resumidos:

	EIP Serviços	Cunha Soares	TOTAL
VALOR DA POSIÇÃO ANTES DA AQUISIÇÃO			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	33.561.381	138.227	33.699.608
Outros ativos	7.425.438	443.710	7.869.148
Caixa e equivalentes de caixa	3.458.347	270.828	3.729.174
Outros passivos	-9.245.446	-652.302	-9.897.748
Total de ativos líquidos	35.199.720	200.462	35.400.183
Preço de aquisição	3.926.606	2.290.963	6.217.568
Goodwill	-12.194.465	2.090.500	-10.103.965
Interesses que não controlam	19.078.649	0	19.078.649

No que diz respeito às principais diferenças entre o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos da empresa Companhia Santomense de Telecomunicações, de realçar o registo da valorização dos seus ativos fixos tangíveis, nomeadamente, os ativos associados à sua rede de telecomunicações, o valor de 11,8 milhões de euros e o respetivo imposto diferido passivo no montante de 2,9 milhões de euros e o reconhecimento de custo amortizado relacionado com a dívida a receber do Estado de São Tomé no montante de 1,6 milhões de euros líquidos de imposto diferido. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. O goodwill negativo é explicado pelo processo de reestruturação financeira executado pela OI, acionista da Africatel que por sua vez detinha a participação da Companhia Santomense de Telecomunicações. Relativamente à empresa Escot Maroc, não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico dos ativos e passivos adquiridos destas entidades.

AQUISIÇÕES EM CURSO

A Constructel adiantou um montante de 705 mil euros para a aquisição da Inpower Group, uma empresa no ramo das telecomunicações, com sede em Itália.

IMPACTO DAS AQUISIÇÕES 2021

As aquisições tiveram o seguinte impacto na demonstração de resultados do Grupo:

PRINCIPAIS INDICADORES	EIP Serviços	Cunha Soares	Companhia Santomense de Telecomunicações	Escot Maroc	TOTAL
	(set-dez)	(out-dez)	(nov-dez)	(jan-dez)	
Impacto em 2021 nas contas consolidadas					
Volume de negócios	10.669.199	4.966.829	2.246.409	2.511.834	20.394.272
EBITDA	2.379.323	2.315.102	488.271	1.053.743	6.236.439
Resultado líquido	1.258.358	1.784.384	-81.067	1.038.644	4.000.320

De salientar que a consolidação da EIP é apenas relativa a 4 meses uma vez que o processo de cisão apenas foi concluído a 31 de agosto. Caso as aquisições acima descritas tivessem ocorrido no dia 1 de janeiro de 2021, o volume de negócios do Grupo seria cerca de 1.196 milhões de euros e o EBITDA teria sido 193,3 milhões de euros.

ALIENAÇÕES DE 2021

Durante o exercício de 2021, o Grupo Visabeira terminou o processo de alienação da empresa Granbeira, já iniciado em 2020 (Nota 9).

AQUISIÇÕES DE 2022

Durante o exercício de 2022, o Grupo Visabeira manteve a sua estratégia de investimento para expansão de novas geografias e reforço da sua posição nos mercados onde está presente através da aquisição de empresas como detalhado abaixo:

AQUISIÇÕES / CONSTITUIÇÕES	País		% Adquirida/ Constituída*	% Capital detido após a aquisição	Data	Valor
Inpower Group	Itália	Aquisição	100,00%	54,50%	01.01.2022	3.650.000
Elektro-Würkner	Alemanha	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2022	21.214.372
Obelisk	República da Irlanda	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2022	7.642.023
MJ Quinn Solar	Reino Unido	Aquisição	80,00%	100,00%	01.01.2022	2.456.854
Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel	Portugal	Constituição	51,00%	100,00%	01.01.2022	50.000
Visabeira Investigação e Desenvolvimento	Portugal	Constituição	100,00%	100,00%	01.01.2022	50.000
EIP Angola	Angola	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2023	44.238
TOTAL						35.107.487

* Valor da participação financeira

Nas situações que deram origem ao reconhecimento do Goodwill (ver Nota 23), a mesmo justifica-se pelas sinergias esperadas decorrentes da atividade desenvolvidas pelas novas empresas e do acesso a novas geografias. A quantia do goodwill apurado não é dedutível fiscalmente.

Nenhuma das aquisições envolve acordos de retribuição contingente nem deu lugar ao reconhecimento de ativos a receber de indemnizações, tal como não foram identificados quaisquer passivos contingentes.

Nas aquisições do exercício, o Grupo optou por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor.

AQUISIÇÕES EM ÁFRICA

Em 2022, ocorreu a entrada no perímetro do Grupo Visabeira da subsidiária EIP Angola. Esta entidade foi adquirida no âmbito do processo de aquisição das subsidiárias do Grupo EIP SA, sendo a operação relativa à aquisição desta empresa sediada em Angola concluída apenas no início do ano 2022. Os valores de aquisição e o efeito das alterações do perímetro são imateriais na esfera do Grupo Visabeira.

AQUISIÇÕES NA EUROPA

As aquisições na Europa deram origem a um goodwill de 29.749.021 euros e a um aumento dos ativos e dos passivos do Grupo (reportado às datas de aquisição) de 56.218.052 euros e 45.627.926 euros, assim resumidos:

	Inpower Group	Elektro-Würkner	Obelisk	MJ Quinn Solar	TOTAL
VALOR DA POSIÇÃO ANTES DA AQUISIÇÃO					
Ativos tangível e intangível	2.075.310	4.620.757	9.331.795	86.735	16.114.597
Clientes	11.174.157	4.195.593	3.400.176	1.055.159	19.825.085
Outros ativos	7.153.497	1.356.386	7.739.195	74.446	16.323.524
Caixa e equivalentes de caixa	1.002.997	1.117.550	1.540.571	293.727	3.954.846
Financiamentos obtidos	-1.188.549	0	-3.106.579	-14.080	-4.309.208
Outros passivos	-17.873.038	-4.766.011	-21.627.298	-1.361.579	-45.627.926
Total de ativos líquidos	2.344.375	6.524.276	-2.722.140	134.408	6.280.919
Preço de aquisição	3.650.000	21.214.372	7.642.023	2.456.854	34.963.249
Goodwill	2.372.316	14.690.096	10.364.163	2.322.446	29.749.021
Interesses que não controlam	1.066.691	0	0	0	1.066.691

No que diz respeito à Inpower Group, a principal diferença entre o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, de realçar o registo de um ativo intangível relacionado com contratos com clientes e o respetivo imposto diferido passivo. No cálculo do intangível foi considerada uma taxa de desconto de 4,9 %. De referir ainda que decorrente do processo de aquisição ocorreu o reembolso de empréstimo ao ex-acionista maioritário de 250 mil euros. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. No cálculo dos interesses que não controlam, foram mensurados pela contribuição proporcional do justo valor dos ativos líquidos. Importa detalhar o montante de investimento realizada pela Empresa para aquisição desta subsidiária:

	InPower
Custo de aquisição da participação	3.650.000
Aumento de capital	1.144.500
Total do investimento	4.794.500
Pagamentos no exercício	3.894.500
Retribuição contingente	900.000

Em relação à Elektro-Würkner GmbH, as principais diferenças entre o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, de realçar o registo de um ativo intangível no valor de 3,8 milhões de euros, relacionado com contratos com clientes, o respetivo imposto diferido passivo, o desconhecimento de um ativo financeiro no valor de 7,8 milhões de euros distribuídos ao anterior acionista na forma de dividendos e ainda uma distribuição de dividendos no montante de 3 milhões de euros liquidado por depósitos acumulados. No cálculo do intangível foi considerada uma taxa de desconto de 3,8%. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Elektro-Würkner	
Custo de aquisição da participação	21.214.372
Aumento de capital	2.044.395
Total do investimento	23.258.767
Pagamentos no exercício	14.784.979
Retribuição contingente	8.473.788

Já na Obelisk, as principais diferenças entre o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, de realçar o registo de um ativo intangível relacionado com contratos com clientes no montante de 7 milhões de euros e o respetivo imposto diferido passivo, a anulação do goodwill de 6,2 milhões de euros e ainda o valor de 700 mil euros referente a custos de reestruturação que não estavam corretamente especializados a 31 de dezembro de 2021 realizado pela própria Obelisk. No cálculo do intangível foi considerada uma taxa de desconto de 4,6%. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Obelisk	
Custo de aquisição da participação	7642.023
Aumento de capital	10.409.984
Total do investimento	18.052.007
Pagamentos no exercício	15.312.986
Retribuição contingente	2.739.021

Por fim, em relação à MJ Quinn Solar, não foi feita qualquer alteração ao valor justo dos seus capitais à data de aquisição.

MJ Quinn Solar	
Custo de aquisição da participação	7642.023
Aumento de capital	7642.023
Total do investimento	1.102.446
Pagamentos no exercício	1.202.430
Retribuição contingente	151.978

AQUISIÇÕES EM CURSO

A Constructel Visabeira, subsidiária da Visabeira Global, adiantou um montante de 2,9 milhões de euros para a aquisição da Arquiled. A Arquiled é uma empresa que concebe, desenvolve e produz soluções de iluminação utilizando a tecnologia LED, com uma forte especialização em iluminação pública, sistemas e serviços com foco especial na eficiência energética.

IMPACTO DAS AQUISIÇÕES

As aquisições tiveram o seguinte impacto na demonstração de resultados do Grupo:

PRINCIPAIS INDICADORES	Inpower Group	Elektro-Würkner	Obelisk	MJ Quinn Solar	TOTAL
Impacto em 2022 nas contas consolidadas	(jan-dez)	(jan-dez)	(jan-dez)	(jan-dez)	
Volume de negócios	33.635.155	29.258.644	32.716.917	4.282.049	99.892.765
EBITDA	1.886.657	4.708.035	2.640.694	566.644	9.802.030
Resultado líquido	1.420.601	2.311.209	836.840	482.585	5.051.235

De referir que as quatro empresas são controladas pela Constructel Visabeira desde o início do exercício, pelo que toda a atividade 2022 foi incluída na consolidação.

AQUISIÇÕES 2023

Após o fim do período de relato, mas antes de as demonstrações financeiras receberem autorização de emissão, adquirimos três novas empresas, Arquiled, em Portugal, a O+M, em França e a Tavan na Alemanha. O purchase price allocation ainda não está concluído, mas seguem abaixo os valores provisórios.

	Arquiled	O+M	Tavan
PRINCIPAIS INDICADORES			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.588.474	94.466	13.256.837
Outros ativos	5.290.512	1.923.980	11.354.062
Caixa e equivalentes de caixa	541.800	1.031.698	2.289.442
Outros passivos	-11.426.147	-1.867.428	-20.260.222
Total de ativos líquidos	-4.005.361	1.182.716	6.640.119
Preço de aquisição	2.560.000	6.148.667	86.323.442
Goodwill	6.565.361	4.965.951	79.683.323

ALIENAÇÕES/DISSOLUÇÕES 2022

Durante o exercício de 2022 ocorreu a dissolução da Constructel Sweden. A 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos desta empresa no consolidado da Constructel Visabeira eram de 98.164 euros e 89.549 euros, respetivamente. Tais valores são considerados materialmente irrelevantes.

ALTERAÇÃO DAS PERCENTAGENS DE INTERESSES EM ENTIDADES CONTROLADAS

Em maio de 2022, o Grupo Visabeira concluiu o processo de alienação de parte do Capital da subsidiária Constructel Visabeira. Foi alienado 21,86% do capital à Goldman Sachs e 0,03% a outros acionistas minoritários, nomeadamente membros da Gestão da Constructel Visabeira, passando assim o Grupo Visabeira a deter 78,11% da empresa. A alienação ocorreu por via de um aumento de capital da Constructel Visabeira que não foi acompanhado pelo Grupo Visabeira, existindo, portanto, uma diluição da sua participação.

A alteração da percentagem gerou uma mais-valia significativa que pode ser detalhada da seguinte forma:

Retribuição recebida de interesses que não controlam	200.215.997
Valor dos ativos líquidos atribuídos aos Interesses que não controlam	-49.089.902
Custos incorridos com a transação	-4.366.635
Justo Valor do passivo financeiro de Downside Protection (ver nota 37)	-35.517.221
Diferença reconhecida em Resultados Retidos	111.242.239

9. Atividades descontinuadas

Durante o ano de 2021 e 2022, não se registaram atividades descontinuadas. No mesmo sentido, desde 31 de dezembro de 2022 até à presente data não existem decisões para descontinuar atividades operacionais.

10. Principais indicadores de atividade

10.1 Principais indicadores por atividade / geografia

A) POR ÁREA DE ATIVIDADE

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Volume de negócios	2021	983.354.999	153.388.058	33.898.045	1.170.641.102
	2022	1.209.706.565	189.202.407	52.863.801	1.451.772.773
EBITDA	2021	149.433.394	24.404.386	9.426.442	183.264.222
	2022	160.324.917	32.666.693	16.636.907	209.628.517
Resultado operacional recorrente **	2021	89.829.226	8.926.943	2.108.908	100.865.077
	2022	86.822.268	17.661.455	1.691.386	106.175.109
Resultado líquido	2021	61.817.891	-1.611.473	-22.244.693	37.961.724
	2022	59.731.122	5.266.650	-18.733.790	46.263.982
Ativos tangíveis/intangíveis/direito de uso	2021	458.197.426	243.195.206	181.746.386	883.139.017
	2022	482.444.465	236.075.545	228.649.566	947.169.576
Inventários	2021	56.681.854	44.152.309	33.124.040	133.958.202
	2022	72.944.802	53.856.460	31.691.546	158.492.807

Em 2022, o Volume de negócios detalha-se como se segue:

	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Rédito de contratos com clientes	1.209.706.565	189.202.407	52.707.176	1.451.616.148
Rédito de rendas	0	0	156.626	156.626
TOTAL	1.209.706.565	189.202.407	52.863.801	1.451.772.773

B) POR GEOGRAFIA*

	Anos	Portugal	Europa	África	América e Ásia	TOTAL
Volume de negócios	2021	235.634.720	739.526.757	99.583.342	95.896.282	1.170.641.102
	2022	436.258.236	785.052.989	153.831.287	76.630.261	1.451.772.773
EBITDA	2021	43.711.784	80.798.759	36.307.858	22.445.821	183.264.222
	2022	64.565.113	77.319.908	52.179.263	15.564.234	209.628.517
Resultado operacional recorrente **	2021	27.744.112	39.178.728	15.305.125	18.637.112	100.865.077
	2022	25.029.386	24.013.246	47.044.383	10.088.095	106.175.109
Resultado líquido	2021	-11.362.289	23.401.221	12.612.104	13.310.688	37.961.724
	2022	2.917.586	27.518.991	8.490.862	7.336.542	46.263.982
Ativos tangíveis/intangíveis/direito de uso	2021	420.401.491	73.161.947	374.045.731	15.529.848	883.139.017
	2022	433.371.848	76.507.002	418.312.663	18.978.063	947.169.576
Inventários	2021	95.654.615	15.603.558	19.063.607	3.636.422	133.958.202
	2022	105.924.841	26.057.117	20.884.088	5.626.761	158.492.807

* Distribuição de acordo com a localização da sede da empresa

** Excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões

10.2 Ativos associados a contratos com clientes

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Total ativos associados a contratos com clientes	2021	135.574.889	2.284.267	603.366	138.462.521
	2022	187.967.643	1.769.911	888.869	190.626.422

Os valores dos ativos associados a contratos com clientes são principalmente valores da Visabeira Global, resultantes da área das telecomunicações. Estes valores dizem respeito a serviços já efetuados de acordo com os termos contratados com o cliente e ainda não faturados. A grande maioria dos valores foram faturados em 2022, com pequenas exceções para as empresas da área da construção, em que poderão ainda não estar totalmente faturados. Esta rubrica aumentou cerca de 52 milhões de euros, devido à entrada no perímetro da Inpower Group e da Obelisk, com um aumento de 11,9 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, respetivamente. Para além disso, contribuíram para este aumento a MJ Quinn (9,2 milhões de euros), Constructel Belgium com (6,1 milhões de euros) e a Constructel GmbH com um aumento de 3,3 milhões de euros. Foi considerado o cálculo das perdas por imparidade, de acordo com o modelo de Perdas de Crédito Esperadas (IFRS 9). Tendo em conta a natureza dos clientes e a maturidade dos saldos a receber, o valor apurado é imaterial. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 nenhum cliente representa mais do que 15% do volume de negócios consolidado. De salientar que existem ainda saldos relativos a contratos com clientes, relativos a serviços já faturados no valor de 207 milhões de euros (ver nota 27).

10.3 Passivos associados a contratos com clientes

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Adiantamentos de clientes	2021	8.201.906	698.553	844.858	9.745.316
	2022	9.640.796	2.504.703	2.654.977	14.800.477
Faturação efetuada relativa a serviços por prestar	2021	23.418.554	1.744.385	2.904.681	28.067.620
	2022	47.966.524	3.095.238	1.056.967	52.118.730
Total passivos associados a contratos com clientes	2021	31.620.459	2.442.938	3.749.539	37.812.936
	2022	57.607.321	5.599.941	3.711.944	66.919.206

O incremento nos valores dos passivos associados a contratos com clientes no segmento na área Global resulta da Constructel Belgium (9,4 milhões), da PDT (4,8 milhões), da Viatel (2,1 milhões) e da Visabeira Infraestruturas (1,5 milhões).

11. Trabalhos para a própria empresa

	2022	2021
Construção do site "Casa Alegre" - Vista Alegre	0	671.627
Aumento da capacidade fabril e introdução de novas tecnologias avançadas - MOB	278.347	89.673
Remodelação e otimização do sistema produtivo - Pinewells	237.565	332.200
Projeto Horus - Real Life	189.414	246.974
TOTAL	705.326	1.340.474

12. Outros proveitos e outros custos operacionais

	2022	2021
OUTROS PROVEITOS		
Proveitos suplementares	25.651.437	19.106.571
Ganhos com imobilizações corpóreas	3.233.108	2.635.332
Ganhos/(Perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias (Nota 8)	0	12.194.465
Subsídios ao investimento e exploração	5.699.774	12.870.671
TOTAL	34.584.320	46.807.039

	2022	2021
OUTROS CUSTOS		
Impostos	7.037.947	7.838.556
Outros	11.979.155	9.457.111
TOTAL	19.017.102	17.295.667

Em "Proveitos suplementares" estão incluídos vendas e débitos a subempreiteiros relativos a despesas suportadas em nome dos mesmos e ainda redébitos a outras partes relacionadas.

Em 2021, a rubrica de "Subsídios" diz respeito aos apoios extraordinários à redução da atividade económica em resultado dos impactos decorrentes da pandemia provocada pelo novo coronavirus da Covid-19. Esses apoios foram traduzidos através das medidas adotadas pelas várias empresas do Grupo, quer através da medida "Lay-off simplificado", quer através do "Apoio à Retoma da Atividade".

Na rubrica de "Impostos" está incluída essencialmente a tributação sobre o volume de atividade em França.

13. Fornecimentos e serviços externos

	2022	Peso %	2021	Peso %
Subcontratos	525.170.546	74%	410.741.054	72%
Rendas e alugueres	29.745.709	4%	20.531.018	4%
Combustíveis	24.865.853	3%	19.553.373	3%
Conservação e reparação	24.186.804	3%	24.040.829	4%
Trabalhos especializados	20.349.053	3%	18.363.987	4%
Seguros	13.065.264	2%	12.009.205	2%
Eletricidade	8.329.166	1%	8.947.230	2%
Transporte de mercadorias	5.796.552	1%	5.145.634	1%
Deslocações e estadas	5.723.789	1%	3.763.445	1%
Comunicação	5.211.922	1%	5.112.362	1%
Comissões	4.723.794	1%	5.113.434	1%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.510.171	1%	4.772.707	1%
Honorários	4.174.243	1%	2.516.778	-
Publicidade	3.768.590	1%	2.664.920	1%
Limpeza, higiene e conforto	2.820.295	-	2.395.312	1%
Vigilância e segurança	2.539.322	-	1.649.631	-
Material de escritório	1.649.051	-	2.089.726	-
Despesas de representação	1.474.081	-	861.209	-
Outros	25.431.009	4%	18.388.178	2%
TOTAL	713.535.215	100%	568.660.032	100%

Do aumento verificado nos subcontratos no valor de 114 milhões de euros, 42 milhões são justificados pelas alterações do perímetro verificadas no decorrer do exercício de 2022, sendo o restante resultado do crescimento da atividade do Grupo, que passa, no negócio de telecomunicações, por uma estratégia de contratação de mão-de-obra externa.

14. Gastos com o pessoal

	2022	2021
Remunerações do pessoal	264.985.608	234.147.335
Contribuições para a segurança social	43.559.729	39.006.064
Prémios para remunerações	3.531.071	3.588.702
Órgãos sociais	4.061.380	2.996.645
Seguros	2.267.157	2.013.227
Custos de ação social	1.043.284	886.299
Pessoal eventual e avençado	838.981	686.051
Outros	15.174.626	13.624.291
TOTAL	335.461.836	296.948.614

Em 2022, o Grupo, na rubrica de "Remunerações do pessoal", registou um incremento de 30 milhões de euros, dos quais 20 milhões de euros são relativos às recentes empresas adquiridas.

O número médio de colaboradores, ao longo do ano de 2022, ao serviço do Grupo foi de 13.605 empregados (2021: 12.897), com a distribuição por setor de atividade e geografia, evidenciada nos quadros seguintes:

Número médio de colaboradores por áreas de negócio	2022	2021
Global	8.794	8.247
Indústria	2.863	2.827
Turismo, Imobiliária e Serviços	1.947	1.824
TOTAL	13.605	12.897

Número médio de colaboradores por geografia	2022	2021
Portugal	5.686	5.428
Europa	4.273	3.896
África	3.465	3.175
América e Ásia	180	399
TOTAL	13.605	12.897

A remuneração do "pessoal-chave de gerência" (nos termos da IAS 24) é essencialmente de natureza fixa e não incluiu benefícios pós-emprego nem benefícios de cessação de emprego. No exercício de 2022 ascendeu a 4 milhões de euros (2021: 3 milhões de euros). O pessoal chave de gerência é referente ao Conselho de Administração do Grupo Visabeira bem como outros administradores das suas principais participadas.

15. Depreciações e amortizações

	2022	2021
DEPRECIAÇÕES TANGÍVEIS		
Terrenos e recursos naturais	106.812	1.196.716
Edifícios e outras construções	25.477.543	8.193.204
Equipamento básico	23.834.809	22.547.912
Equipamento de transporte	3.769.389	5.671.422
Equipamento administrativo	1.481.009	1.807.988
Outros	2.274.411	4.196.201
Total depreciações tangíveis	56.943.973	43.613.443

	2022	2021
DEPRECIAÇÕES ATIVOS DE DIREITOS DE USO		
Terrenos e recursos naturais	14.818	17.663
Edifícios e outras construções	12.959.045	13.656.761
Equipamento básico	946.261	727.735
Equipamento de transporte	19.682.918	14.232.005
Equipamento administrativo	83.406	116.261
Outros	526.407	139.801
Ativos tangíveis	15.776	17.210
Total depreciações ativos de direitos de uso	34.228.632	28.907.437

	2022	2021
AMORTIZAÇÕES INTANGÍVEIS		
Projetos de desenvolvimento e programas de computador	1.360.488	299.578
Order to Backlog	7.145.219	4.185.717
Outros	3.775.097	5.392.970
Total amortizações intangíveis	12.280.803	9.878.264

TOTAL DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	103.453.408	82.399.145
--	--------------------	-------------------

16. Provisões e perdas por imparidade

	2022	2021
Aumentos nas provisões e perdas por imparidade	8.896.066	1.172.397
Reduções nas provisões e perdas por imparidade	-2.271.507	-527.159
TOTAL	6.624.558	645.238

Em 2022 e 2021, nos "aumentos nas provisões e perdas por imparidade" destacam-se as provisões constituídas para, essencialmente, cobertura de riscos de cobranças de clientes, e o reforço de provisões para cobrir outras perdas estimadas. Segue detalhe da rubrica:

	2022	2021
Outras contas a receber	0	377.278
Perdas Imparidade Clientes	2.841.614	32.196
Provisões de Pensão Reforma	941.365	283.250
Provisões Outros Riscos e Encargos	-1.175.163	147.594
Imparidade do Goodwill	3.759.771	0
Outros	256.971	838.170
TOTAL	6.624.558	645.238

17. Juros suportados, líquidos

	2022	2021
Juros suportados		
Empréstimos obtidos	-40.978.480	-38.952.527
	-40.978.480	-38.952.527
Juros obtidos		
Empréstimos concedidos	2.185.625	1.841.133
	2.185.625	1.841.133
TOTAL	-38.792.855	-37.111.394

18. Ganhos / (perdas) em ações cotadas

	2022	2021
Outros ativos financeiros registados ao justo valor através de resultado (ver nota 7.2)	12.950	41.677
TOTAL	12.950	41.677

19. Outros custos financeiros, líquidos

	2022	2021
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-11.272.247	-20.811.101
Outros custos	-7670.913	-6.647.663
Variação de justo valor das retribuições contingentes	-170.275	2.068.480
Variação do justo valor do passivo financeiro de Downside Protection (ver nota 37)	9.020.770	0
Descontos de pronto pagamento concedidos	-455.373	-243.506
Diferenças de câmbio favoráveis	17.061.408	28.165.749
Descontos de pronto pagamento obtidos	99.714	40.926
Outros proveitos	173.381	290.165,3311
TOTAL	6.786.465	2.863.050

As diferenças de câmbio são explicadas essencialmente pelas transações com as seguintes moedas em que o Grupo tem operações relevantes (Meticais, Kwanzas, Libras Estrelinas e Dólares Americanos).

As operações de Moçambique contribuíram positivamente em 6,1 milhões de euros (2021: positivamente com 4,6 milhões de euros), em resultado da valorização do metical (2022: 68,18; 2021: 72,32), enquanto as operações em Angola contribuíram positivamente com 45 mil euros (2021: positivamente em 2,1 milhões de euros), em resultado da valorização do Kwanza (2022: 537,44; 2021: 629,02), para o saldo líquido das diferenças de câmbio. Relativamente aos impactos das Libras e Dólares, não existiu uma variação significativa, dado que as moedas em causa mantiveram uma cotação bastante estável em 2022.

Os custos registados na rubrica de “Variação do justo valor do passivo financeiro de Downside Protection” respeita à variação do passivo associado ao mecanismo de Downside Protection que permite à Goldman Sachs obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se venha a verificar uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento realizado pela Goldman Sachs. O valor do passivo financeiro mensurado na data da transação foi de 35,5 milhões de euros (ver nota 8), sendo que a 31 de dezembro de 2022 o passivo financeiro diminuiu em cerca de 9 milhões de euros, para 26,5 milhões de euros.

Na rubrica “Outros custos” estão contabilizados custos de juros relativos a factoring e confirming.

20. Imposto sobre o rendimento

	2022	2021
Imposto corrente	-19.232.675	-17.223.672
Imposto diferido	-3.274.710	-7.979.432
Provisões imposto sobre o rendimento	-2.100.000	-3.336.896
Imposto sobre o rendimento do exercício	-24.607.385	-28.540.001

ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO	2021	Alteração do perímetro	Efeito em resultados	Efeito em Capital Próprio	Transferências	2022
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	33.270.926	0	-4.235.095	231.852	1.381	29.269.064
Prejuízos fiscais	5.184.130	0	-1.967.184	601.394	-20.138	3.798.202
Variações cambiais não aceites fiscalmente	829.591	0	-583.340	48.850	0	295.101
Créditos fiscais	259.730	0	1.334.254	0	0	1.593.984
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	577.845	0	-2.101	0	0	575.744
Ajustamento fiscal de transição "snc"	602.526	0	0	0	0	602.526
TOTAL	40.724.748	0	-5.453.466	882.096	-18.757	36.134.620

PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO

Variação no justo valor de propriedades investimento	49.933.003	0	1.097.175	885.312	0	51.915.490
Correção monetária (IAS 29 - Angola)	9.216.663	0	-880.466	1.225.221	0	9.561.417
Variação no justo valor de ativos intangíveis	18.490.141	2.476.990	-1.973.665	0	0	18.993.466
Variação no justo valor de ativos fixos tangíveis	76.970.846	0	-2.359.587	6.814.900	-21.806	81.404.353
Ajustamento fiscal de transição "snc"	1.155.393	0	0	0	0	1.155.393
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	59.230	0	-26.360	0	0	32.869
Variações cambiais não aceites fiscalmente	1.293.813	0	1.391.267	63.725	-7.307	2.741.498
Ajustamento diferença amortizações aceites fiscalmente	3.526.803	0	572.880	219.642	0	4.319.325
Outras provisões	6.366.328	0	2.100.000	0	-1.203.974	7.262.354
TOTAL	167.012.220	2.476.990	-78.757	9.208.800	-1.233.087	177.386.166

No ano 2022, devido à valorização do metical e do kwanza, verificou-se um aumento de 9 milhões de euros no saldo passivo, com efeito em Capital Próprio. A quantia incluída em "Outras provisões" está relacionada com contingências fiscais que não em sede de imposto sobre o rendimento. Durante o exercício de 2022 existiu um reforço de 2,1 milhões de euros de provisões e uma diminuição de 1,2 milhões de euros devido ao pagamento relativo a contingências previamente provisionadas.

Destaque para as alterações do perímetro, que se verificaram no exercício, em consequência da entrada no perímetro da Elektro-Würkner e Inpower Group.

	2020	Alteração do perímetro	Efeito em resultados	Efeito em Capital Próprio	Transferências	2021
Ativo por imposto diferido						
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	35.687.704	401.377	-2.599.052	-219.103	0	33.270.926
Prejuízos fiscais	7.027.443	0	-2.369.865	526.553	0	5.184.130
Variações cambiais não aceites fiscalmente	2.335.694	726.780	-2.996.627	763.744	0	829.591
Créditos fiscais	532.481	0	-285.346	12.596	0	259.730
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	827.944	0	-2.101	-247.998	0	577.845
Ajustamento fiscal de transição "snc"	602.526	0	0	0	0	602.526
Total ativo por imposto diferido	47.013.791	1.128.157	-8.252.992	835.792	0	40.724.748

Passivo por imposto diferido

Variação no justo valor de propriedades investimento	51.187.499	0	-495.288	-759.208	0	49.933.003
Correção monetária (IAS 29 - Angola)	7.548.254	0	-630.476	2.298.885	0	9.216.663
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	1.945.589	0	-2.517	27.319	-1.970.390	0
Variação no justo valor de ativos intangíveis	20.105.419	0	-1.609.767	-5.510	0	18.490.141
Variação no justo valor de ativos fixos tangíveis	62.410.907	2.942.192	-2.108.230	13.725.977	0	76.970.846
Ajustamento fiscal de transição "snc"	1.155.393	0	0	0	0	1.155.393
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	105.220	0	-45.991	0	0	59.230
Variações cambiais não aceites fiscalmente	31.846	0	980.381	281.586	0	1.293.813
Ajustamento diferença amortizações aceites fiscalmente	0	0	0	1.556.413	1.970.390	3.526.803
Outras provisões	2.728.000	0	3.638.328	0	0	6.366.328
Total passivo por imposto diferido	147.218.127	2.942.192	-273.560	17.125.460	0	167.012.220

No ano 2021, devido à valorização do metical e do kwanza, verificou-se um aumento de 13 milhões de euros no saldo passivo.

As alterações do perímetro resultam da entrada no perímetro da Companhia Santomense de Telecomunicações e Electrotec.

A reconciliação do imposto do exercício detalha-se como se segue:

	2022	2021
Resultados antes de impostos	70.871.367	66.501.724
Taxa nominal de imposto sobre os lucros	21,0%	21,0%
Taxa de imposto - 21%	-14.882.987	-13.965.362
Taxas nominais de imposto diferenciadas	-3.693.657	-3.904.966
Diferenças entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	2.546.125	5.062.218
Tributação Autónoma	-705.736	-545.575
Provisões não dedutíveis	-445.000	0
Encargos financeiros não dedutíveis	-2.848.500	-3.007.266
Variações Patrimoniais negativos não refletidas no resultado líquido	1.173.877	0
Derrama	-247.073	-771.273
Diferenças temporárias	240.000	-294.354
Benefícios fiscais	-48.000	469.669
Correções de exercícios anteriores	-222.440	-756.625
Outros efeitos	-99.285	489.863
Total imposto corrente	-19.232.675	-17.223.671
Imposto diferido	-3.274.710	-7.979.432
Provisões	-2.100.000	-3.336.896

*Taxas IRC diferenciadas: França e Bélgica 25%; Moçambique 32%; Angola 25% (TVCAPO Angola - 35%); UK 19%; Itália 27,9%; Dinamarca 22%, Espanha 24% e Estados Unidos da América 30%.

21. Ativos tangíveis

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2021	22.740.630	309.216.252	147.285.746	7.854.982	6.162.077	25.238.858	47.426.700	198.213	566.123.457
Aumentos	333.402	7.000.108	25.007.614	7.651.265	1.104.738	1.035.885	18.819.696	0	60.952.708
Alienações/transferências	542.703	17.183.759	2.031.469	824.762	-1.792.539	4.551.546	-19.369.275	0	3.972.424
Alterações ao perímetro *	82.762	14.298.528	19.819.376	1.380.850	372.144	-337.660	171.797	0	35.787.796
Atualização cambial das Reavaliações	0	24.802.899	10.275.297	0	22.943	2.650.343	0	0	37.751.482
Efeito cambial	124.271	21.413.209	6.119.044	880.215	361.343	530.831	4.035.682	0	33.464.596
Imparidade	0	-2.070	-189.931	0	0	4.238	0	0	-187.763
Amortizações do exercício	-1.196.716	-8.193.204	-22.547.912	-5.671.422	-1.807.988	-4.196.201	0	0	-43.613.443
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	22.627.052	385.719.481	187.800.702	12.920.651	4.422.718	29.477.840	51.084.600	198.213	694.251.257
A 31 de dezembro de 2021									
Custos de aquisição	23.191.978	409.696.196	382.512.337	64.092.247	33.666.585	61.076.349	51.068.117	198.213	1.025.502.022
Amortizações acumuladas	516.511	149.086.266	239.630.560	51.134.509	28.667.452	43.756.214	-16.483	0	512.775.028
Perdas de imparidade	48.415	-462.550	4.978.569	37.087	682.364	24.018	0	0	5.307.903
Efeito das reavaliações líquido	0	124.647.002	49.897.494	0	105.949	12.181.722	0	0	186.832.166
Ativos tangíveis	22.627.052	385.719.481	187.800.702	12.920.651	4.422.718	29.477.840	51.084.600	198.213	694.251.257
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2022	22.627.052	385.719.481	187.800.702	12.920.651	4.422.718	29.477.840	51.084.600	198.213	694.251.257
Aumentos	1.263.591	17.407.163	22.174.768	2.257.259	1.881.851	-3.039.166	25.479.437	0	67.424.903
Alienações/transferências	2.440.438	39.793.514	-8.422.058	-246.168	-779.588	7.202.378	-25.777.021	0	14.211.494
Alterações ao perímetro *	33.725	2.120.251	956.965	2.650.769	89.979	367.894	322.638	0	6.542.221
Atualização cambial das Reavaliações	0	46.835.102	1.323.115	0	4.030	3.741	0	0	48.165.988
Efeito cambial	86.012	14.555.792	3.092.280	210.740	213.181	-36.377	676.507	0	18.798.134
Imparidade	-452.000	-18.760.790	-8.129.401	0	-19.380	-2.923.385	0	0	-30.284.956
Amortizações do exercício	-106.812	-25.477.543	-23.834.809	-3.769.389	-1.481.009	-2.274.411	0	0	-56.943.973
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	25.892.005	462.192.970	174.961.563	14.023.862	4.331.782	28.778.513	51.786.161	198.213	762.165.068
A 31 de dezembro de 2022									
Custos de aquisição	26.790.056	484.278.836	396.026.447	65.324.923	32.965.860	71.339.740	51.779.029	198.213	1.128.703.104
Amortizações acumuladas	397.636	166.982.888	258.959.913	51.239.470	28.042.318	51.799.288	-7.132	0	557.414.381
Perdas de imparidade	500.415	2.573	5.196.180	61.591	682.359	22.605	0	0	6.465.724
Efeito das reavaliações líquido	0	144.899.595	43.091.209	0	90.599	9.260.665	0	0	197.342.069
Ativos tangíveis	25.892.005	462.192.970	174.961.563	14.023.862	4.331.782	28.778.513	51.786.161	198.213	762.165.068

*Optou-se por apresentar os valores das amortizações acumuladas fiscais associadas aos ativos adquiridos.

Em 2022, os aumentos ocorridos são explicados essencialmente pela aquisição de equipamentos necessários para as equipas operacionais do Grupo Constructel Visabeira no valor de 19,2 milhões de euros, pelos investimentos para construção e expansão da rede de cobertura por partes das operações de televisão em África através da TVCABO em Angola e Moçambique no valor de 14,6 milhões de euros.

No Grupo Vista Alegre, no exercício de 2022 os investimentos realizados cifram-se em cerca de 7,1 milhões de euros, nomeadamente na aquisição de equipamentos no segmento da porcelana e grés, os quais potenciam uma maior eficiência operacional e a redução de custos, reforçando o posicionamento da Vista Alegre como detentora das fábricas tecnologicamente mais avançadas do mundo. Ainda na área da Indústria, importa realçar o investimento feito na Mob no valor de 5,5 milhões de euros em obras de melhoramento e expansão da unidade industrial. Na Pinewells o aumento de ativo no valor de 5,5 milhões de euros está relacionado com a aquisição de uma nova unidade industrial.

As alterações do perímetro mais relevantes para o aumento do ativo fixo tangível foram Obelisk (2,3 milhões de euros) e a Elektro-Wurkner (0,7 milhões de euros), adquiridas no decorrer do exercício de 2022.

Os valores mais significativos apresentados como “Ativos tangíveis em curso” dizem respeito às obras de ampliação e remodelação das unidades hoteleiras e à construção de novos espaços, na área do Turismo. Nesta área, destaca-se ampliação do Montebelo Agueira Lake Resort & SPA e a remodelação do Montebelo, com 6,9 milhões de euros e 4,9 milhões de euros, respetivamente. Os investimentos referidos das subsidiárias da Visabeira indústria representam nesta rubrica um total de 13,9 milhões de euros.

REAVALIAÇÃO DOS ATIVOS DAS REDES

A partir do exercício de 2019, o Grupo passou a mensurar os ativos das redes da TVCABO Angola e da TVCABO Moçambique de acordo com o modelo da reavaliação, em virtude da muito significativa desvalorização cambial do kwanza e do metical. O Grupo contratou uma entidade independente e credenciada, a PricewaterhouseCoopers GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, para proceder à determinação do justo valor a 31 de outubro de 2019 das redes da TVCABO e da TVCABO Moçambique, as quais incluem ativos como a rede de cobre, rede de fibra ótica, construção civil e equipamentos de controlo de rede (tais como servidores, routers e terminais) e equipamentos instalados nos clientes.

O justo valor foi determinado com base na abordagem de custo, que reflete a quantia que seria necessária para substituir a capacidade de serviço do ativo (habitualmente designada por custo atual de substituição). Como elementos relevantes da avaliação, destaca-se o custo de aquisição dos bens adquiridos na Europa, estimado por especialistas externos, apoiados pelos técnicos do Grupo. Ao custo de aquisição dos bens foi acrescentado uma quantia correspondente a transporte, montagem, e inclusivamente taxas aduaneiras, e alfandegárias para colocar os equipamentos em Angola e Moçambique, e ainda o custo de mão-de-obra para a sua instalação. Foram utilizadas estimativas quanto a custos de transporte e taxas aduaneiras.

O apuramento do justo valor enquadra-se no nível 3 da IFRS 13.

Se os ativos da TVCABO Angola, da TVCABO Moçambique e da Companhia Santomense de Telecomunicações tivessem sido mantidos ao custo, as quantias escrituradas seriam de 48,0 milhões de euros, 27,7 milhões de euros e 20,3 milhões de euros, respetivamente.

Em resultado da reavaliação, as amortizações do exercício foram de 6,7 milhões de euros (2021: 5,4 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2022, o efeito líquido do incremento da reavaliação dos ativos das redes ascende a 145,8 milhões de euros (Edifícios e outras Construções) e 43,1 milhões de euros (Equipamento Básico).

TESTES DE IMPARIDADE

O Grupo avalia, tal como descrito na nota 2.11, a existência de indícios de imparidade dos ativos tangíveis.

Tendo em conta o aumento significativo da quantia escriturada das redes da TVCABO Angola, da TVCABO Moçambique e de São Tomé (Companhia Santomense de Telecomunicações), foram realizados testes de imparidade de acordo com o método do valor de uso, baseados em planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo, com os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS TESTE DE IMPARIDADE	Angola	Moçambique	São Tomé
Periodo	2023-2027	2023-2027	2023-2027
Taxa de crescimento das vendas (CAGR)	7,75%	7,10%	2,37%
Taxa de câmbio (Euros)	537,44	68,18	24,37
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,38%	5,50%	5,03%
Taxa de desconto (2022)	17,16%	18,50%	11,38%
Taxa de desconto (2021)	14,77%	14,79%	10,52%

Em 2022, o Grupo Visabeira registou nos ativos relativos às redes de Angola e Moçambique uma imparidade e imposto diferido, no montante de 29,4 milhões de euros e 9,8 milhões de euros respetivamente na reserva de reavaliação. O motivo do registo desta imparidade resultou do aumento das taxas de desconto de Angola e Moçambique devido ao prémio de risco de investimentos nestas geografias e ao aumento da taxa de juro sem risco.

A sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade, efetuados aos ativos das redes dos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto e à taxa de crescimento na perpetuidade foram os seguintes:

SENSIBILIDADE AOS PRESSUPOSTOS CHAVE	Taxa de desconto na perpetuidade*		Taxa de crescimento na perpetuidade	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
TVCABO Angola	-4.368.645	4.826.906	780.780	-5.284.441
TVCABO Moçambique	-1.635.665	1.780.121	114.593	-113.715
Companhia Santomense de Telecomunicações	-2.243.548	2.624.177	201.122	-197.979

*Tendo em conta o impacto da inflação nas economias em causa, são usadas taxas de descontos diferentes em cada um dos períodos em análise.

No que respeita aos ativos de Angola, um aumento na taxa de desconto de 0,5% ou uma diminuição de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, implica um registo de imparidade no montante de 4,4 milhões de euros e 5,3 milhões de euros, respetivamente.

No que respeita aos ativos de Moçambique, um aumento na taxa de desconto de 0,5% ou uma diminuição de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, implica um registo de imparidade no montante de 1,6 milhões de euros e 114 mil euros, respetivamente.

Em relação aos ativos de São Tomé, as variações descritas não implicam registo de imparidades.

22. Ativos sob direito de uso

A rubrica de "Ativos sob direitos de uso", em 2022, tem a seguinte decomposição:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Ativos intangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2021	28.700	44.224.001	2.719.576	41.800.887	192.620	670.821	126.752	83.182	89.846.540
Aumentos	7.771	12.734.466	1.667.079	15.406.118	68.174	481.700	0	0	30.365.308
Abates	-45	-3.161.034	-70.965	-735.218	-4.912	-35.036	0	0	-4.007.210
Efeito cambial	485	549.111	0	1.079.799	989	12	0	0	1.630.396
Amortizações do exercício	-17.663	-13.656.761	-727.735	-14.232.005	-116.261	-132.981	-6.821	-17.210	-28.907.437
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	19.248	40.689.783	3.587.955	43.319.582	140.609	984.516	119.932	65.972	88.927.597
A 31 de dezembro de 2021									
Custos de aquisição	44.188	76.068.796	5.853.608	87.141.566	455.226	1.314.377	136.415	103.261	171.117.436
Amortizações acumuladas	24.940	35.379.013	2.265.653	43.821.984	314.617	329.861	16.483	37.289	82.189.839
Ativos sob direito de uso	19.248	40.689.783	3.587.955	43.319.582	140.609	984.516	119.932	65.972	88.927.597
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2022	19.248	40.689.783	3.587.955	43.319.582	140.609	984.516	119.932	65.972	88.927.597
Aumentos	20.066	7.933.712	1.423.955	20.767.205	0	1.190.433	0	0	31.335.372
Abates	0	-5.350.715	-537.075	439.825	0	-485.439	0	0	-5.933.404
Efeito cambial	9.447	417.662	-110.983	1.036.450	0	12	0	0	1.352.587
Amortizações do exercício	-14.818	-12.959.045	-946.261	-19.682.918	-83.406	-520.155	-6.252	-15.776	-34.228.632
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	33.944	30.731.396	3.417.590	45.880.143	57.204	1.169.367	113.679	50.196	81.453.520
A 31 de dezembro de 2022									
Custos de aquisição	66.902	64.353.794	6.589.428	93.889.348	447.307	2.007.687	136.415	103.261	167.594.142
Amortizações acumuladas	32.958	33.622.397	3.171.838	48.009.205	390.103	838.320	22.736	53.065	86.140.622
Ativos sob direito de uso	33.944	30.731.396	3.417.590	45.880.143	57.204	1.169.367	113.679	50.196	81.453.520

Os ativos mais relevantes nos Ativos sob direito de uso são, nos Edifícios e outras construções, o Montebelo Viseu Congress Hotel, e em medida mais reduzida outras unidades hoteleiras, nos Equipamentos de transporte, diversas viaturas de várias empresas, onde se destaca frota da MJ Quinn e da Constructel França.

Em 2022, o Grupo teve um aumento de 29 milhões de euros dos ativos sob direito de uso. Para este incremento, as empresas do perímetro da Constructel Visabeira contribuíram com 24,7 milhões de euros dos quais 20,5 milhões de euros relativos a investimento em equipamentos de transporte.

Em 2021, o Grupo teve um aumento de 30,3 milhões de euros dos ativos sob direito de uso. Para este incremento, as empresas do perímetro da Constructel Visabeira contribuíram com 22,7 milhões de euros dos quais 13,8 milhões de euros relativos a investimento em equipamentos de transporte.

23. Goodwill

	Ano de aquisição	Valor do goodwill 2022	Valor do goodwill 2021
VISABEIRA GLOBAL			
TELECOMUNICAÇÕES			
MJ QUINN - Integrated Services, Ltd	2018	53.970.861	56.958.936
Viatel - Tecnologia de Comunicações, SA	1997, 2002	14.997.178	14.997.178
Elektro-Würkner GmbH	2022	14.690.096	0
Franz-Josef Braun GmbH & Co. KG	2020	11.860.192	11.860.192
Oude Marktvoerliedennatie NV (OMV Natie)	2020	11.635.976	11.635.976
Obelisk International Group Holdings Ltd	2022	10.364.164	0
Constructelmodal, SA	2017	5.666.717	5.666.717
Inpower Group SCPA	2022	2.372.316	0
Escot Marrocos	2021	2.090.500	2.090.500
Outros		1.494.749	1.709.661
CONSTRUÇÃO			
Martifer Visabeira	2019	2.305.872	2.173.871
Edivisa - Empresa de Construções, SA	1993, 2002	888.354	888.354
Outros		415.801	245.225
ENERGIA			
Cunha Soares & Filhos, SA	2021	31.528.217	28.288.684
EIP Serviços, SA	2021	16.070.135	13.394.866
Toft Hansen, ApS	2019	2.609.671	2.609.671
MJ Quinn Solar, Ltd	2022	2.322.446	0
IEME, SRL	2017	1.263.270	1.263.270
Outros		153.502	247.456
VISABEIRA INDÚSTRIA			
Mob - Indústria de Mobiliário, SA	1998, 2002	1.320.221	1.320.221
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA	1992, 1998, 2001, 2002	905.101	905.101
Outros		325.420	551.392
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS			
Visabeira Moçambique, SARL	2001, 2002	0	3.390.676
Empreendimentos Turist. Montebelo, SA	1998, 2002	2.768.845	2.768.845
Outros		220.556	225.390
TOTAL		192.240.162	163.192.184

Os valores contabilizados na rubrica de goodwill dizem respeito em exclusivo a aquisições de participações financeiras. A aquisição de investimentos financeiros em entidades ou atividades empresárias sob controlo comum é registada i) através do “método de comunhão de interesses”, sendo o diferencial entre o custo da concentração e os ativos líquidos adquiridos (aos respetivos valores líquidos contabilísticos) registado por contrapartida de capital próprio; ou ii) através do método de aquisição (previsto na IFRS 3), sempre que a concentração de atividades empresariais de entidades sob controlo comum tiver substância comercial, seja realizada com o propósito de combinar entidades com atividades complementares e a transação tenha sido conduzida ao justo valor.

MOVIMENTOS DO ANO

Em 2022, houve a aquisição de novas empresas que representam um aumento de 29,7 milhões de euros. O goodwill destas aquisições teve por base o valor do ativo líquido à data de entrada no perímetro de consolidação e o preço de aquisição das mesmas. Para além disso, houve um aumento do goodwill das aquisições do ano 2021 das empresas Cunha Soares e EIP Serviços, no montante de 6,1 milhões de euros (ver nota 8).

A diminuição no montante do goodwill da MJ Quinn é exclusivamente explicada pela desvalorização cambial da libra esterlina ocorrida durante o exercício em análise.

O aumento do goodwill da Martifer é, também, exclusivamente explicado pela valorização cambial do metical.

TESTES DE IMPARIDADE

Para efeitos da análise da imparidade, o goodwill foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis. O Conselho de Administração Executivo, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, conclui que, com exceção das Unidades Geradoras de Caixa localizadas em Moçambique, em 31 de dezembro de 2022, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo o goodwill, não excede o seu valor recuperável.

Na Visabeira Global - setor das telecomunicações e energia, os principais pressupostos utilizados no teste de imparidade para 2022 foram os seguintes:

PRESSUPOSTOS TESTES DE IMPARIDADE	MJ Quinn	Obelisk	Viatel	Franz-Josef Braun	Elektro- Würkner	OMV Natie	Cunha Soares	EIP Serviços
Método utilizado	Método dos cash-flow atualizados							
Base utilizada	Projeção							
Anos de projeção	5 anos	6 anos						
Crescimento vendas em 2023	2,00%	11,45%	2,33%	10,04%	10,04%	-2,34%	4,67%	2,29%
CAGR vendas 2024-2027	2,00%	5,54%	2,23%	3,50%	3,50%	1,69%	2,24%	2,20%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%	2,03%	1,95%	1,95%	1,66%	2,03%	2,03%
WACC utilizada na perpetuidade	5,99%	5,99%	7,06%	4,52%	4,52%	4,36%	7,06%	7,06%

A sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados ao Goodwill aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto e à taxa de crescimento na perpetuidade foram os seguintes:

SENSIBILIDADE AOS PRESSUPOSTOS-CHAVE	Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
MJ Quinn	23.945	-18.599	2.122	-2.730
Obelisk	10.305	-8.021	-6.527	8.397
Viatel	12.359	-10.129	-7.934	9.687
Franz-Josef Braun	6.810	-4.603	-4.035	5.983
Elektro-Würkner	26.937	-18.182	-15.925	23.614
OMV Natie	38.289	-26.334	-23.087	33.572
Cunha Soares	14.063	-11.520	-9.053	11.053
EIP Serviços	3.644	-2.985	-2.345	2.863

Em 31 de dezembro de 2022, com exceção do descrito no parágrafo seguinte, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior em 0,5%, ou projetado cash flows inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades. O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, apurados com base em orçamentos e business plans devidamente aprovados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo, os quais abrangem em média um período de cinco anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram registadas perdas de imparidade em algumas das Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) localizadas em Moçambique, sendo justificadas essencialmente pelo aumento da taxa de desconto utilizada nessa geografia, a qual subiu de forma significativa, devido ao prémio de risco de investimentos em Moçambique e ao aumento da taxa de juro sem risco. As imparidades registadas por UGC podem ser assim detalhadas:

	Imparidades
Visabeira Moçambique	-3.390.676
Marmonte	-174.065
Selfenergy	-93.954
Outros	-101.076
Total	-3.759.771

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi registada qualquer perda por imparidade.

24. Propriedades de investimento

	2022 Nível 3*	2021 Nível 3*
Saldo inicial	297.323.457	311.148.821
Transferência inventários	-597.973	-19.741.000
Aquisições	14.765	475.422
Reservas de conversão cambial	4.447.530	5.084.540
Alienação	-398.412	0
Alteração no justo valor	4.964.751	355.675
TOTAL	305.754.119	297.323.457

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 (não aplicável a propriedades de investimento mensuradas ao custo de aquisição)

	Técnica de avaliação	2022	2021
Projeto Parque Desportivo	Método do DFC	72.959.000	72.141.000
Projeto Golfe Montebelo Resort	1209000	59.324.614	58.495.204
Projeto imobiliário Maputo	Método do DFC	60.691.918	55.819.735
Projeto Urbeira	Método dos comparativos	33.290.000	33.303.000
Projeto Quinta dos Areais	Método dos comparativos	19.320.000	19.310.000
Terrenos para valorização	Método dos comparativos	17.551.756	19.147.960
Edifícios Vista Alegre	Método dos comparativos e DFC	14.717.822	13.584.222
Projeto para a Quinta do Bosque	Método do DFC	11.809.000	12.540.726
Empreendimento Condomínio de Belo Horizonte (Moçambique)	Método dos custos	7.949.371	8.765.918
Projeto espaço comercial Moçambique	Método do DFC	4.439.138	4.169.969
Projeto Marinha Grande	Método do DFC	3.653.000	0
Agrovisa (Terreno Xinavane)		48.501	45.724
TOTAL		305.754.119	297.323.457

As propriedades de investimento em uso estão mensuradas ao justo valor, determinado pela utilização do discounted cash flow (DCF) e as propriedades em desenvolvimento ou para valorização estão mensuradas ao justo valor, determinado pelo método do DCF, método dos comparativos ou método dos custos. Nos casos em que o justo valor não pode ser determinado fiavelmente, as propriedades de investimento são mantidas a custo.

De acordo com o método de DCF, o justo valor de um imóvel é estimado com base no valor atual dos fluxos de caixa que se espera que o imóvel venha a gerar no futuro, com base nas projeções financeiras relativas ao negócio desenvolvido ou a desenvolver (arrendamento). Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa de desconto a qual reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos associados aos cash flows.

O método comparativo tem por referência os valores de imóveis similares e pretende estimar o valor presumível de venda.

O método dos custos considera que o valor do bem é o somatório dos custos de aquisição do terreno, construção, projetos, licenciamentos, encargos financeiros, encargos com a comercialização e lucro estimado para o projeto.

No caso das propriedades de investimento que não estão a gerar rendimentos, foram descontados, nomeadamente, os custos estimados com a construção e desenvolvimento do projeto.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes acreditados (Envisábio - Engenharia, Unipessoal Lda, Figueira Center Imobiliária, Lda, EVIA - Eng. Valuation & Invest., Lda, REC - Real Estate Consulting, Lda e JF - Consultores Associados, Lda) com a qualificação e experiência necessária em avaliações de imóveis. Os modelos de avaliação usados são consistentes com princípios preconizados pela IFRS 13.

No exercício de 2022, não existiram alterações na técnica de valorização das propriedades de investimento. As propriedades de investimento incluem um conjunto de terrenos adquiridos há vários anos para desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária do Grupo, mas que, no atual contexto financeiro, estão detidos para valorização futura.

Considera-se na determinação do justo valor das propriedades de investimento a sua melhor utilização possível (highest and best use).

A classificação de determinados terrenos como propriedades de investimento, e não como Inventários ou Ativos tangíveis, depende do uso que o Conselho de Administração prevê para os ativos como sendo aquele que maximiza o seu valor recuperável para o Grupo.

PROJETO PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO

Projeto situado no extremo nascente da cidade de Aveiro, junto ao Estádio Municipal de Aveiro, ocupando uma área de cerca de 165 hectares, localiza-se numa zona particularmente privilegiada em termos de acessos, seja à cidade, seja à A25 e à A17.

Projeto abrangente que consolida turismo, habitação, serviços, desporto, lazer e entretenimento numa envolvente única, fundamentalmente pelo requinte e qualidade das suas áreas verdes pautadas por riachos e espelhos de água, dos seus amplos parques e jardins que criarão uma vivência singular e em permanente contacto com a natureza.

O PDA terá uma área de construção na ordem dos 320.000 m2 distribuídos por comércio, habitação, serviços, equipamentos desportivos e de lazer/turismo, destacando-se o campo de golfe de 18 buracos, hotel de 5 estrelas, centro hípico e complexo de ténis.

O justo valor foi determinado através do método do DCF, resumindo-se como segue:

Polo		Área de construção (m²)	Valor de avaliação 2022	Valor de avaliação 2021
Polo 2	Hípico	31.448	12.694.000	12.702.000
Polo 3	Ludo Parque	48.246	9.690.000	9.316.000
Polo 5	Central	74.750	14.343.000	14.986.000
Polo 6	Central Sul	71.175	10.830.000	9.803.000
Polo 7	Resort Golf	68.478	25.402.000	25.334.000
	Hotel	24.000		
TOTAL		318.097	72.959.000	72.141.000

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

—Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 63,3 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 58,6 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 88,3 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto).

—Uma diminuição de 5% nos preços de venda, prevista na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 59,3 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 86,5 milhões de euros. Conjugada com aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 80,9 milhões de euros. O crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 92,6 milhões de euros.

—Um adiamento de 10% das vendas consideradas na avaliação em cada ano, acrescentando em alguns Polos mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 65,8 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduz-se num valor mínimo de 60,4 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 81,5 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

PROJETO GOLFE MONTEBELO RESORT

O Projeto Golfe Montebelo Resort visa colmatar as carências e potenciar as características do Campo de Golfe de 27 buracos existente no local há largos anos. Além de valorizar e revitalizar a área do Golfe, irá permitir a sua dinamização e o reconhecimento daquela área como um lugar urbano e parte articulada da cidade, criando um núcleo desportivo-turístico de prestígio numa única unidade.

São cerca de 168.422 m2 de construção, divididos por moradias (68.913 m2), apartamentos (70.506 m2) e hotel de 5 estrelas (29.003 m2). A intervenção distingue-se em 3 áreas diferenciadas; a primeira destinada à rede imobiliária, de pequena expressão e que não colide com a área de Resort. O projeto prevê também uma área comum de serviços, equipamento e comércio.

Os valores de avaliação foram os seguintes:

	Área	2021	2020
Terreno para moradias	68.913 m²	40.000.000	39.462.537
Terreno para apartamentos	70.506 m²	17.000.000	16.892.963
Terreno para hotel	29.003m²	1.440.000	1.255.090
Adições por construção de infraestruturas		884.614	884.614
TOTAL	168.422 m²	59.324.614	58.495.204

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

—Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 52,7 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduz-se num valor mínimo de 49,6 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 69,7 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto).

—Uma diminuição de 5% nos preços de venda, prevista na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 49,8 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 68,8 milhões de euros. Conjugada com o aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 65 milhões de euros. O crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 72,9 milhões de euros.

—Um adiamento de 10% das vendas em todos os anos consideradas na avaliação, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 53,7 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduz-se num valor mínimo de 50 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 63,3 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

—No que diz respeito à análise de sensibilidade à taxa de desconto, uma diminuição de -1 pp na taxa de desconto, prevista na avaliação, traduzir-se-ia num valor de avaliação de 62,9 milhões de euros e um aumento de 1 pp dessa mesma taxa de desconto traduzir-se-ia num valor de avaliação de 55,9 milhões de euros.

PROJETO IMOBILIÁRIO MAPUTO

O Projeto Imobiliário Maputo trata-se de um terreno ocupado pela antiga FACIM, na baixa da Cidade de Maputo, com a área total de cerca de 82.389 m2. O terreno possui um projeto “master plan” aprovado pelo Município de Maputo em Outubro de 2018, para um desenvolvimento imobiliário com área bruta de construção acima do solo de 456.456 m2, distribuídos pelos segmentos residencial, escritórios, comércio e turismo.

A avaliação foi realizada pela REC, Lda (Real Estate Consulting) que é membro do Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS) e teve como finalidade a determinação do Justo Valor (Fair Value) do terreno para desenvolvimento imobiliário, acima referido.

Foi realizada prospeção de mercado para áreas de escritórios, apartamentos, áreas comerciais e ainda Hotéis, Apart-Hotéis e salas de conferências e eventos, para através de evidências e comparáveis de mercado devidamente homogeneizados se determinar o preço médio por metro quadrado de terreno nos 737€/m2 e o preço médio por metro quadrado de acordo com o potencial construtivo e localização nos 122€/m2, apurando assim valor do terreno do Projeto Imobiliário Maputo através do Método Comparativo em cerca de 60,7 milhões de euros, que depois foi também validado através do Método Residual ou Fluxos de Caixa descontados (DCF).

Entretanto a análise de sensibilidade realizada demonstrou que, se as condicionantes de mercado provocarem um aumento de 10 pp no preço médio por metro quadrado de terreno, referido acima (737€/m2), aumentaria o valor da avaliação de 60,7 milhões de euros para 63,7 milhões de euros. Da mesma forma uma diminuição de 10 pp reduziria o valor de avaliação para 57,7 milhões de euros.

Um incremento de 5 pp no preço médio por metro quadrado de construção referido acima (122€/m2) faria aumentar o valor da avaliação para 62,2 milhões de euros. Ao invés, uma diminuição de 5 pp reduziria o valor de avaliação para 59,2 milhões de euros.

Se as variações referidas nos pontos anteriores ocorrerem em simultâneo, a avaliação teria um valor máximo de 65,2 milhões de euros e um valor mínimo de 56,1 milhões de euros.

PROJETO URBEIRA

O denominado terreno “Urbeira”, que é uma propriedade com cerca de 279.860 m2 situada a sudoeste da cidade de Viseu e que se encontra a uma distância de apenas 3 km do centro da cidade, tem um projeto imobiliário aprovado com uma viabilidade de construção de 137.421 m2 divididos por habitação, comércio e serviços.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m2 de 242 euros, considerando a área de construção.

EDIFÍCIOS VISTA ALEGRE ATLANTIS

Trata-se de imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinados a venda.

A determinação do justo valor das propriedades de investimento foi suportada por evidências do mercado. Relativamente às propriedades de investimento arrendadas, existem contratos de arrendamento de duração limitada, normalmente de cinco anos, renováveis automaticamente por períodos de um ano se não denunciados.

O justo valor foi determinado pela EVIA - Eng. Valuation & Invest e pela Envisábio - Engenharia, Unipessoal Lda, como se segue:

Edifícios Vista Alegre Atlantis	Justo valor 2022	Justo valor 2021	Técnica de avaliação	Avaliador	Localização	Pressupostos	Intervalos (média em euros)
Pinhais	938.237	938.237	Método dos custos	J. Curvelo	Alcobaça	preço por m2	25,09 €
Imóveis Diversos	2.994.025	2.818.300	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m2	187,77 €
R. Neves Ferreira	484.000	377.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Lisboa	preço por m2	523,61 €
Terrenos RAN	407080	130.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m2	2,20 €
Urbanização I	1.496.990	1.447.500	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m2	147,73 €
Loteamento Bairro e Terr. Anexos	5.386.000	5.070.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m2	137,38 €
Loteamento da Murteira	1.209.000	946.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m2	30,02 €
Loteamento da Rua Fáb. VA	1.607.000	1.390.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m2	122,42 €
Investimento em curso	195.489	467.185					
TOTAL	14.717.822	13.584.222					

PROJETO QUINTA DOS AREAIS

Propriedade com 51.633 m2 situada a cerca de 500 metros do Hospital São Teotónio de Viseu que confina a poente com a Primeira Circular Sul de Viseu. Possui projeto imobiliário com uma viabilidade de construção de 61.375 m2, divididos por habitação, comércio e serviços.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m2 de 315 euros, considerando a área de construção.

TERRENOS PARA VALORIZAÇÃO

Dizem respeito a 13 lotes, 12 dos quais localizados na Quinta do Bosque junto ao Montebelo Viseu Congress Hotel, uma zona predominantemente residencial, e em Guimarães, junto à estação dos caminhos-de-ferro de Guimarães. Trata-se de lotes já urbanizados, com todas as infraestruturas necessárias, e com uma área de construção total de 54.406 m2 para terrenos com uma área global de 12.854 m2.

O justo valor destes imóveis foi determinado fundamentalmente através do método dos comparativos, com um preço médio por m2 de 344 euros, considerando a área de construção.

No decorrer do ano 2022, houve uma alteração de uso de um terreno localizado em Aveiro, tendo sido transferido para inventário, porque o objetivo não passa pela sua valorização no longo prazo e é intenção do Grupo Visabeira a construção e comercialização do terreno. O processo de licenciamento do projeto encontra-se em curso.

PROJETO PARA A QUINTA DO BOSQUE

O denominado “Projeto para a Quinta do Bosque”, que se encontra dividido em dois lotes, tem 31.915 m2 de área de construção, está localizado na cidade, junto ao Hotel Montebelo, numa zona predominantemente residencial. Destina-se à construção de um espaço de comércio e serviços no sentido de ampliar a oferta na região centro.

O justo valor foi determinado através do método do DCF, com um preço médio por m2 de 448 euros, considerando a área de construção.

PROJETO EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO DE BELO HORIZONTE (MOÇAMBIQUE)

O terreno do futuro Condomínio do Belo Horizonte, localizado em Matola, nos arredores de Maputo, está integrado numa zona residencial constituída predominantemente por moradias isoladas do segmento médio/alto.

O terreno do Condomínio Belo Horizonte está integrado numa zona residencial consolidada, e é constituído por 69 lotes, com uma área total de 67.667 m2.

O seu justo valor, apurado por uma entidade independente, após obtenção de licença de construção em 16 de dezembro de 2013, é de 7,9 milhões de euros.

PROJETO ESPAÇO COMERCIAL MOÇAMBIQUE

Trata-se de duas frações urbanas (lojas comerciais) com áreas de 468,78m2 e 600m2, não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo, e que se encontram arrendadas a terceiros. O justo valor destas duas frações foi apurado através do método do DFC com um preço médio por m2 de 2.587 euros e 5.139 euros, respetivamente, considerando a área de construção.

Relativamente a estas propriedades de investimento, existem contratos de arrendamento de duração limitada, renováveis automaticamente por períodos de um ou dois anos se não denunciados. A determinação do justo valor destas propriedades de investimento foi suportada por evidências de mercado utilizando o Método do Rendimento.

PROJETO MARINHA GRANDE

Este terreno, em 2021 estava classificado como inventário, mas em 2022 existiu uma alteração de uso deixando de estar disponível para venda, passando agora a detido para valorização futura.

A Envisábio-Engenharia, Lda avaliou o terreno no final de 2022, utilizando essencialmente o “Método do Valor Residual Dinâmico (DFC). O terreno localiza-se junto de uma das principais artérias da cidade da Marinha Grande, onde a mancha urbana é essencialmente constituída por prédios habitacionais, de volumetria variada, entre 4 a 7 pisos, com os pisos térreos dedicados ao sector comercial ou serviços.

Com 8.976 m2 podemos dividir esta PI em duas áreas.

A ZONA A1 que é onde está implantada a Fábrica construída em tijolo de burro e onde não será considerado qualquer aumento da área de construção

para além do já edificado. As opções consideradas para esta zona passarão por desenvolver no local um equipamento de restauração e de

Coworking/incubadora de empresas, eventualmente com sala de exposições multiusos que esteja disponível para a comunidade, mas que respeite

obrigatoriamente o edificado e preserve e valorize a memória do local, potenciando e aproveitando o facto de este edifício estar classificado como “

imóvel de interesse Público”.

A ZONA A2 é composta maioritariamente por terreno descampado e barracões em estado de ruína completa, onde será possível desenvolver um projeto

imobiliário com 6.880 m2 de construção.

Os valores de avaliação foram os seguintes:

	Área	2022
Terreno para moradias	3.243 m ²	853.000
Adições por construção de infraestruturas	5.733 m ²	2.800.000
TOTAL	8.976 m²	3.653.000

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

- Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 3,3 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduz-se num valor mínimo de 3,2 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 4,1 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto).

- Uma diminuição de 5% nos preços de venda, prevista na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 3,2 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 4,1 milhões de euros. Conjugada com o aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 3,1 milhões de euros.

O crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 4,2 milhões de euros.

- Um adiamento de 10% das vendas em todos os anos considerados na avaliação, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 3,5 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduz-se num valor mínimo de 3,3 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 3,8 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DADAS EM GARANTIA E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, não existem obrigações contratuais de comprar, construir ou desenvolver as propriedades de investimento. De igual modo, não existem restrições sobre a capacidade da realização de propriedades de investimento ou sobre a remessa de rendimentos e proveitos de alienação.

QUANTIAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para além das variações de justo valor identificadas acima e apresentadas na linha de “Alteração de justo valor de propriedades de investimento”, as propriedades de investimento não geraram rendimentos no período e os correspondentes gastos diretos foram de valor imaterial.

25. Ativos intangíveis

	Projetos de desenvolvimento e programas de computador	Order to Backlog	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	2.247.072	11.510.721	88.705.906	367.783	102.831.482
Aumentos	206.005	0	1.672.517	170.584	2.049.106
Alienações/transferências	-1.097.618	0	1.514.891	89.159	506.432
Alterações ao perímetro	688.461	0	1.863	1.229.132	1.919.456
Efeito cambial	10.637	0	2.486.150	35.166	2.531.952
Amortizações do exercício	-299.578	-4.185.717	-5.392.970	0	-9.878.264
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	1.754.978	7.325.004	88.988.358	1.891.824	99.960.164
A 31 de dezembro de 2020					
Custos de aquisição	9.706.388	19.234.455	97.825.566	1.891.824	128.658.232
Amortizações acumuladas	7.951.409	11.909.451	8.643.016	0	28.503.877
Perdas de imparidade	0	0	194.191	0	194.191
Ativos intangíveis	1.754.978	7.325.004	88.988.358	1.891.824	99.960.164
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	1.754.978	7.325.004	88.988.358	1.891.824	99.960.164
Aumentos	75.811	0	1.852.602	426.376	2.354.789
Alienações/transferências	402.035	0	413.651	-236.513	579.172
Alterações ao perímetro	144.788	12.450.818	193.047	159.766	12.948.418
Efeito cambial	94.772	0	296.939	-402.261	-10.550
Amortizações do exercício	-1.360.488	-7.145.219	-3.775.097	0	-12.280.803
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	1.111.896	12.630.604	87.969.500	1.839.191	103.551.190
A 31 de dezembro de 2022					
Custos de aquisição	10.423.793	31.685.273	100.581.805	1.839.191	144.530.062
Amortizações acumuladas	9.311.898	19.054.670	12.418.113	0	40.784.680
Perdas de imparidade	0	0	194.393	0	194.393
Ativos intangíveis	1.111.896	12.630.603	87.969.298	1.839.191	103.550.988

O Order to Backlog são ativos intangíveis que resultam de direitos contratuais identificados à data de aquisição das subsidiárias de acordo com a definição da IFRS 3. O aumento do ano resulta de novas combinações de negócios, nomeadamente da Obelisk e da Elektro-Würkner (ver nota 8).

Na rubrica de "Outros ativos Intangíveis" destaca-se o valor da marca Vista Alegre (cerca de 80 milhões de euros), atribuído por uma entidade independente especializada, aquando da aquisição do Grupo Vista Alegre Atlantis.

O valor da marca é regularmente validado através de uma avaliação externa que suporta o valor do balanço da marca. A última avaliação foi realizada pela Brand Practice, por referência a 31 de dezembro de 2022. Simultaneamente, o valor da marca foi sujeito a teste de imparidade, avaliado por meio de uma metodologia DCF, baseado em planos de negócio das UGC dos segmentos da porcelana e cristal e vidro aprovados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo, com os seguintes pressupostos: taxa de desconto de 8,02%, projeções até 2027; com uma taxa de crescimento das vendas de 0,5% em 2023; crescimento na perpetuidade de 2,03%.

Da avaliação efetuada bem como dos testes adicionais efetuados, não resultou qualquer evidência de imparidade do valor da marca.

26. Inventários

	Matérias-primas	Mercadorias	Produtos acabados	Produtos e trabalhos em curso	Total
31 de dezembro de 2021					
Custo de aquisição	45.530.695	23.137.691	89.644.514	1.437.727	159.750.627
Ajustamentos	-1.285.597	-2.659.303	-21.815.369	-1.408.393	-27.168.663
Inventários ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	44.245.098	20.478.387	67.829.145	29.334	132.581.964
31 de dezembro de 2022					
Custo de aquisição	62.780.344	26.635.232	95.515.756	2.847.766	187.779.098
Ajustamentos	-2.823.325	-3.048.666	-22.102.906	-1.311.393	-29.286.291
Inventários ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	59.957.019	23.586.566	73.412.850	1.536.373	158.492.807

De salientar o contributo da sub-holding Visabeira Indústria para esta rubrica (Nota 10.a).

Em 2022, houve uma alteração de uso de um terreno localizado em Aveiro, tendo sido transferido de propriedade de investimento para inventário o valor de 598 mil euros. Importa referir que as empresas adquiridas no exercício em análise representam um aumento de 3,7 milhões de euros nesta rubrica.

Em produtos acabados estão incluídos 24,5 milhões de euros relativos a ativos imobiliários, nomeadamente edifícios e terrenos, detidos pelas empresas do setor imobiliário do Grupo em Portugal.

27. Clientes

	2022	2021
Clientes - conta corrente	225.819.536	190.435.183
	225.819.536	190.435.183
Imparidade acumulada de dívidas a receber	-18.330.841	-15.406.200
TOTAL	207.488.695	175.028.983

Os montantes escriturados encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobranças duvidosas, que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica, sendo o cálculo das perdas por imparidade efetuado de acordo com o modelo de Perdas de Crédito Esperadas (IFRS 9). O Conselho de Administração Executivo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a TMCEL, EDM – Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, Orange, Belgacom, British Telecom, Deutsche Telekom, PT, NOS, EDP e as concessionárias de gás natural.

A maturidade dos montantes a receber tem o seguinte detalhe:

Clientes - conta corrente	Não vencido	Meses de antiguidade após a data de vencimento				TOTAL
		< 6	6 - 12	12 - 18	> 18	
2022	115.409.443	42.245.552	13.333.574	10.035.991	47.046.517	228.071.076
2021	78.432.422	46.383.011	10.676.957	10.237.821	44.704.971	190.435.182

Do saldo com antiguidade superior a 18 meses, mais de 90% diz respeito a saldos a receber de empresas de Angola e Moçambique, que tal como referido anteriormente, são quase na sua totalidade empresas de reconhecida idoneidade financeira e participadas pelos Estados de cada país.

O Conselho de Administração Executivo entende que o ajustamento das dívidas a receber é adequado, sendo a sua evolução assim detalhada:

	Saldo Inicial	Alterações perímetro	Write-off e efeito cambial	Aumentos / Diminuições	Saldo Final
Imparidade acumulada de dívidas a receber	15.406.200	384.454	-301.427	2.841.614	18.330.841

28. Estado e outros entes Públicos

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre o rendimento	2.393.894	0	0	140.212
Total - Imposto sobre o rendimento	2.393.894	0	0	140.212
Retenções de impostos sobre rendimentos de terceiros	0	0	5.132.546	3.317.386
Imposto sobre o valor acrescentado	0	0	6.993.704	9.112.730
Contribuições para a segurança social	0	0	7.020.777	7.850.669
Total - Estado e outros entes públicos	0	0	19.147.026	20.280.784
Total - Estado e outros entes públicos	2.393.894	0	19.147.026	20.140.572

Os valores dos Passivos, de Estado e outros entes públicos estão incluídos nas outras contas a pagar (Nota 37.1).

29. Outras contas a receber e outros ativos

29.1. Outras contas a receber

	2022	2021
NÃO CORRENTES		
Outros devedores	2.251.540	2.267.196
	2.251.540	2.267.196
CORRENTES		
Acionistas	1.051.152	1.624.783
Outros devedores	25.723.589	26.918.631
Adiantamentos a fornecedores	4.745.848	5.825.058
Saldos devedores de fornecedores	329.918	683.958
Empresas participadas	1.000.474	1.000.415
	32.850.980	36.052.846
TOTAL - Outras contas a receber	35.102.520	38.320.041

Na rubrica "Outros devedores" no exercício de 2022 existe o montante de 12,9 milhões de euros relativos ao Regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS) (ver nota 43).

Durante o exercício, ocorreu um aumento de 24,7 milhões de euros de empréstimos concedidos remunerados ao acionista NCFGEST, os quais foram compensados no final do ano 2022 com a distribuição de dividendos.

29.2. Outros ativos

	2022	2021
CORRENTES		
Gastos diferidos	18.221.294	16.491.014
TOTAL - Outros ativos	18.221.294	16.491.014

O valor de "Gastos diferidos" corresponde essencialmente ao material/ serviços, o qual é reconhecido como um custo em função do seu consumo/ utilização e a faturas recebidas em 2022 (2021), mas que respeitam a gastos incorridos apenas nos exercícios subsequentes.

30. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos à ordem	130.983.117	93.968.949
Depósitos a prazo	64.137.336	32.545.076
Caixa	201.083	937.829
Aplicações de tesouraria	3.398.435	3.444.672
TOTAL	198.719.972	130.896.526

Os valores apresentados em caixa e equivalentes de caixa estão imediatamente mobilizáveis (ou seja, correspondem a aplicações vencíveis a menos de 3 meses que podem ser imediatamente mobilizáveis sem perda de valor significativa), com exceção da quantia de 3,4 milhões de euros relativo a obrigações de tesouro indexadas, constituídas em Angola e com vencimento em 2 de setembro de 2023.

31. Capital Social e prémios de emissão

O Capital Social autorizado está representado por 23.308.043 ações ao portador, com o valor nominal unitário de cinco euros e está realizado no montante de 116.540.215 euros.

À data de 31 de dezembro de 2021 e 2022, o acionista maioritário, Fernando Campos Nunes, detinha 98,57%, indiretamente, do Grupo Visabeira possuindo 22.974.443 ações.

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a "Reserva legal", isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

32. Resultado por ação

	2022	2021
Básico		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	31.451.113	31.742.596
Nº médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.308.043	23.308.043
Resultado por ação básico	1,349	1,362
Diluído		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	31.451.113	31.742.596
Nº médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.308.043	23.308.043
Resultado por ação diluído	1,349	1,362

33. Resultados retidos e outras reservas

	2022	2021
Resultados retidos	258.459.472	174.482.569
Investimentos financeiros - Swaps	25.518	29.307
Reservas	143.031.546	124.620.214
Reserva justo valor de ativos financeiros	-2.543.978	-2.338.194
Reservas de conversão cambial	-105.216.371	-133.722.301
TOTAL	293.756.186	163.071.595

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras separadas do Grupo Visabeira, SA, apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (IFRS-UE).

A legislação comercial portuguesa estabelece que se deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que aquela represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

O saldo dos resultados retidos não se encontra totalmente disponível para distribuição, na medida em que incluiu os ganhos por aumento de justo valor em propriedades de investimento. Em 2022, nesta rubrica foi reconhecida a mais-valia de 111,2 milhões de euros obtida com a alienação de 22% da Constructel Visabeira à Goldman Sachs (ver nota 8).

A rubrica de reservas corresponde essencialmente a reserva de reavaliação, reservas contratuais e reservas legais constituídas em cada subsidiária. De acordo com a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2022, foi deliberada a distribuição de resultados transitados de 31,9 milhões de euros, as quais foram utilizadas para regularizar um saldo devedor do acionista. Com base na informação disponível nesta data, não está prevista qualquer distribuição de dividendos aos acionistas em 2023.

A Reserva de Justo valor de ativos financeiros corresponde essencialmente à desvalorização das ações registadas ao justo valor através de Outro Rendimento Integral (ver nota 7.1).

34. Interesses que não controlam

	% Interesses minoritários		Valor do balanço		Resultados atribuídos		Principais Acionistas
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
VISABEIRA GLOBAL							
TVCABO Angola, Lda	50,00%	50,00%	60.815.370	46.490.566	2.227.674	1.410.227	Angola Telecom (50%)
TVCABO Moçambique, Lda	50,00%	50,00%	25.418.999	27.413.387	1.183.747	228.205	TMCEL (50%)
Televisa, Lda	50,00%	50,00%	2.804.276	2.007.200	672.892	1.138.133	TMCEL (50%)
Cunha Soares & Filhos, S.A.	20,00%	20,00%	1.178.164	787.609	890.555	356.877	P&C-Pintos e Companhia, SGPS, S.A (20%)
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	49,00%	49,00%	19.102.752	19.065.751	43.120	-39.723	Estado Santomense (49%)
Martifer-Visabeira, SA	50,00%	50,00%	2.815.049	2.158.366	1.031.257	1.317.617	Martifer Metallic Constructions (50%)
Electrotec, SA	51,00%	51,00%	1.781.413	669.596	1.389.690	1.222.047	Intelec Holdings (50%); Salimo Abdula (1%)
Constructel Visabeira	21,89%	-	53.530.458	0	5.663.810	0	Goldman Sachs (22%)
Inpower Group	45,50%	-	2.405.706	0	383.516	0	Inpower Group- Consorzio Stabile S.C.P.A. (46%)
VISABEIRA INDÚSTRIA							
Vista Alegre, SA	14,40%	14,40%	20.710.581	19.623.923	1.066.164	236.162	Free Float (14,40%)
Ambitermo, SA	49,00%	49,00%	3.506.062	3.583.959	-77.897	-46.396	Raquel Mateus Gomes da Silva (44%); Hidrax (5%)
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS							
PDA, SA	45,00%	45,00%	17.730.107	18.222.669	-492.562	-429.685	município de Aveiro (45%)
Constellation, SA	42,86%	42,86%	17.098.301	15.981.015	309.843	365.792	Fundo de Pensões do Banco de Moçambique (23%); Seguradora Internacional de Moçambique (20%)
Outros			2.161.401	1.252.168	521.062	459.872	
TOTAL			231.058.640	157.256.209	14.812.870	6.219.128	

No ano de 2022 a Goldman Sachs adquiriu 21,86% do capital social da Constructel Visabeira, conforme descrito previamente na nota 8, tendo representado o principal aumento na rubrica dos Interesses que não controlam.

A informação financeira destas empresas é a seguinte:

	TVCABO Angola	TVCABO Moçambique	Televisa	Vista Alegre	Ambitermo
Ativos Fixos tangíveis e intangíveis e Direito de Uso	213.526.051	95.202.941	1.044.869	131.394.298	4.462.037
Propriedades de investimento	0	0	0	938.237	0
Outros ativos	31.877.494	5.200.318	26.839.374	78.300.934	6.855.456
Caixa e equivalentes de caixa	4.175.207	938.475	126.780	27.746.395	4.149.402
Empréstimos bancários	-9.144.695	-2.061.691	-1.039.324	-73.766.703	-1.171.401
Outros passivos	-121.035.613	-34.011.308	-21.363.147	-89.034.021	-7.486.072
Total de ativos líquidos	119.398.444	65.268.734	5.608.551	75.579.141	6.809.422
Volume de negócios consolidado	43.081.354	25.446.652	7.752.581	143.036.852	11.364.176
Resultado Líquido	2.113.272	2.380.329	525.689	6.322.904	-158.990

	PDA	Constellation	Companhia Santomense de Telecomunicações	Constructel Visabeira
Ativos Fixos tangíveis e intangíveis e Direito de Uso	13	0	31.740.183	133.581.963
Propriedades de investimento	72.959.000	60.691.918	0	10.000.000
Outros ativos	111.736	88.276	2.333.367	529.139.725
Caixa e equivalentes de caixa	6.500	337	2.728.071	133.841.218
Empréstimos bancários	0	-2.586.413	0	-105.362.410
Outros passivos	-33.240.354	-14.430.004	-7.887.482	-426.557.232
Total de ativos líquidos	39.836.894	43.764.114	28.914.139	274.643.263
Volume de negócios consolidado	112.556	0	12.774.838	1.026.413.171
Resultado Líquido	-82.179	722.919	70.047	40.239.430

35. Endividamento

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	147.100.000	32.050.000	179.150.000	104.700.000	93.050.000	197.750.000
Empréstimos bancários	151.744.158	139.260.949	291.005.107	84.762.227	215.659.088	300.421.315
Empréstimos obrigacionistas	4.184.983	227.954.314	232.139.297	3.303.587	224.648.572	227.952.158
Subsídios reembolsáveis	2.025.615	11.737.235	13.762.850	1.106.582	12.766.288	13.872.870
TOTAL	305.054.756	411.002.498	716.057.254	193.872.396	546.123.948	739.996.344

Durante o período de 2022, a evolução do endividamento pode ser representada como segue:

		Empréstimos bancários
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2022		739.996.344
Transações com impacto em caixa:		
Atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios reembolsáveis		2.450.625
Atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos		345.989.629
Amortizações e reembolsos de empréstimos		-385.332.192
		-36.891.938
Transações sem impacto em caixa:		
Varição cambial		-555.445
Reconhecimento do custo amortizado		2.630.284
Alteração do perímetro		3.355.203
Reclassificações		8.212.275
Financiamento não reembolsado		-689.469
		12.952.848
Saldo final a 31 de dezembro de 2022		716.057.253

Partes das emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento num prazo inferior ou igual a um ano, encontram-se abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do período do programa. Assim, as emissões de papel comercial são apresentadas como exigíveis no médio e longo prazo, a não ser que o programa termine num prazo inferior a 12 meses.

Os empréstimos contratados, designadamente programas de papel comercial, obrigacionistas e mútuos, incorporam, em geral, para além das condicionantes habituais, cláusulas de cross default, pari passu e negative pledge, a ownership do Grupo ou do acionista maioritário.

As operações de financiamento que estão sujeitas a covenants relacionados com níveis de autonomia financeira e rácios de endividamento, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e de algumas das subsidiárias, foram negociadas em condições normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, nenhum credor poderia exigir o reembolso antecipado de qualquer financiamento concedido ao Grupo como consequência de um incumprimento dos covenants.

Na data da demonstração da posição financeira, a maturidade média do endividamento do Grupo era de 2 anos (2021: 2.5 anos).

35.1 Papel comercial

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Grupo Visabeira, SA	86.700.000	10.050.000	96.750.000	89.400.000	52.400.000	141.800.000
Viatel, SA	0	0	0	5.100.000	4.550.000	9.650.000
Visabeira Global, SGPS, SA	58.400.000	20.000.000	78.400.000	7.700.000	34.600.000	42.300.000
Pinewells, SA	500.000	2.000.000	2.500.000	1.000.000	0	1.000.000
Visabeira Indústria, SGPS, SA	1.500.000	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3.000.000
TOTAL	147.100.000	32.050.000	179.150.000	104.700.000	93.050.000	197.750.000

35.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários apresentam a seguinte divisão geográfica:

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
DESCOBERTOS BANCÁRIOS AUTORIZADOS	4.021.510	128.406	4.149.916	16.002.665	219.971	16.222.636
Portugal	3.648.075	0	3.648.075	10.010.441	0	10.010.441
África	148.063	0	148.063	0	0	0
Europa	225.372	128.406	353.778	5.992.223	219.971	6.212.194
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	147.722.648	139.132.543	286.855.191	68.759.562	215.439.117	284.198.679
Portugal	135.529.524	107.050.649	242.580.173	53.223.414	171.576.656	224.800.070
África	5.968.489	12.763.885	18.732.374	6.254.678	13.743.534	19.998.212
Europa	6.224.635	19.318.009	25.542.644	9.281.470	30.118.927	39.400.398
América	0	0	0	0	0	0
TOTAL	151.744.158	139.260.949	291.005.107	84.762.227	215.659.088	300.421.315

A taxa de juros varia de acordo com o país, a empresa, o tipo de linha contratada, as garantias e o prazo dos financiamentos.

Na Europa, as taxas mais baixas mostram uma margem de 0% em algumas linhas de suporte de liquidez assinadas no contexto da pandemia e a taxa máxima de 8%. Importa referir que a taxa de juro média dos novos empréstimos mais do que duplicou no último ano. Ainda assim a taxa média dos empréstimos bancários registada em 2022 na Europa fixou-se nos 2,2%.

Em Angola, os financiamentos são contratados em moeda local indexados maioritariamente à Luibor ou com spreads entre os 1,75% de 3,5 %.

Em Moçambique os financiamentos são contratados em moeda local indexados maioritariamente à Prime Rate do Sistema financeiro, com spreads entre -4,5% e 4,75%.

35.3 Empréstimos por obrigações

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Grupo Visabeira, SA	0	92.000.000	92.000.000	0	92.000.000	92.000.000
Constructel Constructions et Télécommunications, SA	0	55.000.000	55.000.000	0	55.000.000	55.000.000
Visabeira Moçambique, SA	733.000	1.649.250	2.382.250	691.000	2.245.750	2.936.750
Visabeira Global, SGPS, SA	2.238.186	27.158.788	29.396.974	1.398.866	29.396.974	30.795.840
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	1.250.000	47.500.000	48.750.000	1.250.000	48.750.000	50.000.000
Visabeira Investigação e Desenvolvimento	0	6.400.000	6.400.000	0	0	0
Custo amortizado e justo valor	-36.203	-1.753.724	-1.789.927	-36.279	-2.744.152	-2.780.432
TOTAL	4.184.983	227.954.314	232.139.297	3.303.587	224.648.572	227.952.158

O valor dos empréstimos obrigacionistas inclui emissões da Constructel de 55 milhões de euros com vencimento em 27/09/2024 e empréstimo obrigacionista garantido da Vista Alegre no valor de 50 milhões de euros emitidos em duas tranches: i) uma tranche emitida no MARF (Mercado Alternativo de Renta Fija) no valor de 45 milhões de euros, tomada por vários investidores institucionais, com início em 21/10/2024 por 5 Anos bullet e ii) uma segunda tranche no valor de 5 milhões de euros com início em 21/10/2019 e vencimento em 21/10/2024 com liquidações anuais constantes de capital subscritas pelo Banco BPI. Inclui ainda emissões sindicadas do Grupo Visabeira com vencimentos ente 2024 a 2026 e EO da Visabeira Global SGPS de 15,2 milhões de euros com vencimento em 22/07/2025 no Montepio, e EO da Visabeira Global no valor total de 16,3 milhões de euros com o Montepio Geral e Montepio Investimento, com vencimento em 2026. No entanto, estas emissões estarão consideradas na reestruturação da dívida bancária prevista ocorrer em 2023 e as suas liquidações poderão ocorrer antecipadamente.

De forma geral estas emissões incluem os covenants habituais neste tipo de financiamento designadamente de autonomia financeira e rácios de endividamento assim como cláusulas com condições pari passu, cross default, negative pledge e ownership.

35.4 Maturidade da dívida e moeda contratada

	Portugal	Europa	África	TOTAL
2023	291.755.197	6.450.007	6.849.551	305.054.755
2024	184.143.438	60.650.425	5.425.556	250.219.419
2025	73.683.693	6.990.722	4.327.583	85.001.998
2026	36.720.723	4.606.080	3.645.577	44.972.380
2027 e seguintes	27.979.542	1.814.740	1.014.419	30.808.701
TOTAL	614.282.593	80.511.974	21.262.686	716.057.253

O Grupo tem definido como objetivo a reestruturação da sua dívida bancária, alinhada e adaptada com a estratégia de crescimento prevista para os próximos anos, tendo para o efeito montado uma operação de financiamento estruturada com o Santander.

O valor da dívida de curto prazo incorpora cerca de 14,5 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e o montante de 147,1 milhões de euros de papel comercial, sendo o valor restante relativo a operações de financiamento bilaterais. A dívida de curto prazo ascende a 305 milhões de euros, representando cerca de 48% da dívida consolidada, e contempla um PPC no montante de 46,4 milhões de euros referentes a um bridge loan concedido pelo Santander no seguimento das negociações em curso que será convertido em médio e longo prazo, durante o ano de 2023 quando se concretizar o closing da operação de reestruturação de dívida.

36. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores - conta corrente	225.867.283	182.977.879
TOTAL	225.867.283	182.977.879

A rubrica de fornecedores no ano 2022 sofreu um aumento de 42,9 milhões de euros, dos quais 25,8 milhões de euros são relativos à entrada das empresas adquiridas no exercício em análise.

37. Outras contas a pagar e outros passivos

37.1 Outras contas a pagar

	2022	2021
NÃO CORRENTE		
Subsídios ao investimento	30.194.304	16.668.772
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição contingente	31.950.062	32.270.174
Opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	11.003.837	10.492.270
Passivo financeiro de Downside Protection	26.496.451	0
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias	1.800.000	14.900.000
Outros	4.188.636	8.476.661
Total não corrente	105.633.290	82.807.876
CORRENTE		
Factoring	14.020.518	19.791.690
Desconto de remessas documentárias	3.889.541	5.949.575
Express Bill	2.248.234	8.726.179
Confirming	45.265.519	43.163.445
Fornecedores de investimento	258.727	3.989.625
Subsídios ao investimento	2.173.564	1.852.086
Adiantamentos por conta de vendas	530.886	452.625
Empresas associadas e participadas	1.039.795	630.683
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias	600.000	600.000
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição contingente	16.204.252	18.210.854
Opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	5.035.122	4.368.929
Benefícios pós-emprego	214.539	199.523
Saldos credores de Clientes	1.232.118	605.280
Estado e outros entes públicos (Exceto imposto sobre o rendimento)	19.147.026	20.280.784
Pessoal	5.476.648	7.741.713
Outros	40.629.586	39.104.852
Total corrente	157.966.075	175.667.843
TOTAL OUTRAS CONTAS A PAGAR	263.599.365	258.475.720

O aumento no saldo não corrente de pagamentos diferidos de aquisição de subsidiárias resulta das obrigações contratuais com interesses que não controlam em resultados de retribuições contingentes e acordos de opções de venda concedidas. Importa realçar o incremento das opções de venda relativo às aquisições ocorridas durante o exercício em análise (ver nota 8).

No decurso do exercício de 2022, o Grupo VAA procedeu à conversão em subsídio não reembolsável da componente financiamento do projeto Porcelana e Cristal e Vidro no montante de 3,8 milhões de euros. Este subsídio reconhece o caráter inovador destes projetos e o cumprimento das métricas contratualmente fixadas no âmbito dos seus resultados. Para além disso, nas empresas VAA Empreendimentos Turísticos, SA e Empreendimentos Turísticos Montebelo também foram convertidos cerca de 10 milhões de euros.

O total do passivo relativo de opções de recompra exercido de participações da Visabeira Global SGPS, SA e Visabeira Indústria, SGPS, SA na rubrica de "Outros", ascende a 7,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, existe um passivo de 1,2 milhões de euros relativo a um acordo de recompra de edifícios que fazem parte do ativo fixo tangível da Bordallo Pinheiro.

Os saldos de confirming foram exclusivamente contratados em Portugal.

De salientar que na rubrica "Outros", estão incluídos 9,4 milhões de euros relativos a saldos a pagar aos acionistas da Cunha Soares (ver nota 8).

Este pagamento está previsto ocorrer em 2023.

Em outubro de 2021 foi celebrado um acordo entre a Constructel Visabeira e a Goldman Sachs, com vista à aquisição por parte da última, de 21,86% do capital da Constructel Visabeira por um valor de 200 milhões de euros, sendo que a operação se concretizou a 12 de maio de 2022 após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. Ao abrigo do referido acordo, a Goldman Sachs detém um mecanismo de Downside Protection que permite obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se venha a verificar uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento realizado pela Goldman Sachs. O referido instrumento constitui um instrumento financeiro derivado, sendo as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados.

O Grupo Visabeira realizou uma estimativa do justo valor do passivo financeiro, utilizando para o efeito um Modelo Lattice Binomial em que para cada uma das condições em que o mecanismo Downside Protection pode ser exercido pela Goldman Sachs é apurado o justo valor da obrigação correspondente, caso tal cenário se venha a concretizar. No referido modelo o valor do passivo financeiro é apurado através da soma dos montantes apurados em cada um dos cenários possíveis, sendo que cada um dos cenários possíveis é ponderando pela respetiva probabilidade de ocorrência e o seu valor descontado para o momento presente através de uma taxa de desconto.

O valor estimado do passivo financeiro (nos termos acima descritos) depende em grande medida de dois fatores:

A. Volatilidade esperada do valor do negócio da Constructel Visabeira - A volatilidade foi determinada com base no desempenho histórico das ações (retorno diário) de empresas do mesmo setor de atividade da Constructel Visabeira S.A. nos últimos 3 anos. A volatilidade observada, depois de anualizada, foi de 48,1%.

B. Taxa de desconto (Ke) - A taxa de desconto que corresponde ao custo de oportunidade, consiste no Custo de Capital Próprio (Ke) determinado pelo modelo de Capital Asset Pricing Model (CAPM). O Custo de Capital Próprio (Ke) aplicado na estimativa foi de 12,08%.

Na tabela seguinte é apresentada a sensibilidade da estimativa do valor do passivo financeiro a variações nos principais pressupostos (nomeadamente os dois fatores acima descritos):

	Taxa de desconto		
	11,08%	12,08%	13,08%
VOLATILIDADE ANUALIZADA			
38,09%	20,9	18,7	16,6
48,09%	29,1	26,5	24
58,09%	38,5	36,5	32,8

O valor do passivo financeiro mensurado na data da transação foi de 35,5 milhões de euros (ver nota 8), sendo que a 31 de dezembro de 2022 o passivo financeiro diminuiu em cerca de 9 milhões de euros, para 26,5 milhões de euros. A diminuição do passivo financeiro foi motivada por três fatores, nomeadamente (i) o aumento da taxa de juro sem risco incorporada na taxa de desconto, o que fez com que a taxa de desconto fosse incrementada em 2,5%; (ii) performance financeira positiva da Constructel Visabeira; e (iii) o efeito da diminuição do tempo para a opção ser exercida.

A variação futura do justo valor deste passivo financeiro dependerá em grande parte da performance financeira da Constructel Visabeira, mas também das condições de mercado que se vierem a verificar e que possam ter impacto no valor das ações da Constructel Visabeira e consequentemente, nas condições em que o mecanismo Downside Protection possa vir a ser exercido pela Goldman Sachs.

Caso se concretizem as perspetivas atuais de crescimento a tendência de redução do passivo financeiro associado deverá ser mantida nos próximos exercícios.

37.2. Outros passivos

	2022	2021
CORRENTE		
Remunerações a liquidar	20.893.024	17.664.228
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	81.811.614	68.496.822
Investimentos financeiros derivados (Ver nota 39)	25.518	13.560
TOTAL OUTROS PASSIVOS	102.730.156	86.174.610

Em 2022, o valor dos “Trabalhos em curso não faturados por fornecedores” está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações.

38. Passivos de locação

O detalhe dos passivos de locação, e o respetivo movimento no ano 2022, discrimina-se como segue:

Passivo de locação não corrente	58.143.347
Passivo de locação corrente	29.830.774
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	87.974.121
Alterações do perímetro	307.698
Aumentos	23.986.070
Amortização de dívida	-33.192.221
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	79.075.668
NÃO CORRENTE	
Instituição financeira	14.501.768
Outros credores	32.148.270
Total passivo de locação não corrente	46.650.038
CORRENTE	
Instituição financeira	10.123.311
Outros credores	22.302.319
Total passivo de locação corrente	32.425.630
TOTAL PASSIVO DE LOCAÇÃO	79.075.668

38.1. Maturidade do passivo de locação

	Portugal	Europa	África	Total
2023	10.680.536	21.044.291	700.803	32.425.630
2024	7.214.334	16.678.158	464.248	24.356.740
2025	5.423.402	5.009.266	180.359	10.613.027
2026	4.565.113	1.117.094	181.834	5.864.041
2027 e seguintes	4.412.031	823.393	580.807	5.816.231
TOTAL	32.295.416	44.672.202	2.108.051	79.075.668

39. Riscos financeiros

O Grupo Visabeira coloca sempre na primeira linha da sua matriz de controlo o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio, e, por isso assume como prioridade a gestão do risco de crédito e a proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, tanto no mercado interno como nos mercados externos.

Neste enquadramento, vem assumindo, desde sempre, a curial importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no cash flow, nos resultados e no valor da empresa. Por isso, permanentemente atento à primordial importância desta temática, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa e proativa gestão desses riscos, com uma constante acutilância e formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.

Com este contexto, o Grupo Visabeira tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, instalações) e, com esta postura procura evitar pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Risco de mercado

RISCO DA TAXA DE JURO

No Grupo Visabeira, a exposição ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e os empréstimos concedidos às suas participadas são na sua maioria remunerados a taxa fixa. Os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro dos últimos anos, que se mostraram residuais até final de 2022, não afetaram as contas de forma relevante. Não obstante, face às alterações registadas a partir do segundo trimestre de 2022 no comportamento dos principais indexantes, com o respetivo reflexo no aumento das taxas de juros, e que se acentuou nos primeiros meses de 2023, impactarão os encargos financeiros associados aos financiamentos em vigor. O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de dezembro de 2022, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor nas várias maturidades, para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos no estrangeiro. No final do exercício de 2022, a exposição do Grupo Visabeira a taxa de juro variável ascendia a cerca de 2/3 da sua dívida financeira. De forma a mitigar o impacto do aumento previsto das taxas de juro, o Grupo Visabeira tomou a decisão de lançar um programa de reestruturação de parte da sua dívida financeira, tendo decidido pela contratação de financiamentos com fixação da taxa, reduzindo assim o risco de flutuação dos indexantes. Em 2018, o Grupo Visabeira tinha emitido um empréstimo obrigacionista a taxa fixa, no valor de 55 milhões de euros e, de forma a reduzir ainda mais a sua exposição à taxa variável, no início de 2023 concluiu com sucesso um programa de refinanciamento da dívida do Grupo Visabeira e Visabeira Global, no montante de 450 milhões de euros, sendo 50% deste montante contratado com taxa fixa.

Após a conclusão desta operação, a dívida financeira contratada à taxa de juro variável reduziu-se para cerca de metade, o que representa uma redução considerável da exposição do Grupo Visabeira à imprevisibilidade que as oscilações da taxa de juro variável implicam. Adicionalmente, para além destas operações, o Grupo Visabeira tem continuamente procurado (e concluído com sucesso) negociações com as diversas instituições financeiras com quem o Grupo Visabeira se relacionada, no sentido de reduzir os spreads de empréstimos em curso, bem como amortizar linhas em vigor, sempre numa ótica de eficácia e gestão eficiente e rigorosa da sua tesouraria.

O Grupo Visabeira apresenta, à data da demonstração da posição financeira, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura deste indexante, para 659,132 mil euros, contratado em 2015, com um valor mark to market de -25,5 mil euros, como segue:

Empresa	Descrição	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média	Objetivo económico
Naturenergia, SA	Swap Euribor 3M	659.132	Interest rate swap	8 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos

O justo valor de todos estes derivados encontra-se refletido na demonstração da posição financeira, como segue:

Empresa	Valor de balanço 2021	Valor de balanço 2020	
Naturenergia, S.A.	Swap Euribor (3M€)	-25.518	-13.560

Tendo o ano iniciado com o valor de -0,57%, a Euribor a 3 meses fixou-se no final do ano nos 2,132%. Esta tendência de aumento da Euribor acentuou-se ainda mais nos primeiros meses de 2023, o que irá motivar um aumento significativo dos custos com juros do Grupo Visabeira em 2023. Um aumento de 25 pontos base na taxa de juro implicaria para o Grupo Visabeira, por referência às contas consolidadas, um incremento nos encargos financeiros de cerca de 1,2 milhões de euros.

De referir que ao abrigo da operação de refinanciamento celebrada em março de 2023 (após a data de referência das presentes demonstrações financeiras), o Grupo Visabeira decidiu também fixar a taxa de juro para uma parcela de 215 milhões de euros.

RISCO DA TAXA DE CÂMBIO

O Grupo Visabeira, no âmbito das suas várias áreas de atividade, está sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação, e tem expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas - Euro - sendo refletidas, ao nível do capital próprio, na rubrica de reservas de conversão cambial.

O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Estes mercados apresentam uma tendência histórica de desvalorização face às moedas “fortes” euro e dólar americano à exceção dos últimos dois anos. Em Moçambique, registou-se no último ano uma desvalorização de 0,06% do metical face ao dólar americano e uma valorização de 5,72% do metical face ao euro. Em Angola, a moeda europeia passou a ser a referência desde o início de 2017, por causa das restrições que afetaram os bancos correspondentes. Conforme estratégia definida pelo Governo Angolano, desde 2018 que está em curso um processo conducente à desvalorização da moeda eliminando o peg face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica.

Outro dos objetivos definidos foi o de combater o gap verificado entre as taxas no mercado formal e informal que no início de 2018 se situava nos 159% relativamente ao dólar. Por decisão do Comité de Política Monetária do BNA, em 2019 foram introduzidos novos objetivos no âmbito da reforma que vinha sendo levada a cabo onde o Banco Nacional de Angola decidiu, a partir de finais desse ano, pela implementação de um regime de câmbio flutuante em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, isto é, de acordo com a procura e oferta de moeda estrangeira. Desde então, o BNA continuou o processo de liberalização do mercado cambial, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos transatos onde vinha a atualizar e clarificar as regras e procedimentos para a realização de pagamentos ao exterior de operações cambiais de invisíveis correntes, mercadorias e de capitais, tendo vindo a concretizar-se o efeito desejado de diminuição do gap entre as taxas de câmbio no mercado formal e no informal, relativamente ao dólar. Nos últimos dois anos, verificou-se uma tendência de recuperação da moeda nacional. Em 2022, o kwanza valorizou 9,2% face ao dólar e 14,5% face ao euro, quebrando um ciclo de forte desvalorização iniciado em 2018. Angola viu ainda o rating ser melhorado pela agência de notação financeira Moody's, cumpriu com um programa de ajustamento financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo desempenho é elogiado pelos técnicos do Fundo, e beneficiou da subida dos preços do petróleo, a principal matéria-prima do país, que vale 90% das receitas. Os resultados financeiros consolidados incorporam um impacto cambial positivo, com origem em Angola, de 45 mil euros.

A MJ Quinn, empresa adquirida em 2018 e que opera no Reino Unido em infraestruturas de telecomunicações para a British Telecom, fatura em libras esterlinas, tem o custo dos fatores expresso essencialmente na mesma moeda, pelo que não está exposta a riscos de transação relevantes. A integração da empresa nas contas consolidadas está sujeita à oscilação cambial da libra esterlina face ao euro - risco de transposição. Os dividendos futuros estarão também expostos à referida oscilação cambial. A libra esterlina iniciou o ano a cotar 1,119007 euros e fechou o ano a valer 1,12748 euros. O mesmo sucede relativamente ao custo dos fatores com a J.F. Edwards Construction Company LLC, empresa adquirida em 2020 e que opera nos Estados Unidos da América no segmento da energia, estando sujeita a risco de transposição. Pela sua integração nas contas consolidadas está sujeita à oscilação do dólar americano face ao euro. O dólar americano iniciou o ano a cotar 0,88067 euros e fechou o ano a valer 0,93756 euros.

Uma desvalorização cambial de 5% das moedas de referência dos principais países tendo por referência os saldos em aberto à data de 31/12/2022 teria o seguinte impacto nas rubricas de resultados:

	Câmbio 31/12/2022	Angola	Moçambique	Portugal	Brasil	Dubai	França	Total Geral
AED	3,90	0	0	0	0	-404	0	-404
AOA	537,44	0	-620	-4.245	0	0	0	-4.865
EUR	1,00	-539.829	-1.898.494	0	-115.007	0	0	-2.553.330
MZN	68,18	-13.520	-2.779	47.694	0	0	0	31.395
USD	1,07	255.416	627.978	-18.031	11.309	0	0	876.672
ZAR	18,11	45	3.100	233	0	0	0	3.378
BRL	5,60	0	0	-179	0	0	0	-179
GBP	0,88	0	0	6.597	0	0	-68.041	-61.444
Total		-297.888	-1.270.815	32.069	-103.698	-404	-68.041	-1.708.777

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano da maior parte das empresas participadas do Grupo Visabeira, independentemente da natureza da sua atividade. As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações, por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações. Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que inclui as informações disponíveis e relevantes, tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, o património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento e outras, que permitem elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito. A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.

O Grupo Visabeira em Portugal, na Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América, Brasil e França, mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados em cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem focar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização de 90% pelos créditos de clientes não pagos. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral sendo que em consequência do surto da Covid-19 se registaram, por parte da(s) seguradora(s) de crédito, reduções muito significativas nos limites de crédito de várias entidades, nacionais e estrangeiras, com particular destaque para empresas que atuavam nos setores mais afetados pela pandemia e que nalguns casos obrigou mesmo ao encerramento de espaços e paragem de atividades durante períodos alargados de tempo. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito no mercado internacional, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, até ao limite de cem mil euros. Paralelamente, é designio da organização obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, através do factoring sem recurso. As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno. Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram cerca de 7,15% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet e do turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve este ano de 2022 um peso de 0,4%.

As empresas do Grupo Visabeira, que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações, faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2022, representaram cerca 44% do volume de negócios consolidado. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores incumbentes de telecomunicações, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo de operadores de prestígio da carteira do grupo: Orange (France Telecom); British Telecom; Proximus (Belgacom); Deutsche Telekom; MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia; NOS Comunicações; Vodafone Portugal; EDP Distribuição; E-REDES, GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France; ERDF – Électricité Réseau et Distribution France; EDM – Eletricidade de Moçambique; TDC A/S; Huawei Technologies Denmark ApS; Hidroeléctrica de Cahora Bassa; Vodacom Moçambique; e as concessionárias de gás natural, entre outras. À data de fecho as maiores exposições de risco de crédito são referentes às empresas públicas de telecomunicações de Moçambique e Angola (TMCEL e Angola Telecom, respetivamente), as quais apresentavam saldos de cerca de 37,6 milhões de euros.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Visabeira assegura a gestão do risco de liquidez de modo a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, bem como a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.

Como forma de minimizar os impactos provocados por recentes fenómenos adversos, como a pandemia provocada pelo vírus da Covid-19 e os efeitos do conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, que provocaram alterações impactantes nas economias de todo o mundo, os Estados continuaram a lançar ao longo do ano medidas com o objetivo de continuar a apoiar e a atenuar os impactos diretos que esses fenómenos poderiam provocar nas empresas e nos seus colaboradores. Medidas como acesso de empresas a linhas de crédito protocoladas com o Estado, com acesso a condições diferenciadas, assim como incentivos e medidas de apoio às famílias, nomeadamente para combater a elevada inflação e aumento das taxas de juro, foram algumas das iniciativas implementadas em 2022 e que as empresas e particulares tiveram hipótese de aceder.

O Grupo reforçou a estratégia de diversificação das fontes de financiamento. Em novembro de 2022, foi renovado o registo do programa de papel comercial, no valor de 75 milhões de euros, no Mercado Alternativo de Renta Fija (MARF) em Espanha. Ao longo de 2022 foram registadas várias novas emissões de diversas maturidades tendo permanecido no final de 2022 emissões ativas no montante de 44 milhões de euros. A utilização deste programa vem reforçando a estratégia de progressivamente reduzir a dependência da banca nacional assim como da diversificação de fontes de financiamento. O Grupo contratou ainda novos programas de papel comercial junto da banca nacional, no valor de 87,5 milhões de euros com vencimento em 2023, para além de diversas outras operações de refinanciamento.

Os novos investimentos realizados nas empresas industriais foram financiados com maturidades entre seis e sete anos.

Para 2023, tendo em consideração que o valor da dívida apresentada na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2022 como sendo exigível no curto prazo incorpora 24,6 milhões de euros, relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e ainda

61,5 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais com cariz de revolving, entendemos que a dívida de curto prazo que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 233 milhões de euros, representado cerca de 33% da dívida consolidada. No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 18,8 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições, ainda que menos limitadoras à data atual, mas que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo residual que poderá ser sujeita a refinanciamento estará em grande parte coberta pelo valor das disponibilidades, a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o ano.

O Grupo Visabeira, através da sua política de gestão concentrada, garante que a tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo sejam geridos por uma organização global e centralizada, especialmente vocacionada para o efeito, o que permite reduzir os riscos de liquidez, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

Nesse sentido, em março de 2023, foi celebrado um Contrato de Financiamento de 450 milhões de euros, o qual permitiu refinar 430 milhões de euros da dívida existente no final de 2022, consolidando num único contrato, e, tendo-se obtido uma extensão da maturidade (dos 430 milhões de euros refinanciados, mais de 220 milhões de euros tinham a sua maturidade em 2023), apresentando este contrato de financiamento uma vida média superior a 4 anos. Este financiamento foi contratado através de um misto de Mútuo e Obrigações, tendo sido também contratada uma linha adicional de tesouraria no valor de 20 milhões de euros.

Através desta operação o risco de liquidez foi significativamente mitigado.

O Grupo dispõe de linhas de financiamento aprovadas no quadro do programa Portugal 2020 e junto de instituições financeiras, que perfazem 26,9 milhões de euros. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2022. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de apoio à tesouraria corrente, na forma de factoring, pagamento a fornecedores e desconto de remessas documentárias no valor de 68,6 milhões de euros, disponíveis no final de 2022. O recurso ao factoring permite a redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e concomitantemente facilita uma melhor gestão de tesouraria. Esta política assegura também a obtenção atempada do fundo de manei necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2022, os valores de clientes adiantados neste formato ascendiam a 14 milhões de euros. O Grupo, adicionalmente, mantém contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a pontuais necessidades de tesouraria. Note-se também que as disponibilidades do Grupo ascendiam a 197,6 milhões de euros, maioritariamente concentradas nos países europeus, que se constitui em si como importante fonte de liquidez.

A ARC Rating atribui notação para dívida do Grupo Visabeira e classificou a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo e de médio e longo prazo com A3 e BBB- estável, respetivamente.

O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se, em 2022, nos 0,91, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes. Tendo em consideração que o passivo corrente incorpora linhas de apoio à atividade comercial que ascendem a 61,5 milhões de euros e que têm cariz de revolving, o índice de liquidez nessa consideração situa-se em 0,97.

A maturidade do passivo financeiro detalha-se da seguinte forma:

2022	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	> 4 anos	Total
Fornecedores (nota 36)	225.867.283	0	0	0	0	225.867.283
Financiamentos (nota 35)	305.054.755	250.219.419	85.001.998	44.972.380	30.808.701	716.057.253
Passivos Locação (nota 38)	32.425.630	24.356.740	10.613.027	5.864.041	5.816.231	79.075.668
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição Contingente (nota 37.1)	16.204.252	20.722.569	2.710.084	2.710.084	5.807.325	48.154.313
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias (nota 37.1)	600.000	600.000	600.000	600.000	0	2.400.000
Opção de Venda (nota 37.1)	5.035.122	7.251.381	1.582.500	2.169.955	0	16.038.959
Opções de recompra exercido de participações (nota 37.1)	4.287.739	4.188.922	0	0	0	8.476.661
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de Downside Protection (37.1)	0	0	0	0	26.496.451	26.496.451
Total	589.474.780	307.339.031	100.507.609	56.316.461	68.928.708	1.122.566.588

Em outubro de 2021 foi celebrado um acordo entre a Constructel Visabeira e a Goldman Sachs por 21,86% do capital da empresa no valor de 200 milhões de euros, que se concretizou a 12 de maio de 2022 após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. A entrada deste capital estava previsto na estratégia da empresa para assegurar o financiamento de futuras operações M&A, mantendo o ciclo de expansão que se tem verificado até à data.

O acordo com a Goldman Sachs foi concretizado em 12 de maio de 2022 após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. Ao abrigo do referido acordo, a Goldman Sachs detém um mecanismo de Downside Protection que permite obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se venha a verificar uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações Constructel Visabeira

para um nível inferior ao valor de investimento. A 31 de dezembro de 2022, o passivo associado a esta situação ascendia a 26,5 milhões de euros* (uma variação de 9 milhões de euros face à data em que o acordo foi concretizado), sendo que a variação futura do passivo financeiro dependerá em grande parte da performance financeira da Constructel Visabeira. Caso se concretizem as perspetivas atuais de crescimento a tendência de redução do passivo financeiro deverá ser mantida nos próximos exercícios.

* Passivo estimado com recurso a um Modelo Lattice Binomial.

GESTÃO DE CAPITAL DO GRUPO VISABEIRA

Para fins de gestão de capital do Grupo Visabeira, o capital inclui capital emitido, prémio de emissão e todas as outras reservas de património atribuíveis aos acionistas da controladora.

O objetivo principal da gestão de capital do Grupo é maximizar o valor do acionista. O Grupo Visabeira gere a sua estrutura de capital e faz alterações em função das mudanças económicas e requisitos dos covenants financeiros. Para otimizar a estrutura de capital, o Grupo dispõe de diversos mecanismos como a distribuição de dividendos, devolução de capital ou emissão de novas ações. O Grupo monitoriza o seu capital usando como referência o Gearing ratio, que é dívida líquida dividida pelo capital total mais dívida líquida. O Grupo inclui na dívida líquida: empréstimos, passivo de locação e dívida operacional menos caixa e depósitos de curto prazo.

	2022	2021
Total empréstimos bancários (Nota 35)	716.057.254	739.996.344
Total passivo de locação (Nota 38)	79.075.668	87.974.121
Factoring (Nota 37.1)	14.020.518	19.791.690
Confirming (Nota 37.1)	45.265.519	43.163.445
Desconto de remessas documentárias (Nota 37.1)	3.889.541	5.949.575
Express Bill (Nota 37.1)	2.248.234	8.726.179
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 30)	-198.719.972	-130.896.526
DÍVIDA LÍQUIDA	661.836.762	774.704.828
Total capital próprio	688.647.444	484.160.422
CAPITAL E DÍVIDA LÍQUIDA	1.350.484.206	1.258.865.250
GEARING RATIO	49%	62%

Para atingir este objetivo, a gestão de capital do Grupo, entre outras coisas, visa garantir o cumprimento das cláusulas financeiras associadas aos empréstimos. Não houve incumprimentos dos acordos financeiros de qualquer empréstimo no período corrente. Nenhuma alteração foi feita nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante o ano 2022 e 2021.

OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tal como definido pela IFRS 9, o valor contabilístico de cada uma das categorias previstas é assim discriminado:

	2022	2021
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Clientes	207.488.695	175.028.983
Estado e outros entes públicos	2.393.894	0
Outras contas a receber	35.102.520	38.320.041
Caixa e equivalentes de caixa	198.719.972	130.896.526
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral		
Ações cotadas	409.877	689.947
Outros instrumentos financeiros registados ao justo valor através do resultado		
Ações cotadas	391.952	379.109
Derivados de cobertura de fluxos de caixa registados ao justo valor	25.518	13.560
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Dívida de longo prazo	411.002.498	546.123.948
Dívida de curto prazo	305.054.756	193.872.396
Fornecedores	225.867.283	182.977.879
Outras contas a pagar	172.884.124	193.133.493

MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

No quadro seguinte, apresenta-se a hierarquia de justo valor dos ativos e passivos detidos pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Ativos mensurados ao justo valor - 2022			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Propriedades de Investimento	305.754.119			305.754.119
Ações cotadas	801.829	801.829		
Investimentos financeiros em entidades não cotadas	4.877.566			4.877.566
PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Instrumentos financeiros - Swaps	25.518		25.518	
Outras contas a pagar, Retribuição contingente e opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	64.193.272			64.193.272
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de Downside Protection	26.496.451			26.496.451

Ativos mensurados ao justo valor - 2021				
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Propriedades de Investimento	297.323.457			297.323.457
Ações cotadas	1.069.055	1.069.055		
Investimentos financeiros em entidades não cotadas	4.603.752			4.603.752
PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Instrumentos financeiros - Swaps	13.560		13.560	
Outras contas a pagar, Retribuição contingente e opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	65.342.227			65.342.227
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de Downside Protection	0			

Não foram efetuadas transferências entre os níveis 1 e 3 nos exercícios de 2022 e 2021.

O justo valor dos empréstimos remunerados de bancos é considerado próximo do valor escriturado, atendendo à renegociação recente dos empréstimos mais significativos e das taxas de mercado praticadas.

40. Contingências

A) PROCESSOS COM PERDA PROVÁVEL

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, subsistem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Grupo, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, registou provisões (nota 41) para estes processos judiciais e contingências fiscais de forma a fazer face à saída provável de recursos.

B) PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, subsistem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo, para os quais a possibilidade de desembolso futuro de caixa foi considerada como possível, de acordo com as informações dos advogados e consultores que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	2022	2021
Outras contingências	11.446.909	11.589.501
TOTAL	11.446.909	11.589.501

Não se espera que existam perdas significativas decorrentes destes processos.

41. Provisões para outros riscos e encargos

	2022	Alteração ao perímetro	Reformas Pagas	Aumentos / Diminuições	2021
Provisões					
Pensões de reforma Vista Alegre	2.457.863	0	-877.000	2.262.565	1.072.298
Outras Pensões de reforma	679.271	0	0	-1.321.200	2.000.471
Outros	5.006.753	2.500.000	0	-1.175.163	3.681.916
TOTAL	8.143.887	2.500.000	-877.000	-233.798	6.754.685

	2021	Alteração ao perímetro	Reformas Pagas	Aumentos / Diminuições	2022
Provisões					
Pensões de reforma Vista Alegre	1.072.298	0	0	-66.288	1.138.586
Outras Pensões de reforma	2.000.471	0	0	283.250	1.717.221
Outros	3.681.916	750.000	0	-69.368	3.001.284
TOTAL	6.754.685	750.000	0	147.594	5.857.091

41.1 Pensões de reforma

O Grupo Vista Alegre tem em vigor vários planos de benefícios de reforma definidos, uns a cargo de Fundos de Pensões especialmente constituídos e geridos pela sociedade atuária (Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) e outros a cargo do próprio Grupo ("Plano de benefícios definido - sem Fundo").

- Um ("Ex-Atlantis"), denominado de Adesão Coletiva Atlantis e tem duração indeterminada. São participantes deste fundo todos os empregados do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A., oriundos da Ex-Atlantis - Cristais de Alcobaça, S.A., admitidos ao serviço da subsidiária até 31 de dezembro de 2013, inclusive, e que reúnam as exigências de elegibilidade previstas no próprio Plano de Pensões, ou seja todos os participantes que completem 65 anos, e que tenham no mínimo dez anos de serviço na subsidiária, têm direito a uma pensão complementar por velhice calculada nos termos do Plano de Pensões. Este fundo é financiado pelo Fundo de Pensões Viva.
- Outro ("Ex-Vista Alegre" e "Vista Alegre Grupo"), denominado por Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre, igualmente de duração indeterminada, que integra os trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A., oriundos da ex-Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A. e da Vista Alegre Grupo-Vista Alegre Participações SA., que tenham estabelecido contrato individual de trabalho antes de 20 de dezembro de 1976 e que estejam abrangidos pelo Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria Cerâmica.

As principais características do Plano de Pensões na parte respeitante aos benefícios definidos são como segue:

- O plano de pensões é complementar dos regimes públicos de Segurança Social, sendo o plano independente das pensões atribuídas pela Segurança Social;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos;
- O pagamento dos benefícios é efetuado diretamente pelo Fundo de Pensões;
- O Fundo de Pensões Ex-Atlantis é constituído por 169 pessoas com idade média de 52,7 anos;

O plano de pensões Vista Alegre Grupo é financiado pelo Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre.

	2022	2021
Passivo - Provisões para pensões de reforma		
Benefícios de reforma - Plano de benefício a cargo do Grupo VAA	-2.457.863	-1.072.298
Ativo - Acréscimos de proveitos		
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido com fundo constituído	-224.234	-66.249

Em dezembro de 2014, o Supremo Tribunal de Justiça condenou a VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS, S.A., ao pagamento de um complemento de pensão de reforma vitalício a um ex-administrador no valor global anual, naquela data, de 230.923,38 euros, a pagar em 12 prestações mensais no valor de 19.243,62 euros cada, atualizável anualmente de acordo com o índice oficial de inflação, tendo sido pagas as quantias devidas até fevereiro de 2018, em conformidade com o acordo então celebrado entre as partes.

A partir de fevereiro de 2018 (data a partir da qual o referido ex-administrador passou à situação de reformado), considerando a análise e posição dos assessores legais do Grupo Vista Alegre, o montante do complemento de pensão de reforma atribuída ao referido ex-administrador foi reduzido (de 20,8 mil euros para 7,5 mil euros mensal) ao abrigo de determinadas disposições legais, nomeadamente a disposição que veda às sociedades comerciais a atribuição de pensões de reforma aos seus administradores de montante superior ao do vencimento do administrador com funções executivas que aufera a remuneração mais elevada. Em resultado daquela redução do pagamento do complemento de pensão de reforma, durante o exercício de 2018, e igualmente em 2019, 2020, 2021 e 2022, foram entregues pelo referido ex-administrador, requerimentos executivos relativos ao pagamento da diferença entre o montante que a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. foi condenada a pagar e o montante efetivamente pago a partir de fevereiro de 2018, tendo a Empresa apresentado de seguida, oposição. Foi igualmente constituída uma caução para fazer face aos requerimentos executivos acima referidos, a qual, decorrente da conclusão do processo, foi restituída no decurso do primeiro trimestre de 2023.

A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 no montante de, aproximadamente, 687 mil euros (durante o exercício de 2021 foi feito um reforço da provisão no montante de 20 mil euros), era a melhor estimativa do Conselho de Administração da Empresa relativamente aos dispêndios futuros com o complemento de reforma daquele ex-administrador. Esta posição do Conselho de Administração encontrava-se suportada em parecer legal emitido pelos assessores do Grupo que acompanham este processo de contencioso.

No decorrer do primeiro semestre de 2022, foi proferido o acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça, com decisão desfavorável ao Grupo VAA, condenado a pagar a pensão requerida pelo Ex-Administrador. Foi efetuado o pagamento de 675 mil euros referente à diferença entre o montante a que o Grupo VAA pagava mensalmente e o que foi condenado a pagar até à data de maio de 2022, acrescido dos juros de mora no montante de 192 mil euros.

Tendo em conta a decisão judicial proferida, a pensão de reforma a cargo da Vista Alegre é agora de 18 mil euros e a Empresa reforçou a provisão associada àquele complemento de pensão de reforma, com efeito a 31 de dezembro de 2022, para 2,1 milhões de euros tendo por base os pressupostos equivalentes aos utilizados nos restantes fundos de pensões do Grupo.

O quadro a seguir resume a composição do custo líquido com pensões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 reconhecido na demonstração consolidada dos resultados em gastos com o pessoal:

	2022	2021
Custos operacionais		
Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA e pessoal no ativo	-4.625	-4.842
Plano de benefício definido com fundo constituído	-25.840	-24.651
Proveitos operacionais		
Plano de benefício definido com fundo constituído	20.114	19.097
Valor líquido	-10.351	-10.396

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO A CARGO DO GRUPO VAA

A responsabilidade decorrente destes planos é assegurada diretamente pelo Grupo, sendo atualmente estimada, à data do encerramento das contas, por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).

Movimento ocorrido no exercício no Grupo VAA:

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	1.072.298	1.138.586
Custos com juros + ganhos/perdas actuariais + reforço provisões + correções exerc. Anteriores	2.262.716	56.336
Reformas pagas	-877.151	-122.624
Saldo em 31 de dezembro	2.457.863	1.072.298

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO COM FUNDO CONSTITUÍDO

As responsabilidades decorrentes destes planos encontram-se cobertas por um fundo de pensões autónomo gerido por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).

Valores reconhecidos no balanço no Grupo VAA:

	2022	Varição	2021
Valor presente das obrigações	-1.393.107	349.269	-1.742.376
Valor de mercado do fundo	1.168.873	-507.253	1.676.126
Ativo reconhecido no balanço	-224.234	-157.985	-66.249

41.2 Outras pensões de reforma

De acordo com a Lei em França, é feita uma estimativa do valor a pagar aos colaboradores quando estes atinjam a idade da reforma, pelo que se trata de um plano de pensões de benefícios definidos. Os compromissos da empresa em termos de indemnizações por reforma são calculados com base no método do crédito unitário projetado com vencimentos em fim de carreira, tendo em consideração o disposto nos acordos coletivos, as probabilidades de estar empregado e de estar no ativo da empresa, com o seu valor atualizado.

	2022	Aumentos / Diminuições	2021
Empresa			
Constructel France	398.934	-545.295	944.229
Gatel	39.163	-26.945	66.108
Escotel	41.214	-626.078	667.292
Constructel Energie	199.960	-122.882	322.842
TOTAL	679.271	-1.321.200	2.000.471

A variação do ano resulta da variação da estimativa, não tendo existido qualquer pagamento relativo a título de pensões de reforma.

Para o cálculo desta estimativa, foram utilizados os seguintes pressupostos:

	Valor retido em 31/12/2022	Valor retido em 31/12/2021
Taxa de desconto	3,75%	1,00%
Taxa de inflação	1,00%	1,60%
Taxa de crescimento salarial (Inflação incluída)	1,00%	1,60%
Idade de Reforma	Taxa total	Taxa total
Tipo de Reforma	Saída Voluntária	Saída Voluntária
Taxa de contribuições do empregador	Taxa por categoria e entidade	Taxa por categoria e entidade
Tabela de mortalidade	INSEE 2022	INSEE 2019
Tabela de rotatividade	Tabela por categoria e idade	Tabela por categoria e idade

Os pressupostos para o cálculo das pensões de reforma são idênticos aos do ano anterior com exceção da taxa de desconto fixada com referência ao índice iBoxx e a taxa de aumento salarial fixada em relação à inflação esperada do longo prazo. O impacto da alteração destas premissas não é significativo.

41.3 Outros

O montante das provisões destina-se, principalmente, a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos de índole contratual, laboral e fiscal nos quais as empresas do Grupo estão envolvidas.

42. Garantias prestadas

	2022	2021
Garantias Prestadas		
Garantias reais	181.534.182	217.244.454
Garantias financeiras	45.590.996	48.278.977
Garantias técnicas/boa execução obra	86.822.676	92.994.526
TOTAL	313.947.853	358.517.957

Em 2022 as garantias reais representam um valor de 181 milhões de euros e dizem respeito a garantias prestadas no âmbito de contratos de leasing (24 milhões de euros) e de mútuos (111 milhões de euros), onde se destaca a Visabeira Global, com garantias de 27 milhões de euros.

De salientar que, a principal variação das garantias técnicas de 75,5 milhões de euros para 28,6 milhões de euros, resulta essencialmente da empresa J.F. Edwards, pois várias das obras que estavam em curso e que tinham as garantias de elevado valor, foram concluídas. Quanto às garantias financeiras, a sua variação é justificada pela redução drástica da Cunha Soares.

Em 31 de dezembro de 2022, as garantias técnicas e financeiras prestadas a terceiros sob a forma de garantias bancárias e de seguros de caução, nomeadamente a clientes cujas empreitadas estão a cargo de diversas empresas que compõe o perímetro do Grupo Visabeira, discriminadas por moeda, apresentam-se da seguinte forma:

	2022	2021
Garantias Prestadas		
EUR	75.715.220	75.372.373
AOA	3.990.498	2.802.044
USD	48.668.058	59.965.442
MZN	3.424.347	2.324.561
ZAR	301.194	505.704
DKK	191.641	187.383
AED	122.714	115.995
TOTAL	132.413.672	141.273.503

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe das garantias prestadas por empresa é discriminado da seguinte forma:

	2022	2021
Garantias Prestadas		
J.F. Edwards (USA)	43.912.210	52.909.713
Grupo Visabeira (PT)	9.759.388	9.882.226
Edivisa (PT)	8.317.859	9.620.342
Grupo Vista Alegre (PT)	11.489.911	8.727.010
Constructel Belgium (BE)	9.432.044	7.497.970
Visabeira infraestruturas (PT)	8.858.087	6.955.978
Electrotec (MZ)	3.672.465	5.553.791
EIP Serviços (PT)	7.015.410	4.771.231
Viatel (PT)	2.772.099	3.432.997
Empreendimentos Turísticos Montebelo (PT)	2.907.045	2.841.806
Cunha Soares (PT)	775.296	2.580.363
TVCABO Angola (AO)	3.033.763	2.505.379
Pinewells, SA (PT)	3.114.676	2.077.308
VAA - Empreendimentos Turísticos (PT)	2.655.089	1.802.126
Visabeira Global (PT)	858.971	1.026.117
Outras	13.839.362	19.089.146
TOTAL	132.413.672	141.273.503

43. Partes relacionadas

	Anos	Vendas a partes relacionadas	Compras a partes relacionadas	Juros obtidos	Valores a receber de partes relacionadas	Valores a pagar a partes relacionadas
Outras entidades relacionadas	2022	8.142.461	5.278.456	0	9.178.547	2.959.185
	2021	3.484.143	4.229.026	0	8.643.578	5.486.301
Associadas e outras participações	2022	3.928.563	729.558	43.055	17.965.663	1.775.421
	2021	434.226	655.900	50.566	18.313.581	1.628.426
Acionistas	2022	2.728.012	12.952.731	323.058	13.755.308	16.359.607
	2021	1.427.902	11.136.637	91.667	22.100.250	16.077.883

Os saldos com os acionistas podem ser divididos em duas naturezas distintas. Uma parte diz respeito a saldos relativos ao Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades, uma vez que o acionista NCFGest, SA, passou em 2020 a ser a entidade consolidante do regime, enquanto outra parte é relativa a dívida por parte das entidades do mercado africano, relativa à aquisição de materiais à NCFGest, SA, enquadradas na sua operação enquanto trader.

As Compras a “outras entidades relacionadas” destaca-se a NCFTRADETUR com cerca de 2 milhões de euros relativa à renda do Hotel Montebelo e a Movida com cerca de 2,9 milhões de euros relativos às rendas dos escritórios e de lojas no Palácio do Gelo Shopping.

De realçar as compras aos acionistas, no âmbito da sua operação de trader, a TVCABO Angola e a TVCABO Moçambique apresentam o montante de cerca de 3,7 milhões de euros e 1,8 respetivamente. No que diz respeito às vendas aos acionistas, estas dizem respeito essencialmente a serviços prestados pelo Centro de serviços partilhados do Grupo Visabeira.

44. Eventos subsequentes

De sublinhar que, no decorrer do ano 2023, a Autoridade da Concorrência aprovou a compra das Sociedade Arquiled, O+M e Tavan pela Constructel Visabeira tal como divulgado na nota 8.

O Grupo Visabeira definiu como um dos objetivos de curto prazo proceder ao refinanciamento da sua dívida bancária com vista a aumentar o prazo da dívida bancária e assim adequar o seu endividamento com a estratégia de crescimento prevista para os próximos anos e permitir uma maior disponibilidade da equipa de gestão para se focar em questões mais operacionais e consequentemente no crescimento do negócio.

Neste sentido, foi lançado ainda em 2022 um programa de refinanciamento que pressupunha o Grupo Visabeira consolidar a dívida das holdings Grupo Visabeira e Visabeira Global na esfera da Visabeira Global. Esta operação foi concluída em março de 2023 com a assinatura de um Contrato de Financiamento de 450 milhões de euros, o qual, entre outros, permitiu consolidar diversas linhas de financiamento num único Contrato de Financiamento, tendo sido também garantido o propósito de extensão da maturidade referido no parágrafo anterior, apresentando este Contrato de Financiamento uma maturidade de 5 anos, com uma vida média superior a 4 anos.

Não existem mais eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira, e até à data da emissão das contas, que possam ter um impacto material na leitura das correntes demonstrações financeiros.

Visou, 6 de junho de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Claudia Raquel Costa do Amaral Lourenço

Nuno Teves Marques

Alfonso

João

António

Alfonso

Documentos de apreciação e certificação



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Grupo Visabeira, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.328.426.430 euros e um total de capital próprio de 688.647.444 euros, incluindo um resultado líquido de 46.263.982 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Grupo Visabeira, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Grupo Visabeira, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2022

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 6 de julho de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **DANIEL JOSÉ VENÂNCIO
GUERREIRO**
Num. de Identificação: 10538801
Data: 2023.07.06 16:11:27+01'00'

Daniel José Venâncio Guerreiro - ROC n.º 1303
Registado na CMVM com o n.º 20160913



RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420º, conjugado com o n.º 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o Relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão das contas consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo do GRUPO VISABEIRA SA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as demais operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Apreciámos os Relatórios e Pareceres emitidos pelos órgãos de fiscalização das empresas integradas no perímetro de consolidação;
- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação das contas consolidadas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a Entidade é a empresa-mãe;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas consolidadas, a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

Grupo Visabeira, SA
Viseu – Sede Social
R. do Palácio do Gelo, 1 Palácio do Gelo Shopping, Piso 3 3500-606 Viseu – Portugal
T. +351 232 483 000 | F. +351 232 483 100
Lisboa
Av. Almirante Gago Coutinho, 78 1700-031 Lisboa – Portugal
T. +351 218 429 970 | F. +351 218 426 731
geral@grupovisabeira.com | grupovisabeira.com
Cap. Social: 115 125 630,00€ | NIPC e MJC.R.C.Viseu 502 263 628



- Averiguámos a observância pelo cumprimento da lei e dos contratos de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos atos de verificação e validação, que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração Executivo e de outros responsáveis, as informações e esclarecimentos que consideramos necessários.

Acompanhámos os trabalhos dos auditores responsáveis pela revisão legal das contas e realizámos as reuniões consideradas necessárias para a obtenção das informações relevantes tendo em vista a Certificação Legal das Contas Consolidadas sem reservas e sem ênfases e com a qual concordamos.

Face ao exposto somos de Parecer que:

- O Relatório de Gestão das contas consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, satisfaz os requisitos legais, previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 6 de julho de 2023

A Comissão para as Matérias Financeiras

Vitor Manuel Lopes Fernandes, Presidente

Alberto Henrique de Figueiredo Lopes

João Carlos Monteiro de Macedo

Grupo Visabeira, SA
 Viseu – Sede Social
 R. do Palácio do Gelo, 1 Palácio do Gelo Shopping, Piso 3 3500-606 Viseu – Portugal
 T. +351 232 483 000 | F. +351 232 483 100
 Lisboa
 Av. Almirante Gago Coutinho, 78 1700-031 Lisboa – Portugal
 T. +351 218 429 970 | F. +351 218 494 731
 geral@grupovisabeira.com | grupovisabeira.com
 Cap. Social 115 125 639,00€ | NIPC e Mat.C.R.Viseu 592 263 428



Este relatório foi impresso em papel proveniente de fontes responsáveis e outras fontes controladas.

© Concept, Design & Art Direction by www.bangbang.agency

PERFORMING DREAMS

grupovisabeira.com

